Carlos Alberto Cordeiro de Sá Filho. 3588158

Influência das TIC na dinâmica cultural e política de comunidades

Dissertação de mestrado
Universidade de São Paulo
Escola de Engenharia São Carlos
Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo

Teoria e história da Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Assoc. Azael Rangel Camargo

São Carlos
2006

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Escola de Engenharia São Carlos
Universidade de São Paulo

S111c Sá Filho, Carlos Alberto Cordeiro de
Influência das TIC na dinâmica cultural e política de comunidades/
Carlos Alberto Cordeiro de Sá Filho. -- São Carlos, 2006.

Dissertação (Mestrado) -- Escola de Engenharia de São
Carlos - Universidade de São Paulo, 2006.

Área: Arquitetura, urbanismo e tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Azael Rangel Camargo.

1. Comunidades. 2. Inclusão digital. 3. Patrimônio
cultural. 4. Tecnologias da informação e comunicação. 5.
Ciberespaço. I. Título.

A João Aubri, que me apresentou o ciberespaço nas ondas de seu rádio amador e a Homero dos Santos, que me ensinou a acreditar na articulação popular organizada.

Agradecimentos

À instituição Marista, em especial a Jorge Gaio, Gilberto Rocha, José Luiz Grande Galindo, Luiz Carlos Siena, Berta Krabe e aos membros do Centro Social Marista de Ribeirão Preto, que acreditaram em mim e nesta pesquisa.

A meu orientador, Azael Rangel Camargo, pela condução firme e pela sinceridade constante.

Aos amigos e mestres que iluminaram o caminho, com sua presença e apoio:
Adriana Palma do Amaral, Alessandra Martins de Faria, Andrea Versutti, Anja Pratschke, Augusto Caccia-Bava, Casemiro M. U. de Oliveira, Cesar Rocha Muniz, Clarissa Ribeiro, Denise Mônaco dos Santos, Edson Salerno, Gabrielle Costa Santos, Ildebrando Moraes de Souza, Jefferson e Marilena Barcellos, José Carlos Fain Bezzon, Juliano Cecílio Oliveira, Lia Laguna Castelli, Lisiane Marques, Marcelo Ribeiro Dias, Marcelo Souza, Marcelo Tramontano, Marcos Pires, Maura Donizetti Souza Cortez, Renato Andrade Vieira, Rodrigo Firmino e Sergio Amadeu Silveira.

Aos colaboradores: Ana Perlatti, Giovana Vivi, João Paulo Souza e Silvia Akiyama.

À minha família que, pelo exemplo de força e determinação, não me deixou desanimar.

"Os jovens querem computador, mas com alguém pra orientar. Não adianta só ter pra usar se a gente não souber como usar melhor. Nós, que já tivemos o curso de informática, podemos agora ensinar os outros da comunidade."

Rafael Gila, 16 anos, educando do Centro Social Marista de Ribeirão Preto, SP.

Resumo

Sá Filho, Carlos Alberto Cordeiro de. *Influência das TIC na dinâmica cultural e política de comunidades*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Escola de Engenharia São Carlos, Universidade de São Paulo, 2006.

Por meio de levantamento bibliográfico e análise de relatos de experiências práticas, trata do advento da difusão das tecnologias da informação e comunicação – TIC – e do estabelecimento de novos paradigmas para as organizações e atividades humanas. Observa que o conceito clássico de Comunidade, que determina os grupos formados por indivíduos contidos em um território físico e unidos por laços de sociabilidade e por sentimentos e interesses comuns, tem sido remodelado. Esse fenômeno parece estar ocorrendo principalmente sob influência da aceleração dos processos comunicacionais de partilha dos códigos pertencentes aos patrimônios culturais próprios das comunidades que, atualmente, podem ocorrer dentro ou fora de um mesmo território físico ou mesmo em ambientes virtuais, o que amplia a abrangência e fragmentação geográfica do grupo e viabiliza a existência de comunidades locais, ampliadas e virtuais. Ao mesmo tempo, discute que a problemática da exclusão social demonstra que o mesmo rol de ferramentas e de opções tecnológicas que pode ser utilizado para a promoção e coesão dos grupos pode ter efeito de aumento da discrepância de oportunidades e desigualdades entre excluídos e incluídos. Nesse sentido, afirma que as questões da inclusão digital e a geração da cultura de organização em rede estão diretamente ligadas à possibilidade de viabilização efetiva do trinômio Democracia, Cidadania, Soberania Popular e à conquista e manutenção de direitos que garantam a promoção humana e a autonomia das comunidades. Ao discutir as TIC e a necessidade de inclusão digital, procura apresentar classificação ideal para as comunidades, de acordo com seu nível de envolvimento e aprofundamento no conhecimento, uso e manipulação das mesmas para seu desenvolvimento. Conclui que é preciso que se opte por ações estabelecidas, como políticas públicas integradas e universalizantes, que se desenvolvam a partir da participação ativa e constante das comunidades para que a inclusão digital possa promover a inclusão social, e para que se estabeleça como direito à construção participativa da via ubíqua, crítica e solidária de recepção e transmissão de informações e conhecimentos entre as comunidades.

Palavras-chave: Comunidades, Inclusão digital, Patrimônio Cultural, tecnologias da informação e comunicação, Ciberespaço.

Abstract

Sá Filho, Carlos Alberto Cordeiro de. *Influence of the ICT (Information and Communication Technologies) on the cultural and political development of communities*. Master Degree's Dissertation. São Carlos, São Carlos School of Engineering, University of São Paulo, 2006.

By means of bibliographical research and analysis of practical experience accounts, this work deals with the emergence of the information and communication technologies' diffusion and the establishment of new paradigms for human organizations and activities. The work points out that the classical concept of Community, which determines the groups formed by individuals within the same physical territory and linked by bonds of sociability and by common feelings and interests, has been remodeled. This phenomenon seems to take place especially under the influence of the acceleration of communicational processes of share of the codes belonging to the cultural patrimonies characteristic of communities which can, nowadays, occur inside or outside a common physical territory or even in virtual environments, which broadens the group's reach and geographical fragmentation and enables the existence of local, widened and virtual communities. At the same time, this work discusses that the problem of social exclusion shows that the same set of tools and technological options which may be used for group promotion and cohesion, may result in increased opportunity discrepancy and inequality between included and excluded community members. In this direction, the work states that issues regarding digital inclusion and the generation of network organization culture are directly connected to the effective implementation of the Democracy, Citizenship and Popular Sovereignty trinomial, and to the conquest and maintenance of rights which ensure human promotion and community autonomy. While discussing the ICT and the necessity for digital inclusion, the work seeks to present an ideal classification for communities, according to their level of involvement and deepening into knowledge, use and manipulation of those for their development. The work concludes that an option is necessary for established actions as integrated and universalizing public policies which develop from the active and constant participation of the communities so that digital inclusion may promote social inclusion and establish itself as a right for the participative construction of the ubiquitous, critical and solidary path for the reception and transmission of information and knowledge among communities.

Keywords: Communities, Digital inclusion, Cultural Patrimony, information and communication technologies, Cyberspace.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA	17
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	17
1.2 EVOLUÇÃO DA PESQUISA	28
1.2.1 Motivação	28
1.2.2 Desenvolvimento geral: recortes e formulação da hipótese	31
1.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA	35
1.4 ORIENTAÇÃO DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	39
2 AS COMUNIDADES E O MUNDO CONTEMPORÂNEO	71
2.1 AS CONCEITUAÇÕES CLÁSSICAS DE COMUNIDADE E SOCIEDADE	71
2.2 AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E AS COMUNIDADES	82
2.2.1 A evolução tecnológica e a Supermodernidade	82
2.2.2 O Ciberespaço, o poder da informação e os novos paradigmas do espaço-tempo na sociedade contemporânea	87
2.3 DINÂMICA DAS COMUNIDADES E AS TIC	99
2.3.1 Comunidades e virtualidade	99
2.3.2 O espaço percebido e as comunidades de lugar	107
2.3.3 A significação do ciberespaço e a manutenção do interesse comum	117
3 TIC, CULTURA E DEMOCRACIA	129

3.1 UM OLHAR SOBRE AS TIC NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	129
3.2 O CONCEITO DE CULTURA, AS TIC E AS DINÂMICAS DE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	136
3.3 A DEMOCRACIA, CIDADANIA E COMUNIDADES	162
3.3.1 O trinômio Democracia/Cidadania/Soberania Popular	162
3.3.2 A geração, conquista e manutenção de Direitos	172
3.3.3 Participação popular no Brasil	176
3.3.4 As redes como possibilidades de ampliação da democracia	190
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS TIC	201
4.1 A NECESSIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICA E DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARTICULADAS PARA A INCLUSÃO DIGITAL	201
4.2 AS TIC E A REVISÃO DA ESTRUTURA DAS COMUNIDADES	212
4.2.1 As TIC e as possibilidades de criação e ampliação das comunidades	213
4.2.1.1 Comunidades físicas locais	213
4.2.1.2 Comunidades virtuais	215
4.2.1.3 Comunidades ampliadas locais	216
4.2.1.4 Comunidades ampliadas glocais	218
4.2.2 Apropriação das TIC pelas comunidades	219
4.2.2.1 Ações pelo uso e acesso	220
4.2.2.2 Ações de provimento	223

4.2.2.3 Interações complexas em rede	226
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL E PROMOÇÃO HUMANA	228
4.3.1 A questão do <i>software</i> livre e aberto	234
4.3.2 O aporte educacional à inclusão digital	240
4.3.3 Recursos para contatos individual e comunitário do ciberespaço	248
4.3.4 Conteúdos gerais para políticas públicas integradas	257
5 CONCLUSÃO	265
BIBLIOGRAFIA	279

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Adentrar e compreender o universo da virtualidade, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o ciberespaço e suas implicações e desdobramentos cotidianos não é tarefa simples, pois este debate de idéias e práticas ainda se encontra bastante aberto e não há significativo distanciamento histórico para determinar uma zona de segurança confortável para pesquisas e estudos científicos.

O desenvolvimento das TIC e do ramo da telemática – termo que advém da fusão das telecomunicações com a informática – contribuiu para a determinação de novos paradigmas que promovem a revisão de muitos conceitos, idéias, hábitos e discursos, com os quais o senso comum, e mesmo o pensamento científico, já estavam, de certa forma, acomodados. Esse movimento de reflexão e mudança é fomentado pelo contínuo desenvolvimento tecnológico e pela crescente banalização e popularização do acesso aos novos produtos e serviços. Pode-se relacionar a isto o surgimento da elaboração e aprimoramento de dispositivos de comunicação cada vez mais baratos, mais simples de operar e mais poderosos e interconectados, os avanços do computador como apoio e ampliação das mais diversas atividades humanas e, finalmente, o crescente grau de qualidade e possibilidades de experiências sensoriais embasadas nas tecnologias de simulação ou criação de ambientes virtuais.

Nesse sentido, acredita-se que potencialmente as TIC possam tanto acelerar o desenvolvimento humano das populações mais desvalidas ou

socialmente vulneráveis quanto aumentar seu distanciamento quanto às mais estáveis e abastadas.

Ao considerar a interferência das TIC e do ciberespaço na revisão da noção de realidade e as alterações práticas e teóricas no *design* e planejamento urbano e social de edificações e cidades, com atenção nos impactos diretos e indiretos na vida das pessoas e seus grupos, esta pesquisa se interessa por duas questões fundamentais. A primeira é a estruturação e o desenvolvimento de atividades de comunicação em redes, também consideradas por diversos autores como comunidades. A segunda, a interferência dessas estruturas na vida de comunidades chamadas físicas, sobretudo as que sejam consideradas socialmente mais vulneráveis.

O ciberespaço não é compreendido nesta dissertação como um mundo paralelo, mas como uma produção humana que é utilizada em sinergia com as atividades tradicionalmente ocorridas no universo físico, ampliando sua abrangência, profundidade e velocidade. Logo, longe de ser uma dimensão à parte, cuja idéia talvez remetesse a diversos filmes de ficção científica futurista, o ciberespaço será tratado aqui como parte integrante da vida humana, configurado, nas palavras de Negroponte (1995:18), como uma “*superestrada da informação*”. Para o autor, esta estrada é constituída pelo tráfego mundial de informações via *internet* e criou um poderoso tecido global de comunicação capaz de gerar grande interferência direta ou indireta em todas as ações e atividades humanas. Como afirma Mitchell (1997:49):

Hoje, instituições geralmente não são apenas mantidas por edifícios e mobiliário, mas também por sistemas de telecomunicações e programas, e o lado digital, eletrônico, virtual está crescentemente se apossando do lado físico.

O impacto das TIC e do ciberespaço na teia urbana pode ser percebido rapidamente, tanto pela observação da vida cotidiana quanto pela retomada da memória recente. Atualmente, em rodas de amigos, em conversas de bar, é fácil encontrar discursos sobre os avanços e a velocidade da mudança no custo, *design* e uso de objetos, edifícios e da própria cidade. Cabe lembrar que a *internet* foi desenvolvida a altos investimentos intelectuais e financeiros, inicialmente pelas universidades e pelas Forças Armadas norte-americanas, que a entendiam como estratégia de sobrevivência futura dentro do cenário mundial que se desenhou no pós-guerra. Hoje, usuários comuns, com pouca especialização, já são capazes de interferir diretamente em suas estruturas. Da *ARPANET*, em 1969, à configuração atual da *WWW*, originada na ligação entre quatro centros universitários altamente especializados dos Estados Unidos, a “rede” já toca milhares de usuários por todo o planeta e é utilizada até por crianças não alfabetizadas.

Logo após as universidades e quartéis, o potencial do ciberespaço foi percebido pelos sistemas econômicos e financeiros. Ao se apropriarem desta gama tecnológica, suas instituições foram capazes de mobilizar suas forças para criar situações em que o fluxo de informações vence fusos-horários e mantém o capital circulando continuamente pelo mundo. Além disso, por seu contato direto com o público comum e talvez pelas sensíveis alterações no desenho de seus pontos de atendimentos¹, o sistema financeiro deu maior visibilidade ao uso das TIC e, provavelmente, iniciou sua difusão e popularização. Proporcionalmente ao barateamento do acesso à tecnologia e sua conseqüente banalização, partindo destes setores estratégicos de defesa/domínio, conhecimento e economia mundiais,

¹ Nas últimas duas décadas do século XX, os bancos, que antes necessitavam de grandes salões para poderem abrigar filas intermináveis, foram diminuindo de tamanho, alterando seus *lay-outs* e dando lugar a quiosques eletrônicos. Hoje, podem ser resumidos ao computador pessoal do cliente ou mesmo a seu telefone celular. Com o aporte das TIC, o prédio, que era uma referência urbana, como a torre da igreja, por exemplo, acabou por se tornar um acessório de bolso.

nota-se que o uso do ciberespaço tem se direcionado paulatinamente ao entretenimento e à comunicação descompromissada entre pessoas comuns.

Esse envolvimento cotidiano com a tecnologia configura o amplo debate nas linhas da exclusão/inclusão digital e sua implicação social e leva à abordagem da acessibilidade segundo as possibilidades de utilização de terminais de contato com o ciberespaço e também sobre a forma como se dá este acesso: crítica ou passiva, plena ou restrita, ubíqua ou unilateral, libertadora ou geradora de dependência. Atualmente, dado o grau de envolvimento das atividades humanas com o ciberespaço, é possível perceber que a exclusão digital pode significar exclusão social ou mesmo ameaça de perda do que se entende como cidadania, pois, conforme destaca Camargo (1997), mesmo com o estabelecimento da democracia e dos esforços recentes elaborados por iniciativas de gestão participativa, ainda é considerável a distância entre os métodos da prática pública e dos movimentos de luta social.

Por outro lado, a relação existente entre a cidade física e o chamado mundo virtual ou ciberespaço já está tão imbricada direta ou indiretamente no cotidiano urbano que muitas vezes pode passar despercebida. Seja nos serviços públicos ou privados ou mesmo no interior de residências, os novos aparatos desenvolvidos para a comunicação e expressão têm alterado hábitos e costumes de forma muito rápida e constantemente crescente. No bojo da ampliação da vida urbana que também se estabelece não apenas pelas TIC, mas também pela nova situação geopolítica mundial, surgem paradoxos como o conceito de *"inércia polar"*, desenvolvido por Virilio (1993: 110): mesmo que esteja parado em frente a um terminal de entrada para o ciberespaço em quase total imobilidade corporal, o usuário pode estar em estado de forte mobilidade mental. Tal situação também se

aplicaria ao observador de um objeto artístico ou a um simples “distraído”. Em outra escala, isso implica que a troca de informações, conhecimentos, produtos, bens e serviços pode ocorrer praticamente de qualquer parte para qualquer parte do globo, a partir de um cômodo fisicamente fechado – chefes do crime podem continuar comandando suas facções a partir de suas celas em penitenciárias de “segurança máxima”, desde que tenham acesso a aparelhos telefônicos celulares, por exemplo.

De qualquer forma, parece ser relevante ressaltar que o ciberespaço não se estabelece de forma autônoma. Sua existência advém de um avanço e revisão contínuos de hábitos, causados pelo impacto dos meios de comunicação na organização social humana, sobretudo após a difusão da industrialização e da indústria cultural. Para vários autores, a divisão, ou o dualismo colocado entre espaço físico e virtual (em um sentido mais amplo, englobando o mundo simbólico para além do computador) é infundado, e o estranhamento quanto ao ciberespaço, também. Como observa Castells (1999), a representação simbólica é uma condição para a existência da Cultura. Atualmente, o que ocorre é um ciclo contínuo de inovação fomentado pela superaceleração de processos humanos, o que pode dar a impressão, talvez pelo contraste e destaque, de que a virtualidade seja uma “invenção” contemporânea.

O que se compreende por realidade é um extrato que sempre passa por filtros do virtual e da subjetividade individual ou grupal. Para Castells (1999), o espaço é uma das primeiras formas de expressão da sociedade. Assim, como será mais bem discutido posteriormente, ao se aceitar o termo “Espaço” para se definir ambientes virtuais, talvez seja possível afirmar que o ciberespaço ou sua integração com o espaço físico estejam a configurar novos Lugares e mesmo Territórios para a humanidade.

Também são interesses desta pesquisa a desarticulação da necessidade de proximidade geográfica ou de contato físico para a viabilização de processos de comunicação, desenvolvimento e manutenção de patrimônios culturais e a interconexão e interatividade das esferas pessoais, comunitárias e globais, públicas e privadas, viabilizadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e pelas TIC, com implicação nos diversos aspectos da vida contemporânea e no estabelecimento dos grupos humanos e na sua promoção. No passado, mesmo antes do estabelecimento das ciências sociais como tais, Tönnies conceituou a *Gemeinschaft*, ou *Comunidade*, como aglomeração humana unida pelo seu estabelecimento em um mesmo território físico, assim reconhecido por seus membros, e por laços de sentimentos e interesses comuns entre eles e a *Gesellschaft*, ou *Sociedade*, como a possível perda dessas relações em favor do individualismo e da formalização e hierarquização, viabilizada pelas revoluções industriais e urbana. Tais revoluções, que traziam em seu bojo o progresso tecnológico e científico, poderiam também reduzir a pó as relações comunitárias. Recentemente, McLuhan (1999) tratou o mundo como uma aldeia.

Mais que a possibilidade de relacionamento pessoa-a-pessoa ou usuário-a-usuário, o ciberespaço, em uma nova escala de relação e mobilidade social, propicia, como nunca, em termos de velocidade, qualidade e abrangência, a formação de redes interativas e interconectadas de comunicação, ou como já se aventou, de Comunidades. Aparentemente, essa situação tanto pode fortalecer quanto enfraquecer as redes de conexão de habitantes de uma comunidade física local, dependendo de sua estruturação. Este conceito que será aqui discutido, de certa forma se reaproxima da *Gemeinschaft*, de Tönnies.

Ao longo da história, grande parte das instituições humanas se organizou segundo o modelo de pirâmide, que atrai o poder de decisão e o acesso aos bens e riquezas para seu topo e esvazia essas possibilidades ao se aproximar da grande massa que forma sua base. Hoje, também com a profusão do ciberespaço e sua peculiar forma de organização, se destacam as redes de ação e comunicação, que têm promovido a reestruturação e revisão dos conceitos organizacionais em geral, do mundo empresarial ao serviço social de base. Castells (1999) destaca a formação reflexiva de redes sociais como ponto de resistência à dominação cultural e econômica, como favorecedora da inovação, da criatividade e da autonomia de um povo.

Para Serra (2000), o ciberespaço é um facilitador do surgimento de relações locais, regionais e globais entrelaçadas. A rede comunitária virtual ou a comunidade virtual é um dos exemplos dessas novas estruturas de comunicação e relacionamento. Para o autor, a organização em comunidade não depende das TIC, mas a utilização das mesmas altera sua abrangência geográfica e seus limites temporais.

Pode-se até mesmo afirmar que não há diferenças fundamentais entre a organização em redes comunitárias virtuais ou físicas. Negroponte (1995) considera a expressão “realidade virtual” uma redundância. Mesmo que a imaterialidade seja associada a esse termo, é preciso lembrar que as redes são estruturas de troca de informações e dados, que permitem articulação em torno de interesses, afinidades e projetos comuns, criadas e mantidas por pessoas que, servidas pelas novas tecnologias, podem se relacionar através do planeta. Para Tramontano (2000), estudiosos de diferentes áreas há muito tempo têm argumentado que a noção de comunidade não necessita, obrigatoriamente, referir-se a um local físico, geográfico.

Não obstante, as relações de uma comunidade aparentemente podem ser ampliadas pelo ciberespaço sem a alteração de sua referência espacial direta ou territorial, em combinações que podem até mesmo criar diversos níveis ou profundidades de interação e integração de modelos híbridos de comunidades, parte físicas e parte virtuais – já se somam documentações diversas de experiências que visam à criação e observação de redes comunitárias virtuais formadas por habitantes de uma mesma região geográfica, nas quais, de forma geral, a preocupação com a alteração da realidade de comunidades físicas encontrou recursos para a solução de problemas no uso do ciberespaço e levantou a questão da exclusão/inclusão digital. Podem-se citar, entre outros, os casos de *Les Courtilières de Pantin*, na França, *Netville*, no Canadá, a *MSN Street*, na Inglaterra, e as experiências da Praia do Pipa, de Birigui, de Solonópole e de Piraí, no Brasil.

O entendimento comum da urgência da inclusão digital de comunidades mais vulneráveis é visível em iniciativas que têm ocorrido por todo o país e pelo mundo, como os casos dos programas de inclusão para comunidades do programa estadual ACESSA São Paulo, os Telecentros paulistanos, os Centros de Inclusão Digital (CID) de Ribeirão Preto, ou mesmo o programa *Internet Livre*, do SESC São Paulo. Cada ação, dentro de suas especificidades e problemas, aparentemente tem poder de alterar as vidas de seus usuários, interferindo em suas relações pessoais e grupais e valorizando sua interação comunitária em níveis cultural, social, político e econômico.

Como já se colocou, é notável a euforia causada pelas “novidades” tecnológicas e pelo seu poder de impactar as estruturas sociais como são conhecidas. Mesmo que esse enfoque muitas vezes possa vir a tomar vulto nos meios de comunicação, espaços publicitários e mesmo no ambiente acadêmico de

forma geral, continua-se a acreditar que o contato físico ainda seja de suma importância para a consolidação da identidade das comunidades, apesar dos benefícios apresentados pelas formas de contato virtual em desenvolvimento. Este é um dos elementos críticos que balizaram a abordagem desta dissertação frente à questão das comunidades físicas ou locais e seus desdobramentos pelo ciberespaço.

O contato físico parece poder, inclusive, fortalecer os laços de participação, conforme apontam alguns dos documentos de orientação e avaliação dos programas anteriormente citados. Em casos como *Les Courtilières de Pantin*, um dos casos que serão novamente citados posteriormente, a própria estratégia de implantação do projeto visava à valorização da integração em meio físico das pessoas moradoras de um ambiente degradado. Tanto que se chegou ao desenvolvimento de uma interface colaborativa, baseada em tecnologia similar ao VRML, que representava o local existente em um modelo tridimensional virtual para que, reconhecendo-se em seu ambiente ou lugar, em meio então inusitado, a população usuária retomasse seus laços sociais em meio físico. O programa *Internet Livre*, do SESC SP, propicia atividades culturais e define o *lay-out* de suas salas de acesso de forma a propiciar a troca de experiências e opiniões ou mesmo o simples contato direto entre seus participantes. A divisão de horários por faixas etárias e grupos de interesse também é uma estratégia utilizada pela instituição para fortalecer o contato e a identificação presenciais.

Em outra esfera, já há alguns anos, governos de todo o mundo têm se servido da informatização de seus departamentos e seções, mas a idéia de ampliação de prestação de serviços à distância e de otimização de criação e acesso participativo a bancos de informação, no sentido de interligação informatizada entre

os diversos setores do poder público entre si e com a sociedade civil, só se tornou viável com a simplificação e popularização do acesso à *internet*. Nesse caso, pode-se citar a criação de equipamentos como os “Poupa-Tempo” paulistas, a iniciativa do “Governo Eletrônico” paulistano e projetos mais específicos, como a “Recria - Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente”, de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul.

Paralelamente à euforia sobre as possibilidades de desenvolvimento das relações no ciberespaço, se mantém o receio de que as estruturas de dominação existentes se adaptem e se apoderem do novo contexto e mantenham as relações de poder intactas. Bianchini (documento digital), que se coloca claramente a favor de se valorizar o acesso à *internet* como momento de reflexão e produção crítica, argumenta:

Um pequeno número de países detém o poder cultural e político sobre populações outras, colocadas apenas como consumidoras, que ficam sem possibilidade de interpretar, avaliar ou criticar o que recebem desta comunicação globalizada.

Levando em conta que a cidade contemporânea é fruto da serialização e do anonimato na produção, e que seus vínculos entre público e privado são constantemente reestruturados juntamente com o desenvolvimento da comunicação de massa e da telemática (CANCLINI, 2000), acredita-se que seja preciso cuidar para que o uso do ciberespaço, como elemento potencial da indústria cultural, não se torne, para as futuras gerações, o que o uso da televisão se tornou para as antigas. A televisão chega a favorecer a eliminação do contato físico e visual mesmo entre os espectadores de um único aparelho, postados na mesma sala, enquanto substituiu negativamente os espaços públicos de representação e vida comunitária pelo nivelamento e vulgarização dos laços culturais e sociais. Ao contrário, parece ser possível valorizar o uso do ciberespaço para a dinamização construtiva e a manutenção dos patrimônios culturais das comunidades físicas e/ou virtuais,

entendendo-se cultura em seus desdobramentos sociais, econômicos e políticos. Outro ponto de atenção deste trabalho de pesquisa é a questão do impacto que pode ser causado pelo contato despreparado das culturas locais com as TIC. Para Bianchini (documento digital), os vários níveis de desenvolvimento e de fortalecimento de culturas locais deveriam ser preservados e poupados das alterações bruscas causadas pelas novas tecnologias em estruturas fragilizadas. Segundo o autor, programas de inclusão digital devem ser paulatinos, respeitando as diferenças e necessidades de cada grupo. Nessa linha, a identidade cultural talvez possa ser entendida como um processo de reconhecimento e reconstrução de significados de cada ator social, apoiado em um conjunto de atributos culturais fortalecido a ponto de excluir o referencial externo à sua cultura. O patrimônio cultural de um grupo parece ser sua mais poderosa amálgama.

Acredita-se que, se os ideais dos responsáveis pela utilização e condução da construção dessa nova realidade complexa e ampliada não estiverem alinhados com a resistência à dominação cultural, possivelmente corre-se o risco de se causar um efeito bastante negativo em indivíduos ou populações que não estejam aptos a se articular ou refletir neste sentido. A defesa dos laços e características culturais de uma comunidade parece estar intimamente ligada ao estabelecimento ou conquista do trinômio democracia/cidadania/soberania popular.

A experiência histórica apresentada por Canclini (2000: 289) revela um panorama negativo: *“A desestruturação histórica da participação social tornou a mídia a ‘grande mediadora e mediatizadora’ e, portanto, substituta de outras interações coletivas”*. Pode-se assim perceber que a viabilização do acesso ao ciberespaço é, hoje, não só um condicionante de favorecimento de ampliação de comunidades e de sua valorização cultural, mas um fator importantíssimo para a

consolidação da cidadania e inclusão social de todos os habitantes da cidade. Para Castells (1999: 423-424),

A nova forma de poder reside nos códigos de informação e nas imagens de representação em torno das quais as instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem seu comportamento [...] Este poder está na cabeça das pessoas. [...] Os agentes que dão voz a projetos de identidades que visam à transformação de códigos culturais precisam ser manipuladores de símbolos.

Seguindo este raciocínio, pode-se imaginar que uma das definições interessantes de “poder” poderia ser a capacidade de manipulação e produção consciente dos símbolos culturais, seja pela participação nos processos ativos de decisão, seja pelo conhecimento dos códigos fonte², pois a dominação cultural seria quase imperceptível nas relações contemporâneas por poder estar discretamente embutida na própria estrutura de acesso e produção de bens culturais.

Tudo leva a crer que, se for pretendida uma participação crítica e ativa da sociedade no desenho e uso da cidade, é preciso que o acesso ao ciberespaço não esteja norteado pela passividade, mas pela universalização e pela crítica, em uma situação ubíqua de recebimento e produção de informações, conhecimento e expressão livre que proporcione e favoreça a manutenção da cultura e democracia locais, enquanto as comunidades se ampliam em instâncias globais.

1.2 EVOLUÇÃO DA PESQUISA

1.2.1 Motivação

² “Código fonte” é um termo utilizado neste momento para remeter desde o sentido da comunicação tradicional até a elaboração de *softwares* e sistemas.

Desde o final de minha graduação em Arquitetura e Urbanismo, ocorrida em Ribeirão Preto, em 1996, até o momento de ingresso neste programa de pós-graduação, em 2003, minha atividade profissional se dividia entre a atuação nas áreas de planejamento e produção audiovisual e multimídia e na área de ensino. Nesta última, houve atuação em projetos diversos de arte-educação voltados para a criação, *design* gráfico e tecnologia e docência em cursos de graduação em *Design*, Comunicação Social e *Marketing*, também com o mesmo foco, em universidades de Ribeirão Preto e região – Universidade de Franca, Universidade de Ribeirão Preto, Faculdades COC e Universidade Paulista. Nesta última, ainda coordenamos por quatro anos o desenvolvimento do trabalho final de graduação do departamento de Comunicação Social.

Até a época da formulação do primeiro projeto de pesquisa, minhas inquietações relativas ao tema deste trabalho vinham sendo muito estimuladas por estas atividades e por posicionamentos anteriores, ligados à atração pessoal pelas TIC e por temas que versam sobre a resistência à dominação cultural e política, sobretudo no tocante às comunidades mais socialmente vulneráveis.

Com a evolução crescente de qualidade e difusão e banalização do acesso às novas tecnologias e suas respostas aos problemas até então colocados, ficou mais tangível a possibilidade de desenvolvimento de uma pesquisa científica que unisse esses dois interesses e que, de certa forma, colaborasse positivamente para essa reflexão. Grande foi o incentivo nesse sentido quando soube que a Arquitetura e o Urbanismo desenvolviam e se interessavam por essa área de pesquisa.

Parece ser oportuno destacar, para clarificar o meu envolvimento com a pesquisa em si, que o momento de aceitação de meu plano de pesquisa e ingresso

neste programa de pós-graduação coincidiu com uma alteração substancial em minha vida profissional. Em meados de 2003, fui convidado a coordenar o Centro Social Marista “Ir. Rui Leopoldo Depiné”, uma reconhecida instituição educacional filantrópica de Ribeirão Preto, que atende diretamente a crianças e adolescentes empobrecidos de uma área bastante vulnerável da periferia da cidade. Esta nova atividade ocasionou o desligamento das atividades relativas ao mercado de arquitetura e publicidade, ao mesmo tempo em que manteve e estimulou a possibilidade de ministério de aulas nas universidades. As atribuições relativas ao centro social se constituem por tarefas internas de gerenciamento da equipe de trabalho e desenvolvimento de novos programas de ação e o contato externo com órgãos públicos e instituições da sociedade civil organizada ligadas à definição de políticas públicas e sua manutenção. A aceitação desta nova atividade profissional me levou a um envolvimento muito profundo com a vivência social e com a estruturação de serviços públicos e manutenção de direitos civis e humanos, balizado pela compreensão das organizações em rede em ambiente de trabalho, nas comunidades atendidas pela instituição e nas organizações democráticas participativas, como Conselhos e Fóruns de defesa de direitos da criança e adolescente, compostas por membros da sociedade civil e do governo municipal.

Por fim, o desenvolvimento pessoal e acadêmico proporcionado pelo curso das disciplinas e outras atividades deste programa de pós-graduação se aliou à experiência e vivência até agora adquiridas com os anos de produção para o mercado de peças multimídia interativas e ao contato com as atividades filantrópicas para o atendimento direto ou indireto de comunidades que sofrem pela exclusão generalizada. Paralelamente, também houve a manutenção do trabalho com jovens universitários mais abastados e, portanto, com melhores possibilidades de acesso

às TIC. Neste contexto pessoal é que se estabeleceu o desejo de desenvolvimento desta pesquisa e de seus possíveis desdobramentos práticos e acadêmicos futuros, quando se desenhou a estrutura da dissertação, exposta a seguir.

1.2.2 Desenvolvimento geral: recortes e formulação da hipótese

A primeira intenção da pesquisa é o estudo do ciberespaço e seu contato com a vida urbana, com foco na influência das TIC sobre o universo cultural de pequenas comunidades, preferencialmente vulneráveis e empobrecidas. A abordagem é voltada para as possíveis repercussões mútuas ou sinérgicas que podem gerar a integração entre a cidade física e a cidade digital, ou virtual, proporcionada pelo desenvolvimento dos serviços telemáticos em rede. O interesse central foi compreender e discutir a influência das redes comunitárias físicas e/ou virtuais formadas por pessoas que compartilhassem um mesmo território físico, no tocante à consolidação da comunidade em si e à possibilidade de seu fortalecimento social, político e até mesmo econômico, partindo do princípio da apropriação das TIC como oportunidade de mudança de suas relações culturais.

Desde o início, já havia certa noção empírica da conceituação de comunidades, mas persistia uma grande dúvida que, durante o curso de disciplinas e outras atividades foi, e continua a ser, mais bem elucidada quanto às possibilidades de classificação ou categorização de atividades no mundo virtual sob uma mesma terminologia. Também eram conhecidas algumas experiências que já haviam sido desenvolvidas e incentivadas para a estruturação de chamadas comunidades virtuais por habitantes de um mesmo território físico, conectados a redes locais que se interligam a redes globais. Dois elementos críticos que se

valorizaram desde o início do trabalho foram a utilização das TIC tecnológicas como possibilidade de resistência aos efeitos da indústria cultural³, aqui considerados como negativos, e de outros mecanismos de dominação ou enfraquecimento da democracia, e o favorecimento da reconquista ou reestruturação de bens simbólicos e vida cultural própria das comunidades, ocasionadas pela apropriação ou inclusão dos novos valores existentes no contexto estudado.

Buscou-se compreender de modo geral a conceituação de Comunidade e discutir o papel do uso das TIC no processo de criação e manutenção das redes comunitárias virtuais formadas por membros de comunidades físicas, com vistas às necessidades de promoção humana autônoma, principalmente política e cultural, destes grupos. Ficou claro no decorrer do trabalho que seria fundamental averiguar os pontos necessários para que se estabeleça a real possibilidade de as comunidades explorarem o potencial do ciberespaço, resistir à indústria cultural e promover a cultura local e a participação popular nos processos urbanos físicos e virtuais, a capacitação para a pesquisa, obtenção, análise e síntese críticas de dados, a produção e difusão de conhecimentos e novas formas artísticas e culturais locais, o resgate histórico e o intercâmbio de opiniões.

O principal fator de motivação desta abordagem foi a sensação de que é possível a existência de limitações ao desenvolvimento intelectual, humano e econômico de comunidades socialmente vulneráveis, impostas pelo processo estabelecido de exclusão digital⁴, que reforçaria o contexto já estabelecido de exclusão social destes meios e populações. Concomitantemente ao levantamento

³ Entendeu-se a indústria cultural, ou cultura de massa, como a definição de Caldas (1986: 30): “*uma cultura estandarizada cujo objetivo é agradar o gosto médio de uma audiência indiferenciada*”.

⁴ Exclusão no sentido direto de impossibilidade de acesso às TIC pela indisponibilidade de *hardware* e/ou falta de conhecimento operacional do mesmo ou de *softwares*, e a falta de mecanismos que habilitassem a comunidade a receber e produzir informações e conteúdo de forma crítica, livre e também experimental.

teórico, esperava-se desenvolver um profundo estudo de caso, que pudesse colaborar com a corroboração da hipótese e de seus desdobramentos.

Com o decorrer do processo de pesquisa, percebeu-se que a proposta inicial poderia se perder, por ser demasiado generalizante ou até mesmo ambiciosa frente às limitações existentes. Logo, a partir de análises mais conscientes e críticas, foi imprescindível uma readequação do desenho da pesquisa por meio de um recorte que a direcionasse a uma questão mais clara, buscando maior eficiência e eficácia em seu resultado final, e mais segurança e fidedignidade em sua análise e crítica.

Optou-se, então, pela manutenção dos sujeitos da pesquisa, que continuaram a ser as comunidades físicas socialmente vulneráveis e o ciberespaço, e do objeto, ou seja, o entendimento dos processos necessários para que haja possibilidades de desenvolvimento cultural das comunidades e de articulação política por meio da utilização das TIC e do ciberespaço. A alteração substancial ficou no delineamento dos recortes do trabalho de pesquisa. Levando em consideração todo o processo de formação de conhecimento e revisão de posturas explanado até o momento, a formulação final da hipótese principal desta dissertação foi assim estabelecida:

De acordo com as opções políticas determinantes de seu uso, as ferramentas, protocolos e ambientes disponibilizados pelo atual patamar de desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação apresentam potencial latente para favorecer a manutenção do patrimônio cultural local de comunidades físicas específicas, dinamizar sua articulação política e favorecer a redução dos processos de exclusão social, colaborando com a universalização do trinômio Democracia/Cidadania/Soberania Popular.

Em consequência dessa formulação otimizada, os objetivos específicos são os seguintes:

a) com base na apreensão de conceitos fundamentais e do acompanhamento de experiências estabelecidas, discutir a influência do ciberespaço em comunidades físicas e as alterações que podem ocorrer quanto à relação entre o reconhecimento territorial, os laços sociais e interesses comuns de seus membros dentro do contexto de seu repertório ou patrimônio cultural próprio;

b) averiguar algumas experiências práticas já abordadas pela academia, nas quais fosse possível checar a possibilidade de as comunidades: (1) apropriarem-se efetivamente das TIC e explorarem o potencial do ciberespaço; (2) resistir aos mecanismos de dominação cultural e política; (3) promover as expressões culturais e artísticas locais, individuais e coletivas e a participação nos processos de planejamento e decisão sobre a cidade;

c) observar as necessidades e os caminhos possíveis para a ampliação das comunidades físicas por meio do entendimento e uso das TIC.

Ao se determinarem os recortes da pesquisa, não se desprezou a importância, mas excluiu-se propositadamente a preocupação com telefonia fixa e móvel do foco central da discussão sobre as TIC e inclusão digital. A argumentação mais atenta ao uso de computadores no contato com o ciberespaço se deu por se perceber que esta já é uma tendência mais comum e antiga e, portanto, mais segura de se discutir em âmbito acadêmico. Além disso, com referência em Sorj e Guedes (2005: 01), considerou-se que, apesar da difusão dos aparelhos celulares e de seu potencial claro de atingir as populações mais vulneráveis, o acesso à *internet* por meio destas tecnologias ainda depende muito das mensagens de texto e tem interfaces mais herméticas que as desenvolvidas para computadores, o que pode

favorecer, por exemplo, a exclusão dos analfabetos. Mesmo assim, reconhece-se que os avanços tecnológicos poderão caminhar para o uso dos celulares e da *internet* com aporte de outras alternativas, como, possivelmente, o *voice internet protocol*, VOIP, e de variações dos aparelhos que os têm transformado gradativamente nos chamados *poligadgets*. Logo, o recorte não nega a necessidade acadêmica sobre estas novas alternativas tecnológicas que deverão se difundir amplamente nos próximos anos, inclusive podendo reverter este quadro de valorização dos computadores pessoais.

1.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Para o desenvolvimento que se julgou mais adequado para esta pesquisa, optou-se pelo recorte de seu universo, visando à objetivação do trabalho para evitar a generalização excessiva e possível abertura demasiada de seu foco, como já se colocou.

Assim, ficou clara a necessidade de compreender a idéia de Comunidades em sua base sociológica e definida em alguns conceitos fundamentais, conforme apontaram as investigações preliminares. Por se tratar de um estudo sobre as TIC, e levada em consideração a relevância da discussão sobre a ampliação de comunidades físicas, julgou-se oportuna uma abordagem que localizasse discussões sobre a essência do ciberespaço, suas possibilidades de reconhecimento como Lugar e a percepção de sua interferência nas relações culturais estabelecidas nos universos físico, virtual e ampliado.

Também foi importante compreender a conceituação de cidadania, democracia e soberania, ou participação, popular. Nesse sentido, ficou clara a

necessidade de determinação de políticas públicas para a viabilização da apropriação das TIC. Optou-se por assumir o termo “inclusão digital” como a possibilidade continuada de acesso a terminais de computadores ou outros dispositivos eletrônicos e, conseqüentemente, à *internet*, com alternativa de recepção e transmissão de dados, informações, opiniões livres e manifestações culturais e artísticas, além do acesso a serviços públicos diversos, nos moldes já definidos e como será mais bem esclarecido no decorrer do texto específico dedicado a estas questões. O viés que acompanha o levantamento de dados bibliográficos e levantamento das experiências ilustrativas é a preocupação com a inclusão digital como favorecedora da cidadania e da vivência democrática das comunidades em questão e sua utilização para o fortalecimento dos patrimônios culturais locais em resistência à massificação e dominação cultural.

Para fundamentar o pensamento desenvolvido, portanto, se fez necessário observar o que se entende por cultura e indústria cultural que, neste texto, foi entendido como um conceito ligado a mecanismos de dominação e desestruturação da articulação política e, em sentido mais amplo, cultural, das comunidades socialmente vulneráveis.

Durante o processo de organização do conhecimento adquirido no decorrer da investigação, foram utilizadas categorizações dos tipos de comunidades. Esses modelos trataram das interações entre as chamadas comunidades físicas e virtuais e do seu nível de envolvimento e apropriação das TIC. A esquematização visou à contribuição para um melhor entendimento da questão, com a classificação e sistematização dos dados colhidos no estudo bibliográfico e a observação de experiências. Ao se escolher uma classificação que pudesse se tornar de certa forma pragmática, para que fosse possível definir melhor um quadro teórico, não se

desprezou a consciência crítica de que possivelmente não seja adequado discutir o conceito de comunidade em seus desdobramentos físicos e virtuais sem se respeitar as possíveis intersecções dessas duas instâncias e o julgamento pessoal e reconhecimento grupal das próprias pessoas definidas como membros dessas comunidades.

Estabelecidos os recortes, encaminhou-se a checagem da hipótese por meio da fundamentação teórica do assunto e sua contextualização por meio de levantamento de fontes secundárias. Essa fundamentação foi base e baliza para a escolha das experiências que apoiaram a validação da hipótese proposta, possibilitando o desenvolvimento de conclusões mais próximas inclusive da realidade nacional atual. A opção pela realização da análise de experiências concretas requereu a seleção e especificação de algumas situações existentes, para as quais se tomou o cuidado de limitar as possibilidades a experiências já finalizadas ou aparentemente consolidadas, procurando-se minimizar a possibilidade de esvaziamento dos estudos pela extinção das mesmas ou por qualquer outra adversidade correlata que fugisse ao controle da pesquisa. Sabendo-se da dificuldade de co-relacionar experiências, pela sua característica pontual, foi fundamental recorrer a ações que pudessem apresentar pontos que servissem a este estudo, corroborando suas colocações, seja por situações de sucesso ou fracasso das práticas estudadas.

O estudo de caso anteriormente desejado se mostrou como uma opção que poderia levar o trabalho à deriva, ao poder demandar mais investimentos para sua elaboração e tomar mais importância que o levantamento teórico, que foi o direcionamento metodológico definido para este trabalho. Sobretudo pela constatação de que, nesta fase da história, as ações têm sido pontuais e estanques

e, em geral, apresentam características muito específicas e regionalizadas, optou-se pelo levantamento de várias ações que, mesmo sob abordagem mais sutil ou superficial, puderam ilustrar e apoiar colocações diversas que surgiram nesta dissertação. As experiências levantadas, contudo, mostraram poder servir de modelo e ser passíveis de replicação, inclusive merecendo maior aprofundamento. Assim, em vez de adentrar um caso específico ainda desconhecido, optou-se pela segurança oferecida por estudos previamente realizados, sistematizados e formalizados seguindo método científico. Foram selecionadas as experiências, já citadas anteriormente, de: *Les Courtilières de Pantin*, na França; *Netville*, no Canadá; a *MSN Street*, na Inglaterra; Birigui; Praia do Pipa, Solonópole, Piraí, São Paulo (Internet Livre e Telecentros) e Ribeirão Preto, no Brasil. A escolha se deu pelas seguintes características comuns:

a) as experiências tiveram seus processos de elaboração, implantação e gestão sistematizados e formalizados pelos gestores locais, bem como geraram interesse de órgãos universitários, que também realizaram seus registros;

b) em geral, são experiências desenvolvidas em cidades de pequeno porte ou em bairros de cidades maiores, o que facilita o entendimento destas populações como formadoras de comunidades;

c) trata-se de programas diversificados em suas ações, o que possibilitou levantar, em cada experiência, pelo menos um ponto específico dentro dos assuntos que se desejam atingir com este trabalho.

Mais especificamente, a escolha das experiências brasileiras, para melhor compreensão das ações nacionais, se deu principalmente pelos seguintes motivos⁵:

⁵ Guarda-se a breve exceção de Birigui, que foi uma experiência de uso de *software* livre para uso do setor calçadista local, ou seja, a experiência é voltada diretamente para uma comunidade socialmente estável, apesar de ter forte impacto na vida das outras comunidades locais.

a) as localidades apresentam histórico de vulnerabilidade e de exclusão sociais;

b) as comunidades atendidas são dominadas historicamente por práticas de políticas públicas que poderiam ser consideradas como clientelistas e assistencialistas;

c) apesar de se reconhecer a extensão territorial e a diversidade cultural imperante no Brasil, acredita-se ser possível afirmar que estas experiências sejam casos que sirvam de exemplo, até mesmo com possibilidades de adaptação ou replicação em outras localidades do país;

d) foi possível encontrar relatos de usuários tecendo laços com comunidades externas às suas ou ampliando a abrangência geográfica de suas comunidades.

A interpretação do processo e o cruzamento das informações obtidas com a fundamentação teórica, contextos e panoramas reconhecidos consistiram na caracterização das conclusões da pesquisa.

1.4 ORIENTAÇÃO DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico se fez necessário para elucidar e aprofundar conceitos e termos que nortearam a pesquisa, sobretudo quanto ao reconhecimento da possibilidade de aplicação prática dos mesmos, em busca da validação, ou não, da hipótese inicial. Nos próximos parágrafos, é descrito o processo principal de organização da aquisição deste conhecimento, sendo citados os autores principais de referência, que aqui foram entendidos como chaves para o desenvolvimento de cada etapa da pesquisa que se desenhou.

Após o levantamento de autores e obras que balizaram a estruturação metodológica do trabalho e da documentação técnica e normativa da ABNT, foram pesquisadas fontes secundárias para a definição da conceituação e sua discussão, bem como para a observação de relatos e descrições que determinaram a escolha das experiências práticas que ilustraram e apoiaram o desenvolvimento geral da dissertação.

O primeiro ponto a ser tocado foi o conceito de Comunidade que alicerçou a pesquisa. Para tanto, recorreu-se à obra de Tönnies, comentada por autores como Ferreira, Gurney e Aguirre, Wirth e Marano.

A importância deferida a Tönnies se justifica por sua definição aparentemente pioneira sobre os conceitos de *Gemeinschaft*, traduzido para Comunidade e, *Gesellschaft*, traduzido para Sociedade. O sociólogo nasceu no atual território alemão, em 1855, em um contexto em que sua região estava praticamente excluída do contexto europeu, mas de onde já sentia o impacto das revoluções industriais na estruturação da vida dos agrupamentos humanos.

Para Tönnies, que cresceu no campo, a Comunidade estava estabelecida por uma totalidade orgânica que, amalgamada pelo senso de pertença, ou pertencimento espiritual e material à terra e à família, ao grupo e seu território físico, consistia em uma situação reciprocamente sentida pelos membros do grupo, fundada na convivência e na cumplicidade. A Comunidade foi considerada, pelo autor, como um modelo arquetipicamente rural. Além da ligação com o território físico e o sentimento recíproco de pertencimento e reconhecimento do grupo, outro elemento é componente desse tipo de associação: a vontade comunitária, ou o interesse comum. O interesse comum implica compreensão mútua e concórdia, na unidade de desejos individuais que formariam um novo e autônomo desejo coletivo.

Finalmente, o grupo só se estabelece como tal a partir de uma semelhança cultural entre seus membros que define o patrimônio cultural próprio coletivo da Comunidade, o que, entre outros pontos e juntamente com a proximidade territorial, permite a comunicação e a troca. A convivência em Comunidade só parece ser possível porque, naturalmente, seus membros são capazes de definir, interpretar e defender uma série de procedimentos protocolares incorporada em suas ações cotidianas.

Observou-se que a visão que o autor teve sobre a Sociedade era pessimista. Essa estrutura, movida pelo que hoje talvez se pudesse chamar de “Leis de Mercado”, é um mecanismo abstrato estruturado de forma compartimentada e fechada, no qual a relação entre os indivíduos se dá pelo conflito ou pelo interesse utilitário. Os processos de comunicação tendem apenas à sobrevivência imediata e o patrimônio cultural se torna padronizado, nivelado. A Sociedade, outro conceito importante para este trabalho, é urbana (a referência de Tönnies foi o modelo de vida urbana de sua época), racional, pública e passageira, baseada no jogo de aparências. Para o autor, o progresso, que não deve ser confundido com a promoção humana, mas sim com o sentido de avanço da Sociedade e do poder mercantil, significa a aniquilação das Comunidades. No entanto, o próprio Tönnies reconhece que seus modelos são teóricos e que, na prática, os agrupamentos podem ter tanto características de Comunidade quanto de Sociedade.

O desenvolvimento desses conceitos trouxe à tona outros termos que mereceram atenção, inclusive para uma possível compreensão ou adaptação dessas idéias para a realidade e tempo atuais. Um exemplo foi a necessidade de entendimento da importância da diferença que o autor estipula entre Vontade Natural e Lei para o fortalecimento da questão do interesse comum. Outro, a

formulação do termo Sociabilidade, da maneira principalmente desenvolvida por Simmel, que pôde também servir de arcabouço para o entendimento da relação entre virtualidade e Comunidades. A apresentação comentada da conceituação de Tönnies abre o corpo teórico da dissertação a partir do capítulo 2, *“As Comunidades e o mundo contemporâneo”*, no item 2.1, *“As conceituações clássicas de Comunidade e Sociedade”*.

Após o desenvolvimento deste quadro, o levantamento bibliográfico abriu caminho para o estudo dos elementos formadores da Comunidade, com a observação e relativização com o cenário estabelecido pelas TIC. Assim, foi possível compreender o contexto necessário para o surgimento do Ciberespaço e suas interações com o mundo físico, que foi descrito, sob essa ótica, no item 2.2, *“As tecnologias da informação e da comunicação e as Comunidades”*, que sofreu duas divisões: 2.2.1, *“A evolução tecnológica e a Supermodernidade”*, e 2.2.2, *“O Ciberespaço, o poder da informação e os novos paradigmas do espaço-tempo na sociedade contemporânea”*.

Em um primeiro momento, foi importante identificar conceitos como o da Supermodernidade, cunhado por Augé, para definir a aceleração das relações e processos humanos causada pelos ecos e reflexos das revoluções industriais e ampliada pelos avanços tecnológicos que também fomenta. Autores como MacLuhan, Montaner, Negroponte, Virilio, Mitchell e Duarte foram de suma importância neste caminho.

Procurou-se traçar rapidamente e de maneira esquemática um panorama do desenvolvimento das TIC, sobretudo da *internet* e do ciberespaço, como referência para a compreensão básica do universo virtual e de seu desenvolvimento,

sendo esta uma fase preparatória, como apoio ao entendimento dos conceitos mais específicos focados no desenvolvimento do texto.

Discutiu-se a existência de alterações cotidianas que muitas vezes sequer são postas em discussão, sobre o sentido de reconhecimento do “Eu”, do “Outro” e dos “Lugares” no ciberespaço e também no meio urbano, a mudança de visões de mundo e formas de comunicação e transferência de idéias, mudanças que estão ocorrendo em âmbito urbano e social, enquanto o ciberespaço se consolida constantemente. Não se tratou o assunto como uma disputa entre universos, e, sim, como uma união que pode ser utilizada para alcançar um objetivo de otimização, ampliação e melhoria da vida humana em todos os seus níveis. Esta discussão abriu caminho para o questionamento sobre qual tipo de vida e relações humanas se deseja ao se adentrar o ciberespaço.

Um desdobramento aparentemente interessante para o encontro de um panorama geral sobre o assunto foi a conceituação de Comunidades de lugar, de prática e de interesse, estruturada por Horan. Essa classificação norteadora foi utilizada mais tarde ao se definir os tipos de integração entre o ciberespaço e o mundo físico no bojo da discussão sobre comunidades, como poderá ser observado a seguir. Esse caminho foi ao encontro de Augè, Duarte e Montaner e dos conceitos de Lugar e Não-Lugar. Do *Khôra* platônico, que forneceria a existência a todos os objetos e elementos e por eles seria também constituído e que proveria as características de tudo que o ocupa, ao ciberespaço, foi possível traçar paralelos e analogias que permitiram uma colocação mais crítica frente ao ponto. Também se buscou a compreensão de relações entre fixos e fluxos, que formariam a percepção do Espaço, o reconhecimento do mesmo como Lugar de troca simbólica entre os homens, e a elevação do Lugar a Território por sua apropriação prática na vida

cotidiana. Em contrapartida, levantou-se a alternativa de entendimento do ciberespaço como um Não-Lugar, conceito originalmente relacionado aos ambientes físicos, que determina a porção do Espaço na qual não haveria reconhecimento, mas apenas funcionalidade e passagem e que seria um dos frutos da aceleração dos meios de transporte e comunicação.

A partir desse momento, se colocou uma questão central desta discussão que, embasada pelos pontos anteriores, preparou o campo teórico para o fechamento do capítulo 2. Trata-se das abordagens determinadas no item 2.3, *“Dinâmica das comunidades e as TIC”*, dividido entre 2.3.1, *“Comunidades e virtualidade”*, 2.3.2, *“O espaço percebido e as comunidades de lugar”* e, por fim, 2.3.3, *“A significação do ciberespaço e a manutenção do interesse comum”*. Neste momento, houve uma discussão de fundo sobre a não necessidade da existência material da base territorial, e sim a relevância de sua percepção, seja em uma realidade física ou virtual, para a determinação de Comunidades. Abriu-se caminho para a relação entre a percepção do Espaço e a virtualidade, buscando a compreensão do novo contexto imposto pela aproximação do ciberespaço com o mundo físico. Procurou-se, assim, compreender justamente os conceitos de Espaço, Lugar e Território, em condições físicas, ou talvez virtuais, para a determinação das Comunidades. Buscou-se a significação do ciberespaço e a manutenção dos elementos formadores da Comunidade e seu reflexo ou ampliação pelo mundo virtual. Nesse momento, o contraponto conceitual do Não-Lugar foi útil para se tratar a importância do interesse comum e da sociabilidade para comunidades que se formam a partir do ciberespaço ou dentro dele. Em suma, ficou clara a necessidade de compreensão do que ocorre com as Comunidades com a “diluição” da base física e possibilidades de uso do ciberespaço para suas interações.

Considerando as alterações causadas pelas TIC e pelo seu poder de simulação e a interpenetrabilidade dos modelos teóricos apresentados, pretendeu-se buscar a relação entre o conceito de Comunidades e a possível referência Espacial física ou virtual para sua existência, tomando como norte a identificação ou percepção de seus usuários sobre o conceito e interferência da sociabilidade e do interesse comum na definição das mesmas que, agora, não mais dependem diretamente da base geográfica física para sua formação e manutenção.

Como se considerou que o ciberespaço alterou o conceito de Comunidade, foi preciso reencontrar o entendimento sobre os laços de interesse e prática, aqui bastante norteados por Horan, e sobre a importância do julgamento dos próprios membros de uma comunidade sobre seus laços internos. Levy defende claramente a interconexão global para a formação de comunidades virtuais, ligadas basicamente pelo interesse comum e, posteriormente, pela identidade encontrada, rumo ao ideal da inteligência coletiva. Esta seria a base da cidadania e da democracia e, do modo como se colocou nesta dissertação, também da soberania popular, o que de certo modo desprezaria, como em Reinghold, a base territorial. No entanto, compreendeu-se que o poder de simulação e a própria apropriação simbólica do virtual pelas pessoas em geral, talvez pudessem recriar essa relação em outro universo ou plano. Um ponto de referência, também abordado, seria o encontro do *"Virtual Settlement"*, de Jones, que pode ser traçado em paralelo ao *"Genius Loci"*, de Norberg-Schulz. O autor, como alguns de seus pares aqui abordados, propõe o reconhecimento de serviços digitais como Lugares de encontro, troca e referência das comunidades e indivíduos.

No capítulo 3, *"TIC, Cultura e Democracia"*, a atenção se voltou para as relações intrínsecas dos conceitos de Cultura e Democracia nas comunidades e

sociedade no contexto contemporâneo, principalmente pela suposição de que a cultura seria um elemento de interligação da relação entre os pilares que estabelecem as Comunidades e as relações em Sociedade. Com o aporte das TIC sobre as relações de produção, apropriação e dinâmica culturais, foi retomada e relativizada a discussão sobre a tensão entre o modo de vida em Comunidade e a possibilidade de destruição apresentada pelo modelo de Sociedade, ao se observar a relação de dominação entre as culturas distintas de um mesmo agrupamento humano ou de agrupamentos diferentes. As referências recorrentes do capítulo são Castells e Chauí, cujas obras consultadas serviram como ponte ou amarração das definições e relações levantadas também pelos outros autores consultados.

O primeiro tópico, 3.1, *“Um olhar sobre as TIC no contexto contemporâneo”*, foi desenhado para situar o leitor no cenário da pesquisa. Com o apoio da conceituação de McLuhan e da crítica de Canclini e Gómez, o texto procura o entendimento histórico do processo de Globalização e sua interferência nas relações entre Cultura e Democracia.

Observou-se que a Globalização é um processo histórico de integração do mercado global que teve seu início ainda no Renascimento, como é afirmado por Gómez. Essa colocação se fez importante para que se pudesse desvelar a idéia de que este não trata de um fenômeno apenas contemporâneo. A partir dos novos paradigmas colocados pelo ciberespaço, o processo de globalização se intensificou, ou ampliou, com a possibilidade de transcendência das barreiras físicas e alteração constante do ritmo e quantidade de fluxos humanos. Discutiram-se, então, as implicações gerais do termo “Globalização”, considerado como não adequado por Gómez, que cuida e atenta para a necessidade de reconhecimento de sua ambivalência, causada pela gama diversa e abrangente de fenômenos que a

expressão contém e por seu impacto multidisciplinar nas diversas áreas do conhecimento e práticas da humanidade. Há também referência à posição de Castells, que apesar de poder concordar com as afirmações anteriores, percebe na economia global uma nova realidade histórica, que seria diferente de uma economia mundial por sua capacidade de funcionamento em tempo real em escala planetária, como uma unidade.

Nesse sentido, foi também importante buscar o posicionamento de McLuhan, que, já nos anos 1960, cunhou a metáfora da aldeia global e compreendeu que os avanços tecnológicos seriam extensões do corpo e da mente humanos. Sua visão, atualmente elevada por muitos ao *status* de “premonitória”, colaborou com a orientação do texto, durante a estruturação básica dos argumentos que serão mais bem dispostos no capítulo posterior, que toca a necessidade de inclusão digital para a equivalência de oportunidades de desenvolvimento humano.

Já se iniciou a partir deste texto a explicitação da preocupação com a utilização de um discurso sobre a Globalização que pode reforçar a impressão de um mundo homogêneo, e que, conforme é explicado por Chesnais, surgiu nas escolas norte-americanas de administração de empresas e foi popularizado pelo *marketing* e pela imprensa para ser usado como vocábulo recorrente do discurso capitalista. Também já se abre a abordagem sobre a questão da hegemonia, que é baseada no pensamento de Chauí. A autora entende que o fenômeno ocorre quando um sistema é interiorizado por todos os seus participantes e se torna absoluto, a ponto de inibir até mesmo a percepção de alternativas ao *status quo*. Nota-se que as TIC e suas mídias devem ser consideradas pelo poder de influência no estabelecimento de um ambiente hegemônico ou de ampliação das atividades e processos democráticos e de libertação.

Como início do capítulo, o tópico ainda introduz as idéias de necessidade de fortalecimento da instância local, dentro dos processos Globais de decisão política e de defesa de patrimônios culturais – possibilidade que surge com a apropriação das TIC e pelo contexto mundial estabelecido a partir da onda de redemocratização dos anos 1980, como é lembrado por Saule Jr., que situa o cenário brasileiro em seu discurso. Percebe-se, como colocado por Gómez, que há no uso das TIC tanto a ameaça de hegemonização e dominação cultural em escala planetária quanto a oportunidade de diversificação das culturas locais distintas que, ao se aproximarem de forma mais rápida e constante, talvez possam intensificar processos de redefinições das identidades políticas e culturais.

Seguindo a mesma linha metodológica, o tópico 3.2, *“O conceito de Cultura, as TIC e as dinâmicas de manutenção do patrimônio cultural”*, foi iniciado pela definição do conceito clássico de Cultura e sua variação histórica, tanto em sua condição teórica quanto em sua aplicação prática e relativa aos assuntos relevantes a esta pesquisa. Foram fundamentais os trabalhos de Cuche, Cascudo, Santos, Laraia, Puterman, Adorno e Horkheimer e de Geertz, que discute Taylor e Boas. A influência de Silveira, que será perceptível no capítulo posterior, já surge claramente nesta etapa do trabalho.

Para o senso comum, o conceito de Cultura parece estar associado à quantidade e qualidade de cabedais de conhecimento técnico, geral ou erudito de um indivíduo ou de um grupo. Muitas vezes, pode ser utilizado como sinônimo de acúmulo de informações, ou sabedoria. No entanto, o termo Cultura pareceu ser algo que iria além dessas colocações, ao se estabelecer como um ponto de ligação entre Sociabilidade, Reconhecimento Territorial e Interesse Comum na formação das comunidades. Assim, houve um breve levantamento das origens etimológicas

do termo, balizado, sobretudo, pela obra de Cuche.

De modo geral, compreendeu-se cultura como o repertório simbólico que rege o conjunto de hábitos e ações de um determinado grupo social, podendo-se conceber diferentes nichos, esferas ou subgrupos que ainda manteriam identidade cultural com um grupo maior, continente – nesse sentido, a sociedade também pode ser entendida durante o texto como o conjunto de comunidades. Procurou-se desenvolver o assunto com base no entendimento de que a esfera política também é referência cultural, além da valorização comum da relação entre cultura e expressão intelectual e artística de um povo ou grupo. Seguindo esse caminho, a discussão sobre a possibilidade de descaracterização de grupos detentores de dados culturais próprios, populares ou eruditos, pela cultura de massa ou indústria cultural se aproximou da abordagem do conflito entre Comunidade e Sociedade anteriormente apresentado.

Teve-se em vista a possibilidade de utilização do ciberespaço tanto como oportunidade libertadora quanto como força de massificação e até mesmo de dominação de comunidades mais fragilizadas em torno da defesa de seus bens culturais e de sua identidade. Em vez de possibilitar a apropriação do patrimônio cultural, e agora também tecnológico, para a experimentação e comunicação livres, em busca de fortalecimento de laços de identidade, o mundo virtual poderia destruir a coesão do grupo ao esvaziá-lo de seus sentidos e nivelá-lo em um universo sem diferenciação ou diversidade cultural. Desse modo, a tecnologia, entendida como risco e oportunidade, foi encarada como um dado cultural importante nesse mecanismo de produção, defesa ou massificação da cultura local e, conseqüentemente, da vida em comunidade. Essa consideração do antagonismo do

potencial de construção ou destruição que a determinação política do uso das TIC possui poderá ser notada durante toda a redação da dissertação.

A atenção especial a essa categoria se justifica pela percepção de que, nesses casos, a vulnerabilidade social pode ser sinônimo de enfraquecimento da própria Comunidade em si, o que remeteria a mais possibilidades de absorção ou destruição das mesmas por outros grupos dominadores e, ao mesmo tempo, talvez pudesse haver, pelo contraste, maior visibilidade ao surgimento de alternativas interessantes para a manutenção da vida em comunidade e patrimônio cultural local. Assim, foi dada grande importância aos processos de difusão cultural e aculturação, definidas por Laraia, e ao respeito ao relativismo cultural colocado por Boas. Na sequência desses raciocínios, foi tomada a referência em Coelho para se compreender as dinâmicas de Ação e Animação Cultural. O direcionamento se fez necessário para a compreensão dos mecanismos de dinamização ou de destruição da cultura ou do repertório de bens culturais das comunidades, sobretudo das comunidades socialmente vulneráveis. Como “Animação Cultural”, pode-se entender a elaboração de projetos com fins e objetivos precisamente definidos em produtos culturais nos quais a figura do agente cultural, promotor de atividades, espaços e eventos, é condicionante para o sucesso da iniciativa. É o agente que organiza equipes e conduz o processo junto ao público usuário do serviço proposto. Já o conceito de “Ação Cultural”, em uma abordagem mais coerente com o que se estabeleceu durante a pesquisa, define seus objetivos não no produto, mas no processo de produção. Para Coelho, o público usuário deve também ser o condutor dos serviços, na medida em que os agentes culturais propiciam a apropriação das estruturas dos serviços propostos pelos sujeitos, que se desenvolvem culturalmente enquanto produzem bens e os disponibilizam à comunidade ou sociedade. A

animação cultural é uma idéia que se poderia definir como mais centralizadora que a ação cultural que, a seu tempo, é participativa e emancipatória. Nesse sentido, a ação cultural parece ser uma ferramenta mais interessante para o fortalecimento dos laços comunitários, tratando-se ou não da questão das TIC. O levantamento ofereceu muito do suporte necessário para a argumentação sobre a postura que se acredita ser a mais eficiente frente às necessidades de determinação de políticas públicas de inclusão digital, que será abordada no decorrer do trabalho.

Para alguns dos autores consultados, a interdependência cultural é natural e até mesmo necessária. No entanto, a forma com que se dão os contatos e influências pode ser negativa, dados o panorama de aceleração apresentado pelas TIC, o aumento da ameaça de estabelecimento de padrões hegemônicos e a impossibilidade de algumas comunidades se apropriarem do ciberespaço e de seus desdobramentos.

Houve a intenção de se compreender também os conceitos de cultura popular (termo que neste contexto específico foi relacionado, como poderá ser visto, à cultura das comunidades socialmente vulneráveis), cultura erudita e suas relações com os conceitos “frankfurtianos” de cultura de massa ou indústria cultural. A discussão sobre a necessidade de apropriação das TIC ganhou mais força ao se perceber que tanto a cultura popular quanto a erudita podem ser niveladas pelas ações da indústria cultural, que, por sua vez, está nas mãos dos grupos detentores dos meios de produção e difusão de bens culturais. Também se somou a esse ponto a percepção de que culturas de classes dominadas muitas vezes podem acabar interferindo mais nas culturas das classes dominantes do que o contrário. Um dos pontos do qual se parte nesse momento do texto é a crença de que o estímulo à valorização e à defesa do patrimônio cultural local pode ser uma estratégia de

fortalecimento das comunidades e de favorecimento da democracia e conseqüente promoção humana desses grupos.

Em um momento histórico em que as realidades física e virtual tendem a se tornar uma única realidade, as discussões sobre defesa do patrimônio cultural comunitário parecem necessitar tanto da visão dinâmica sobre as instâncias global, locais e glocais quanto da consideração da possibilidade de alternância entre os universos físico, digital e ampliado.

Estabelecidos os conceitos anteriores, ainda foi preciso definir a utilização do termo democracia. Optou-se, seguindo a mesma linha de trabalho, pela definição histórica e pela observação de sua utilização e aplicação práticas atuais, apresentadas no subitem 3.3.1, “*O trinômio Democracia/Cidadania/Soberania Popular*”. Os autores centrais desse tópico são: Coutinho, Chauí, Hobbes, Caccia Bava, Vouga, Oliveira e Chomsky, que é citado de forma discreta, mas cuja interferência foi fundamental para o desenvolvimento do espírito crítico da pesquisa.

Logo, percebeu-se que o conceito clássico de democracia, desde sua origem grega, não coube praticamente como uma condição universal, mas que diversos “filtros”, direta ou indiretamente, limitaram e limitam a participação popular em suas rotinas. Nesse caso, o nível de abrangência da cidadania em uma sociedade ou comunidade se torna um fator de limitação ou favorecimento da participação democrática. Caberia lembrar Aristóteles, que definiu o Homem como *Zoòn Politikòn*, geralmente traduzido para animal político ou social, mas que talvez fosse mais bem vertido no sentido de “*animal da pólis*”. *Pólis* seria, então, o hábitat original e raiz da cidadania. Assim, não só a natureza, mas a propriedade e o poder de acesso à *Pólis*, definem a cidadania. Atualmente, como poder de acesso, é possível entender a possibilidade de ir e vir e de utilizar espaços físicos (ou não

físicos) e de receber e transmitir informações e conhecimento com consciência do ato.

No decorrer do rápido levantamento histórico, puderam-se observar vários momentos em que os modelos democráticos justificaram a exclusão de parcelas significativas de integrantes de diversas sociedades. Hobbes descreveu, no Renascimento, a democracia como um governo de muitos e não um governo de todos. Durante a Revolução Francesa e em períodos subseqüentes, mesmo sob o discurso de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, textos de constituições do país apresentam formas de relacionar a propriedade de bens ou parcelas de terra com a possibilidade de participação do cidadão nos fóruns decisórios da época. Desde cedo foi possível encontrar a cidadania condicionada à propriedade, o que fazia com que a Democracia fosse para os mais abastados. Essa etapa do estudo procura definir então esse caminho histórico, retomando brevemente os períodos das revoluções industriais, do entre e dos pós-guerras mundiais, das ditaduras militares e da redemocratização dos anos 1980.

Atualmente, pode-se entender, como fazem Coutinho e Oliveira, a democracia, a soberania popular e a cidadania praticamente como sinônimos, a partir do momento em que os conceitos são condicionantes uns dos outros e levam ao objetivo último da promoção humana em todos os seus aspectos.

No entanto, mantendo-se o dilema histórico, o mundo capitalista imperialista promove a democracia e a “liberdade”, enquanto exclui populações inteiras, parcial ou totalmente, dos processos reais de decisão. A sociedade de consumo reduz a democracia ao voto e, nesse caso, como lembra Chomsky, permite que muitos escolham, entre poucos pré-escolhidos, quem será seu representante no poder, esquecendo-se da relação de delegação, colocada por Hobbes, e se

desarticulando politicamente. Como destaca Caccia Bava, em tom de crítica e preocupação, talvez o modelo atual, que se considera como democracia, seja uma forma mais barata e menos desgastante de se estabelecer a hegemonia dos grupos dominantes.

Como se acredita que a opinião pública pode ser facilmente manipulada por esforços estratégicos de propaganda e *marketing*, o entendimento dessa linha crítica é fundamental para a compreensão do impacto das TIC no universo cultural, e, nesse momento, também social e político, das comunidades socialmente vulneráveis, cujos baixos níveis de escolarização e a falta de domínio do conhecimento sobre o contexto histórico nacional podem tornar ainda mais fácil que haja dominação direta ou por meio de ilusões de participação. Com a redução das possibilidades de conflito, defendidas por Chauí, possivelmente se perde uma das peças fundamentais do jogo democrático real e efetivo.

Fundamentado no discurso de Coutinho, o subitem 3.3.2, “*A geração, conquista e manutenção de Direitos*”, procura estabelecer o entendimento sobre a colocação de que Cidadania, Soberania Popular e Democracia formam o trinômio que é conquistado pela tensão e lutas constantes pela geração, manutenção e universalização dos Direitos Humanos. Nesse ponto, há um histórico superficial sobre o surgimento das demandas por Direitos e sua categorização em Direitos Cívicos, que defendem o cidadão contra o Estado, Direitos Políticos, que garantem os primeiros pela possibilidade de participação na tomada de decisões do conjunto da sociedade, e Direitos Sociais, que permitem ao cidadão uma participação mínima nas riquezas material e espiritual, que podem ser entendidas de forma ampla como o patrimônio cultural da sociedade à qual pertencem.

A seguir, o subitem 3.3.3 trata da *“Participação popular no Brasil”*. As obras que balizaram essa etapa do trabalho foram de Serra, Rolnik, Kowarick e Bonduki, Gohn, Lebrete e Lampareli, além de Castells e Chauí, que, conforme já se colocou, estiveram presentes em todo o capítulo.

Nesse ponto, a preocupação maior foi o entendimento das redes, que se acredita estarem próximas do conceito clássico de comunidade, para que se pudesse clarificar e preparar o caminho para a categorização definida para comunidades, exposta no capítulo final desta dissertação. O caminho seguido é orientado pela questão da participação popular; também se busca a percepção sobre a relativização do entendimento do uso do termo “povo”, com base no conhecimento apresentado anteriormente de que, durante a história, segmentos sociais foram excluídos dos processos participativos, simplesmente por não serem considerados como cidadãos. Procurou-se aqui fazer um levantamento de períodos notáveis da história nacional do último século para buscar essa compreensão linear de desenvolvimento do termo, no contexto específico das fases de planejamento urbano. Do início do século, quando se inicia a preocupação (reduzida e restrita) com a participação do povo nos processos de planejamento urbano, passa-se para a Era Vargas, em que há desarticulação dos grupos sociais e grande permissividade. No breve período democrático que se estabelece posteriormente, um exemplo interessante mereceu atenção: a chegada de Lebrete ao Brasil e a fundação da Sagmacs.

O estudo do pensamento e prática de Lebrete, balizado por seus textos e pelas colocações de seu discípulo direto, Lamparelli, se fez destacável por se perceber grande sintonia entre suas colocações e a linha de raciocínio que já vinha se desenhando na pesquisa. O padre dominicano, que já vinha de um histórico de

luta e perseguições ideológicas – até mesmo da própria Igreja – por causa de suas idéias e da fundação, em 1947, na França, do movimento *Economie et Humanisme*, parece ter encontrado eco para suas idéias no Brasil e aqui ter conseguido campo para colocar em prática uma série de inovações metodológicas. Suas idéias, além de promoverem uma nova sistematização de dados e processos que anteriormente ocorria de forma precária, também envolviam as populações afetadas por ações de planejamento em todas as fases do mesmo, desde o levantamento inicial de dados até as discussões e usufruto das informações, conhecimentos e práticas originadas dessa mecânica.

Lebret buscava na consolidação de sua *Economia Humana* a estruturação de uma vida solidária para todos, que satisfaria as necessidades autênticas de todos os planos, não só na subsistência, mas nas esferas da conquista da dignidade da vida intelectual, artística, moral e espiritual. Para Lebret, seria possível, a partir daí, que se promovesse o desenvolvimento de uma nova civilização.

Posteriormente, toca-se na destruição causada pelo golpe militar, nas situações de resistência e no contexto democrático atual. Procurou-se desenvolver uma linha de discussão sobre as posições em que hoje se colocam governo e sociedade civil organizada no entendimento da solidariedade e da participação desses segmentos na promoção humana universal dentro de um cenário capitalista liberal. Nesse momento, foi possível reforçar a idéia de que a conquista da democracia/cidadania/soberania popular se dá por processos tensos de luta e de articulação política que, por sua vez, são facilitados pela Comunidade e ameaçados pela Sociedade. O uso do ciberespaço mais uma vez pareceu poder surgir como ferramental de apoio ou destruição dessas articulações, dependendo do nível de preparo e apropriação de seus usuários ou “espectadores” e das definições

conceituais que regem os governos e a sociedade civil no estabelecimento de políticas públicas que visem ao desenvolvimento social por meio das TIC.

Finalmente, expõe-se a questão do trabalho em rede e sua relação com as TIC no subitem 3.3.4, *“As redes como possibilidades de ampliação da democracia”*. É importante ressaltar que aqui o termo democracia será considerado como continente da cidadania e soberania popular e como uma das condições de fortalecimento das comunidades socialmente vulneráveis. Whitaker, Sampaio, Homma, Gohn e Camargo são as referências utilizadas na construção desse fechamento que, de certa forma, também já introduz o capítulo 4.

Se não é acertado afirmar categoricamente que as TIC definiram a cultura de trabalho em rede, pode-se crer que estejam intimamente ligadas e que seu uso tenha sido favorável a e favorecido por essa forma de organização das atividades humanas sociais, políticas e de produção. Diferente do modelo há muito estabelecido de organização piramidal, no qual há clara hierarquia e compartimentação da participação e acesso à informação, a cultura organizacional em rede parece também se relacionar mais diretamente com a democracia no tocante à valorização de uma relação horizontal de divisão de funções, comprometimento e acesso ao conhecimento. O modelo, para se sustentar como tal, promove maior e melhor participação de todos os seus integrantes em seus processos, rotinas e determinação e manutenção de fluxos. O estudo reconhece a necessidade dos dois modelos, pirâmides e redes, e também propõe o entendimento de que podem se fundir, em situações específicas.

Em uma rede, cada integrante é considerado como um Nó, como explica Whitaker. As linhas que unem os nós seriam justamente o fluxo de informações contínuo e horizontal e o compromisso dos integrantes com o todo. Situação que

lembra em muito os laços estabelecidos nas Comunidades, de interesse comum, sociabilidade e reconhecimento territorial, ou, como foi discutido no capítulo 2, a necessidade de manutenção de meios rápidos de comunicação. As redes ainda podem se interconectar, formando redes de redes, em nível local, global e glocal.

Ao transpor o modelo para o planejamento da cidade e sua ampliação por meio do ciberespaço como uma forma de favorecimento da participação popular, por meio da democracia e governo eletrônicos, por exemplo, o texto encontra a determinação dos Conselhos Populares, Comunitários e Temáticos Institucionalizados como organizações paritárias entre governo e sociedade civil organizada que já funcionam como redes, mesmo sem o aporte das TIC. De certa forma, essa abordagem tenta demonstrar que essa alternativa de organização é uma possibilidade viável de estabelecimento de uma cultura democrática.

Finalmente, fortalece-se a preocupação com a necessidade de desenho de políticas públicas que respeitem as necessidades e recursos das comunidades atendidas e que visem à apropriação das TIC como meio de manutenção cultural e articulação política democrática local.

A análise do levantamento bibliográfico apontou a necessidade de relacionamento e articulação entre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, cultural e político das comunidades com os esforços e estratégias dirigidos à inclusão digital. Dentro do tema da pesquisa e sob a ótica de reconhecimento da realidade e das necessidades específicas da população atendida por qualquer política pública, a relação entre distribuição de poder e, conseqüentemente, inclusão social universal, é a linha condutora deste capítulo 4, *“Políticas públicas e as TIC”*, que fecha a dissertação. Além dos autores de referência, optou-se pela citação e

comentário de algumas experiências práticas que, mais bem definidas a seguir, ilustrarão e embasarão os pontos de vista colocados no texto.

No item introdutório 4.1, *“A necessidade de inclusão social, cultural e política e de políticas públicas articuladas para a inclusão digital”*, determinou-se o que se entendeu como exclusões ou inclusões social e digital e se aprimorou a idéia de sua ligação com políticas públicas participativas e integradas. Os autores de referência foram Chauí, Jambeiro e Silva, Gómez, Bucci, Caccia Bava, Santos, Sorj e Guedes e Saule Jr. Procurou-se inicialmente determinar uma linha de raciocínio que apresentasse as relações entre a onda de democratização, ocorrida após o momento simbólico de queda do socialismo e final da Guerra Fria, as TIC e o fortalecimento dos fenômenos referentes à Globalização. Houve a ressalva de que, mesmo em países ditos democráticos, diversas situações não permitem que o desenvolvimento humano seja completo. Caccia Bava apresenta a idéia de que a democracia atual pode ser traduzida pelo acúmulo exacerbado de poder para pequenos grupos que favorecem a competição, o individualismo e a hegemonia do mercado para a manutenção do mesmo.

Nesse íterim, foi possível encontrar nos textos de Gómez e Sorj e Guedes a crítica necessária para se reforçar a idéia de que o paradigma das TIC não necessariamente promove a democracia plena, apesar de poder gerar a ilusão contrária. Observando o impacto que as TIC causam nos fluxos humanos de produção e comunicação, foi retomado o caminho da discussão sobre a influência da indústria cultural nas dinâmicas das comunidades mais vulneráveis, sobretudo ao se determinar a importância do uso e posse de produtos tecnológicos pelas mesmas. Por outro lado, com apoio da visão humanista dos autores citados, buscou-se o entendimento da necessidade do aporte das TIC para o desenvolvimento

educacional, cultural, tecnológico e político das comunidades e, por continuidade, de todo o conjunto da sociedade.

Reconhecendo um panorama *Glocal*, o texto procura apresentar a relação entre as problemáticas e potencialidades locais e a situação mundial atual, e fortalecer a afirmação de que o trabalho ou a vida em rede, que já seriam uma forma de organização antiga, têm ganhado força e visibilidade por meio do potencial que as TIC apresentam para ampliá-los.

Ao determinar, como Bucci, as políticas públicas como objetivo final da ação governamental e, ao mesmo tempo, os seus processos de implantação e desdobramentos em estratégias e táticas para a obtenção dos objetivos iniciais das mesmas, percebeu-se a importância, defendida por Caccia Bava, de que haja não apenas a interligação de políticas públicas, mas o envolvimento de todos os setores e esferas da sociedade para que seja possível garantir a legitimidade e eficiência de quaisquer propostas de ação e de intervenção.

Também foi trazida por Chauí a necessidade de que as políticas públicas sejam entendidas como processo de libertação frente aos paradigmas da “Ideologia da Competência” e da “Sociedade do Conhecimento”. De modo geral, o discurso aqui traçado defendeu que, enquanto as populações empobrecidas investem seu tempo e suas forças para a sobrevivência diária e para o acesso aos parques recursos e serviços oferecidos pelo Estado, como é lembrado por Jambeiro e Silva, o uso da *internet* poderia reduzir esses esforços, o que poderia reservar tempo e recursos dessas populações para seu desenvolvimento autônomo.

Por fim, houve uma referência importante a Gramsci, que poderá servir de apoio histórico à discussão. O autor já discutia, em sua época, na Itália, a relação entre governos e investimentos culturais e considerava a existência de bens e

equipamentos culturais, que deveriam ser entendidos como “serviços culturais públicos”, para a defesa da emancipação da população, fortalecida por formação “humanista”, destinada a desenvolver em todos as capacidades fundamentais de reflexão, conhecimento e autonomia.

Após esse tópico de introdução, foi colocado o entendimento sobre as possibilidades de desenho de políticas públicas em si. Traçou-se, inicialmente, uma categorização das comunidades frente às TIC, para, depois, se entender, com base em Silveira, o nível de interação das mesmas. O item 4.2, “*As TIC e a revisão da estrutura das Comunidades*”, foi desenvolvido sobre textos de Reinghold, Bianchini, Wellman e Hogan, Horan, Nie e Erbringe.

Enquanto Nie e Erbringe acreditam que, em linhas gerais, o ciberespaço seja uma oportunidade de alienação, Wellman e Hogan afirmam justamente o contrário: que as TIC têm a capacidade de fomentar o desejo de articulação entre as comunidades e indivíduos e até mesmo de aumentar os encontros presenciais. Optou-se, então, pela segunda linha de pensamento, ao se destacar a preocupação com a integração do ciberespaço ao meio físico em uma nova dimensão, híbrida, e as formas com que as comunidades dela se apropriam.

Das comunidades de prática apresentadas por Wellman e Hogan à constatação de Reingold, de que nos dias de hoje certamente não há mais apenas um tipo ou modelo de comunidades, observou-se em Bianchini a preocupação com o contato entre essas comunidades e as TIC no tocante à manutenção de sua cultura e modos de vida. A partir daí, consideraram-se os níveis locais e globais de interação e as esferas de envolvimento entre físico e virtual, mantidas as referências expostas no capítulo 2, para se chegar a uma classificação modelar que pudesse facilitar a compreensão do tema estudado. Como já se adiantou, encara-se uma

categorização desse tipo como um modelo teórico, pois não seria possível isolar, na prática, as comunidades, como aqui se fez de forma ideal. A opção por esse caminho se deu para que facilitasse o estudo e o processo didático de entendimento, mas é importante reafirmar a crença de que não há modelos estanques, salvo raras exceções.

Foi possível identificar basicamente quatro níveis de interação, que são descritos em subitens do tópico 4.2.1, “*As TIC e as possibilidades de criação e ampliação das comunidades*”; 4.2.1.1, “*Comunidades físicas locais*”, cujos exemplos seriam grupos que mantêm características anteriores às revoluções industriais; 4.2.1.2, “*Comunidades virtuais*”, exemplificadas pelos grupos formados em torno de serviços de *chats*, mensagens instantâneas e *websites* de relacionamento, como Orkut e Gazzag; 4.2.1.3, “*Comunidades ampliadas locais*”, que têm alguns *websites* mantidos e utilizados por grupos específicos, como a MSN Street, na Inglaterra, relatada por Horan, Netville, no Canadá, ou *Les Courtillières de Pantin*, na França, casos relatados por Tramontano como exemplos centrais; 4.2.1.4, “*Comunidades ampliadas glocais*”, cujos exemplos são as comunidades atendidas pelos Telecentros paulistanos, na escala de um bairro ou de um conjunto de bairros, ou as experiências das cidades de Solonópole, no Ceará, ou de Piraí, no Rio de Janeiro.

Em 7 de dezembro de 2005, na palestra “Software Livre e Inclusão Digital”, promovida pelos grupos de pesquisa E-Urb e Nomads, do departamento de pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da EESC USP, o dr. Sérgio Amadeu da Silveira discutiu a questão do *software* livre e da inclusão digital. Apresentando sua experiência como sociólogo e doutor em Comunicações, coordenador do Governo Eletrônico da prefeitura de São Paulo e presidente do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação, relacionou os diversos aspectos da implementação do

uso das TIC nas comunidades e sociedade brasileira. Durante o evento, Silveira apresentou categorias de classificação das comunidades a partir de seu nível de apropriação e uso das TIC em suas atividades.

Acreditou-se que essa categorização seja bastante útil quando utilizada como um esquema tipológico no planejamento, análise e avaliação de experiências promotoras da inclusão digital e como referência na observação das alterações decorrentes dessas ações e planos.

O item 4.2.2, *“Apropriação das TIC pelas comunidades”*, foi então originado nesse discurso de Silveira e foi dividido em: 4.2.2.1, *“Ações pelo uso e acesso”*, que apresentou os exemplos dos Centros de Inclusão Digital de Ribeirão Preto, São Paulo e dos Telecentros paulistanos para se colocar este primeiro nível, que seria o contato inicial e mais passivo com as TIC; 4.2.2.2, *“Ações de provimento”*, que trouxe o exemplo da Cidade do Conhecimento/Rede Pipa Sabe, experiência realizada na Praia do Pipa, em Tibau do Sul, Rio Grande do Norte, relatado por Schwartz (2003); e o último nível, 4.2.2.3, *“Interações complexas em rede”*, que apresenta o exemplo da rede calçadista de Birigui, São Paulo, comentada por Campião (2006) e pelo próprio Silveira (2005).

Como pode ser corroborado pelas reflexões de Coelho F.D., o estabelecimento de patamares mais avançados de inclusão digital ainda é difícil, pois o primeiro nível é bastante valorizado por gestores de políticas públicas que não atentam à qualidade das ações, mas sim à quantidade e profundidade de público atendido. O autor também destaca que as experiências de inclusão no Brasil ainda estão muito isoladas e nem sempre são participativas, o que dificultaria o sucesso ou continuidade das mesmas.

Por fim, o texto foi direcionado para o tópico 4.3, *“Políticas públicas para inclusão digital e promoção humana”*. Nesse momento, as referências centrais foram Jambeiro e Silva, Castells, Chauí, Silveira, com interferências importantes do pensamento de Puterman e McLuhan. Tratou-se fundamentalmente da importância da comunicação, agora com o aporte das TIC e do ciberespaço, nos processos de distribuição de poder e na questão da criação e manutenção de políticas públicas como opções políticas mais amplas, que podem apresentar o poder de definir os rumos históricos das comunidades e das sociedades humanas em níveis local, mundial e híbrido. O texto foi iniciado pela memória histórica de momentos que se julgaram corroboradores da construção da linha de raciocínio, sobretudo pelo comentário de suas conseqüências, como a primeira impressão em série e a tradução luterana da Bíblia para o alemão. Depois, retomou-se a idéia do Mercado e dos interesses políticos individuais como forças influenciadoras das determinações políticas de desenvolvimento humano para se discutir qual tipo de desenvolvimento se desejava de agora para o futuro, de acordo com analogia realizada sobre as colocações de Chauí, para quem tanto será possível criar um espaço de divisão entre os possuidores do saber e os executores de ordens quanto se definir uma sociedade democrática participativa, talvez sem precedentes, com o apoio e apropriação das tecnologias em geral.

Levando em consideração o avanço e banalização crescentes dos bens tecnológicos, ficou clara a necessidade de se planejar os processos de inclusão digital. A seqüência do tópico trata a questão dividindo-a em quatro subitens talvez centrais, mas não exclusivos, para essa discussão.

O primeiro ponto levantado está definido em 4.3.1, “*A questão do software livre e aberto*”. As referências são buscadas em Silveira, Jambeiro e Silva, Bianchini, Mitchell e no exemplo da experiência de Solonópole, no Ceará.

A valorização dessa opção se deu não apenas pela constatação da alternativa de barateamento de custos de implantação e operação de sistemas e *softwares* em geral e, especificamente, de projetos de inclusão digital, mas pela relação teórica que se faz entre essa inclusão e a luta pela democratização e contra o estabelecimento de situações de hegemonia, como o monopólio de mercado que tem se colocado com os *softwares* proprietários. Valorizou-se o contexto libertador oferecido pelo uso de *softwares* livres e abertos e por seus desdobramentos pedagógicos e sociais.

Silveira (2001), inclusive, coloca a questão da inclusão digital ampla e profunda como um direito fundamental para o alcance da cidadania, e a *internet* como ferramenta poderosa de comunicação para a promoção humana. Nesse sentido, Jambeiro e Silva (2004) percebem o ciberespaço praticamente como uma ponte entre receptor e transmissor, que podem trocar de lugar a qualquer momento, o que seria o grande diferencial de emancipação presente nesse artefato. O conhecimento sobre os códigos e a possibilidade de interferência sobre os mesmos para adaptações de *softwares* a problemáticas específicas passaria a ser, então, como é defendido por diversos autores, a capacidade que o usuário comum teria de construir suas próprias pontes.

Tomou-se ainda de Silveira (2001) sua posição quanto às “*liberdades*” dos usuários frente a *softwares* livres abertos (acesso e redistribuição de cópias originais ou alteradas; utilização para qualquer propósito; acesso ao código fonte, que possibilita adaptações do mesmo a necessidades específicas ou para seu

aperfeiçoamento; liberação do código alterado para benefício da comunidade) para se apresentar outro grupo paramétrico para o desenho e avaliação de políticas públicas nesta área de interesse. Acredita-se, como fazem Jambeiro e Silva (2004), que o desenvolvimento social em ambientes de democracia real e plena seja obtido apenas quando os métodos para tanto visam à liberdade, à igualdade e ao trabalho colaborativo – como meio e como fins.

Fez-se uma breve explanação sobre a experiência ocorrida em Solonópole, Ceará, no início dos anos 2000, esperando-se promover a reflexão pelo contraste. A experiência da prefeitura municipal, alardeada como pioneira tanto no uso do *software* livre quanto pela inclusão digital, se mostrou ilusória. No entanto, mesmo a partir do possível fracasso, houve a possibilidade de se observar mudanças na cidade e na articulação de seus cidadãos em torno das expectativas geradas pela experiência.

A partir das reflexões originadas nas explanações anteriores, ficou claro que apenas o acesso e o uso das TIC, mesmo que por *softwares* livres abertos, não seria suficiente para garantir a qualidade do contato com o ciberespaço. Assim, em 4.3.2, “*O aporte educacional à inclusão digital*”, houve a tentativa de se colocar os processos pedagógicos educacionais como substrato das ações de políticas públicas inclusivas. As referências foram Jambeiro e Silva, Delors, Ímbernón, Rigal, Sorj e Guedes, e os exemplos colocados foram o Programa *Internet Livre*, do SESC do Estado de São Paulo, e um dos projetos do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (Laob), ONG de Salvador.

Discutiu-se nesse momento não apenas o aporte pedagógico a projetos de inclusão digital, mas algumas linhas de adequação das escolas e ambientes educacionais à entrada das TIC em suas diversas rotinas. A postura educacional

defendida foi a orientação por uma educação humanista e libertadora que poderia encontrar nas TIC uma possibilidade de alcance, profundidade e abrangência muito relevantes com relação às comunidades socialmente vulneráveis. No entanto, o projeto dessas ações pareceu merecer grande atenção para que não se caia no risco de se colocar computadores em escolas que não tenham professores, pessoal técnico, ambientes e mesmo usuários preparados para sua utilização adequada.

Como exemplo positivo é referenciada a experiência do SESC Paulista, em seu programa *Internet Livre*. O acompanhamento do documento base de sua implantação e coordenação demonstrou uma preocupação global, que vai do *lay-out* das salas de *internet* à logística e estratégias de manutenção de contatos presenciais e troca física entre os usuários. Essa discussão também se tornou propícia quando se percebeu que a educação, seja formal ou informal, seria a base dos processos continuados de dinamização e defesa dos patrimônios culturais de indivíduos e das comunidades e sociedades. Como lembram Sorj e Guedes, há ainda a necessidade de se pensar esses processos como um todo para que a inclusão digital realmente se torne libertadora, e não uma ferramenta de dominação.

Outro exemplo que colaborou com o posicionamento que se desejou frente ao tema foi a experiência do Laob, uma instituição baiana centenária que teve toda sua linha pedagógica revista em 2002, sofrendo atualizações para inclusão das TIC como ferramentas de ensino. Essa foi uma iniciativa escolhida por Jambeiro e Silva (2004) para seus estudos por ser uma organização não-governamental que oferecia gratuitamente a seu público projeto de inclusão digital permeado por projetos pedagógicos. A discussão dessa experiência pareceu ser oportuna, inclusive porque os autores deixam clara sua opinião de que, apesar dos esforços institucionais louváveis e exemplares, a inclusão digital assim estabelecida não

garantiria o sucesso pessoal e social dos usuários e de suas comunidades, como muitos dos grupos, que se classificam como *“defensores da massificação do uso da internet”*, poderiam acreditar.

Posteriormente, colocações de Jambeiro e Silva, Wellman e Hogan, Sorj e Guedes e Coelho levaram a crer que, além das preocupações com o uso e difusão do *software* livre aberto com aporte educacional, também seria necessário estudar a situação dos recursos de acesso às TIC disponíveis para as populações vulneráveis. É do que trata o subitem 4.3.3, *“Recursos para contatos individual e comunitário do ciberespaço”*.

Estruturado sobre os estudos de Sorj e Guedes sobre o contexto da Favela da Rocinha, na capital fluminense, o processo de elaboração do texto trouxe a discussão da necessidade de uma visão mais geral sobre o problema, a partir da constatação de que os poucos recursos financeiros e de tempo que essas comunidades detêm muitas vezes não fazem jus às simples necessidades de chegada até os serviços públicos, como pontos de contato com a *internet*, por exemplo. Nesse sentido, foram observados alguns dos limites que se colocam nos processos de inclusão digital – do preço dos equipamentos e de sua manutenção à falta de tempo para acesso aos mesmos. Pelos autores são colocadas alternativas viáveis de inclusão, no uso cooperado ou nos espaços de trabalho.

Discutiu-se novamente a necessidade de criatividade frente ao problema e de posicionamento dos gestores de políticas públicas que preferem opções quantitativas em detrimento de uma profundidade maior de projeto, como no caso da breve crítica que se faz ao programa de inclusão digital do Banco do Brasil.

Pretendeu-se encerrar a linha de raciocínio determinada pela pesquisa neste último ponto, 4.3.4, *“Conteúdos gerais para políticas públicas integradas”*.

Como revisão geral dos tópicos abordados, para o fechamento do texto, retomou-se por meio de Santos Jr. a reflexão sobre a situação da articulação política e da participação popular no Brasil.

Buscou-se a referência dos estudos de Sorj e Guedes e de textos oficiais que orientam o desenvolvimento humano com o aporte do ferramental oferecido pelas TIC e pelos ambientes de trabalho e organização em rede, como é o caso do Plano Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II) e o exemplo descrito por Coelho, F.D. do planejamento integrado realizado pela cidade de Piraí. Localizada no Rio de Janeiro, Piraí se encontrava em uma situação de “falência” iminente e hoje é tratada como exemplo para programas estaduais de políticas públicas, inclusive na área de inclusão digital, como é o caso do projeto da Infovia do Rio de Janeiro, que também é tocado no texto. O exemplo é trazido para o fechamento do trabalho, pois corrobora a idéia de participação popular na definição das políticas públicas e apresenta uma dinâmica interna de funcionamento que toca os pontos anteriores: uso consciente de *software* livre, disponibilização de contato gratuito e banalizado com as TIC e o ciberespaço e preocupação com o envolvimento das instituições de ensino nesse processo. Além disso, a cidade envolve as suas diversas esferas sociais e de poder e ainda organiza comunidades específicas para a criação de um ciclo autopropulsor de desenvolvimento e promoção sustentável dos setores econômicos e da vida humana locais.

Conforme é afirmado por Silva, o plano de Piraí tem obtido sucesso por determinar um fenômeno induzido de forma abrangente. O relatório final do Programa Gestão Pública e Cidadania: Histórias de um Brasil que funciona – PGPC 2004 – se refere à iniciativa como inovadora e humanista. Fica clara a utilização das TIC como meio e a criação da cultura do trabalho em rede como fim. Nesse sentido,

esta rápida descrição final pareceu ser oportuna como uma referência que traduz as idéias centrais tratadas no decorrer desta pesquisa.

2 AS COMUNIDADES E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

2.1 AS CONCEITUAÇÕES CLÁSSICAS DE COMUNIDADE E SOCIEDADE

O desenvolvimento da conceituação central de comunidades que norteou este texto buscou a reflexão estabelecida pelo cientista alemão Ferdinand Tönnies, que foi o primeiro cientista a definir parâmetros claros para essa questão. Tönnies elaborou um modelo teórico, para o qual cunhou dois termos ideais para descrever formas de relações sociais de grupos humanos: *Gemeinschaft*, traduzido para *Comunidade*, e *Gesellschaft*, traduzido para *Sociedade*. Acreditou-se que a compreensão do desenvolvimento desta idéia, do contexto em que se deu, e a percepção de suas implicações em campo teórico e prático se mostraram de grande valia para a estruturação de um ponto de vista voltado para o tema de forma mais concreta e estruturada.

Tönnies nasceu na Alemanha em 26 de julho de 1855, quando a Europa vivia os momentos iniciais da segunda Revolução Industrial. Nessa época, o atual território alemão ainda estava longe de sofrer os impactos diretos da nova realidade que se desenhava. O teórico nasceu, cresceu e viveu muitos anos no seio de comunidades rurais e, de acordo com as observações de Gurney e Aguirre (1980:145-154), essa vivência muito influenciou sua obra que, inclusive, foi desenvolvida quando os assuntos e problemas da sociologia contemporânea não haviam sido articulados explicitamente e nem se contava ainda com a metodologia requerida para sua investigação adequada. Para eles, a conceituação de Tönnies foi estruturada pelo que consideram como “*um conglomerado de características obtidas através da meditação, reflexão e imaginação do autor*”, sem que houvesse um

referencial empírico específico ou registros anteriores. Nesse sentido, apontam o risco de que a sociologia de Tönnies seja estática, descritiva e determinista, ressalva que foi levada em consideração ao se escolher esta linha teórica como referência.

Conforme relata Coramusi (documento digital), o percurso intelectual de Tönnies parte da forte crítica ao "progresso" e a seu processo de crescimento que gera o isolamento do indivíduo e que propicia seu afastamento e perda de relações com sua realidade tradicional. Marano (documento digital) esclarece que para Tönnies os dois tipos propostos – *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* – são reconhecidamente categorias analíticas para fins de isolamento da problemática e compreensão da realidade. O autor admitiu que todo agrupamento humano apresenta características de ambos os tipos que propôs, permeadas em suas relações estruturais e cotidianas, e negou a possibilidade de que, empiricamente, existisse uma sociedade com características totalmente de um ou outro tipo. Corroborando esse discurso, Recuero (documento digital) argumenta, baseando-se em Weber e Durkheim, que a maior parte das relações de sociedade apresenta simultaneamente caráter de comunidade.

Talvez seja possível afirmar que o modelo de Tönnies seja marcado pelo pessimismo e pelo apego ao que definiu como Comunidade, o que se explicaria pelas mudanças em trânsito na época e por sua vivência pessoal. Tönnies reconhece que o movimento histórico evolui graças à organização em sociedade, mas afirma, no entanto, que mesmo que a mudança social ocasionasse o progresso técnico, este progresso não poderia ser confundido com o progresso da humanidade em geral, em todos os seus aspectos multifacetados e, em última instância, com a manutenção do que hoje se chama de qualidade de vida. Em uma época em que a vida européia passava por mudanças sociais grandiosas, Tönnies também

argumentou que a sociedade tem uma ação devastadora com relação à comunidade, pois para ele a sociedade representa o triunfo do egoísmo, da avareza, da luxúria e da falsidade no campo das relações humanas. Por outro lado, a comunidade é a condição originária, ótima, do ser humano.

Assim, para Tönnies, *Gemeinschaft*, ou *comunidade*, está definida por sua totalidade orgânica e é bastante ligada ao senso de pertença, ou ao pertencimento espiritual e material à terra e à família, ao grupo e ao território físico por ele ocupado.

De acordo com Serra (1995: documento digital), segundo Tönnies, a comunidade é arquetipicamente rural e seria definida por uma situação reciprocamente sentida por seus integrantes, fundada em uma convivência duradoura, íntima e exclusiva, muito próxima dos laços sangüíneos e embasada também no companheirismo e amizade travados entre os pares. A manutenção da comunidade, por sua vez, implica, para o autor, cumplicidade, uma compreensão mútua e natural entre seus membros sobre o estado das coisas e idéias em sua natureza singular, e concórdia, na unidade de desejos individuais amalgamados que formam o novo desejo ou interesse coletivo. Os laços comunitários derivam, portanto, da capacidade de um membro da comunidade de se reconhecer no outro e no grupo e, ao mesmo tempo, de perceber a si mesmo como fonte de reconhecimento. Essa percepção recíproca remete à participação da vida comum e se apóia, para Tönnies, na semelhança cultural, na utilização dos mesmos códigos – como, por exemplo, a utilização da mesma linguagem para comunicação. Outro ponto destacável é a importância dada à capacidade que cada membro da comunidade tem de conhecer naturalmente o funcionamento do grupo, efetuando até certo controle sobre o mesmo, ao conhecer também particularidades da vida de seus integrantes.

Guardada a reflexão de que os tipos ideais propostos se permeiam quando colocados em prática, ilustrações atuais pertinentes ao conceito poderiam ser agrupamentos originais indígenas, pequenas cidades interioranas e até mesmo bairros ou vizinhanças e grupos tradicionais em cidades de maior porte.

Serra (1995: documento digital) explica que, por sua vez, *Gesellschaft*, ou *sociedade*, é claramente um mecanismo abstrato estruturado segundo níveis não concêntricos, ou seja, compartimentos fechados e isolados em que as relações interpessoais se dão apenas pelo conflito ou pelo interesse utilitário. A vida em sociedade é urbana, racional, pública e passageira, pois está fortemente baseada em aparências e no teatro social.

A sociedade, para Tönnies, como apresenta Marano (documento digital), não é outra coisa senão o domínio do comércio e do capitalismo sobre a vontade coletiva, em detrimento das relações humanas comunitárias. A comunicação na sociedade é travada apenas para a manutenção imediata da vida cotidiana, e muitas vezes desenvolvida por códigos impostos pelos grupos dominantes. A impessoalidade e tendência ao anonimato são marcantes na sociedade. Nela se realiza uma exacerbada valorização da intimidade e da vida particular, o que faz com que o funcionamento do todo seja compreendido pelos seus integrantes de forma esquemática e focada em atividades especializadas e individuais.

Talvez seja possível traçar um paralelo ilustrativo, lembrado pelas relações de trabalho e produção que sofreram drástica alteração na época de Tönnies: enquanto o artesão tradicional (comunidade) conhecia todos os passos da elaboração de seus produtos únicos e, com seu trabalho, se relacionava de forma a nele se reconhecer e encontrar respeito entre seus pares, a linha de produção (sociedade) viria a truncar e especializar o conhecimento, antes global, e transformar

o artesão em operário, que seria apenas mais uma parte de uma cadeia impessoal na indústria mecanizada e padronizada.

Um grande centro urbano, no qual moradores de um mesmo edifício se conhecem de passagem e as relações pessoais muitas vezes se dão de forma mais intensa durante o período de trabalho, em detrimento da vida familiar e grupal, seria um exemplo atual possível de sociedade.

Para Tönnies, conforme destaca Recuero (documento digital), o ser humano sempre foi um animal gregário. Para sobreviver e conseguir reproduzir-se, trabalhava em grupos, que mais tarde evoluíram para as primeiras comunidades. Coramusi (documento digital) aponta que *“a idéia de comunidade de Tönnies se opõe diretamente à idéia moderna de sociedade”*, pois o autor propôs como alternativa às mudanças em curso em sua época o retorno à vila ou aos pequenos núcleos rurais que, para ele, representam e mantêm as relações afetivas genuínas da vida social primitiva. De acordo com Coramusi (documento digital), Tönnies determina que o fim último da comunidade é formar uma sociedade baseada em uma raiz tradicional e cultural comum, opondo-se conceitualmente ao poder do Estado centralizador e impessoal ou a qualquer outra forma de dominação do tipo. O autor ainda relembra que, assim, Tönnies defende a *Pólis* como o ponto de encontro de uma comunidade intensa, *“sem indivíduos isolados, mas de homens ligados por uma cultura comum, que, iluminada pelos valores humanos, conduz e assegura o bem coletivo”*.

Hughes e Campbell (2000: documento digital) sustentam que a comunicação seria o processo e as interações seriam os elementos da formação da comunidade. Para eles, uma comunidade é um conjunto complexo de relacionamentos e de redes de interação social direta, organizada por um sistema

compartilhado de valores e um repertório simbólico de elementos. Nesse ponto, pode-se notar a importância do repertório, ou patrimônio cultural de um grupo, como um elemento fundamental de sua coesão.

Segundo Neto (1999: 15), na visão de Simmel, que desenvolve Tönnies, há um forte componente comportamental que também tem a função de unir permanentemente os membros de uma comunidade: a *sociabilidade*. Este seria o sentimento de satisfação, aparentemente quase instintivo, de fazer sociedade em si. *“Os sociados sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor; são impelidos para essa forma de existência.”*

Ainda de acordo com Neto (1999), quando Simmel utiliza os termos *sociados*, ou *sociação*, está se referindo às maneiras de os indivíduos se agruparem para satisfazer seus interesses pessoais e coletivos. Os interesses que unem uma comunidade são profundos e gerais, e não devem ser confundidos com desejos materiais ou psicológicos banais ou imediatos. Saciar o interesse imediato, por sua vez, também parece ser importante para manter a coesão e a confiança do grupo e a união em torno do interesse maior. Como a sociabilidade seria uma atividade existente apenas em um contexto de neutralidade das questões e contrastes individuais, a identificação da existência de uma relação de interesse seria o ponto divisor entre os termos sociabilidade e sociação. Assim, a sociabilidade se faz ao se sublimar a realidade em um jogo social, no sentido de uma relação de consentimento, aceitação espontânea e natural de regras de conduta e papéis necessários para sua realização, mesmo que tudo seja momentâneo. Sociabilidade só pode se concretizar nesses termos, com a abstração do individual em nome da relação com o coletivo. Uma relação de igualdade de condições na qual, de acordo

com o discurso de Simmel, o único benefício é a troca de prazer. Prazer de se fazer sociedade em si.

Wirth (1980, p.83), que segue os postulados de Tönnies, encontra relação entre comunidade e sociedade reconhecendo que, enquanto a segunda se dá por relações de consenso, a primeira se refere a um grupo mais coeso, no qual as relações são similares a um processo de simbiose. Então, para o autor, *“sociabilidade é o sentimento de pertencer a uma comunidade”*. Seguindo este raciocínio, talvez seja possível afirmar que, no caso, então, o que verdadeiramente importa para se considerar a existência de uma comunidade é o julgamento do próprio indivíduo sobre a condição de seu ambiente coletivo.

No entanto, o termo *comunidade* aparentemente tem sido reduzido à idéia de coletividade, ou de grupo de pessoas ou de agentes que realizam trocas (geralmente de informações ou produtos de consumo) e que partilham algum interesse comum. A essência dos elementos partilhados varia amplamente, de uma situação de interesse a vidas ou valores. Mas a formação de uma comunidade pode até mesmo ser entendida como uma questão de sobrevivência e adaptação ao meio. Conforme sustenta Simmel (1997), comunidade é um grupo que se mantém historicamente em torno de seus interesses, percebendo que as ações no grupo geralmente são mais diretas, menos ambivalentes, menos confusas e menos hesitantes do que as ações isoladas dos indivíduos. Segundo o autor, para o gênero humano, manter-se em grupo é, portanto, o caminho mais seguro e econômico de manter-se existindo. Da mesma maneira, subdividir os grupos em células menores – sociedade, comunidades, família – é uma forma de organização que fortalece o todo e otimiza os diversos processos de produção de vida. Para Ferreira (1968), o desenvolvimento da comunidade gera o desenvolvimento do grupo de comunidades.

De maneira inversa, o crescimento econômico do todo também incentiva o desenvolvimento da comunidade. Conseqüentemente, o desenvolvimento total, o verdadeiro progresso econômico e social não pode ser atingido sem planejamento em dimensões macro e micro.

Além disso, a convivência em comunidade só é possível porque, naturalmente, se cria uma série de protocolos que é incorporada e defendida por seus membros. Essa “constituição” internalizada faz com que cada um seja o todo enquanto o representa em sua vida cotidiana. Essa idéia se baseia no pensamento de Eubank (1932:02) ⁶:

[as comunidades se formam a partir de] duas ou mais pessoas numa relação de interação psíquica, cujas relações com uma outra podem ser abstraídas e distinguidas de suas relações com todas as demais, de modo que possam ser tidas como uma entidade.

Pela formulação de Tönnies, na comunidade não há atenção específica para a valorização do ser individual isolado, mas ao grupo formado por esses indivíduos. Isso pode demonstrar que o grupo não deve ser entendido como a reunião de partes, como em um jogo de encaixes, mas que, na verdade, ao surgir do encontro e convivência entre os indivíduos, o coletivo se torna uma nova entidade, por ser visto como um todo diferente, apesar de partir de e se refletir em suas unidades.

O mesmo ocorre com os interesses do grupo. O que Tönnies chama de interesse comum do grupo também não pode ser tomado como a simples soma ou negociação de interesses pessoais, e sim como a concretização de um novo interesse. Esse ponto coloca o interesse comum coletivo acima dos interesses individuais, mesmo que possa contentá-los. Esse fenômeno possivelmente se

⁶ EUBANK, E.E. *Concepts of Sociology*, Boston: Heath, 1932. p. 02 *apud* FERREIRA, F. P. *Teoria social da comunidade*. São Paulo: Editora Helder, 1968. p. 163.

explica pela cumplicidade e compreensão entre os membros de uma comunidade, cujos interesses são inseridos naturalmente em uma faixa de consonância que permite que o interesse comum, sempre voltado ao bem do coletivo, também supra muitas necessidades pontuais em seu processo de desenvolvimento. Para Gurney e Aguirre (1980), a massa de pessoas, anônima, é o verdadeiro poder dominante original. De acordo com os autores, para Tönnies, a essência do corpo social e de sua vontade, que consiste na existência da concórdia, está por sua vez alicerçada no saber popular e nas tradições, inclusive religiosas e místicas, que podem aflorar em múltiplas formas durante a existência de uma comunidade.

Segundo a dupla de autores, a idéia de comunidade de Tönnies está baseada no que se chama de vontade natural, ou *Wesenswille*. Por meio dela, as relações se valoram por si mesmas, os nexos sociais são intensos, têm valor intrínseco e não dependem de nenhum propósito exterior ou ulterior a eles mesmos. Assim, cada indivíduo recebe sua parte desse todo comum, que se manifesta em sua própria esfera particular de sentimentos, consciência e ações e em seu ambiente de convívio. O que é verdade para o indivíduo, também é verdade para o grupo e vice-versa. Possivelmente, a ilustração mais cabível para uma analogia seria a de um fractal, corpo geométrico em que cada parte remete ao todo e vice-versa, em uma repetição infinita.

Pelo contrário, em sociedade, a diferenciação de meios e fins nas relações sociais se completa e a ação social obedece a e se motiva por fins exteriores, sendo determinada pela vontade racional, ou *Zweckrational*.

Talvez o ponto de atenção mais importante na percepção dessa abordagem seja notar que o tipo de vontade que impera no grupo é o fator determinante e prioritário das relações sociais. Segundo Truzzi (1971: 145-154),

Tönnies argumenta que há duas formas de vontade humana: a vontade essencial, *Wesenswille*, cuja estrutura se auto-sustenta, que é força subjacente, orgânica e instintiva (presente na estrutura das comunidades), e a vontade arbitrária, *Zweckrational*, que é deliberada, proposta e orientada por objetivos futuros, instrumentais ou com fins definidos (presente nas sociedades). Com base nessa linha divisória, Truzzi (1971) explica que a comunidade seria percebida como uma entidade natural e durável, que contém sua mística – pois teria sido originalmente criada por forças ou seres sobrenaturais, enquanto a sociedade seria percebida como entidade artificial e que muda de acordo com os interesses individuais ou o conjunto de interesses individuais articulados.

Tönnies estrutura seu discurso afirmando que a comunidade precede a sociedade e desaparece com a emergência da classe média e do sistema capitalista. No mesmo sentido, deixa claro que o conflito entre o costume e a lei marca a evolução da sociedade. Enquanto o poder social se desloca de grupos religiosos e familiares para os negociantes e industriais, enfraquecendo a *Wesenswille*, gradualmente a lei, que é o retrato imediato da *Zweckrational*, impera sobre a lealdade, em um processo natural, contínuo, gradual, unidirecional e irreversível.

Truzzi (1971) discute que, para Tönnies, a sociedade faz com que a essência do espírito comum se torne tão fraca e a ligação a valores do grupo tão tênue que ambas tendem a ser desconsideradas. Em contraste com as relações familiares e cooperativas, surgem relações entre indivíduos isolados nas quais não há laços formados pelo entendimento ou pela crença comum. Isso significa o fortalecimento de processos de corrupção, com liberdade para todos destruírem uns

aos outros, ou, havendo articulação em torno de uma possível grande vantagem, para concluir acordos e estreitar novos laços de interesse estritamente pessoais.

Nesse caso, a ordem é a lei natural, lei como tradição. A lei com o significado daquilo que se deve fazer ou de como se deve ser, do que é ordenado ou permitido constitui um objeto de desejo social para a coesão dos grupos e, por isso, pode ser reconhecida como positiva e obrigatória. Na obra de Tönnies, como relembra o autor, há um contraste entre a ordem social que, sendo baseada no encontro de vontades naturais comunitárias, se apóia na harmonia e é desenvolvida e enobrecida pelo saber popular, tradições e religião, e uma outra ordem que, sendo baseada na união de vontades racionais, se apóia na convenção e na aceitação. Esta última, claramente vigente na sociedade, é salvaguardada pela legislação política e encontra sua justificativa na opinião pública, passível de manipulação por esforços de propaganda ideológica.

Gurney e Aguirre (1980:145-154), quando se referem à sociedade, afirmam:

[...] numerosos contatos externos, contratos e relações contratuais somente encobrem os crescentes interesses antagônicos e hostilidades. Isto é especialmente verdadeiro com relação ao antagonismo entre os ricos ou a assim chamada classe culta e os pobres ou classe servil, que tentam prejudicar ou destruir uma à outra. Este é o contraste que, de acordo com Platão, dá à “cidade” seu caráter dualista e a faz dividida em si mesma.

2.2 AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E AS COMUNIDADES

2.2.1 A evolução tecnológica e a Supermodernidade

Com as revoluções industriais ocorridas no século XIX e a acelerada onda de progresso tecnológico que promoveram, a humanidade começou a vivenciar uma forte alteração em seus processos de produção de riqueza, comunicação, troca de informações, produção intelectual e deslocamento, entre outros fatores de estruturação da vida urbana e dos grupos sociais. Conseqüentemente, desde então, o Homem passou a conviver cotidianamente em suas mais variadas culturas e situações geopolíticas com novas possibilidades de reflexão e compreensão direta de seus meios ambientes familiar, comunitário e social. Esse processo autopropulsor, regido claramente pelas chamadas “leis do mercado”, começou a ocorrer ao mesmo tempo em que as máquinas puderam favorecer a criação de outras máquinas mais evoluídas a cada nova geração, na mesma medida em que novas necessidades individuais e coletivas imediatas e novos modos de vida foram sendo despertados.

Alterou-se, e ainda se altera em um *continuum*, a maneira e o tempo de se perceber espaços, qualificar lugares e classificar objetos, ações e relações, de uma forma tão dinâmica quanto os avanços da tecnologia, que correm a olhos vistos. Esse processo muito absorvente aparentemente pode passar despercebido para muitos, escondido no cotidiano: muitas vezes, mal acabam de surgir as novidades e as mesmas já são superadas por outras, deixando a impressão de que os seus usuários, ou consumidores, não são capazes de usufruir de tais mudanças com a

mesma velocidade com que são criadas. Ao mesmo tempo em que os aparelhos eletrônicos aparentam ter mais botões e funções do que o necessário, bens de consumo se desvalorizam rapidamente assim que saem de suas prateleiras. O “novo” dura um átimo, pois ao ser tocado envelhece, como se o toque de Midas estivesse às avessas.

Para Negroponte (1995: 157), até mesmo a crítica pode não acompanhar a evolução dos estados da arte: *“Se discute há tanto tempo a transição da era industrial para uma era pós-industrial ou da informação, que é possível que não tenhamos notado que estamos passando para uma era da pós-informação”*.

Potencializado pela mudança histórica desencadeada a partir desses processos, a humanidade se tornou capaz de alterar muito rapidamente e quase que totalmente a seu bel-prazer os seus ambientes naturais ou construídos, de se comunicar e se deslocar por grandes distâncias a altas velocidades e em ambientes e meios antes impossíveis, podendo até alçar vôo, ir das profundezas oceânicas à Lua, ou receber informações diversas e provenientes de inúmeras e distantes localidades geográficas quase imediatamente, o que, antes, poderia demorar dias, meses, ou até mesmo anos para ocorrer.

No andamento da evolução tecnológica, o que fora manual tornou-se mecânico para, rapidamente, dar lugar ao elétrico e ao eletrônico, em um ritmo que aproximou de certa maneira a humanidade do sonho bíblico de obter os poderes divinos da onipresença, onisciência e onipotência.

As máquinas passaram a ser extensões poderosas do corpo humano e de suas possibilidades. Na mesma linha das colocações de McLuhan (1999), Serra (1995) defende que as tecnologias teriam sido desenvolvidas como uma forma

natural de adaptação ao meio ambiente, uma extensão de todas as capacidades físicas e mentais humanas.

Com a chegada da tecnologia elétrica, o homem (que na idade mecânica tinha estendido outros órgãos), estendeu o seu próprio sistema nervoso, como se os órgãos físicos (e as respectivas extensões) já não fossem suficientes para proteger tal sistema. Por isso, a tecnologia (elétrica ou não) tem a finalidade de “entorpecer” o sistema nervoso, configurando um processo a que McLuhan chama “narcosis” – processo sem o qual haveria o perigo de morrermos. (SERRA, 1995).

Também baseado em McLuhan, Duarte (1999) expõe a idéia de que a visão de mundo, que para a civilização ocidental é extremamente linear, está intimamente ligada a e se desenvolveu a partir da descoberta e uso da escrita e, posteriormente, da evolução da tecnologia de impressão. Este processo gerou um fenômeno que o autor considera como uma compreensão de mundo por parcelamento, que seria a divisão e compartimentalização da percepção de eventos. Juntamente com a evolução da máquina, está a evolução da comunicação. Nesse momento, parece ser relevante ressaltar a importância da informação e da evolução das suas tecnologias de produção e difusão na mudança das percepções humanas. Se antes a informação era cunhada em pergaminhos únicos e os mesmos eram levados ao rei em bigas pelas vias romanas, ou algo similar, mais tarde seria impressa em série e dispersa em milhares de jornais distribuídos pelas ferrovias européias para quem quer que soubesse ler os textos ou interpretar figuras. Logo, o rádio e a televisão libertariam a informação do meio físico e de muitas limitações logísticas, reduzindo infinitamente a distância e o tempo entre a transmissão e a recepção, independentemente de caminhos pré-trilhados. *“Na interface da tela, tudo já se encontra lá, tudo se mostra na imediatez de uma transmissão instantânea.”* (VIRILIO, 1993: 13). Atualmente, com o advento das tecnologias da informação e comunicação, TIC, outro avanço foi dado no sentido de banalizar e popularizar a

produção da informação e enfraquecer sobremaneira as possibilidades de retenção de dados ou de censura externa ao receptor. Com o aporte oferecido pelas revoluções industriais e seus ecos, as cidades se ampliaram e se transnacionalizaram. O horizonte humano mudou. Utilizando as máximas de McLuhan (1999), o meio se tornou mensagem e o mundo se tornou uma aldeia. Para Duarte (1999: 69-70), *“o meio é um conjunto complexo de eventos que influencia populações inteiras e age sobre elas. Isso muda suas atitudes e suas aparências”*. O impacto nas relações humanas, suas organizações e suas relações intrínsecas acaba sendo uma consequência deste processo que, apesar de histórico, pode até ser considerado como natural pelo senso comum.

Nessa mesma linha, a chamada Globalização, que, para alguns historiadores, se iniciou já no Renascimento com o desenvolvimento das Grandes Navegações, tem impulsionado ainda mais essa transformação que, além de tecnológica, é também cultural, social e política. Parece ser cada vez mais necessário que se busque a compreensão do universo contemporâneo, em que as máquinas intermedeiam as relações humanas entre as pessoas, entre as pessoas e a natureza e entre as pessoas e as próprias máquinas. A nova realidade que se impõe não só altera os limites humanos, como também altera a própria noção de limites, que têm sido extrapolados a cada dia, propondo à humanidade não mais a ampliação de seu horizonte, mas a ampliação do número de horizontes possíveis. Para Duarte (2002: 175), a sociedade contemporânea tem seus processos de geração de conhecimento e economia e de organização política ou militar balizados pelo paradigma informacional, o que também a distingue da sociedade industrial.

Segundo McLuhan (1999), depois de três séculos de explosão, provocada pelos meios mecânicos e fragmentários, o mundo ocidental está a implodir, por

efeito inicial da tecnologia elétrica. Esta permite a extensão de nosso sistema nervoso central, abolindo espaço e tempo, aproximando-nos da fase final da extensão do homem: a simulação tecnológica da consciência.

Abarcando essas questões, Augé (1994) cunha o termo Supermodernidade e o sustenta em três bases, que considera como figuras de excesso: a superabundância factual, a superabundância espacial e a individualização das referências. Para o autor, são justamente os deslocamentos, os fluxos de imagens e informações e o que chama de desbastes de consciência que se materializariam como as características mais marcantes de seu conceito. Pode-se dizer que a Supermodernidade é o imediato rapidamente descartável, o fragmento, a história transformada em citação, para a qual um dos exemplos mais ilustrativos poderia ser o videoclipe e sua leitura.

A Supermodernidade fez surgir uma série de novas formas de organizar o Espaço, que, de maneira geral, não poderia ser reconhecido como Lugar, no sentido de não permitir claramente sua significação pelo Homem. Montaner (1997) cita, como exemplo, os Espaços Midiáticos, nos quais mais importa o que é comunicado do que o seu substrato físico que, neutralizado, apenas fornece suporte à mensagem. Outro exemplo categorizado pelo autor são os Espaços de eventos que não se constituem mais em lugares existenciais permanentes, mas que são percebidos como focos concentradores de acontecimentos intensos, simultâneos. Na mesma linha de raciocínio, vale o evento, e não a arquitetura ou desenho urbano que o contém. Em sua classificação, além dos Espaços Virtuais, há também espaços que se contrapõem de certa maneira ao conceito de Lugar – que será tocado posteriormente neste capítulo – justamente por não desenvolverem relações culturais e humanas e não favorecerem a identidade, o desejo banal de

permanência e o reconhecimento simbólico. Montaner chama estes espaços de Não-Lugares.

Essa configuração contemporânea do mundo não parece poder ser tratada pragmaticamente como negativa ou positiva, mas sim apenas compreendida e apreendida como nova.

Não podemos mais do que ser sensíveis a certas características marcantes do espaço contemporâneo: o parentesco secreto [...] entre espaços e circulação, comunicação e consumo, que, por mais que se ocultem ou reafirmem uns aos outros, possuem formas estéticas que se assemelham [...]. Estes espaços refletem uma nova organização do mundo, um sistema planetário que busca seu estilo, se orienta face à uma nova divisão de trabalho e busca regular tanto as diferenças políticas como os fluxos migratórios. (AUGÉ, 2001: 10).

2.2.2 O Ciberespaço, o poder da informação e os novos paradigmas do espaço-tempo na sociedade contemporânea

A palavra *cyberspace* foi criada, nos anos 1980, pelo escritor de ficção científica Willian Gibson para ser utilizada em seus romances *Neuromancer*, de 1984, e *Count Zero*, de 1987. Logo, o termo passou a ser utilizado para designar os ambientes digitais viabilizados pelo avanço das TIC e das tecnologias de computação gráfica e sonora e seus desdobramentos. Facilmente reconhecido como *internet*, o ciberespaço vai além, englobando quaisquer outras mídias de comunicação que propiciem o deslocamento virtual de seu usuário.

Para Santos, L.G. (1997: 113), não é apenas necessário aceitar a existência dos novos horizontes favorecidos ou definidos pelo ciberespaço, mas também é preciso compreender a necessidade deste deslocamento do ambiente habitual físico, já que o avanço tecnológico de simulação do que se chama de

realidade levaria o usuário para dentro de um novo mundo, agora virtual. Nessa linha, Montaner (1997: 49) afirma que *“não há dúvida de que o espaço virtual constitua a mais alta criação da ambição humana, configurando um mundo totalmente livre das leis da natureza”*.

Virilio (1993) defende que o auge da aceleração absoluta dos veículos tecnológicos é justamente seu contrário, a inércia. Para ele, as possibilidades de deslocamento instantâneo da informação criaram o veículo audiovisual estático que desfila o mundo pela interface da tela. O espectador estaria fisicamente estático, enquanto sua mente viajaria pelos mais variados universos. O fixo, que seria o suporte eletrônico, muitas vezes chega a ser desprezado, ou transcendido, em favor da percepção seleta e ilusoriamente única dos fluxos, ou informações.

Como poderá ser observado, aqui não se deseja tentar classificar imediatamente o mundo virtual, o ciberespaço, como Lugar ou como Não-Lugar, pois se optou pela postura de que não seria prudente rotular as relações entre o físico e o virtual de forma pragmática, respeitando seus diversos níveis e escalas de interação e integração. No entanto, acredita-se que a referência da Supermodernidade e de seus Não-Lugares possa colaborar com o próprio entendimento desta posição. O ciberespaço que agora se sobrepõe ao espaço urbano, ampliando-o e por ele sendo ampliado, propicia novos parâmetros para as relações humanas, que são muitas vezes por ele mediadas e mediatizadas. O espaço virtual pode ser encarado como tão real quanto o espaço físico. Não caberia, portanto, julgar a questão da realidade ou não de um ambiente imaterial, já que, dos caixas eletrônicos aos *videogames* e toda a gama de possibilidades oferecidas pela *internet*, sua percepção e sua influência no mundo físico são incontestáveis. Considerando o potencial atual e futuro do ciberespaço de tornar o artificial cada vez

mais realista e mesmo real, Negroponte (1995:114) chega a considerar a expressão “*realidade virtual*” como um pleonismo: “*Se contemplarmos como duas metades equivalentes as palavras que formam a expressão realidade virtual, então faz mais sentido pensar em RV como um conceito redundante*”.

Duarte (2002: 236) propõe que o virtual não se fundamenta em representações imagéticas quando se assemelha a imagens do mundo físico, mas em estruturas de codificação. Para ele, “*através das interfaces que dão acesso ao mundo virtual, estas experiências podem ser assimiladas às sensoriais ‘reais’, requalificando nossa apreensão de fenômenos e espaços*”. O ciberespaço aparentemente tem também o potencial de se tornar um Espaço tão claro quanto os espaços físicos e de ser reconhecido como Lugar, independentemente de sua materialidade.

Parente (1997: 101-104) lembra que os novos sistemas híbridos formados pela sobreposição do virtual ao físico propiciam uma leitura na qual “*é como se o inconsciente tivesse deixado de ser apenas psicológico (Freud), econômico (Marx), corporal (Nietzsche), cognitivo (Bergson) e tivesse se tornado também cibernético*”. Com isso, ressalta que o ciberespaço não seria uma fonte, mas um receptáculo de projeções de imagens existentes “*no qual não se trata mais de pensar como a imagem representa a realidade, mas sim de pensar um real que só existe em função do que a imagem permite visualizar*”. O autor procura desmistificar o espaço virtual ao afirmar que não compreende por que a ficção produzida pelas novas tecnologias seria mais alienante do que qualquer outra forma de fabulação, ressaltando que a questão da virtualidade é muito anterior aos computadores. O mesmo raciocínio pode ser encontrado em Tramontano (2003), que, ao citar os historiadores Oliver Grau e Ingeborg Reichle, lembra que a busca pela realidade virtual, refletida no

empenho de se responder ao desejo de estar simultaneamente em dois ou mais lugares ao mesmo tempo, remonta a épocas imemoriais, como poderiam comprovar obras de arte de diversas culturas e períodos históricos. Pode-se citar desde pinturas rupestres à perspectiva renascentista e à arte onírica do surrealismo, entre todas as outras. Também é possível lembrar a busca de estados alterados de percepção da realidade expressos até de forma sagrada em diversos rituais religiosos dispersos pelo mundo em diferentes culturas. Nestes caminhos socialmente incentivados para o encontro da verdade divina ou para simples catarse do grupo, são estimulados a utilização de alucinógenos ou mesmo o transe hipnótico, ou as alucinações causadas pelo cansaço excessivo ou pela fome.

Montaner (1997: 50) considera o mundo virtual como a conquista tecnológica máxima da humanidade, sobretudo da sociedade metropolitana norte-americana. Segundo suas afirmações, as novas relações humanas e técnicas, relativizadas por esse novo componente tecnológico, rechaçam os contatos corporais, ou físicos, e se realizam com base na desconfiança, no individualismo e no consumo. No entanto, apesar da crítica pessimista, neste ponto talvez seja importante compreender que, para o autor, a comunicação por via eletrônica foi claramente favorecida pela cultura originada no tecido urbano (nos moldes dos subúrbios norte-americanos) em que as casas, ou grupos de casas, são propositadamente isolados, e no qual pouco se propiciam o encontro físico, a troca espontânea e a comunicação direta. Nesse sentido, a relação de causa e efeito pode até ser invertida ao se perceber que o contexto dominante para a formação do modelo do ciberespaço já vinha se formando nas cidades norte-americanas há muitas décadas.

Em 1976, Charles Moore apresentou para a comunidade de Dayton, Ohio, EUA, um projeto de reurbanização do local. O inusitado, até então, foi que Moore fez

isso ao vivo pela televisão, enquanto os cidadãos/espectadores participavam do processo de discussão e apresentavam suas opiniões, sugestões e críticas por telefone (DEL RIO, 1990: 32). Atualmente, enquanto os chamados *poligadgets*⁷ tomam conta do mercado e da vida de cidades do mundo todo, talvez possa parecer que a convergência de mídias seja algo novo. Mas um dos primeiros contatos mais fortes da humanidade com a possibilidade de utilizar um conjunto de mídias eletrônicas para receber e transmitir informações ou para se transportar para o ambiente virtual incipiente foi ainda na chamada “Era do Rádio”, com a participação popular nos programas radiofônicos via telefones comuns. Nota-se, no entanto, não somente pelo exemplo de Del Rio, mas também nos relatos de Negroponte (1995) sobre a criação da *Arpanet* e sobre as primeiras experimentações e experiências do MIT, que a idéia de mesclar várias mídias com apoio da telemática, para que diversas pessoas pudessem se comunicar simultaneamente, tomou força depois da Segunda Grande Guerra, com a corrida tecnológica disparada pela Guerra Fria entre socialistas russos e capitalistas.

A necessidade de comunicação em rede, independentemente das TIC, também se apresenta em várias épocas da história humana e, para tal, se encontram as soluções mais diferentes e inusitadas. Na África ancestral, por exemplo, sem nenhum artefato tecnológico avançado, mas favorecida por sua posição geográfica e um forte espírito de coesão e cooperação, a grande nação Zulu se comunicava aos gritos. Quando uma tribo tinha algo a comunicar às outras, seus integrantes bradavam de forma organizada em seu código particular. A informação era assim repassada de um aglomerado populacional a outro, até que todas as tribos soubessem o que estava acontecendo. Essa estranha, mas eficiente rede de

⁷ Atualmente, objetos híbridos funcionam como aparelhos telefônicos celulares que gravam, filmam, fotografam e distribuem arquivos de imagem, som e texto pela *internet* ao toque de um botão ou por um simples comando de voz.

comunicação funcionou muito bem por séculos e atingia todos os habitantes de seu território, servindo, inclusive, para dominar povos vizinhos e aumentar a resistência a invasores e colonizadores europeus durante batalhas a fio.

Talvez seja possível afirmar que, apesar do alarde realizado sobre as TIC, a união de ambientes virtuais e espaços físicos já vem sendo esboçada, ou embrionada, desde os primórdios da humanidade. Na verdade, a grande diferença apresentada no contexto contemporâneo é que a tecnologia e as técnicas utilizadas para solucionar esses problemas causam sensações tão realísticas, a uma velocidade tão grande, que realmente criam um novo paradigma. Nesse sentido, também fortalecem a reflexão ingênua que faz crer que tudo que foi feito ou pensado antes do computador não previa ou buscava o que se vive e experimenta hoje.

Há menos de dois séculos, na sociedade industrial, sobretudo em seus começos, as pessoas precisavam estar próximas física ou economicamente das fontes de informação, que eram controladas e censuradas pela figura centralizadora do patrão nas vilas operárias que eram projetadas para este fim, junto às fábricas.

Na sociedade digital, esse acesso teoricamente não tem mais limitador geográfico ou político. Um limitador do acesso ao novo mundo seria a exclusão digital, ou a incapacidade de operar ou de obter direito ao acesso e uso dos dispositivos de recepção, produção, difusão de informações e conhecimentos. Assim, a preocupação com a inclusão digital é crescente e o acesso à informática e à telemática já tem sido pensado e exigido, principalmente para aqueles que possuem menor poder aquisitivo de bens e serviços – seja por dispositivos portáteis como telefones celulares ou pelo acesso direto a computadores privados obtidos, por exemplo, via financiamentos, e a computadores públicos, acessados em laboratórios escolares ou em equipamentos urbanos como telecentros ou similares.

Mas nem por isso a figura simbólica do padrão centralizador desapareceu totalmente. O controle sobre a informação se diluiu e até mesmo se democratizou. No entanto, sombras de dominação cultural e política ainda se estabelecem na estrutura de comunicação global e local, seja pela falta de acesso ao código gerador de *softwares*, pelas políticas de liberação de acesso à banda larga, pela exclusão digital causada até mesmo pelo analfabetismo de certas parcelas da população ou por inúmeros outros fatores. Estar excluído do mundo digital pode, em breve, significar estar em um universo totalmente à parte do que se considera uma vida digna e com oportunidades reais de progresso pessoal e social (esse assunto receberá atenção especial no capítulo 4 desta dissertação). Essa constatação, por um enfoque melancólico, pode servir para confirmar a importância do ciberespaço no mundo físico e sua relevância para o desenvolvimento da vida urbana atual.

Atualmente, equipamentos eletroeletrônicos que dão suporte à intercomunicação ou a experiências de realidade virtual e telepresença estão diminuindo de tamanho e de preço tão rapidamente que, em breve, possivelmente serão imperceptíveis e poderão fazer parte do vestuário ou do corpo de qualquer cidadão. Enquanto isso, de forma inversa, seu poder de interconexão, de processamento, de transmissão/recepção de dados e de interatividade tem aumentado sobremaneira, possibilitando que seja possível a comunicação mediatizada de quase qualquer local do planeta. A informação, hoje, acaba por chegar até onde a pessoa estiver, por meio dos mais diversos dispositivos. Assim, pode-se afirmar que, longe de ser um mundo paralelo e à parte, saído de um *sci-fi movie*, o ciberespaço é parte integrante da vida humana e se configura, nas palavras de Negroponte (1995: 18), como uma “*superestrada da informação*” que, definida pelo tráfego mundial de informações via *internet*, estaria criando um tecido global,

neste sentido, sim, inteiramente novo. Mitchell (1997: 49) também aborda esta questão, como já se mencionou:

Hoje, instituições geralmente não são apenas mantidas por edifícios e mobiliário mas também por sistemas de telecomunicações e programas, e o lado digital, eletrônico, virtual está crescentemente se apossando do lado físico.

De acordo com o discurso de Mitchell (1997), é possível afirmar que não há, na vida urbana atual, e principalmente nas metrópoles, serviço que não seja otimizado e que até não tenha sido renovado ou substituído por seus pares tecnológicos. Também é importante destacar que não apenas a informação, mas sobretudo a forma como pode ser acessada, percebida e memorizada é que parece tornar o ciberespaço tão atraente. Hoje, a relação existente entre a cidade física e o chamado mundo virtual ou ciberespaço já está engendrada direta ou indiretamente no cotidiano urbano em diversos níveis e escalas. Seja nos serviços públicos ou privados, ou mesmo no interior de residências, as novas possibilidades de comunicação e expressão têm alterado hábitos e costumes.

No entanto, é preciso também levar em conta que, para muitos autores, como é lembrado por Nie e Erbring (2002: documento digital), o ciberespaço pode não propiciar o encontro presencial e também interferir negativamente na vida comunitária:

Para muitos, a *internet* é uma atividade individual. Diferente da TV, que pode ser aproveitada como som de fundo, ela requer mais empenho e atenção [...] quanto mais horas as pessoas utilizam a internet, menos tempo elas gastam com seres humanos reais.

Mas Tramontano (2003), baseado no conceito de inércia polar de Virilio (1993), aponta para o fato de que, atualmente, estar trancado sozinho em um cômodo da casa pode não mais significar isolamento, mas sim conexão com o resto do mundo. Também parece estranho acreditar que os seres humanos desprendam-

se de suas características físicas por estarem se comunicando por meio de ambientes virtuais, por *internet* ou telefone.

O que começou em 1969 como uma rede entre quatro computadores no sudeste da Califórnia se transformou 35 anos depois em um sistema global rápido de comunicação e troca de informações. A *internet* foi planejada para ser descentralizada e escalonável desde o começo. Essas características de design fizeram com que o ambiente *internet* se expandisse a proporções imensas e continuar crescendo. (WELLMAN e HOGAN: documento digital).

Santos (1997: 114-116) pondera sobre o ciberespaço considerando o atual estranhamento causado aos sentidos humanos pelas tentativas de simulação do mundo físico, limitadas pelo nível de desenvolvimento das tecnologias disponíveis, afirmando que “*o superego reage, insistindo que isso é alienação*”. No entanto, o autor propõe que, para que não se perca a oportunidade de exploração deste novo mundo em sua diferença, e talvez até mesmo com o reforço da gradual adaptação à nova linguagem tecnológica que naturalmente descartaria esse estranhamento, “*talvez seja melhor suspender o julgamento e se entregar ao deslocamento conceitual*”.

Para vários autores, o dualismo entre espaço físico e virtual é infundado, como já se destacou. Os dois “mundos” se complementam, e se há alguma estranheza nas relações simbólicas ocorridas no ciberespaço, as mesmas se desfazem quando se observa Castells (1999), que afirma que não existe separação entre realidade e representação simbólica e que todas as sociedades humanas existem e atuam por meio de um ambiente simbólico. Seu discurso reforça a percepção de que a realidade sempre passa pelo filtro do virtual que, neste ponto específico, não apresenta nenhuma relação com os meios ou dispositivos eletrônicos, digitais ou telemáticos. O autor ainda escreve que o Espaço não é um

simples produto da sociedade, e, sim, sua expressão pura, o que pode ser entendido também no tocante à discussão do ciberespaço.

Há algum tempo, é perceptível que o espaço físico e as relações nele embasadas têm tido cada vez mais características modificadas pela desarticulação da necessidade de proximidade geográfica ou de contato físico e pela interconexão e interatividade das esferas pessoais, comunitárias e globais, públicas e privadas, viabilizadas pela *internet*, a ponto de Lévy (1999: 123) afirmar que *“os veículos não estão mais no espaço, mas o espaço se torna o grande e virtuoso canal interativo”*.

Mais que a possibilidade de relacionamento pessoa-a-pessoa ou usuário-a-usuário, o ciberespaço propicia, como nunca, em termos de velocidade, qualidade e abrangência, a formação de redes interativas e interconectadas de comunicação. Este novo paradigma pode ter impacto direto na vida comunitária, social, política, econômica e cultural de toda a humanidade.

Para Wellman e Hogan (documento digital), se a primeira idade da *internet* foi um período de exploração, esperança e incerteza, a atual segunda idade da *internet* tem sido um período de rotinização, difusão e desenvolvimento. Como destaca Lynch (1981: 112), para os Futuristas como Sant’Elia, cada geração deveria construir a sua própria cidade. Talvez hoje, com o advento do ciberespaço, essa experiência esteja mais próxima e “palpável” do que nunca.

Considerando o espaço virtual como uma extensão do espaço físico e vice-versa e guardado o devido cuidado metodológico, podem-se aplicar ao ciberespaço algumas abordagens críticas já aplicadas aos grandes projetos intelectuais sobre o espaço urbano. Nesse sentido, algumas posições sobre o movimento moderno são tão atuais quanto no século passado e podem até mesmo

ajudar na reflexão sobre que caminhos o ciberespaço pode tomar para que responda aos modelos urbanos que se desejam.

Segundo Canclini (2000: 31), o Modernismo apresentava um projeto emancipador, expansionista, enquanto conhecia e se apossava da natureza, e renovador, pois propunha a reformulação dos desgastados signos de distinção da época. A vida social, como tudo mais, era racionalizada – no sentido da funcionalidade – e o individualismo, crescente. A produção cultural modernista, para o autor, se estabelecia como uma forma autônoma de auto-expressão. O projeto da Modernidade era democratizador, pela difusão da arte, da educação e da especialização e especificidade, visando à evolução humana em âmbito racional e moral.

Apesar das perceptíveis flexibilidade e heterogeneidade apresentadas pela virtualidade em contraponto à rigidez e racionalidade do projeto moderno, é difícil não tentar relacionar as linhas anteriores com o que se observa acontecer atualmente com relação ao estabelecimento do ciberespaço na vida urbana, pelo menos neste momento histórico imediato, com o surgimento do que Mitchell (1997) chamou de “*City of Bits*”.

Apesar da possibilidade de ser um espaço anárquico, o ciberespaço, principalmente quando diretamente ligado a serviços urbanos, tende a ser extremamente funcional e racional. As relações simbólicas e de diferenciação parecem estar se renovando de uma forma ou de outra em variadas instâncias da vida urbana, enquanto o acesso às mais diferentes interferências culturais leva o homem da cidade a descobrir um novo ambiente. Usuários comuns, cujo conhecimento técnico pode ser adquirido no próprio espaço virtual, podem até mesmo interferir diretamente nos conteúdos e mesmo nas estruturas do

ciberespaço, haja vista a profusão gratuita do uso de plataformas *Gnu/Linux* como alternativa aos códigos fechados existentes. Vencidas as barreiras de acesso, o ciberespaço favorece as mais diversas formas de expressão cultural autônoma, desde a transgressão dos *hackers*, que Negroponte (1995) nomeia como os “*novos e-xpressionistas*”, e da pirataria digital⁸ até a possibilidade de acessar e interferir diretamente em culturas diversas, seja pela simples divulgação de fatos e idéias via *blogs*, *fotoblogs*, listas de *e-mails*, *websites* pessoais e outros dispositivos, ou pelo simples acesso a emissoras de rádio e, futuramente, televisão dos confins do planeta, por exemplo.

Não é à toa que a banalização da utilização crítica do computador é defendida pela Unesco como sendo a grande ferramenta de acesso e criação do ciberespaço, que é ainda de suma importância para que se construam e mantenham os quatro pilares da formação educacional e cultural humanas, propostos por Delors (2000): aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a aprender – caminhos estes que levam os indivíduos a descobrir, promover e respeitar seu mundo, enquanto o mesmo ocorre com relação a si mesmos e aos outros, possibilitando que sejam protagonistas de sua formação continuada e autônoma.

A discussão sobre a vida cotidiana invadida pelo fluxo global ainda é incipiente e pouco se sabe concretamente e cientificamente sobre o que pode ocorrer a médio e longo prazo com comunidades e culturas locais sob o impacto das novas mídias e das TIC. No entanto, já é possível apontar a utilização do inglês – mesmo que adaptado ao “dialeto” da *internet* – como língua universalizada e, por consequência, um ponto a favor para o imperialismo cultural norte-americano.

⁸ A pirataria é, hoje, difundida e aceita naturalmente por muitos usuários, como se percebe pelo uso crescente de estruturas de troca de arquivos como o já histórico Napster, o Kazaa ou o E-mule, que vêm causando balbúrdia em questões antes intocáveis, como o sigilo sobre informações e os direitos de veiculação de produtos culturais.

Hoje, a demanda urbana não se estabelece somente no espaço físico, mas também no virtual e na interconexão dos dois, no chamado “espaço ampliado”. Negroponte (1995: 47) defende o ciberespaço ou o mundo digital como *“intrinsecamente maleável. Ele pode crescer e modificar-se de uma forma mais contínua e orgânica que os antigos sistemas analógicos”*. Assim, atenta às tensões sociais e culturais existentes e potenciais, a sociedade pode se utilizar de políticas públicas alinhadas com essa tendência, como vem ocorrendo com os projetos de Governo Eletrônico em diversas cidades do país e em experiências de criação de comunidades virtuais com base no espaço físico local em todo o mundo. Dessa forma, talvez seja possível também no ciberespaço se encontrar a identidade de lugar, ou o *“genius-loci”*, definido por Norberg-Schulz (1980) ⁹.

2.3 DINÂMICA DAS COMUNIDADES E AS TIC

2.3.1 Comunidades e virtualidade

Antes da evolução e banalização das novas tecnologias digitais, o conceito de Comunidade considerava o sentimento de pertença ou sociabilidade e a aglutinação do grupo em torno de interesses comuns, mas se estabelecia muito claramente na relação de um grupo humano com o espaço por ele ocupado. De acordo com Ferreira (1968: 31):

A comunidade é o centro das preocupações dos sociólogos contemporâneos que tentam captar a realidade social do imediato das relações humanas, numa área geográfica limitada, e não através das abstrações dos grandes sistemas.

⁹ NORBERG-SCHULZ, C. Genius Loci. Londres: Academy Editions, 1980. *apud* DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990, p.40.

O autor continua, reconhecendo a evolução tecnológica, mas não demonstrando identificar algo que pudesse alterar imediatamente a relação da Comunidade com o espaço físico:

[...] e, ainda que se tenham dilatado os horizontes da convivência e, portanto, as possibilidades de expansão dos grupos humanos através dos novos meios de comunicação, há sempre um mínimo irredutível de atividades básicas, condicionadas ao espaço e limitadas à distância que um homem pode percorrer da casa para o trabalho, do lar à escola, ao centro de diversões, à igreja ou à fábrica.

Inicialmente, a comunhão do território, mais que uma fonte de reconhecimento da Comunidade em si, também seria a possibilidade única de interação e comunicação. Atualmente, no entanto, qualquer discussão sobre o tema estará mais embasada se forem consideradas as influências das TIC nos processos de criação e manutenção da Comunidade.

As TIC, as novas mídias e suas interpenetrações e convergências têm possibilitado a estruturação ou ampliação de comunidades que, em níveis diferentes ou mesmo sem nenhuma relação presencial entre seus membros, são percebidas como tais e podem influenciar direta ou indiretamente o desenvolvimento do meio urbano físico. Desde os anos 1960, o estudo das relações urbanas tem-se voltado para as expectativas do habitante da cidade frente ao espaço produzido por ou para ele. Paralelamente, como explica Del Rio (1990: 19), as tecnologias telemáticas se desenvolveram a ponto de favorecer o surgimento de novas profissões e disciplinas que sustentaram a discussão crítica do espaço urbano e suas relações.

Para Serra (2000), a *internet* não é apenas um meio de comunicação, mas um facilitador do surgimento de relações locais, regionais e globais entrelaçadas. A rede comunitária virtual, ou simplesmente comunidade virtual, é um dos exemplos dessas novas estruturas de comunicação e relacionamento.

Diversos autores, como Virilio (1993), Mitchell (1997), ou Lévy (1999), entre outros, definem e defendem a existência de comunidades virtuais. Se, para alguns, essas comunidades teriam sua pedra angular nos interesses comuns, e não necessitariam de relações baseadas no mundo físico para existirem, de acordo com outros, como Hall (2001), as comunidades se formam, sim, pelo interesse, mas se mantêm por uma necessidade de sobrevivência do indivíduo e do grupo e pelo sentimento de pertencer a um determinado espaço ou, no sentido em que este texto caminha, a um lugar comum no qual se compartilhem identidades pessoais, grupais e espaciais.

Nesse novo modelo de abordagem da vida comunitária, a influência das TIC é tocada diretamente por Lévy (1999: 195), que afirma: *“As instituições territoriais são antes hierárquicas e rígidas, enquanto as práticas dos cibernautas têm tendência a privilegiar os modos transversais das relações e a fluidez das estruturas”*. Tramontano (2003: 114-115) também colabora com a compreensão deste ponto:

Desde a década de 1970, estudiosos de diferentes horizontes têm se levantado para argumentar que a noção de comunidade não precisa referir-se a um local físico, que sua definição não deve pressupor, necessariamente, limites geográficos. Em vez disso, afirmam, são as interações sociais, as relações de ajuda mútua, e aquelas que conferem identidade que definem uma comunidade, e não o espaço concreto no qual elas se desenvolvem.

À luz das TIC e de seu impacto na formação das comunidades, a ligação entre a comunicação e a localização geográfica fica mais clara. De acordo com Park (1937:03)¹⁰, *“a sociedade existe na comunicação e por meio dela”*. Logo, com o desenvolvimento de novas soluções baseadas nas novas tecnologias da

¹⁰ PARK, R. E. A Comunidade Urbana como configuração espacial e ordem moral. Estudos de Ecologia Urbana TI Biblioteca de Ciências Sociais. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1937. v.1. p.03 *apud* FERREIRA, F. P. Teoria social da comunidade. São Paulo: Editora Helder, 1968.

comunicação, o obstáculo físico/geográfico e mesmo temporal pôde ser transposto em larga escala. Provavelmente, a preocupação com a limitação física era, para muitos teóricos, a resposta à necessidade do desenvolvimento cultural por meio da comunicação, que estava então reduzida pelo nível de desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de transporte existentes em seu tempo.

A discussão atual sobre o termo se dá justamente pelo impacto de alteração do paradigma existente até então e que coloca em xeque até as próprias noções de espaço e de realidade. Como propõe Serra (1995, documento digital), *“apercebemo-nos, com a chegada das novas tecnologias, que os nossos conceitos de espaço (e de tempo) são, em grande medida, o resultado de uma construção técnica”*.

Parece também ser oportuno lembrar que os avanços tecnológicos e as mudanças nos modos de viver, habitar e até de consumir a cidade são observados constantemente, mesmo quando não se trata da questão do mundo virtual.

Durante as últimas décadas do século XX houve uma erosão do espaço público tradicional devida ao número de mudanças tecnológicas, sociológicas e econômicas. *Shopping Centers* substituíram praças; condomínios fechados substituíram vizinhanças, estacionamentos substituíram espaços abertos. (HORAN, 2000: 81).

O contexto atual possibilita a estruturação de comunidades que, mesmo sem nenhuma relação presencial ou física entre as pessoas participantes, ou com caráter temporário, que pode fazer com que sua existência esteja fadada a reduzidos espaços ou períodos de tempo, supram necessidades imediatas ou contínuas de seus membros, assumam características próprias e até mesmo ressoem seus reflexos no mundo físico. Sobre a relação entre o mundo dito físico e a realidade virtual, Santos (1997) afirma que a questão está mal colocada, porque divide e polariza os mundos, com uma visão negativa de sua diferenciação, que

subordina a realidade de um ou de outro. Esses novos enfoques que se apresentam ainda muito recentes e passíveis de alterações quase diárias abrem a percepção para novas formas de organização dos grupos, algo aparentemente diferente das definições clássicas, mas que não as exclui.

Hughes e Campbell (2000: documento digital) sustentam que “se a *‘comunidade’ for formada por pessoas que interagem e que se relacionam em torno dos interesses compartilhados, isto pode ocorrer on-line*”. Os autores ainda levantam a possibilidade de que possivelmente as comunidades virtuais sejam uma reação à desintegração das comunidades locais tradicionais, já que identificam similaridade das atividades em encontros virtuais com as atividades que são ou seriam executadas em espaços de comunidades: “*Talvez as comunidades virtuais sejam uma nova forma de organização social, e oportunizem estruturas que não sejam limitadas pelos relacionamentos hierárquicos do Estado*”. No entanto, não se deve esquecer que um dos primeiros segmentos, após as universidades e as Forças Armadas, a se apoderar do espaço virtual e de suas possibilidades foi o sistema financeiro – diretamente relacionado ao poder dominante no sistema capitalista neoliberal.

O termo comunidade virtual tem sido utilizado para definir grupos que mantêm relações sociais no ciberespaço e é assim determinado por Rheingold (1994: 20), um dos primeiros teóricos a utilizá-lo:

As comunidades virtuais são agregados sociais que surgem da Rede, quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimento humanos, para formar redes de relações pessoais no espaço cibernético.

Com base nesta definição, Recuero (2005, documento digital) relaciona as redes digitais de relações sociais, as discussões públicas, os encontros ou contatos entre pessoas para determinados fins como elementos formadores das

comunidades virtuais. A autora demonstra se importar com a questão da manutenção ou permanência desses contatos, com o tempo e os sentimentos envolvidos na continuidade da discussão – talvez seja possível pensar em “*continuidade de interesse*” – para considerar um agrupamento no ciberespaço como comunidade virtual, remetendo-se ao conceito clássico de comunidade.

Recuero (2005, documento digital) aponta que a formulação de Rheingold retira da discussão a base territorial e invoca o raciocínio de Jones (1997: documento digital) ¹¹, para deixar claro que esse elemento não é de todo suprimido, quando apresenta o conceito de *virtual settlement*, que seria uma espécie de “*ciberlugar*” definido pela ferramenta tecnológica, percebido pelos usuários como um espaço e reconhecido como lugar de encontro ou referência, por meio de MSN, ICQ, *chats* e outros *websites*. Baseando-se em Jones, a autora relaciona também os conceitos de comunidade virtual e de *virtual settlement* para afirmar que há uma condição de espaço limitado – de forma não concreta, mas simbólica – para que a comunidade virtual se desenvolva e seja completada, reconhecendo-se como tal: “A comunidade precisa, portanto, de uma base no ciberespaço: um lugar público onde a maior parte da interação se desenrole. A comunidade virtual possui [...] um locus virtual”.

Outro elemento destacado por Recuero (2005, documento digital) é a interatividade, entendida como interação entre os membros de uma comunidade virtual. Ainda afirma que a interatividade se dá pela relação entre mensagens e pela maneira como formam uma seqüência lógica de troca comunicativa.

Uma comunidade física obviamente não depende necessariamente de computadores ou do ciberespaço, mas a utilização das novas tecnologias de

¹¹ JONES, Steven G. (org) *Virtual Culture: Identity & Communication in Cybersociety*. Sage Publications: Thousand Oaks, California, 1997 apud RECUERO, R. C. Comunidades virtuais - Uma abordagem teórica. V Seminário Internacional de Comunicação, no GT de Comunicação e Tecnologia das Mídias, PUC/RS. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.html> acessado em 23 mar. 2005.

comunicação amplia sua abrangência geográfica e seus limites temporais. Essas relações, complementadas pelo ciberespaço, também não necessitam ser realizadas à distância. Várias são as experiências que visam à criação e observação de comunidades virtuais formadas por habitantes de uma mesma região geográfica, ampliando sua existência física para o mundo digital. A viabilização do fluxo de informações entre seus membros, como mostram experiências espalhadas pelo Brasil e pelo mundo, parece ser um primeiro passo nessa direção.

Além disso, a comunidade virtual local ainda pode se interligar a outras comunidades, formando uma rede. Por sua vez, a rede comunitária pode se encontrar com outras redes externas, formando uma rede de redes. Nas palavras de Mitchell (1997: 65), *“em breve, todo o mundo será um palco eletrônico”*.

Ao se valorizar este momento histórico em que o mundo físico se relaciona cada vez mais diretamente com o ciberespaço, é importante ressaltar novamente que o desenvolvimento das TIC se encontra com a evolução das tecnologias visuais e sonoras de simulação do espaço, colocando a teorização e prática de comunidades frente à questão do papel da percepção humana e de seus filtros tecnológicos, culturais, pessoais, etc., na construção da realidade e de seu entendimento. Esse cuidado talvez aplique maior segurança na definição do que atualmente se entende chamar de Comunidade e a validade da discussão sobre sua relação com o mundo virtual.

Mesmo antes da explosão do desenvolvimento das TIC, Lynch (1960)¹² lembrava que uma das preocupações mais importantes do planejamento urbano deveria ser, na escala das vizinhanças ou comunidades, fomentar o senso de Lugar para a intensificação do senso de Comunidade. O desafio crítico para a tecnologia

¹² LYNCH, K. The image of the city. Cambridge: MIT Press, 1960 *apud* HORAN, T. Digital Places: Building our City of Bits. Washington: ULI-the Urban Institute, 2000, p 11.

digital, nesse nível, é intensificar a efetividade de várias instituições comunitárias (escolas, bibliotecas, centros comunitários) enquanto busca responder às necessidades comunitárias e intensificar o desenvolvimento de interações locais, pois, como lembra Horan (2000: 63):

Enquanto nenhuma instituição física pode transformar uma comunidade em um lugar digital, pode-se contribuir de uma maneira diferente, como sugerem os fundamentos do design recombinate [conceito derivado da “arquitetura recombinate” de Mitchell]: espaços fluidos de aprendizado, lugares significantes para o intercâmbio cultural; novas estéticas provocativas que conectam interesses e lugar, e mecanismos inovadores para o envolvimento cívico.

Observa-se, assim, que, apesar da facilidade de contato virtual, o contato físico ainda tem suma importância para a consolidação da identidade das comunidades. Esse contato pode, inclusive, fortalecer os laços de participação, conforme apontam projetos e experiências diversas (como as que serão discutidas no capítulo 4). Desta forma, acredita-se que esse novo paradigma colocado pela Supermodernidade e pelas TIC faz necessário que se revisitem os conceitos clássicos de Comunidade e Sociedade, principalmente desenvolvendo relações de seu contexto de reconhecimento espacial, pois é perceptível que tem sido reduzido o peso da limitação geográfica para a formação das mesmas. A base física agora é mais claramente entendida como facilitadora do processo de comunicação e relacionamento cultural do grupo, enquanto tem reforçado o entendimento da formação de laços comunitários por meio de interesses comuns que podem, ou não, estar relacionados à mesma, mas que podem ser fomentados pelas interações no meio virtual.

2.3.2 O espaço percebido e as comunidades de lugar

Para se entender a discussão sobre a variação da importância da base física e de seu reconhecimento como território de uma comunidade, talvez seja interessante retomar alguns conceitos anteriores, pois o Território é antes Lugar, e este é originado pela leitura específica do Espaço. Mesmo a apreensão destes conceitos não parece precisar ser necessariamente estanque ou materialista. A proposta de uma leitura ou revisão mais idealista talvez possa facilitar a compreensão das interações físico-virtual e afastar possíveis estranhamentos ao tema, como concorda Santos (1997).

O conceito de Espaço é abstrato e, para o senso comum, remete quase sempre ao inexistente. Fala-se muito de espaço como o universo infinito, o Éter, ou como a distância entre pontos físicos ou marcas no tempo, em um tom em que o Espaço, em si, parece não existir se não houver referências físicas para abarcá-lo. Zevi (1994: 25), apesar de afirmar que o espaço arquitetônico não se esgotaria em quatro dimensões, mas que as transcenderia, defende o espaço interior como arquitetura pura que se prolonga pela cidade, em espaços definidos, *“onde quer que a obra do homem tenha limitado vazios”*. Sua definição, nesse momento, trata de um ponto específico sobre a leitura e percepção da arquitetura, mas apresenta em si a idéia do espaço como algo que necessita estar inserido em um contorno claro e definido. Costuma-se também utilizar o termo como sinônimo ou medida da capacidade de continentes – nesse sentido, o espaço se esvai conforme vai sendo ocupado, o que poderia até soar como contra-senso aos observadores mais críticos.

Dessa forma, seria possível afirmar que o espaço seria o nada que se forma ou que se revela entre as coisas que realmente existem. Mas há, contudo,

definições mais complexas sobre o tema, que merecem ser levantadas para embasar uma discussão mais ampla, que toque a virtualidade e o reconhecimento das comunidades e indivíduos em ambientes sabidamente criados ou simulados pelas TIC.

A primeira obra literária humana que se preocupa em colocar claramente a questão do Espaço talvez seja o *Timeo*¹³, de Platão. A concepção platônica apresenta o conceito de *Khôra* como um receptáculo universal, eterno, indestrutível e amorfo, que seria a matriz de tudo o que há. O *Khôra* forneceria constituição e existência a todos os objetos e elementos e por eles seria também constituído. Conforme destaca Montaner (1997: 30), o *Khôra* proveria as características de tudo que o ocupa e seria o terceiro componente básico da realidade, juntamente com o Ser e o Processo de Transformação. Serra (1995) compara o *Khôra* com o ciberespaço, no sentido de conter e ser contido pelos elementos aos quais provê o sentido de realidade.

Santos (1996:110-111) afirma que o Espaço é composto pela relação entre sistemas de ações e sistemas de objetos. O autor conclui que não seriam os objetos a formar o espaço, mas o contrário, pois a lógica própria do espaço é que determinaria a importância e a organização dos objetos existentes ou percebidos, encontrando-se com as definições aristotélicas. Como a figura do *Uroboros* (símbolo alquímico da serpente ou dragão, que forma um círculo perfeito para se recriar eternamente ao tocar com a boca o próprio rabo), os sistemas de objetos condicionariam as ações, e os sistemas de ações transformariam ou gerariam novos objetos. Desses pontos, objetos e ações, ou idéias, surge o conceito também encontrado na obra de Castells (2000) de que o espaço seja constituído por fixos e fluxos, sendo os fixos aqueles elementos reconhecidos e significados que

¹³ PLATÃO. *Timeo*; introdução e notas de Giuseppe Lozza. Milão: Arnoldo Mondadori Editore, 1994.

originalmente suportam os fluxos, que seriam as ações e informações que por eles ou para eles circulam.

Duarte (2002: 48-49) propõe que o Espaço seja formado pela relação entre objetos (fixos), ações (fluxos) e seres humanos. São estes últimos os componentes capazes de perceber essa relação e de reagir diretamente sobre ela e mesmo ressignificá-la: *“Caminhando pelos extensos desertos de areia, ou numa longa noite de sonhos, tem-se consciência de sua existência pelos fluxos e fixos que constituem o espaço, material ou onírico”*. É importante ressaltar que, para o autor, o fixo não necessariamente apresenta consistência física, o que implica afirmar que apenas deve ser reconhecido pelo Homem como suporte de fluxos para ser considerado como tal. Seguindo esses raciocínios, e procurando relacioná-los, torna-se possível afirmar que o Espaço talvez dependa menos de uma existência material do que da construção ideal definida pela percepção humana, que ultrapassa as barreiras do mundo físico até o “sonhar”. Montaner (1997: 31) se refere ao Espaço como uma construção mental. Ferrara (1993: 107) afirma que o Espaço está marcado pelo *“percepto”*, pela percepção.

Assim, se o Espaço depende da mente e da percepção humanas, logo, também varia de indivíduo para indivíduo e de grupo para grupo, já que, nesse caso, sua “leitura” dependeria de um componente cultural. Hall (1969) propõe a idéia de que o Espaço seja percebido por filtros culturais, que teriam componentes biológicos universais e outros que variariam de acordo com cada cultura distinta.

Na linha proposta por Virilio (1993), Duarte (2000) lembra que um mesmo indivíduo pode perceber e vivenciar diferentes Espaços ao mesmo tempo, ainda que mantenha seu corpo na mesma posição geográfica. Em um exemplo proposto pelo autor, um astrônomo alternaria rapidamente de um Espaço a outro sem sair de sua

cadeira, em um processo de imersão e emersão, ao olhar para dentro ou para fora de seu telescópio. Nas palavras de Duarte (2002: 58), caberia ainda ao homem o claro poder de escolha dessa alternância ou dessa sobreposição:

A apreensão, compreensão e análise dos espaços pressupõe que o astrônomo viva diferentes espaços, [...] formados por objetos e ações organizados por uma certa lógica, determinados pelos filtros culturais. [...] Mesmo sabendo da rotação da Terra, quando acaba seu dia de trabalho, [o astrônomo ao voltar para casa] pedala ao pôr do Sol.

Ainda com apoio nesta metáfora, outro ponto levantado por Duarte (2002) é o da percepção, ou construção da percepção do Espaço, mediada ou possibilitada pelos instrumentos tecnológicos. Segundo o autor, as ferramentas que estendem os sentidos acabam por permitir a inclusão de ações e objetos até então estranhos no sistema espacial humano.

Utilizando uma outra metáfora próxima, Virilio (1993: 46) fortalece a idéia de que o julgamento do Espaço é influenciado e se altera juntamente com as variações do ferramental humano:

No século XVII os teólogos seriam levados a colocar uma questão extremamente pertinente: “Uma missa assistida através de uma luneta tem valor? Deve-se considerar que o fiel que teleobserva desta forma a liturgia dominical tenha assistido realmente aos ofícios religiosos?”. A resposta era negativa.

Enquanto o Espaço, como destaca Augé (1994: 77), é abstrato, apesar da possibilidade de variação da percepção de cada um, o Lugar já tem uma leitura ou significação que remete *“pelo menos, a um acontecimento (que ocorreu), a um mito (lugar-dito) ou a uma história (lugar histórico)”*. Augé defende que o Lugar se constitui pelo código, pela troca de senhas durante a convivência, que torna cúmplices aqueles indivíduos ou grupos usuários que o destacam do Espaço – apenas percebido – e o reconhecem, decodificam ou significam como o seu Lugar. O Espaço estaria para o plano como o Lugar estaria para uma figura geométrica

limitada – mas sem lados e vértices claramente definidos. No Lugar, as pessoas encontram sua história pessoal ou comunitária retratada e referenciada, suas crenças e valores ilustrados ou corroborados, suas memórias e desejos: o ontem estampado e o amanhã projetado. Segundo Duarte (2002: 73), pode-se afirmar que é no Lugar que *“todos os elementos que passaram pelos filtros culturais tendem a firmar sua existência na lógica que anima o espaço. Isso é válido também individualmente”*.

Pode ser possível afirmar que um dos fenômenos decorrentes do Lugar é a conversão dos fluxos (significados, idéias, lembranças) em fixos (um monumento de pedra ou uma intervenção urbana mais efêmera, como uma pichação, por exemplo). Do mesmo modo, fixos preexistentes podem incorporar determinados fluxos e ganhar novos significados no decorrer da história. Ao ser concretizado dessa forma, com o passar do tempo, o fluxo original pode até se perder, sendo substituído por novos fluxos originados dos novos valores ou visões de mundo das gerações subseqüentes às que os determinaram. Ainda para Duarte (2002: 76), *“a construção dos Lugares é a operação significadora que se faz ao se apreender, reconhecer e ordenar os fixos e fluxos, é a ação instável e fértil responsável pela conscientização de que se está no espaço.”* De acordo com Ferrara (1993: 108), o Lugar é marcado pelo juízo perceptivo.

Conclui-se, então, que a definição de um Lugar depende da construção coletiva balizada por um patrimônio cultural. Assim, por sua característica simbólica, o Lugar se aproxima de uma relação direta com o corpo humano e é, por excelência, a instância de auto-reconhecimento humano ou dos grupos e de estabelecimento de sua história e cultura:

O Lugar é uma porção do espaço significada, ou seja, a cujos fixos e fluxos são atribuídos signos e valores que refletem a cultura de uma pessoa ou

grupo. Essa significação é menos uma forma de se apossar desses elementos, e mais de impregná-los culturalmente para que sirvam à identificação da pessoa ou do grupo no espaço, para que encontrem a si mesmos refletidos em determinados objetos e ações e possam, assim, guiar-se, encontrar-se e constituir sua medida cultural no espaço. (DUARTE, 2002: 65).

Montaner (1997: 31) afirma que, enquanto o Espaço remete a uma condição ideal, o conceito de Lugar possui um caráter estabelecido pelo uso, que se articula e se faz existencial e que é definido até o nível de detalhes. O autor aproxima e desvela a inter-relação ou interdependência do Lugar com a linguagem ao afirmar que o conceito *“vem definido por substantivos, pelas qualidades das coisas e dos elementos, por valores simbólicos e históricos”*. Augé (1997: 76) inclui em suas definições de Lugar *“as possibilidades dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam e na linguagem que nele se concretiza”*. Nesse sentido, pode-se recorrer novamente a Ferrara¹⁴ quando a autora destaca que *“é necessário ultrapassar aquela totalidade homogênea do Espaço para descobrir seus Lugares, nos quais a informação se concretiza”*.

Logo, seguindo por essa linha, é difícil associar o Lugar apenas ao espaço físico, sendo importante a noção de que ambientes virtuais também poderiam ser estabelecidos e reconhecidos como tal. Horan (2000: 16) afirma que *“pesquisas cognitivas concordam que o senso de Lugar é o aspecto que ancora a satisfação de ambientes urbanos”*. A se julgar pela evolução tecnológica crescente e a preocupação também exacerbada com a personalização de interfaces e interatividade total, pode ser possível presumir que, em um futuro breve, esta discussão se dissipe, pois a simulação será tão perfeita que não poderá mais ser entendida como tal.

¹⁴ FERRARA, L. D. Arquitetura e linguagem: investigação contínua. In: FECHINE, Y. e FECHINE, A. C. (org.). Visibilidade Urbanidade Intertextualidade. São Paulo: Hacker. 1993. p153.

Panonfsky (1994: 11) lembra que, *“para Platão, não era o artista, e sim o dialético que tinha a função de revelar o Mundo das Idéias”*. A partir daí, pode-se ousar traçar um paralelo dos conceitos anteriormente apresentados com o pensamento platônico, ao se relacionar livremente o Espaço (*Khôra*) ao mundo Ideal, e o Lugar ao mundo físico ou humano. Nessa linha, talvez seja possível afirmar, em uma análise ainda superficial, que o Espaço realizaria os elementos Ideais e que estes seriam finalmente concretizados quando entendidos ou encontrados no Lugar. Mais tarde, como descreve Serra (1995), Aristóteles conceberá o espaço como um “Lugar”, formulando a teoria dos lugares naturais. Para o filósofo, cada coisa tem seu lugar a ocupar e tende a reocupá-lo sempre. O Lugar também seria, então, característica inerente e componente das coisas, necessária ao seu reconhecimento como existentes.

Do mesmo modo que uma mesma mensagem pode ser compreendida de diversas formas por diferentes receptores, um outro ponto a ressaltar é que o mesmo segmento do Espaço pode ou não ser tido como Lugar e pode se apresentar como Lugares diferentes para diferentes pessoas ou grupos. Ou seja, se o Espaço, ao ser percebido, já sofre a influência dos filtros culturais, individuais e coletivos, ao passar pelo processo de aculturação para ser tomado por Lugar sofre maior diversificação ainda. De acordo com Lynch (1990), a determinação ou catalogação de Espaços e de Lugares na cidade deve ser cautelosa, justamente por essa variação de significação e valoração, que é natural e recorrente a cada usuário e que pode enganar os desatentos. Pode-se afirmar que o Lugar está, portanto, sob um paradigma de instabilidade, pois congrega uma multiplicidade talvez inquantificável de códigos e signos que são regidos por uma infinidade de filtros

culturais, que são povoados por diferentes fluxos e que ressaltam ou suprimem os fixos existentes.

Ao se tratar do conceito de comunidades, foi observada a relação de reconhecimento (Lugar) que o grupo deve realizar com a parte do espaço que ocupa. Ao ocupar o espaço e significá-lo e ressignificá-lo, a comunidade também desenvolve, para manter sua organização e ordem naturais, uma série de normas de conduta geral compartilhada entre seus membros. Nesse momento, o Lugar passa a ser Território. O Território é, então, o Lugar ou o conjunto de Lugares de uma determinada comunidade que se estabelece pelo domínio local e pela sistematização clara de seu uso, segundo normas comumente estabelecidas.

Horan (2000: documento digital) destaca que os novos tempos alteraram sobremaneira o espaço urbano, lembrando que durante as últimas décadas do século XX houve uma erosão do espaço público tradicional devido ao número de mudanças tecnológicas, sociológicas e econômicas: *“Shopping Centers substituíram praças; condomínios fechados substituíram vizinhanças, estacionamentos substituíram espaços abertos”*. É sensível a preocupação de planejadores urbanos ao instituir locais públicos como praças e temer por seu abandono. Em outro documento, Horan (2000: 60-61) cita exemplos em que o planejamento urbano e arquitetônico é utilizado para simbolizar e viabilizar comunidades – desde o *Campo di Siena*, na Itália, ao *Campo de Snoopy*, no *Mall of America*, em Minnesota, cada um guardando suas especificidades de contexto e história locais. Nos casos, conforme discute, a premissa central do espaço público projetado é que o ambiente construído pode ter papel real na criação do senso de comunidade, principalmente pela forma como nele se dão os fluxos e o reconhecimento de fixos.

A qualidade intrínseca do Espaço como fomento da comunidade talvez esteja muito ligada à sua utilização como meio de comunicação e troca. Essa possibilidade é bastante sensível nas organizações primitivas, como, por exemplo, nas aldeias indígenas, nas quais todos vêem e são vistos e os códigos espaciais se misturam à religiosidade. Há muitos exemplos de aglomerações que se tornam comunidades pela especificidade do lugar, como diversas cidades brasileiras que surgiram pela evolução natural de pontos de parada de tropeiros. Muitas ainda carregam a marca de seus começos: geralmente, encontrar a torre da igreja de uma cidade interiorana é encontrar seu centro – histórico, urbano e de referência. Ao pensar no mundo virtual, é possível acreditar em sua influência positiva no mundo físico e em sua capacidade de gerar o apego do grupo a Espaços antes abandonados, retornando-os Lugares e, logo, Territórios comunitários, quando o ciberespaço propicia a retomada de ações de comunicação antes perdidas:

Contrárias à noção de que tecnologia apenas pode fomentar o isolacionismo, inovadoras redes eletrônicas podem encorajar o desenvolvimento e crescimento de comunidades civicamente engajadas e acessíveis. Elas podem dar uma nova dimensão ao espaço público, interagindo com e dando suporte ao espaço físico. (HORAN, 2000: 81).

Levando-se em conta o atual patamar em que se encontram as tecnologias digitais, não há como negar a importância e relevância do ambiente físico, do Lugar ou Território na formação de comunidades. Muitos grupos ainda se formam única e exclusivamente a partir do referencial espacial. No entanto, seguindo essa relação de referência, já é possível afirmar que um grupo que utilize regularmente um mesmo ambiente virtual para contato, como, por exemplo, um *chat*, esteja aplicando ao ciberespaço essa mesma premissa de encontro com base referencial. Se os ambientes virtuais fossem mais ricos em detalhes e talvez passível de marcas duradouras definidas por seus usuários, possivelmente seriam

considerados tais quais os ambientes físicos para a definição de comunidades, como já se discutiu anteriormente. Nessa linha, pode-se até mesmo ousar comparar o ciberespaço com o *Khôra* platônico, o receptáculo que provê a realidade às coisas e que, pelas coisas que cria, é formado. Atualmente, mesmo ao se desligar o computador, a espacialização determinada pela linguagem binária não deixa de existir, dada a profusão e permeabilidade que o mundo virtual já definiu junto ao físico, seus fixos e fluxos.

Assim, pode-se concluir que as comunidades físicas já sofrem grande influência do meio virtual em sua dinâmica e, a partir dessa relação, surgem situações híbridas ou ampliadas. Nesse sentido, é importante o discurso de Horan (2000) que, ao desenvolver o pensamento de Mitchell (1999), expõe o conceito “Design Recombinante”, oriundo da “Arquitetura Recombinante”. Para o autor, pontos referenciais das comunidades, como as escolas, bibliotecas, centros comunitários e culturais, que já tiveram importância na estruturação de comunidades, como observou Lynch (1960), devem agora se organizar para absorver os avanços tecnológicos e se definirem como novos espaços fluidos de informação. Enquanto o contorno exato de comunidades digitais específicas depende de uma circunstância local, o conceito de Design Recombinante propõe importantes aspectos, nos quais esses equipamentos devem ser estruturados de forma que mantenham suas funções originais, mas que combinem em seus serviços o físico e o virtual, colocando-se como possíveis portas de entrada (recepção e transmissão de conhecimento e produção cultural e artística) para os membros da comunidade local a que se destinam em um primeiro momento e, posteriormente, para o mundo, de forma democrática, participativa e duradoura.

Esse caminho amplia a comunidade e até mesmo sua base física em novos significados, favorecendo seus membros a desenvolver novas relações entre si no ambiente circundante e no ambiente virtual, que também abre a possibilidade de encontro com familiares, amigos e outros membros da comunidade que estejam distantes, por um motivo ou outro.

O Design Urbano Recombinante considera quão interligadas as tecnologias digitais podem ser na recomposição de nossas casas, escritórios, comunidades e cidades para obter formas ótimas de Espaço e Lugar.

[...] A noção de Lugares com significado personifica a necessidade de se projetar Lugares digitais como uma maneira de respeitar as associações funcionais e simbólicas que esses ambientes [físicos] geralmente contêm. A partir da perspectiva do design de comunidades, nós precisamos considerar quanto o crescente uso das tecnologias digitais afeta nossa percepção e uso das comunidades físicas que nos rodeiam. (HORAN, 2000, p.12-16, tradução nossa).

2.3.3 A significação do ciberespaço e a manutenção do interesse comum

Conforme destaca Horan (2000: 16), tocando algumas das previsões de McLuhan de que a humanidade implodiria em meio ao oceano de possibilidades de comunicação e troca de informações que criou, para alguns teóricos, a possibilidade de se comunicar com qualquer pessoa em qualquer lugar em que se esteja também pode significar que não se comunique nada, ou seja: atualmente, as pessoas seriam apenas agentes deslocados, não realmente conectados a alguém ou a algum lugar. Essa afirmação, em contraposição ao enfoque anterior, também pode favorecer a discussão da visão do ciberespaço como um possível Não-Lugar.

Enquanto os Lugares são ambientes de identificação, os Não-Lugares, apesar de não se poder afirmar categoricamente que sejam seus antônimos, seriam

justamente aqueles espaços utilizados que não são referendados por nenhuma significação pessoal, histórica ou cultural. Oriundos da Supermodernidade, a grande maioria dos Não-Lugares é de espaços de trânsito, ócio ou consumo, como aeroportos, hipermercados, rodovias, trens, *shopping centers* e, como se discute aqui, também os ambientes virtuais. São locais que formam sistemas nos quais a vida urbana se apóia, mas que não abrigam o verdadeiro jogo social, como define Augé (1994). Enquanto Montaner (1997: 48) afirma que “*a figura do viajante é o arquétipo do Não-Lugar*”, é fácil tentar relacionar essa afirmação com a figura do internauta que “navega”, viajando pelas páginas da *internet*.

Apesar de sua grande importância para a manutenção da vida urbana (pode-se observar como os Não-Lugares são cruciais quando os mesmos são estrangulados, seja por atentados terroristas ou por manifestações pacíficas), os Não-Lugares são espaços pelos quais o usuário, nas palavras de Montaner (1997: 47), “*deseja passar o mais rápido possível*”. Para Augé (1994), os Não-Lugares são produzidos para serem funcionais e não acolhem pessoas, no sentido mais puro da complexidade humana, mas as reduzem a indivíduos, passageiros, usuários, que são codificados assim que acessam ou deixam um desses ambientes.

Os Não-Lugares, como espaços de função bem definida e restrita, são padronizados e requerem, por natureza, que os seus usuários conheçam suas regras para neles serem aceitos – é preciso tirar o passaporte, comprar o bilhete, passar pelos detectores, vestir-se adequadamente, portar a carteira de motorista, conceder digitais, senhas, fotos e assinaturas. Os Não-Lugares parecem ser, sobretudo, espaços de controle em que se apregoa a possibilidade de acesso universal, mas que, na prática, selecionam seus usuários. Segundo Augé (1994), é preciso que o indivíduo esteja sempre em relação contratual com o Não-Lugar e que

prove sua identidade e até mesmo sua inocência, constantemente. Pode-se mesmo aventar que os Não-Lugares não permitam, ou não devam permitir, surpresas. Enquanto Benjamin afirmava que para se conhecer a cidade seria interessante nela se perder e descobrir cada esquina com a mesma tensão causada pelo barulho de se pisar um graveto na floresta, a padronização dos Não-Lugares não permite que o indivíduo neles se perca e nem que se encontre em um sentido mais amplo. Para Augé (2001), os Lugares de encontro do eu e do nós têm sido destruídos constantemente pelo “progresso”. O autor cita as encruzilhadas, de importância até mesmo religiosa, suprimidas pelas autopistas, e lembra também a substituição dos mercados, em que se negociava dialogando diretamente com o proprietário ou com seu representante, pelos hipermercados *self-service*, nos quais a informação caminha em mão única, por meio de material promocional, embalagens ou etiquetas, eliminando qualquer possibilidade real de intercâmbio mais profundo. Ao se deslocar essas constatações para os ambientes mediados, pode-se lembrar dos serviços gratuitos de atendimento ao consumidor, do *telemarketing* em geral e dos caixas-eletrônicos, entre outros serviços.

No entanto, mesmo em ambientes claramente categorizados como Não-Lugares pode haver a definição de Lugares. O contrário também pode ocorrer. Assim, e levando-se em conta a relativização dos filtros culturais pessoais ou grupais, já tocada em pontos anteriores, é importante lembrar que a percepção do Espaço nunca é estanque e única. A leitura de um aeroporto para quem por ele passa apenas quando em férias pode ser diferente da que faz um profissional que o utiliza diariamente para transitar de casa para o trabalho e ainda daquele indivíduo que lá trabalha e, passando nesse ambiente a maior parte de seu tempo útil,

constrói ali uma gama complexa de relações pessoais, até reconhecê-lo como lugar e nele se reconhecer.

Existe evidentemente o Não-Lugar como o Lugar: ele nunca existe sob uma forma pura; Lugares se recompõem nele; as relações se reconstituem nele; as 'astúcias milenares' da 'invenção do cotidiano' e das 'artes do fazer' [...] podem abrir nele caminho para si e aí desenvolver suas estratégias. [...] O Lugar e o Não-Lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado, o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação. (AUGÉ, 1994: 74).

O olhar crítico imparcial de Augé (1994) abre caminho para a compreensão ampla do Não-Lugar: um ambiente de não-reconhecimento em que o usuário se despe de sua identidade (até mesmo conscientemente e por vontade própria), tornando-se apenas mais um ser anônimo quando nele adentra. Nesse momento, o Espaço que não propicia o jogo social, ou de passagem rápida, poderia ser, enfim, também um Espaço desejado de libertação ou dissimulação da realidade pessoal. Os Não-Lugares geralmente são locais de solidão, que podem ser medidos em tempo – mais se conta o tempo de uma longa viagem do que os quilômetros percorridos. Seu reconhecimento viria do tempo de percurso ou espera e sua percepção seria registrada como um presente contínuo, sem referência histórica ou possibilidade futura de diferenciação ou variação fora do padrão proposto:

Assaltado pelas imagens que difundem, de maneira superabundante, as instituições do comércio, dos transportes ou da venda, o passageiro dos não-lugares faz a experiência simultânea do presente perpétuo e do encontro de si. (AUGÉ, 1994: 96).

Com relação à tentativa de categorização do ciberespaço como Lugar ou como Não-Lugar, e buscando um posicionamento mais cético centrado nas possibilidades presentes, pode-se aventar que algumas abordagens tendem a ser até mesmo previsionistas, pois encaram as questões do encontro entre o

ciberespaço e o mundo físico embasando-se mais nas possibilidades futuras ou teóricas do que no instrumental concretamente existente, apesar de demonstrarem, em alguns casos, possibilidades de aplicações práticas da conceituação proposta. Isso pode fazer com que se deseje classificar o ciberespaço como Lugar de encontro e reconhecimento ou mesmo como Não-Lugar, de acordo com o tipo de uso que se estabeleça. Mesmo que essa postura possa ser entendida como prematura, não parece ser possível negar o potencial crescente do ciberespaço para tanto, da mesma maneira como é notável que a evolução das TIC e das tecnologias de simulação sensoriais, principalmente visuais e sonoras, têm aproximado o ciberespaço e seus ambientes da condição de Lugar, no tocante à abordagem sobre comunidades. Acredita-se que possibilidades crescentes de interatividade, personalização de alterações em ambientes virtuais e até mesmo a partilha de códigos livres abertos sejam de essencial importância para essa movimentação.

Ao mesmo tempo, a intersecção e união entre o ambiente virtual e o meio ambiente físico têm crescido em proporções muito sensíveis. A Arquitetura Recombinante de Mitchell (1999) se dá pela influência da tecnologia nas atividades ocorridas no espaço construído e seu reflexo no projeto e re-projeto das edificações que as abrigam. Enquanto isso, o Design Recombinante de Horan (2000) é uma extensão desse conceito para a propositura de um novo design urbano e de políticas públicas, sob a mesma ótica de transformação e adaptação aos novos espaços híbridos formados pelo encontro entre o virtual e o físico. Logo, parece ser difícil manter o discurso de que não haja nenhuma relação simbólica sendo construída nestes novos ambientes, o que, portanto, os alçaria à qualidade de Lugares.

É bom lembrar que na discussão sobre o reconhecimento de um Espaço como Lugar estão presentes as significações de objetos e ações, ou fluxos. Duarte

(2002: 177) defende que os fluxos alcançaram uma liberdade praticamente irrestrita com relação aos fixos que os determinam. Segundo ele, *“na verdade, [os fluxos] são livres da representação visual à qual se consagraram os arquitetos e os urbanistas quando se debruçaram sobre os fluxos para compreender os fixos que projetavam”*. Castells (1999: 375) afirma que os espaços de fluxos substituem os espaços de fixos, e estes perdem seus significados culturais, geográficos e históricos quando são integrados às redes informacionais.

Dessa forma, percebe-se que a definição das comunidades se fortalece hoje com suas bases estruturadas nos processos de comunicação, o que teoricamente sublima a necessidade imediata do território físico comum e destaca a necessidade da sociabilidade e do interesse comum, principalmente a partir do advento das TIC.

As comunidades virtuais baseadas apenas em interesses deslocam completamente esta discussão. A primeira comunidade virtual totalmente independente do ambiente físico foi a *Well*, iniciada em 1985, em São Francisco, envolvendo 200 usuários ativos participando de discussões sobre filosofia pós-1960. Depois dela, como lembra Horan (2000: documento digital),

Na última década, comunidades virtuais ganharam força: dezenas de milhares de *websites* de discussão podem ser encontrados através da internet, englobando uma extensão de interesses e motivações. Comunidades de interesse e estilo de vida, como *Geocities* e *I-Village*, tornaram-se muito populares, enquanto isso serviços especializados como boletins financeiros, como o *Ragingbull.com*, continuam crescendo. [...] Comunidades como a *Well* ou a *I-Village* são comunidades de interesse clássicas: elas não precisam necessariamente de conexão com nenhuma comunidade de lugar. No caso da *Geocities*, o “lugar” existe, mas tem valor metafórico. Outras comunidades têm a relação com a “*Ágora*”, mas geralmente o senso de lugar é subjetivo.

Horan (2000: 119), defendendo a capacidade das comunidades de interesse de transcender localidades específicas, esclarece que, além dos usos formais, redes comunitárias também podem servir para favorecer e sustentar debates e discussões públicas, como um fórum informal para comunidades de interesse e suas manifestações em comunidades de lugar. Para o autor, é imprescindível que se utilize a tecnologia para, por meio das comunidades de interesse, desenvolver o espaço público ocupado pelas comunidades locais:

Um tema recorrente do design de lugares digitais é a possibilidades de utilizar a tecnologia para construir conexões com comunidades locais. Espaços públicos – ambos real e virtual – provêem terreno perceptivo e funcional para encontro igualmente de amigos e estranhos. [...] Existe a oportunidade de se criar nova *Ágora* física e eletrônica que diminuirá o impacto isolado potencial das atividades baseadas no computador.

Sendo assim, acredita-se que não seja prudente tomar o ciberespaço como Não-Lugar, pois, como lembram Wellman e Hogan (documento digital), longe de manter pessoas separadas, comunidades virtuais e redes de comunidades geralmente aproximam seus membros.

Segundo os autores, usuários de *internet* são mais simpáticos à leitura de jornais, a discutir problemas com familiares e com o círculo de amigos, a formar associações, como associações de bairro, e até a participar de atividades sociais físicas. Para eles, a relação com o ciberespaço é apenas um reflexo do comportamento no mundo físico: quanto mais as pessoas se encontram pessoalmente, mais utilizam aparatos tecnológicos como o telefone e computadores para se comunicar. Uma referência interessante, apesar de críticas específicas que se possam tecer quanto a questões de privacidade e superexposição de dados íntimos, pode ser o *website* Orkut, que interliga redes de amigos e é, em diversos

casos, fonte de encontros – seja de amigos de infância reencontrados por meio do serviço ou de relacionamentos novos por meio dele iniciados.

Wellman e Hogan (documento digital) lembram do fenômeno que chamam de “*e-diáspora*”, que, segundo eles, ocorre quando migrantes utilizam a *internet* para se manter unidos com seu velho país ou comunidade, comunicando-se periodicamente com amigos e parentes, mantendo-se informados sobre a dinâmica de seu local de origem por meio da leitura de jornais *on-line*, e nela interferindo por meio da produção livre de informações sem censura, por exemplo. Provavelmente, foi justamente o reconhecimento do ciberespaço como um local de encontro, mais que um simples meio de comunicação, que propiciou o surgimento e proliferação de comunidades virtuais de interesse e de prática que podem, ou não, estar diretamente relacionadas a ambientes físicos.

Horan e Wells (2005) explicam que as comunidades de prática são grupos de pessoas que partilham um interesse comum, geralmente despertado por um mesmo problema ou conjunto de problemas, por uma paixão por um assunto específico, e que aproveitam sua interação para aprofundar seu conhecimento e se especializar no assunto desejado. Esses grupos podem ser intencionalmente construídos e propiciam para seus membros oportunidades de desenvolver conhecimento e soluções inovadoras para seus problemas e até mesmo para proporem novos usos das TIC.

Muitas equipes estão geograficamente dispersas, então a comunicação ocorre via internet. Além disso, aqueles que gastam o dia trabalhando em computadores pessoais geralmente preferem voltar-se para a internet para obter informações a perguntar a um colega no cubículo mais próximo. Eles formam ‘comunidades de prática’ que unem pessoas que nunca se encontraram pessoalmente: trocando know-how e empatia *on-line*. No entanto, proximidade ainda tem suas vantagens porque provê uma larga banda de comunicação multissensorial – pessoas aprendem mais quando

vêem, ouvem, cheiram e tocam umas às outras – tão bem como habilita a trocar objetos físicos. (WELLMAN e HOGAN: documento digital).

Wenger, McDermott e Synder (2002: 29)¹⁵ afirmam que as comunidades de prática são compreendidas e desenvolvidas por meio de três dimensões-chave, que seriam: (1) o problema central; (2) a comunidade comprometida ou a se comprometer com o problema; (3) a metodologia, ou prática, pela qual a comunidade tentará resolver o problema. Quando somadas, as dimensões-chave estruturam a forma ideal de conhecimento das comunidades de prática. Essa estrutura é social e responsável pelo desenvolvimento e pela partilha do conhecimento adquirido.

Paralelamente, a proposta conceitual e prática de Horan (2000: documento digital) sobre o Design Recombinante está baseada nos seguintes aspectos: (1) Lugares significativos, que trazem sem seu bojo a necessidade de se compreender e de se manter os valores do físico ao se desenvolver o virtual; (2) Locais fluidos, que remetem à necessidade de se reconhecer que o ciberespaço altera a relação entre as atividades cotidianas e os espaços em que ocorrem; (3) a compreensão e delineamento das Fronteiras Digitais entre os elementos físicos e virtuais formadores de uma comunidade; (4) a busca constante da incorporação participativa de formadores de opinião e da maior parte possível da população em questão nos processos de design democrático.

Ao se observar a proposta desses modelos teóricos, fica clara, então, a potencial relação sinérgica e simbiótica existente entre comunidades físicas e virtuais. A discussão do Espaço e da denominação de Lugares e Não-Lugares também se enriquece de certa forma, pois as comunidades locais provêm o

¹⁵ Wenger, E. McDermott, R. and Snyder W. *Cultivating Communities of Practice*, Boston, MA: Harvard Business School Press, 2002 p.29. *apud* Horan, T. e Wells, K. (2005). *Digital Communities of Practice: Investigation of Actionable Knowledge for Local Information Networks* Knowledge, Technology and Policy.

contexto, ambiente e conteúdo para desenvolver as comunidades virtuais, e as comunidades virtuais enfatizam o senso comunitário local, físico. Assim, os aspectos culturais e os valores de uma comunidade aparentemente serão favorecidos com o desenvolvimento de uma estrutura de comunicação e expressão livres, baseada nas TIC, que respeite as qualidades físicas e virtuais da comunidade. Para Horan e Wells (2005), a ironia do design de comunidades virtuais é que se faz necessário focar o projeto no território físico preferido dos sistemas da comunidade local para que o mesmo seja bem-sucedido e reconhecido pelos usuários. Ou seja, o design virtual necessita se adaptar à perspectiva dos sistemas para reconhecer que mudanças em um componente do ambiente virtual não vão afetar a construção do ambiente, mas afetar os sistemas virtuais a ele associados – segundo os autores, comunidades eletrônicas inovadoras em escolas podem tanto influenciar as interações entre estudantes e professores quanto facilitar o uso de outros serviços eletrônicos, tais como os oferecidos por bibliotecas locais.

Nesse sentido, da perspectiva das comunidades de prática, virtuais e físicas, o desafio é unir equipamentos e ações públicas para se desenvolver uma rede interorganizacional de geração de conhecimento.

Espaços digitais bem sucedidos em nível de comunidades são o resultado de uma apreciação saudável da interação entre comunidades de lugar e comunidades de interesse. Comunidades de lugar ligam pessoas próximas por meio de suas associações com uma localidade particular [...] (HORAN, 2000: 61-62).

Pode-se então afirmar que uma das mais claras possibilidades de utilização do ciberespaço para o desenvolvimento local está na construção de comunidades virtuais vivas. Para tanto, parece ser necessário que se estabeleça forte e clara relação com a comunidade física e seu ambiente e, ao mesmo tempo,

que se propicie acesso real e crítico para que as comunidades paralelas de interesse sejam abertas e abrangentes.

Assim, ao se sintetizar os conceitos apresentados, acredita-se que seja possível delimitar a definição de comunidade de forma sumária: grupo formado por pessoas unidas por laços de sociabilidade e sentimento de pertença, que se comunicam entre si pela partilha dos códigos construídos e mantidos em seu patrimônio cultural, seja pelo contato físico, seja por processos mediados pelas TIC, para alcançar êxito no cumprimento efetivo de seus objetivos ou interesses comuns – relações estas que estão sujeitas à ação do tempo.

Ao mesmo tempo, a questão do Espaço/Lugar/Território de reconhecimento será encarada não pela existência material de um ou de outro ambiente, mas por seu impacto direto no usuário e pelos ecos relativos à sua utilização cotidiana. Dessa forma, espera-se reforçar a idéia de produção de Espaços híbridos e sinérgicos, ou ampliados, formados pela interpenetração do ciberespaço e do universo físico.

3 TIC, CULTURA E DEMOCRACIA

3.1 UM OLHAR SOBRE AS TIC NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

A globalização, processo de integração do mercado global e de conseqüente intensificação das relações entre diferentes culturas e povos, teve seu início, como lembra Gómez (1997), ainda no Renascimento, com as Grandes Navegações. Atualmente, com o avanço e banalização das TIC, que transcendem as barreiras físicas e alteram o fluxo de atividades com relação ao ritmo anteriormente estabelecido, o processo de globalização se intensificou, podendo sugerir para muitos que seja um fenômeno recente.

Gómez (1997) acredita que o termo não seja adequado, pois é muito recente e se apresenta ambivalente, dada a variedade de fenômenos que abrange e a diversidade e quantidade de impactos que gera em diversas áreas do conhecimento. O autor ainda lembra que McLuhan, nos anos 1960, já havia criado a metáfora da aldeia global, que remeteria ao resultado das TIC nos processos humanos.

[...] agora, na era da eletricidade, o homem volta, psíquica e socialmente, ao estado nômade [...] pela cata de informações e pelo processamento de dados. É um estado global, que ignora e substitui a forma da cidade – que tende a se tornar obsoleta. Com a tecnologia elétrica instantânea, o próprio globo não passará de uma aldeia e a própria natureza da cidade, enquanto forma de grandes dimensões, deve inevitavelmente dissolver-se numa fusão cinematográfica. A primeira circunavegação do globo, no Renascimento, deu ao homem um sentimento novo de abarcamento e posse da Terra, assim como os astronautas alteraram a relação entre o homem e o planeta, que agora dá a impressão de um bairro que a gente pode percorrer numa caminhada. (MCLUHAN, 1999:385-386).

Como explica Chesnais (1996), a expressão globalização surgiu no início dos anos 1980 em escolas norte-americanas de administração de empresas e foi

popularizada por meio do trabalho e textos de consultores de estratégia e *marketing* internacional e da imprensa econômica e financeira, meio pelo qual se disseminou rapidamente e passou a ser parte do discurso “*hegemônico*” capitalista.

Castells (1, 1999:11) afirma, no entanto, que “*a economia global é uma nova realidade histórica, diferente de uma economia mundial*”. Afirmando basear-se em Braudel (1967) e Wallerstein (1974), ainda distingue os dois conceitos explicando que a economia mundial, na qual a acumulação de capital pode avançar pelo mundo, realmente existe no Ocidente desde o século XVI. Mas a economia global seria diferente, justamente por sua capacidade de, em tempo real, funcionar como uma unidade em escala planetária. Para o autor, mesmo que a expansão contínua e a busca pela ruptura dos limites espaciais e temporais sejam marcas do modo de produção capitalista, apenas nas últimas décadas do século XX é que se estabeleceram, viabilizadas pelas TIC, as bases da nova infra-estrutura que puderam fazer que a economia mundial se tornasse verdadeiramente global. Essa “*globalidade*”, para o autor, “*envolve os principais processos e elementos do sistema econômico*”. Ainda nos anos 1960, McLuhan (1999) já afirmava que a “*era elétrica*” estabelecia uma “*rede global*”. Para ele, essa rede seria muito próxima, uma extensão do sistema nervoso central humano: “*Nosso sistema nervoso central não é apenas uma rede elétrica; constitui um campo único e unificado da experiência.*” (MCLUHAN, 1999:390).

A questão da organização planetária e sua relação com as TIC, apresentada por Castells (1999), seria explicada por Canclini (1999) como uma condição do processo de passagem das identidades modernas às identidades pós-modernas. Para Canclini (1999:59), as *identidades pós-modernas*, termo que o autor

considera “*incômodo*”, são “*transterritoriais e multilingüísticas*”, e se definem como estruturas baseadas na lógica dos mercados, que desprezam os Estados.

Para o autor, o processo de globalização se estabelece também “*mediante a produção industrial de cultura, sua comunicação tecnológica e pelo consumo diferido e segmentado dos bens*”, em detrimento das comunicações orais e escritas, que eram personalizadas e se davam por meio da proximidade entre interlocutores.

De acordo com Gómez (1997), a palavra “globalização” pode criar a imagem ilusória de um mundo homogêneo e integrado que, na verdade, se apresenta hoje em realidades de fragmentação e desintegração, o que demonstra, segundo seu discurso, que o termo carrega um índice claro de ideologização.

Ao mesmo tempo, tais desenvolvimentos de tendências centrípetas ou integradoras de alcance global resultam indissociáveis de outros desenvolvimentos não menos evidentes de signo contrário, como são as tendências à fragmentação e à desintegração dentro de e entre as nações. Isto é, nacionalismos étnicos, fundamentalismos religiosos, guerras civis, desigualdades crescentes entre países ricos e pobres (GÓMEZ, 1997:10).

A hegemonia, para Chauí (2001), determina as representações sociais e o estabelecimento dos fixos e a produção e interpretação dos fluxos, o espaço, o tempo e as relações de dominação e liberdade, ou de possibilidade e impossibilidade. Ao tocar a questão da ideologia, pode-se crer que os processos de comunicação que utilizam as mídias estruturadas pelas TIC são dotados de considerável poder de influência, podendo ser mais eficazes e eficientes para o estabelecimento de um pensamento hegemônico. A autora acredita que qualquer ideologia que alcance a hegemonia tende a definir sem margem de discussão ou reflexão as instituições sociais e políticas e a interferir diretamente nas culturas

humanas dos grupos aos quais abrange. Quando existe uma direção geral no entendimento e sentido da realidade para uma sociedade, não como ações diretas de controle sociopolítico ou de doutrinação, mas como um *“conjunto articulado de práticas, idéias, significações e valores que se confirmam uns aos outros”*, interiorizado em cada um de seus membros e assim tomado como absoluto, observa-se a consolidação da hegemonia (CHAUÍ, 2001: 90). Logo, pode-se supor que, em uma situação ideal, grupos dominantes e dominados, seja em sociedades ou comunidades, podem desenvolver suas relações em um contexto hegemônico, sem sequer perceber seu cenário, o que impossibilitaria sua capacidade de contestação dentro do sistema comum.

A globalização, para Castells (3, 1999:191), é um fenômeno seletivo, pois seus processos e atuações ora incluem, ora excluem segmentos e economias, portanto sociedades e comunidades, das redes de informação, riqueza e poder. A lógica de mercado, hegemônica e irrestrita, faz com que cada vez mais a individualização do trabalho desarticule a massa trabalhadora frente às mudanças constantes das forças de mercado. Da mesma forma, o autor acredita que a crise do Estado-Nação e das organizações e instituições da sociedade civil que se estruturaram durante a era industrial compromete a capacidade institucional de ajustar os desequilíbrios sociais que surgem depois do estabelecimento dos novos sistemas dominantes.

Segundo Gómez (1997), a premissa de partida para a criação e utilização capitalista do termo é de que o surgimento e o crescimento constante de uma economia global determinada fundamentalmente pelas forças dos mercados financeiros internacionais fazem com que o Estado-Nação constituído perca deliberadamente as suas funções e poderes.

Castells (1, 1999:176) acredita que o sistema produtivo flexível, em rede global, surgiu como resposta à rigidez e custo do sistema de produção em massa. O fenômeno teria ocorrido, conforme o autor, pelos seguintes motivos: a imprevisibilidade da demanda de quantidade e qualidade dos produtos e serviços; a diversificação e conseqüente perda do controle dos mercados mundiais; a obsolescência dos equipamentos de produção com objetivo único, dada a evolução tecnológica. Castells (1, 1999: 114) descreve a estrutura industrial global como uma teia, uma rede. Nesse tipo de organização, para o autor, ocorre uma disseminação territorial planetária que tem sua geometria alterada de forma constante, no todo e em cada parte, de acordo com as estratégias de posicionamento empresarial ou de produtos e projetos, planejadas para o melhor ganho competitivo para sua posição relativa. Essa condição faz com que a estrutura tenda a se reproduzir e expandir continuamente, *“aprofundando o caráter global da economia”* e excluindo da sociedade aqueles que não têm os meios de se tornar produtivos e competitivos no cenário planetário e mesmo local.

O conceito de uma economia global regionalizada não representa nenhuma contradição de termos. Há, de fato, uma economia global porque os agentes econômicos operam em uma rede global de interação que transcende as fronteiras nacionais e geográficas. Mas essa economia é diferenciada pelas políticas, e os governos nacionais desempenham um papel muito importante nos processos econômicos. (CASTELLS 1, 1999:119).

Pode-se, portanto, concluir que aqueles grupos ou indivíduos que, por quaisquer motivos, não estiverem aptos a utilizar o ciberespaço em suas ações já estariam em posição desfavorável frente aos outros, seja em nível local ou global.

A organização global faz com que se estabeleçam novas ordens e organizações do poder. Castells (2, 1999: 409) lembra que a democracia e o Estado locais parecem estar *“florescendo, ao menos em termos relativos à democracia*

política nacional". Esse fenômeno ocorre, segundo o autor, "*principalmente quando governos regionais e locais passam a atuar em conjunto, e estendem seu raio de ação buscando a descentralização nas comunidades e a participação dos cidadãos*". Castells (1999) destaca também a influência dos meios eletrônicos, sobretudo as TIC, no favorecimento da participação e da consulta popular nos governos locais, o que, nesse caso, poderia ser julgado como um ponto positivo e construtivo nos processos de reação à hegemonia potenciada pela globalização. Observa-se que os mesmos artefatos que podem colaborar para a promoção da hegemonia também são úteis para favorecer a percepção e o afastamento necessários dos grupos ou indivíduos para que haja algum movimento contrário.

Segundo Saule Jr. (2001: 21), a descentralização política contemporânea é sentida no Brasil, principalmente a partir do processo de redemocratização dos anos 1980, quando se estabeleceu uma nova organização política do Estado, a partir do ponto em que a Constituição de 1988 reconheceu o município, junto com a União, os Estados e o Distrito Federal, como um dos membros da Federação. O reconhecimento do município, entre outros efeitos, delegou ao nível local o poder e a obrigação de definição e manutenção de políticas públicas de enfrentamento e redução dos problemas urbanos e sociais, com a cooperação do Estado e da União. Para o autor, o fortalecimento do poder local é um dos novos paradigmas do processo de globalização e da promoção do desenvolvimento sustentável nas cidades.

No entanto, Gómez (1997: 29-30) destaca a pretensão dos Estados em criar identidades nacionais coerentes, mas aponta a falta de poder que detêm para evitar "*os sinais de erosão provocados por um processo de globalização cultural*". Esse fenômeno escaparia de qualquer controle ou de regulação política direta, pois

no centro da questão se encontrariam as TIC e os seus sistemas, capazes de estabelecer e manter *“redes de interconexões globais, constantes e simultâneas, sem as barreiras da distância [...] que permitem a cada um dos conectados fazer o que quiser”*. Pode-se notar, segundo essas afirmações, o impacto das TIC na vida e relações culturais e políticas atuais.

O autor ainda afirma que, atualmente, o que se percebe é uma pluralidade, uma diversidade concentrada sobre a formação das identidades nacionais e locais. Para ele, as diferenças culturais não desaparecerão, mas, em movimento contrário, acredita que o conhecimento e a aproximação de culturas distintas gerem maior consciência e conhecimento sobre os diferentes modos de vida, valorações e visões de mundo das sociedades e comunidades humanas. Isso poderia, segundo o autor, tanto ampliar a consciência do grupo quanto chegar a fechá-lo em torno do reforço de sua identidade – étnica, por exemplo. Gómez (1997) acredita que globalização e fragmentação sejam processos estreitamente ligados e, de certa forma, no contexto atual, dependentes. Conforme seu discurso, pode-se notar que as redes de comunicação e as TIC são canais e mecanismos poderosos para o estabelecimento da hegemonia e para a dominação política e cultural, mas, ao mesmo tempo, estimulam novos movimentos nas culturas humanas, reativam e intensificam seu patrimônio e articulação, fazendo com que *“se desencadeie um complexo processo de redefinições das identidades políticas [e culturais] em diferentes níveis”*. Nesse ponto, talvez seja pertinente retomar a idéia já definida no capítulo anterior de que o ciberespaço é apenas um conjunto articulado de ferramentas e, como tal, pode ser utilizado de acordo com as opções políticas e sociais humanas de cada contexto espacial ou temporal. Da mesma forma que as TIC e o ciberespaço podem configurar um cenário em que os processos de

produção de bens culturais e mesmo a reflexão sobre esse processo estejam definidos e limitados dentro de uma mesma e única matriz, podem também ser utilizados para expor essa situação e, a partir de outros referenciais e posicionamentos, questioná-la e gerar alternativas a ela, em um processo contrário ao então estabelecido. Ao discursar sobre a hegemonia, Chauí (2001: 90) faz a seguinte observação:

[...] essa totalização é um conjunto complexo ou um sistema de determinações contraditórias cuja resolução não só implica um remanejamento contínuo das experiências, idéias, crenças e dos valores, mas ainda propicia o surgimento de uma contra-hegemonia por parte daqueles que resistem à interiorização da cultura dominante, mesmo que essa resistência possa manifestar-se sem uma deliberação prévia, podendo, em seguida, ser organizada de maneira sistemática para um combate na luta de classes.

3.2 O CONCEITO DE CULTURA, AS TIC E AS DINÂMICAS DE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A definição do conceito de cultura aparentemente seria simples, não fosse a quantidade de variações que se pode encontrar, seja nos diversos discursos ou pensamentos acadêmicos, seja no senso comum. Vulgarizado, o termo tende a ser relacionado com repertórios de conhecimento técnico, geral ou erudito e, não obstante, muitas vezes pode ser possível observar a utilização da palavra cultura como um sinônimo de acúmulo de informações gerais ou específicas. Buscando um caminho coerente para a linha de raciocínio desenvolvida nesta dissertação, pareceu interessante traçar o conceito a partir de sua formulação original.

Talvez seja viável traçar aqui uma linha de encontro entre cultura e o que se definiu como interesse comum no capítulo anterior. Aparentemente, a tendência à

defesa dos bens culturais próprios ou do que se entende por patrimônio cultural é uma qualidade importante para a manutenção das comunidades. Sob essa luz, a conceituação de sociabilidade como desejo natural de fazer sociedade em si parece ganhar mais clareza e fundamentação. De acordo com Castells (1, 1999, 394), *“culturas são formadas por processos de comunicação”*. Assim, pode-se entender a cultura do grupo como o ponto de ligação entre os conceitos anteriormente definidos como pilares da estruturação de comunidades: sociabilidade, reconhecimento territorial e interesse comum.

Considerando os novos paradigmas impostos pelo advento das TIC no contexto atual, ao se buscar o entendimento da manutenção cultural e, logo, a manutenção das características da comunidade, parece também ser relevante compreender sua relação com a democracia, como forma real de participação de todos os indivíduos nas decisões que influenciam as relações diversas do grupo.

Cuche (2002: 57) lembra que, para Durkheim, o grupo tinha prioridade sobre o indivíduo. No desenvolvimento de sua teoria cultural, o autor afirmava que em todas as sociedades há uma “consciência coletiva” e que a mesma seria configurada pelas representações, ideais, sentimentos e valores comuns a todos os indivíduos participantes do grupo em questão ou, no caso, por sua cultura. Para ele, não havia continuidade entre a consciência coletiva e a individual, pois a primeira se imporia e transporia a segunda, dada sua complexidade e determinação estrutural. Seria a *“consciência coletiva”* que permitiria a coesão e o sentido de unidade, tanto em uma pequena comunidade quanto em uma sociedade.

Mas porque a sociedade é composta de indivíduos, parece ao senso comum que a vida social não pode ter outro substrato senão a consciência individual; caso contrário, como que ficaria no ar, planando no vácuo.

Contudo, admite-se correntemente nos outros reinos da natureza aquilo que com tanta facilidade julgamos inadmissível ao se tratar dos fatos sociais. Todas as vezes em que, ao se combinarem, e devido à combinação, quaisquer elementos desencadeiam fenômenos novos, não se pode deixar de conceber que estes podem ser contidos não nos elementos, mas no todo formado pela referida união (DURKHEIM :1994:25).

A Cultura surge, para Cuche (2002), como uma entidade nova e superior, em uma definição muito aproximada, em seu aspecto estruturante dos grupos, do que anteriormente se discutiu quanto ao interesse comum. Nesse sentido, a sociabilidade talvez também possa ter a qualidade intrínseca de, além de manter o grupo em si, defender sua dinâmica cultural própria durante seus processos naturais. O autor lembra que não se deve confundir Cultura e Identidade Cultural, mesmo apesar de sua ligação clara e estabelecida, pois a cultura pode existir sem a noção de identidade, e as estratégias de identidade (internas e externas) têm o poder de alterar profundamente e definitivamente uma determinada cultura.

De acordo com o levantamento histórico realizado por Cuche (2002: 19-23), o termo Cultura advém do latim e se desenvolveu no francês. Significava originalmente a lida ou o cuidado dispensado às atividades agrícolas ou pecuárias. No final do século XIII, foi transposta também para o significado de parcela de terra cultivada. Três séculos depois, no início do século XVI, o termo se tornou verbo, e cultura não mais significava apenas um estado do objeto ou coisa cultivada, mas, a partir daí, a ação ou fato de cultivar a terra. Já no meio do mesmo século, houve nova alteração, e registros citados pelo autor apontariam o termo relacionado ao sentido da faculdade de se ter cultura e à necessidade de se trabalhar para se desenvolver a mesma. Em seu estudo, Cuche ainda destaca o termo *kultur*, que

teria surgido na língua alemã no século XVIII, e julga que seria uma transposição exata da palavra francesa. Em busca do mesmo levantamento, Laraia (2001:25) escreve que, no século XVIII e início do XIX, a palavra *kultur* era utilizada como um símbolo que abrangia todos os aspectos espirituais de uma comunidade e destaca a proximidade com o termo francês *civilization*. Naquela época, a palavra se referiria principalmente às realizações materiais de um povo. A partir daí, Laraia destaca que ambos os termos foram estudados e sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *culture*.

Geertz (1978:33) explica que Tylor buscava sintetizar em uma única palavra todas as possibilidades de realização humana, materiais e simbólicas. Em sua formulação, o autor ainda se oporia à idéia de transferência biológica ou aquisição inata desses bens, ao destacar claramente o caráter de aprendizado da Cultura:

[...] tomado em seu amplo sentido etnográfico, [a Cultura] é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Cuche (2002:35) afirma que cultura é “*a expressão da totalidade da vida social do homem*” e que este é um conceito caracterizado por uma dimensão de coletividade. Para o autor, ao definir cultura como algo adquirido e independente de hereditariedade genética ou biológica, é preciso aceitar que a origem e o caráter da cultura também são em grande parte naturais, no sentido de inconscientes. Segundo Laraia (2001: 45), “*o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado*”. Assim, e dentro de um processo longo e constante de acumulação, é um herdeiro do esforço histórico da comunidade em que vive e com a qual partilha seus bens simbólicos e materiais, então culturais.

O conceito de cultura é aqui entendido como o “conjunto de realizações simbólicas e físicas humanas, ou conjunto de fixos e fluxos de um determinado agrupamento humano, cujo conhecimento e práticas são adquiridos, acumulados e desenvolvidos constantemente por meio dos processos internos do grupo e de seu contato com outros grupos”. O processo de dinamização ou de destruição da cultura ou do repertório de bens culturais de um grupo é então a preocupação fundamental que norteará a discussão aqui estabelecida, como já se aventou na introdução desta dissertação. O foco de atenção aqui direcionado às comunidades socialmente vulneráveis se estabeleceu pela crença de que, em casos como esses, a possibilidade de absorção ou destruição por outros grupos mais fortes ou de surgimento de alternativas interessantes e genuínas de manutenção da vida em comunidade e dos bens culturais próprios possa ser mais claramente identificada e mais facilmente estimulada, dada a situação de contraste socioeconômico existente, em que existe o limite entre cidadania e exclusão. Acredita-se também que o contraste e visibilidade das alterações ainda ficam mais fortes com a interferência das TIC nesses processos.

A dinâmica cultural de um grupo, seja uma sociedade ou uma comunidade, seria a capacidade do mesmo de manipular adequadamente seu patrimônio cultural para que surjam novos bens simbólicos ou físicos a partir dessa movimentação. Para Laraia (2001), as ferramentas utilizadas para tanto no interior dos agrupamentos humanos seriam a inovação e a criatividade, que podem partir de ações individuais. Laraia afirma que mesmo a ação individual pontual é um resultado da construção e da acumulação do coletivo.

Cuche (2002:45) defende que cada cultura, ou a cultura de cada agrupamento, sociedade ou comunidade, tem seu “estilo” próprio e particular. Esse

conjunto de características se apresenta por meio da língua, crenças, costumes e expressões artísticas. Entretanto, não se limita a essas manifestações. O que o autor chama de “espírito” da cultura de cada grupo influi determinantemente sobre o comportamento de cada um dos indivíduos que, coletivamente, o mantêm e desenvolvem. Ao se referir às comunidades, Laraia (2001:69) deixa claro que as visões de mundo, os comportamentos sociais, as lentes que definem as observações e julgamentos morais e valorativos, e mesmo as formas de expressão mais simples, como as posturas corporais, são produtos de uma herança cultural que define os grupos humanos: *“Pessoas de culturas diferentes riem de coisas diversas”*. Apesar de Laraia desenvolver seu texto discorrendo sobre grandes grupos, aparentemente esse fenômeno pode ser observado não apenas entre diferentes sociedades, mas no interior de uma mesma sociedade, seja entre comunidades diferentes ou mesmo entre subgrupos específicos participantes de uma mesma comunidade.

O patrimônio cultural desenvolvido nas diversas comunidades, ora de forma mais lenta, ora mais aceleradamente, parece ser alterado não somente pela diversidade e dinâmica internas, mas pelo contato com a *diferença*, ou com o patrimônio de outros grupos. Nesse sentido, talvez seja importante compreender dois conceitos: “aculturação” e “difusão cultural”. Enquanto o primeiro, gerado naturalmente pelo contato, trata da troca e apropriação de bens culturais entre grupos ou comunidades, distintos de uma mesma sociedade ou entre sociedades diferentes, o segundo, muito próximo, pode também se referir à divulgação e difusão de bens de uma determinada sociedade ou comunidade para outras, realizadas de maneira às vezes intencional, podendo até adquirir forma agressiva. Esses conceitos, de acordo com Laraia (2001), surgiram no pensamento alemão dentro da

Antropologia e se espalharam no início do século XX pela Europa, época de novo colonialismo.

Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema [...] Não resta dúvida que grande parte dos padrões culturais de um dado sistema não foram criados por um processo autóctone, foram copiados de outros sistemas culturais. (LARAIA, 2001:101-105).

Cascudo (1973: 429) afirma que *“não existe Civilização original e isenta de interdependência”* e que *“a cultura é transmitida pelo replantio de galhos floridos e não pelas sementes unitárias”*. Para o autor, a imitação é um processo até mesmo inevitável para a ampliação técnica, que não mutila as relações originais do grupo, já que ocorre de forma gradual e muitas vezes despercebida, desde que a unidade cultural do grupo esteja devidamente resguardada.

Como já se vem apresentando no decorrer deste texto, os grupos ou comunidades parecem costumar se defender em sua especificidade cultural e buscar, em processos inconscientes e/ou conscientes de resistência ou de autodefesa, artifícios que convençam os outros de que o seu modelo original de organização e produção cultural é que deve ser seguido. Mesmo dentro de uma mesma sociedade ocorre esse fenômeno. Para Laraia (2001) e Cuche (2002), dessa tensão de relações culturais de grupos sociais desiguais também florescem a dinâmica e o patrimônio culturais.

Em seu discurso, Cuche (2002), quando defende o relativismo cultural, cita Boas, antropólogo do século XIX que foi um dos pioneiros na definição de conceitos e discussões sobre igualdade racial e étnica. Afirma que as tensões entre culturas de sociedades diferentes, ou mesmo as variações presentes internamente em um determinado grupo, dependeriam de um princípio ético para afirmar a dignidade de

cada cultura e exaltar o respeito e a tolerância em relação às diferenças e diversidades. Nesse sentido, afirma que Boas defendia que, na medida em que cada cultura estabelece um modo único de ser e reconhecer o Humano, devem-se proteger e defender todos e quaisquer patrimônios culturais quando estes estiverem ameaçados. Em suma, tanto a aculturação quanto a difusão são processos enriquecedores, que “oxigenam” sistemas e estabelecem o novo. No entanto, os contatos entre comunidades ou grupos diferentes podem gerar efeitos destrutivos, sobretudo quando há desnivelamento de força e capacidade de entendimento destes processos. Possivelmente, as comunidades menos articuladas e mais vulneráveis, cujas preocupações fundamentais sejam a manutenção do indivíduo e não do grupo, dadas as condições precárias de sobrevivência a que possam estar submetidas, são mais suscetíveis a este tipo de influência, que aqui se julga negativa.

Aparentemente, fica mais claro o embate ou a tensão entre culturas quando se trata de grupos isolados, e quando esse encontro se dá em diferentes sociedades ou em âmbito externo, do que dentro de uma mesma sociedade ou comunidade. Entretanto, podem surgir variações entre subgrupos, como hierarquias culturais que resultariam de hierarquias sociais. Como defende Cuiche (2002:145), não existiriam culturas dominadora e subalterna, e, sim, classes dominante e dominada, cada qual com seus traços e cabedal culturais próprios, o que faria com que houvesse culturas dominadas e dominantes, mas no sentido claro de serem culturas *das classes* dominadas e dominantes. Mas o autor também destaca que, pela questão de a dominação não estar centrada na cultura, e sim no grupo, em seus diversos aspectos, a cultura de um grupo dominado não é obrigatoriamente

dependente da cultura do grupo dominador e nem tampouco necessariamente alienada.

As diferentes culturas ou processos dos grupos não poderiam, segundo essa lógica, ser analisados de forma comparativa em grau de qualidade. Logo, a cultura da elite não seria nem melhor nem pior que a cultura do povo e sofreria como seu par os mesmos efeitos e fenômenos intrínsecos da sociedade que ambas compõem. Para Chauí (2001:88), a cultura popular, ou cultura do povo, por exemplo, não sofre diferenciação por sua origem histórica ou manifestação artística peculiar, mas sim por seu modo de perceber e conceber o mundo, que contrasta com o modo da elite. Até mesmo a cultura popular, para a autora, não é homogênea, já que é possível observar que muitas vezes a cultura dos dominados pode influenciar sobremaneira a cultura dos dominadores, conforme ocorreu com o Império Romano, como narra a história.

Analisando o assunto, Chauí (2001) aponta para o que se poderia chamar de certo exagero na classificação da cultura popular, quando afirma que geralmente tende-se a tomá-la como invadida ou desestruturada pela cultura de massa e pela indústria cultural, como impotente face à dominação e arrastada pela potência destrutiva da alienação, patrocinada pela elite, que seria dominadora e destruidora. A autora, no entanto, destaca que a cultura popular pode ser, sim, a manifestação dos explorados, e não apenas uma cultura dominada e alienada:

[...] todavia, se nos acercamos do conceito de alienação, percebemos que não possui força explicativa suficiente para desvendar a mola de diferenciação e de identificação entre cultura popular e ideologia dominante. (CHAUÍ, 2001:63).

O conceito de alienação, por exemplo, perde gradualmente sua conotação subjetiva imediata e surge como determinação objetiva da vida social capitalista e, dessa forma, se apodera tanto da cultura da elite, dominante, quanto da cultura

popular, dominada. Para Chauí (2001:64), a forma de ocorrência da alienação cultural é idêntica nos dois casos, mesmo que em espaços diferentes. Nesse sentido, sim, poder-se-ia acreditar em um contexto capaz de estabelecer a hegemonia:

O movimento das relações sociais gera para os sujeitos a impossibilidade de alcançar o universal através do particular, levando-os a criar uma universalidade abstrata que não passa pela mediação do particular, mas por sua dissimulação e contra ele. A sociedade (e, portanto, as classes sociais) encontra-se impossibilitada de relacionar-se consigo mesma, a não ser recusando aquilo que ela própria não cessa de repor, isto é, a particularização extrema de suas divisões internas. Este movimento denomina-se alienação.

Da mesma forma, a autora aparentemente tenta desmistificar a questão da influência do dominador ao discutir, baseando-se em Gramsci, que mesmo sob uma religião e código morais oficiais, advindos da classe dominante, a cultura popular desenvolve uma série de códigos e manifestações próprias, que não se curvam frente à imposição e acabam até mesmo por influenciar a cultura da elite, apresentando crenças e imperativos muito mais fortes do que a proposta oficial. Uma ilustração cabível para a posição dos autores pode ser a questão do sincretismo religioso no Brasil, por exemplo, no qual a cultura negra encontrou mecanismos para sua manutenção dentro do universo branco europeizado, o que causou influências e alterações profundas nos dois grupos.

Pode-se afirmar, então, que mesmo os movimentos conscientes de dominação cultural necessitam ser constantes, pois o processo nunca seria total ou definitivo. Muitas vezes, portanto, a cultura do dominador pode se alterar mais rapidamente que a do grupo dominado. Para Cascudo (1973: 436), *“a impressão real da cultura popular é que ela não pode e não deve ser explicada pela enumeração dos seus elementos formadores”*. Nesse sentido, o autor defende que o

todo não corresponde à soma das *partes*, por se tornar maior, o que se explica pela existência nos grupos daquilo que considera uma “*inteligência perceptiva que nunca deixa de ser modificadora*”. Esse poder de modificação seria a mola propulsora de um processo de assimilação cultural capaz de dividir ou recriar os dados externos em processos de aculturação e difusão. Seria esta uma outra definição que muito se aproximaria do conceito de sociabilidade, como amálgama da comunidade ou grupo.

O termo popular, na cultura, surge como expressão da consciência e dos sentimentos do povo, realizada tanto por aqueles que se identificam com a cultura do povo ou por aqueles que são o povo. O povo, neste momento, pode ser entendido como o grupo dominado ou vulnerável, passível de dominação e prestes a ser excluído de seus direitos à cidadania. Por isso, no contexto desta dissertação, optou-se pela utilização do termo cultura popular voltado para a cultura das comunidades locais socialmente vulneráveis e, em primeira análise, mais sujeitas à dominação e perda de seu patrimônio em privilégio da classe dominante, mas que ainda detém seus traços culturais e processos muito próprios, mesmo que em fase natural de aculturação.

Percebe-se, a partir do pensamento exposto, que há uma diferença sensível entre a cultura popular ou do povo, e a cultura para o povo, de massa ou para a massa. A cultura de massa que reduz os dados culturais não se refere à cultura popular em si, que se desenvolve historicamente como produção autônoma, mas a um patrimônio “artificialmente” construído, fabricado, fortemente ligado aos meios de produção e consumo e, conseqüentemente, aos meios de comunicação de massa. Uma expressão similar seria “indústria cultural”, que talvez traduza melhor, sem o risco de qualquer confusão conceitual, o sentido que se deseja definir. Da mesma forma que pode descaracterizar a cultura do povo, a Indústria Cultural faz o

mesmo com a cultura da elite ou, tradicionalmente, erudita. O fator que desequilibraria as relações de ação e reação, força e resistência, estaria na maior possibilidade que as classes dominantes tiveram até agora de se apropriarem dos meios de produção dessa indústria para, dessa forma, também ampliar seu poder sobre os grupos vulneráveis, possivelmente interferindo em seu patrimônio cultural e desfavorecendo ou dificultando sua articulação política.

Para Canclini (1999:133), o fato de as culturas populares e eruditas serem capazes de proporcionar iconografias particulares e, a partir delas, definirem sua expressão de identidade local, teve importância como gerador e se mantém como sustentáculo da coesão das culturas nacionais e urbanas. O autor questiona a fragilidade desses vínculos e relações simbólicas frente ao encontro com outras culturas, quando, por exemplo, *“músicas nacionais se hibridizam com as de outros países, e quando o cinema se dedica a co-produções internacionais”*.

Cuche considera que, dentro de um ambiente de dominação, a cultura do grupo pode, inclusive, ser um modo de vida ou de adaptação a esse contexto e de manutenção da identidade grupal. A persistência de uma comunidade na defesa do patrimônio cultural ocorreria de forma consciente (conhecimento e capacidade crítica de análise do contexto e produção de respostas) e inconsciente (coesão junto ao interesse comum e fortalecimento da sociabilidade). No caso das comunidades socialmente vulneráveis, o estímulo à valorização da cultura local parece ser a chave para o avanço e conquista durante esse tipo de contenda.

As culturas populares revelam-se, na análise, nem inteiramente dependentes, nem inteiramente autônomas, nem pura imitação, nem pura criação. Por isso, elas apenas confirmam que toda cultura particular é uma reunião de elementos originais e de elementos importados, de invenções próprias e de empréstimos. (CUCHE, 2002: 148-149).

Esse processo seria uma forma de aceitação e negação simultâneas, como resistência e adaptação contínuas e sistemáticas ao dominador. Mas o autor também afirma que a cultura popular realmente se estabelece e movimenta nos momentos e lugares de esquecimento da dominação. Nesses momentos é que surgiriam as atividades de simbolização original. Apesar de ser um ato de resistência, é justamente o exercício do esquecimento, ou do desprezo pontual da classe dominante, que permite a autonomia da cultura das classes dominadas e o próprio movimento contrário. Novamente, pode-se supor, então, que esses processos de defesa do patrimônio cultural possam ser tomados como inconscientes ou até mesmo naturais e que, ao se tornarem conscientes e se estabelecerem como ações de luta e resistência livremente arbitrada, desencadeariam os processos históricos. O processo dinâmico e multilateral é ilustrado por Cascudo (1973: 439):

Quando o Estado legisla sobre as regras da etiqueta, correspondências hierárquicas, atende a fato anterior determinante, como outrora legislou-se sobre indumentária e culinária, com as leis suntuárias ou de previsão econômica. Apenas disciplina maneiras de ser da formalística social pré-existente. Esses códigos de gestos e posições, indispensáveis à conduta pessoal, foram transmitidos pela cultura popular.

Por sua vez, Canclini (1999) acredita que os repertórios culturais locais, populares ou eruditos, ainda consigam realmente se manter frente à influência externa, mas, analisando o contexto contemporâneo, percebe um panorama de desigualdade e desequilíbrio de forças que pode talvez colaborar com a discussão das afirmações anteriores:

[...] seu peso diminui em um mercado onde as culturas eletrônicas transnacionais são hegemônicas, quando a vida social urbana se faz cada vez menos nos centros históricos e mais nos centros comerciais modernos da periferia, quando os passeios se deslocam dos parques característicos de toda cidade para os *shoppings* que imitam uns aos outros em todo o mundo. (CANCLINI, 1999:134).

Nesse sentido, corroborando Canclini, parece importante lembrar mais uma vez as palavras de McLuhan. Discorrendo sobre a evolução cultural humana e pontuando-se pela Guerra Fria, que utilizava claramente a tecnologia informacional em seu campo de batalha, McLuhan (1999:381) afirma que os inimigos utilizam o que há de mais atual em termos de tecnologia dentro de seu patrimônio cultural para defender-se e atacar.

Segundo o autor, as guerras “quentes” do passado utilizavam armas que punham o inimigo fora de combate um a um. Mesmo as guerras ideológicas dos séculos XVIII e XIX eram levadas a cabo para persuadir os indivíduos a adotarem novos pontos de vista, um de cada vez. Mas a persuasão elétrica, pela fotografia, o cinema e a TV, age impregnando de novas imagens populações inteiras.

Aprofundando-se na discussão sobre cultura popular, Chauí (2001) ainda escreve que, como os vocábulos que formam, o termo parece ter vários significados que, enfim, convergem para o ponto em que a expressão intelectual, técnica ou artística alcança um patamar de universalização e simplificação tal que as camadas populares rapidamente as absorvem, compreendem e reconhecem, com elas se identificando. Esta definição estaria, no entanto, muito mais próxima dos produtos da Indústria Cultural, dos bens das culturas populares em sua complexidade intrínseca. Segundo a autora, orientada pela ótica de Gramsci, o popular na cultura significa “*a transfiguração expressiva de realidades vividas, conhecidas, reconhecíveis e identificáveis, cuja interpretação pelo artista e pelo povo coincidem*”. (CHAUÍ, 2001:88).

Parece necessário salientar que o discurso da autora destaca a figura individual do “artista”¹⁶, comparável ao homem político, que, ao ser o produtor ou

¹⁶ Segundo Chauí (2001: 89), “Gramsci vai muito longe nesta questão, pois declara que há uma diferença entre o intelectual-político e o intelectual-artista. O primeiro deve estar atento a todos os detalhes da vida social, a todas as diferenças e

elaborador da mudança do estado da arte, não necessariamente tem que fazer parte da elite. O artista surge no texto de Chauí (2001) como o indivíduo que se expressa em meio ao coletivo, mas com base na história e cabedal do grupo. Na mesma linha, a autora define a cultura popular relacionando-a à cultura nacional como uma possibilidade de resgate de uma tradição não tocada ou redefinida pela classe dominante. No texto de Cascudo (1973: 436), a cultura popular assume uma característica ainda mais clara de defesa das características culturais, não apenas locais, mas nacionais:

Compreende-se que uma influência teimosa e polifórmica exerça pressão diária na cultura popular, desde que as comunicações modernas determinaram um incessante contacto. Navios, aviões, rádios permutam os produtos do mundo ao mundo. A cultura popular fica sendo o último índice de resistência e de conservação do nacional ante o universal que lhe é, entretanto, participante e perturbador.

Puterman (1994) relata que o conceito de indústria cultural foi formulado por Adorno e Horkheimer na Europa, no início do século XX, dentro do contexto de discussão e debate sobre o impacto da máquina nos aspectos diversos da vida e produção humanas, fomentado pelas revoluções industriais. Os autores foram, segundo Puterman, principalmente influenciados pelas invenções então recentes de máquinas como o fonógrafo e o cinematógrafo, que foram fatos que realçaram esse debate. Ambos viveram em uma época e local em que a racionalização, a divisão técnica do trabalho e a produção em escala industrial desarticulavam visivelmente o antigo modo de produção de bens de consumo e, também, culturais. Aparentemente, o mundo intelectual enfrentava uma questão conceitual complexa: se antes os bens de consumo eram parte do acervo humano de bens culturais,

contradições e não deve possuir qualquer imagem fixada *a priori*. Em contrapartida, o segundo, justamente por sua função pedagógica, deve fixar imagens, generalizar, descrever e narrar o que é e existe, situando-se num registro temporal diferente daquele do intelectual-político que visa o que deve ser e existir, o futuro”.

agora os bens culturais, como no exemplo específico dos objetos da arte, passavam a ser produzidos em série para servirem ao consumo.

Para Horkheimer e Adorno (1985, 114), a cultura de massa não mais emergia genuinamente do povo, mas era agora para ele construída por meio do reconhecimento de seus desejos e da potencialização induzida de suas necessidades. Essa indução seria um mecanismo de manipulação para a própria justificação e manutenção do novo sistema que se estabelecia, em um ciclo perverso de geração de hegemonia:

O contraste técnico entre poucos centros de produção e uma recepção dispersa condicionaria a organização e o planejamento pela direção. Os padrões teriam resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos se resistência. De fato, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação.

Caldas (1986:30) assim resume o conceito: “[Cultura de massa é] *uma cultura estandarizada cujo objetivo é agradar o gosto médio de uma audiência indiferenciada*”. Como lembra Puterman (1994, p. 37), o termo massa é, nessa discussão, dotado do sentido de um enorme número de indivíduos que formam um grupo homogêneo, um *“bloco no qual se apagam diferenças ou demarcações”*.

Dessa maneira, o bem cultural deixava de ser uma manifestação espontânea e genuína para ser produto. A Indústria Cultural, desarticulária, então, as culturas próprias dos grupos, popular ou erudita, e suas manifestações diversas para substituí-las pelo entretenimento e lazer. O efeito seria ainda mais sensível para o povo: não caberia mais o desenvolvimento de seu patrimônio, e sim os momentos de distração e relaxamento, nos quais a classe trabalhadora teria tempo para restabelecer sua força, esgotada durante o período de produção, consumindo

os produtos culturais que, para se banalizarem, perderiam necessariamente os significados específicos e a riqueza de seu repertório. Os produtos culturais não apresentariam a universalização dos bens culturais populares, que, em sua complexidade intrínseca, conseguem “dialogar” com a maior parte das massas, mas um esgotamento, um esvaziamento de conteúdo que pode ser facilmente absorvido nos momentos de ócio, sem a pretensão de significar ou de ser repositório efetivo de identificação de qualquer comunidade. Nessas bases, Puterman (1994) acredita que se estabeleça a indústria cultural que produz, satisfaz e reproduz as sempre novas necessidades de consumo. O problema, segundo o autor, é que os produtos da Indústria Cultural seriam causadores da atrofia da imaginação e da espontaneidade de seus consumidores, reduzindo, entre outros aspectos, seu julgamento crítico em um ciclo vicioso crescente.

[...] Três aspectos se conjugavam nas afirmações de Adorno: a defesa da criatividade das massas, esmagadas sob o peso das estruturas industriais; a idéia de que antigamente havia existido uma arte popular legítima que atualmente estava condenada ao desaparecimento; o horror pela centralização do poder segundo um modelo piramidal, que, para ele, era personificado pelo nazismo. (PUTERMAN, 1994:18).

É possível perceber certa relação entre a preocupação dos teóricos de Frankfurt com a indústria cultural e os sentimentos pessimistas de Tönnies frente à sua conceituação de Sociedade. A noção de indústria aparentemente era negativa em relação à diversidade cultural no interior das coletividades, indiferenciava as divisões em camadas sociais, grupos étnicos ou religiosos, setores técnicos, profissionais, patamares de conhecimento adquirido e produzido e distinções de gênero.

Para Castells (1, 1999, 394), as tecnologias multimídia suplantam em muito a televisão e o rádio, já que, atualmente, do direcionamento homogêneo para

as massas passou-se à estratificação do público receptor, que faz com que coexistam *“uma cultura da mídia de massa personalizada com uma rede de comunicação eletrônica interativa de comunidades auto-selecionadas”*. O autor destaca ainda que todas as mensagens disponíveis no sistema definido pelas TIC, sendo o mesmo interativo e seletivo, tendem a se integrar em um *“padrão cognitivo comum que captará a maior parte das expressões culturais”*. Castells (1999) assim define o impacto da multimídia nas culturas humanas:

Seu advento é equivalente ao fim da separação e até da distinção entre mídia audiovisual e mídia impressa, cultura popular e cultura erudita, entretenimento e informação, educação e persuasão. Todas as expressões culturais, da pior à melhor, da mais elitista à mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa. Com isso, elas constroem um novo ambiente simbólico. Fazem da virtualidade nossa realidade.

Talvez um contraponto a esse cenário de possível homogeneização esteja nas observações de Coelho (2001: 14-15), que discute duas maneiras de se promover intencionalmente a movimentação da dinâmica cultural, que se diferem, fundamentalmente, pela postura que assumem os agentes culturais e as pessoas ou comunidades por eles atendidas: *“ação cultural”* ou *“fabricação cultural”*. Optando pela ação cultural, define o conceito afirmando que o agente cultural, que seria o indivíduo, grupo ou instituição promotora da dinâmica, iniciaria um processo de desacomodação e movimentação dos sujeitos frente a seu patrimônio cultural próprio, cujo fim não pode ser previsto nem controlado, pois as etapas práticas vão se desenhando juntamente com a comunidade a que se destina. Para o autor, esse processo é descentralizado e desfavorece ou até impossibilita as práticas autoritárias ou paternalistas. A ação cultural deve preparar o ambiente e fornecer os dados e o ferramental necessários para que os próprios indivíduos e o seu grupo

deles se apropriem e os desenvolvam. A partir daí, devem ser capazes de desenhar seu próprio caminho em um contexto de protagonismo e multiplicação. Coelho (2001: 16) se refere de forma negativa à fabricação cultural, ou à Indústria Cultural: *“Fabricação significa, como num de seus sentidos originais em latim, engano, intriga, artifício, dolo”*. O autor ainda lembra que o termo ação cultural anteriormente era definido, desde seus primórdios franceses, como animação cultural. Para ele, no entanto, a expressão atualmente é inadequada, pois revela uma ideologia de controle e de exclusão da comunidade durante a elaboração e condução do processo, já que o agente cultural seria o animador, ou aquele que promove a vida. Do animador partiria toda a ação e, nesse sentido, ele seria o único responsável e criador, sem possibilitar margem de participação da comunidade que atende na definição dos processos de atendimento e desenvolvimento das mesmas. A opção pela ação cultural, no sentido aplicado por Coelho (2001), parece ser a mesma que faz Silveira (2001) ao discutir e promover a participação popular nas esferas cultural e política de suas comunidades e sociedade por meio da elaboração e implantação de programas de inclusão digital.

Conforme o discurso de Coelho (2001), uma forte corrente de resistência aos efeitos destrutivos da Indústria Cultural e de aproveitamento de seu potencial de desenvolvimento estaria na ação cultural. Para o autor, ao longo da história é possível identificar três momentos específicos de desenvolvimento dessa atividade, que culminam nas possibilidades presentes e que, pode-se supor, paulatinamente garantiram o seu fortalecimento como instrumentos de emancipação cultural, política e social. De acordo com seu levantamento e descrição, no início, principalmente na Europa, no século XIX, quando ainda se tratava e se pensava majoritariamente a atividade como “animação”, valorizavam-se as instituições, como os museus, por

exemplo. Mais tarde, ainda no mesmo século e no posterior, principalmente na época próxima à Segunda Guerra Mundial, o conceito de ação tomou corpo e propriedade. Nesse momento, o eixo de atenção foi deslocado das instituições culturais para as pessoas e para o seu contato com os bens culturais, não mais apenas para os bens em si, como era até então. *“A atenção se desvia da obra para o homem, entendido como fazendo parte de um grupo ou de uma comunidade.”* (COELHO, 2001: 37). Por fim, ao final da década de 1960, após os levantes jovens contra o autoritarismo e as conseqüentes revisões ideológicas subseqüentes, a preocupação se focaria principalmente no indivíduo buscando seu desenvolvimento e autonomia.

O autor identifica ainda, nesses três momentos que estabelece, duas tendências claras na prática da promoção cultural. A primeira, ligada à idéia de animação, valorizava a obra em si. A segunda, já se estabelecendo como ação, valorizava o Humano, a pedagogia de transformação, a estruturação de grupos ou comunidades em torno de um mesmo conjunto de valores. Essa proposta seria capaz de reforçar os laços comunitários por meio do fortalecimento dos contatos humanos entre os indivíduos e, assim, poderia levá-los a compreender e até a elaborar e desenvolver de forma autônoma novos projetos sociais. Observando este último enfoque, talvez seja possível afirmar que a ação cultural seja realmente uma força potencial de resistência ou contemporização à influência da indústria cultural. A ação cultural age diretamente com os indivíduos referenciados no grupo, buscando o fortalecimento de processos de compreensão, crítica e autocrítica das propostas e imposições da indústria cultural sobre os patrimônios culturais ou de qualquer outra forma de interferência externa ou tentativa de dominação.

Será ingenuidade acreditar que a sociedade irá financiar práticas que a contestem e levem à sua modificação, mas será derrotismo acreditar ser

impossível criar as condições para que essa sociedade se confronte dialeticamente, e com sua própria ajuda, com aquilo que a contesta. (COELHO, 2001: 50).

A movimentação em direção à mudança e o trabalho construtivo sobre o conflito, que aparentemente podem ser desenvolvidos por políticas de ação cultural, parecem ser para Chauí (2005: 24) o grande desafio das sociedades ditas democráticas e divididas em classes:

[...] como operar com os conflitos quando estes possuem a forma da contradição e não a da mera oposição? Ou seja, a oposição significa que o conflito se resolve sem modificação da estrutura da sociedade, mas uma contradição só se resolve com a mudança estrutural da sociedade.

É também possível observar na Indústria Cultural uma relação de estagnação do patrimônio cultural genuíno, na qual o público apenas consome ou, quando lhe é permitido, produz variações dentro de um padrão preestabelecido e, no caso, hegemônico. Nesse sentido, uma questão de possível necessidade de atenção é a adaptação que ocorre quando as classes populares começam a se apropriar dos produtos da elite, recorrendo aos mais diversos meios de cópia e reprodução para tanto. Um exemplo recente é a disseminação da “pirataria”, que abrange desde bens simbólicos, como as chancelas de marcas e grifes que conferem status ao usuário/consumidor, até a utilização prática e rentável de *softwares* e *hardwares* “ilegais” diversos. No entanto, outro ponto de atenção que se estabelece dentro do contexto discutido é que esse processo, longe de ser um fenômeno de reversão da exclusão das esferas de consumo que poderia levar à apropriação cultural, seria na verdade apenas configurado por uma reprodução aprisionada dentro da gama de possibilidades determinada pela própria elite: quando simplesmente se reproduz a grife, observa-se que o desejo está balizado nos valores culturais estabelecidos pelo outro grupo, e não em seu patrimônio original. No caso da pirataria, a diferença aqui destacada está, então, no uso

“ingênuo” do produto. Pode-se supor que, ao copiar um *software* autoral, por exemplo, o indivíduo de certa forma se mantém aprisionado às regras preestabelecidas por seus produtores. Diferente seria se a opção fosse pela utilização de *software* livre e aberto para desenvolver melhoras e adaptar ferramentas similares às utilizadas por aqueles que podem ou desejam consumir diretamente a versão original “oficial”, como destaca Silveira (2005).

Castells (3, 1999: 424-425) afirma que, na sociedade contemporânea informacional, as lutas pelo poder se dão no campo de batalha cultural, dentro do espaço da mídia e pela mídia, destacando que “*os meios de comunicação não são os detentores do poder*”. Logo, pode-se crer que quem detenha o poder sejam os detentores dos meios de comunicação – a capacidade de impor comportamentos, para o autor, se estabelece nas redes de troca de informação e de manipulação de símbolos por meio das “*relações entre atores sociais, instituições e movimentos culturais*”.

Em outro momento, Castells (1, 1999: 504) afirma que os processos de transformação social ocorridos dentro da sociedade em rede alteram fundamentalmente a cultura e o poder. Para o autor, as expressões culturais podem ser agora desligadas do espaço e do tempo (geografia e história) para ser mediadas pelas redes de comunicação eletrônica. A interação entre pessoas e grupos ocorre com o público e por meio do mesmo em um “*ambiente ampliado (hipertexto audiovisual digitalizado) em sua diversidade de códigos e valores*”. Essa situação faz com que a geração da imagem seja também geração de poder, pois a liderança está, então, personalizada.

Coelho (2001) afirma que a cultura e a arte foram transformadas pela indústria cultural em objetos de interpretação e divulgação, que são justamente

manipulados por interpretadores e divulgadores dentro de uma fórmula que torna seus promotores mais importantes que a criação e seus agentes.

Segundo Puterman (1994), um aspecto muito importante a ser considerado é que, dentro do universo da indústria cultural, a divisão entre as culturas popular e das elites é uma linha frágil. Ao mesmo tempo em que critica as ameaças de dominação geradas pelo processo de massificação, o autor também aponta algumas inversões e um ponto que considera benéfico, quando afirma que a industrialização permitiu a popularização de uma produção cultural que, antes, não chegaria ao grande público, que não tinha condições econômicas de acessá-la. Destaca-se, dessa forma, que um bem de consumo ou um produto que originalmente pode ser caracterizado para a elite, em função de seu preço, por exemplo, pode ser revertido às camadas populares e alcançar ampla comercialização a partir da consolidação e banalização de uma determinada tecnologia, como vem ocorrendo com os aparelhos telefônicos celulares, por exemplo. Seguindo essa linha de raciocínio, talvez seja possível afirmar que o inverso também pode ser verdade, quando objetos oriundos da produção para consumo popular são promovidos a bens da elite, quando a eles são aplicadas estratégias específicas para tanto. Na visão de autores como Castells (2001), essa linha divisória não existe. O que ocorre é um processo de interferência nas consciências, definido e uniformizado para todos os grupos pela cultura de massa na atual situação, ou estágio, do capitalismo.

De acordo com Santos (1998: 34), os Shopping Centers e Hipermercados são as novas Catedrais que estimulam o consumo e promovem o aprendizado dos processos de consumo, os quais compara ao ópio, perpetrando essa cultura que, para o autor, é perversa: *“O poder do consumo é contagiante, e sua capacidade de*

alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. Daí a sua força e o seu papel perversamente motor na sociedade atual". Um ponto aparentemente importante é destacado por Cascudo (1973: 436), que marca uma qualidade que considera fundamental no contexto da cultura popular:

É do critério popular uma valorização de objetos acima do conceito econômico. A equivalência letrada articula o objeto à sua utilidade. O Povo encontra um sentido de utilidade alheio às regras do consumo e circulação das riquezas.

Na mesma linha de crítica ao consumo e entendimento do processo de dominação cultural por redução ou simplificação, Cuche (2002: 159) defende que ao se estudar a comunicação de massa não se pode apenas observar e analisar os discursos e as imagens difundidos, mas sim *"prestar tanta ou até mais atenção ao que os consumidores fazem com o que eles consomem"*. Para Puterman (1994, 30), os efeitos dos meios de comunicação de massa teriam resultados negativos e positivos no desenvolvimento cultural, já que, ao mesmo tempo em que podem ampliar as possibilidades de divulgação de uma mensagem além do grupo restrito original, também agiriam, como já definia McLuhan (1999), reduzindo a ação das faculdades humanas. Nesse sentido, avalia que a dominação da indústria cultural pelos mesmos teria, inserida no contexto capitalista, o mesmo efeito dos sistemas políticos totalitários. A indústria cultural e a comunicação de massas impõem uma ideologia padronizada, um gosto comum, uma uniformização de comportamentos práticos e intelectuais.

A cultura de massa pode ser entendida como uma relação de produção para consumo que, em vez de banalizar dados culturais dos grupos, tornando-os disponíveis a qualquer outro, na verdade os vulgariza, reduzindo diferentes culturas à mesma *rés*, sejam originadas nas camadas dominadoras ou dominadas. Assumindo a linha de raciocínio aqui desenvolvida, pode-se concluir que,

atualmente, aqueles grupos que detenham maior poder de compreensão destes processos de produção e de distribuição, ou que possuam os meios de difusão de seus bens e produtos culturais, terão mais chances de impor sua cultura aos outros ou de resistir às tentativas de dominação e com sentido de destruição de um patrimônio cultural genuinamente herdado e desenvolvido. Ao se entender a cultura como o conjunto de todas as realizações humanas, pode-se perceber que, na medida em que o patrimônio cultural se torna um agrupamento de produtos praticamente descartáveis ou voláteis, as relações humanas e políticas também podem sofrer o mesmo impacto.

Seguindo esse viés e aparentemente tangido pelas mesmas preocupações de Tönnies quanto à crítica da destruição da comunidade pela sociedade (capitalista), Neto (1999) acredita que as relações baseadas apenas no acúmulo de capital e no consumo, no que simplesmente chama de “*dinheiro*”, enfraquecem sentimentos de reciprocidade e pertença, desvanecendo-se o sentimento de sociabilidade em maneira proporcional ao processo de substituição da comunidade pela sociedade. Aparentemente, o capitalismo em sua forma atual seria uma forte ameaça não somente à vida comunitária, mas à cidadania e, conseqüentemente, à democracia e à soberania popular. Nesse contexto se estabelecem também as TIC e as novas mídias como ferramentas necessárias nos processos de autonomia, difusão, aculturação e dominação que podem disparar e promover um impacto nas culturas humanas – e tanto podem servir à indústria cultural, como a TV e o rádio foram utilizados, quanto, a partir da interatividade e facilitação da produção e distribuição dos bens culturais que viabilizam a tempo e custo relativamente baixos, podem se tornar úteis ao movimento contrário, de fortalecimento das culturas locais ou dos grupos, sejam consideradas populares ou

eruditas. Parente (1997:110), ao criticar o ciberespaço, não encontra grandes diferenças entre sua organização e a organização imposta no mundo físico pelos grupos mais poderosos e por suas estratégias de controle:

Como não acreditar que uma poderosa organização do poder, com seus suportes de propaganda, suas mídias e suas tecnologias, atue de modo a produzir clichês que circulem do exterior ao interior das pessoas, de tal maneira que cada um possua clichês psíquicos dentro de si, por meio dos quais acredita pensar e sentir, quando apenas reproduz as verdades preestabelecidas?

Conforme explica Castells (1, 1999: 395-396), em todas as culturas, como já se levantou anteriormente, embora mais claramente dentro do que se tem chamado de cultura digital, não existe a separação entre o que o senso comum considera como “realidade” e a representação simbólica, já que são os símbolos que comunicam todas as realidades. Esse deslocamento faz com que, de certa forma, a realidade sempre seja percebida pelo filtro da virtualidade.

Essa reflexão parece levar Castells (1999) a concluir que, diferentemente dos anteriores, o novo sistema de comunicação gera a “*virtualidade real*” e que isso significa que toda experiência simbólica/material humana pode agora ser inteiramente captada e imersa em uma composição virtual, “*no mundo do faz-de-conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência*”. As TIC e seus sistemas são capazes, além disso, de englobar todas as experiências culturais e de impor uma condição “binária” de funcionamento da sociedade: estar conectado ou não. Para o autor, na sociedade contemporânea, organizada em torno da grande mídia, as mensagens veiculadas fora da mídia são excluídas do inconsciente coletivo, estando restritas apenas a redes pessoais. Portanto, nesse sentido, o impacto de mídias eletrônicas e digitais se mostra fundamental para a sociedade contemporânea e

para a sobrevivência cultural das comunidades vulneráveis, já que a grande mídia representa o que o autor considera o tecido simbólico da vida humana.

Só a presença nesse sistema integrado permite a comunicabilidade e a socialização da mensagem. Todas as outras mensagens são reduzidas à imaginação individual ou às subculturas resultantes de contato pessoal, cada vez mais marginalizadas. [...] A inclusão da maioria das expressões culturais no sistema de comunicação integrado baseado na produção, distribuição e intercâmbio de sinais eletrônicos digitalizados tem consequências importantes para as formas e processos sociais. (CASTELLS 1, 1999:396-397).

3.3 A DEMOCRACIA, CIDADANIA E COMUNIDADES

3.3.1 O trinômio Democracia/Cidadania/Soberania Popular

A elaboração do conceito clássico de democracia se deu na Grécia e tem sofrido alterações com a passagem da história. Traduzida literalmente como governo do povo, aparentemente desde o início a prática democrática não correspondia exatamente ao governo de todos. Basta lembrar que, para os gregos, o sistema garantia a participação apenas dos cidadãos nos atos de governo e que a cidadania, ou ser cidadão, era uma característica restrita. De acordo com Coutinho (1997: 146), Aristóteles definiu o cidadão como aquele que tinha o direito e o conseqüente dever de contribuir para a formação do governo, envolvendo-se nas assembléias coletivas deliberativas e exercendo cargos executivos. Mas essa condição só era possível, obviamente, para poucos dentre poucos. Somente eram considerados cidadãos os homens, adultos, proprietários e livres. Além disso, o deslocamento do cidadão à *Ágora*, o grande espaço do debate e participação, só era possível para aqueles que detinham poder econômico ou disponibilidade suficiente para liberar sua força de

trabalho ou sua vigia dos seus meios de produção e propriedades para se ausentarem e se envolverem nas questões políticas.

Quando Hobbes (1998:119) escreveu sobre os sistemas de governo e a democracia, com base na tradição de sua época (o Renascimento), referiu-se a um governo de muitos e não a um governo universal. Logo, o direito ao voto, por exemplo, poderia ser delegado apenas a uma parte do todo. Na época, segundo nota de Ferreira, organizador da edição consultada de “Do Cidadão”, Hobbes restringia o grupo votante, como fazia Montesquieu, no “Espírito das Leis”. Votaria quem tivesse direito a voto, quem demonstrasse interesse na coisa pública e quem quisesse votar. Mas a demonstração de interesse estava ligada diretamente à posse de um bem, que seria a fiança do voto. A idéia se justificava em teoria, pois se o proprietário votasse de forma irresponsável, o governo eleito lhe causaria conseqüente prejuízo.

A percepção da relação entre cidadania e democracia se alterou ao longo do tempo, como destacam diversos autores. Coutinho (1997:145) afirma enfaticamente que *“democracia é sinônimo de soberania popular”*. A soberania, por sua vez, para o autor, é diretamente dependente da existência de *“condições sociais e institucionais efetivas que garantam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em conseqüência, no controle da vida social”*. Assim, parece ser possível afirmar que apenas será coerente discutir democracia se o entendimento e preocupações iniciais estiverem voltados à existência de cidadania plena e universal. Por sua vez, cidadania seria, dentro de uma democracia ideal, a capacidade conquistada historicamente por todos os membros de uma sociedade de se apropriar dos bens socialmente criados e de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social:

A democracia pode ser sumariamente definida como a mais exitosa tentativa até hoje inventada de superar a alienação na esfera política [...] a democracia é concebida como a construção coletiva do espaço público, como a plena participação consciente de todos na gestão e no controle da esfera política. (COUTINHO, 1997: 146).

Para Oliveira (2005:14), a democracia deve ser encarada como o sistema de governo da maioria em que devem ser assegurados os direitos da minoria; logo, se poderia afirmar que não se trata de um governo de todos, mas de um governo para todos. A democracia moderna, para o autor, desenvolveu a rotatividade dos mandatos dos representantes do povo e dos governantes para criar a possibilidade de alternância no poder e a formação periódica e constante de novas majorias e minorias. Chauí (2005: 25) considera a democracia uma forma sociopolítica que busca a conciliação dos princípios de igualdade e de liberdade humanas no contexto de reconhecimento e respeito à existência das desigualdades. Atualmente, sobretudo dentro do mundo capitalista e do universo imperialista, o conceito de democracia parece suscitar graves reflexões e revisões para que o discurso não se esvazie.

Aparentemente, a implantação da democracia apresenta claras demonstrações históricas de exclusão de parcelas da sociedade dos processos reais e efetivos de participação, seja pela classificação e seleção clara do grupo que detém este poder, como no caso grego, ou por mecanismos talvez mais implícitos aos sistemas de poder de cada época ou lugar e difíceis de perceber sem determinado afastamento histórico. De acordo com Oliveira (2005:15), após longo período de governos centralizados na figura do rei ou imperador e de breve esperança de redistribuição do poder, o Liberalismo separou as instâncias do poder econômico e do poder político, em uma operação considerada pelo autor como “*de alta sofisticação*”. A nova organização buscava evitar justamente a concentração de

poderes característica da estrutura feudal, o que seria *“um avanço revolucionário”*. No entanto, essa nova forma de governar retirou da esfera pública de interferência e debate os negócios privados, o que abriria espaço para que os detentores do poder de produção e distribuição de bens e riquezas, e mesmo de informações, desenvolvessem uma nova instância de poder. Pode-se retomar o ponto rapidamente tocado no capítulo anterior sobre o projeto das antigas vilas operárias. Na época, o controle patronal interferia diretamente nas relações urbanas e procurava, inclusive, também ser a fonte de informação, tentando assegurar para a elite o fluxo das informações consideradas importantes e, posteriormente, impedir a formação de redes de sociabilidade que realizavam o fluxo de informações relevantes para as classes dominadas:

[...] encerrado em sua casinha, o operário se desviará das lutas coletivas e do sindicalismo. E os arquitetos, conforme recomendação expressa, deverão fazer proezas nos projetos para não facilitarem as relações de vizinhança nas vilas que serão levados a construir. (GUERRAND *in* PERROT, 1995: 385).

Para Oliveira (2005), apenas no final do século XIX e início do século XX, justamente a estruturação das organizações dos trabalhadores (com seus sindicatos e partidos políticos) foi capaz de rever a ditadura da “fábrica” e retomar a discussão pública do conflito de interesses entre o capital e a força de produção. Este seria, então, um movimento de reinvenção da democracia.

Por outro lado, Vouga (2004) levanta dúvidas sobre os próprios movimentos de resistência ou “reinvenção”, demonstrando a existência de um movimento de ação e reação constante do sistema de poder estabelecido frente às pressões e demandas culturais, sociais e políticas da própria sociedade. O autor cita o exemplo da tomada de poder pelas ditaduras militares na América Latina para discutir sua posição. Pode-se lembrar que após a Segunda Guerra Mundial, no início

da chamada Guerra Fria, o socialismo soviético poderia avançar pelo mundo, principalmente sobre colônias recém-libertas, sobretudo dos continentes africano e asiático, em países sem tradição de participação democrática nas instâncias de poder, desenvolvendo o que se chamou na época de “efeito dominó”. Acreditava-se que uma nação que cedesse ao novo regime influenciaria seus vizinhos e assim por diante, em uma reação em cadeia. A idéia também recebia eco na referência a nações empobrecidas e historicamente dominadas, como no caso das Américas Central e do Sul, que poderiam acreditar no regime socialista como forma de alcance da justiça social e distribuição justa da riqueza. Nesse contexto, a reação talvez mais clara e contundente contra o que a propaganda norte-americana divulgava como a “ameaça soviética” à liberdade na América Latina, que é o foco de discussão de Vouga (2004), viria na forma de violentos golpes militares e de implantação de ditaduras que foram patrocinadas, velada ou abertamente, pelas classes dominantes locais. Como também é sabido, as ditaduras latino-americanas tiveram como mentores e consultores instituições como a CIA. O autor destaca que as ditaduras militares que se sucederam cumpriram seu ciclo e foram substituídas por regimes de democracia formal. Para Caccia Bava (2005, palestra), isso ocorreu porque os governos estabelecidos não mais conseguiram resistir ao descontentamento popular e aos constantes movimentos de resistência que conquistaram a mudança, simplesmente porque os mesmos conseguiram elevar os custos de manutenção do sistema, reduzindo a margem final de lucros dos dominadores. Como também defende Vouga (2004:10), o processo, ainda uma vez, foi determinado por influência externa norte-americana:

É claro que sobretudo nos países mais importantes a dinâmica interna das sociedades tem um papel fundamental, fica entretanto a sensação de que a luta pela democracia foi apenas um ato do teatro da política de potência

norte-americana, teatro em que nós éramos os fantoches e eles os manipuladores.

Para Vouga(2004), a essência da questão talvez esteja hoje estabelecida justamente pela dificuldade de se encontrar o adversário em meio a tantas relações intrínsecas e engendradas nas estruturas dos sistemas. Com a queda do Muro de Berlim e do socialismo no final do século XX, o autor considera que também se esvaiu o modelo alternativo mais antagônico à sociedade capitalista, o que, em suas palavras, ajudou a fortalecer a idéias de que as leis de mercado são naturais e determinantes. Citando Marx¹⁷, Vouga (2004) afirma que o mercado nada mais é do que o sistema de desenvolvimento, produção e troca de mercadorias que faz, sim, parte do mundo natural, mas configura, nesse contexto, uma relação social de dominação: *“Não, não é o desencanto com a democracia que assistimos nesse inverno de nosso descontentamento, mas sim com o modelo americano do norte, plutocrático e anti-social”*. (VOUGA, 2004: 10).

Também nessa linha de discussão, Oliveira (2005) afirma que no Brasil, país que tem sua herança antidemocrática como lastro histórico e faz parte do que o autor considera como “periferia capitalista”, a sociedade está atualmente tomada pelo turbilhão sem precedentes de acumulação de capital em escala mundial. O fenômeno, no entanto, não se reflete na distribuição de possibilidades de participação ou partilha de riqueza e poder, gerando uma massa sensível de excluídos. Chauí (2005: 24) critica o sistema capitalista atual referindo-se aos princípios democráticos de “isonomia”, a igualdade dos cidadãos perante a lei, e de “isegoria”, a liberdade de expressão e debate, pois encontra uma contradição estrutural, causada pelo choque entre o conceito de democracia e sua aplicação prática no ambiente capitalista, que poderia comprometer até mesmo a manutenção

¹⁷ MARX, K. Le Capital. Paris: Editions Sociales. 1959.

de seus princípios – igualdade e liberdade – sob os efeitos sensíveis da desigualdade real cotidiana.

Segundo Chomsky (1996, documento digital), um ponto importante para atenção em direção à compreensão do contexto contemporâneo é a redução da democracia ao direito de voto, e apenas a esta que é uma de suas muitas instâncias. Coutinho (1997: 153) lembra que a primeira constituição da França pós-Revolução Francesa expressava a hegemonia dos liberais e consagrou legalmente uma distinção entre cidadãos que tinham direito de votar e ser votados e outros cidadãos que só detinham direitos civis, excluídos, portando, da escolha e formação do governo. Há casos recentes em que tal distinção ainda é clara, como no Brasil, por exemplo, em que, até o final do século XX, os analfabetos e portadores de deficiência eram excluídos do direito ao voto, antes pela lei, e depois pela continuidade da falta de adaptação do sistema eleitoral, seus espaços, equipamentos e atitudes para essa parcela da população.

Chauí (2005: 25) relembra que a mecânica democrática funciona impulsionada pelo respeito e pela necessidade do conflito e das contradições. A democracia, portanto, garante os direitos humanos e se estabelece na criação de novos direitos gerados pelas demandas sociais e políticas. *“Por esse motivo, a democracia é o único regime político realmente aberto às mudanças temporais, uma vez que faz surgir o novo como parte de sua existência.”* Para a autora, a democracia é uma forma de governo que distingue o poder do governante, já que o mesmo não o detém para si permanentemente e de forma ilimitada. O poder é delegado ao governante pelo povo e a ele deve se orientar. Logo, as eleições, além de alternar o poder, *“assinalam que o poder está sempre vazio, que seu detentor é a sociedade e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato*

temporário para isso”. Segundo Chauí (2005), essa característica marca e afirma os sujeitos políticos como eleitores soberanos na escolha de seus representantes temporários.

A responsabilidade do governante junto aos seus eleitores, ou mesmo súditos diretos, já era destacada por Hobbes (1998: 199). Segundo ele, os homens originariamente instituíram a figura do governo de forma livre e autônoma, a fim de poderem não apenas garantir a preservação da vida, mas sua segurança e qualidade de vida rumo à felicidade. De acordo com a relação desenhada, quem assume a administração do governo tem uma relação de dívida natural que, negada ou não aceita, acarretaria pecado contra a própria natureza, já que este ato significaria ferir a confiança dos que confiaram o poder ao governante.

Foucault (1999:107-108) explica o pensamento de Hobbes discorrendo que, ao viver ou perceber o “estado de guerra”, os homens delegam a um único homem ou a um grupo parte de seus direitos e poderes, na tentativa de se livrarem da ameaça contra seu modo de vida ou sua sobrevivência. Essa seria uma concessão do direito de representação, total e integral:

Não se trata de uma relação de cessão ou de delegação de algo pertencente aos indivíduos, mas de uma representação dos próprios indivíduos. Isto quer dizer que o soberano assim constituído valerá integralmente para os indivíduos. Ele não terá, pura e simplesmente, uma parte do direito deles; estará verdadeiramente no lugar deles, com a totalidade do poder deles.

Conforme Thoreau (1984: 35), o governo ideal é o governo inexistente. O autor acredita que a humanidade, ao alcançar o preparo social e político necessário, obterá a libertação das formas estabelecidas de governo, pois, para ele, o governo é um *“artifício conveniente; mas a maioria dos governos é por vezes uma inconveniência, e todo governo algum dia acaba sendo inconveniente”*. O autor

ainda afirma que *"devemos ser em primeiro lugar homens, e só então súditos"*. (THOREAU, 1984: 37).

Aparentemente, mesmo em sistemas em que todos fossem capazes de realizar a ação do voto, ainda caberia certa preocupação. É importante lembrar que, como foi visto no capítulo anterior, Truzzi (1971) defende que a opinião pública pode ser tranqüilamente manipulada por esforços de propaganda ideológica e apresenta facilmente uma alternância entre seus anseios. Novamente, é possível destacar o potencial das TIC de interferir no patrimônio cultural dos agrupamentos humanos, inclusive em seus processos e sistemas, como a democracia. Em um contexto nacional de aparente fortalecimento constante da indústria cultural e de enfraquecimento e declínio das instituições e estruturas educacionais, talvez seja cabível supor que a manipulação da opinião pública se estabeleça como uma das mais fortes ameaças contra a democracia e, por conseqüência, contra a cidadania e a soberania popular. Com a mediação e mediatização das relações humanas, orientadas de forma crescente pelos meios de comunicação de massa, o processo democrático pode ser quantitativamente legitimado, mas perde em qualidade, já que aqueles que consentem ou votam podem estar iludidos ou restritos a um ambiente em que a hegemonia estabelecida não apresenta participação nos processos de elaboração e compreensão conjunta. Observa-se o que Chomsky (1996) define como um *"consentimento sem consentimento"*. Pode-se notar atualmente a importância dada pela classe política à comunicação de massa e sua influência nos processos de decisão nacionais em exemplos aparentemente claros, como a primeira fala pública do eleito e ainda então não empossado presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Avenida Paulista, em São Paulo. No evento, o futuro presidente da República agradecia, entre familiares, amigos e colaboradores históricos, também

ao publicitário Duda Mendonça, seu homem de *marketing* e comunicação, pela vitória histórica alcançada nas urnas em 2002. Na mesma linha, observa-se o escândalo na Câmara Federal, iniciado em 2004, sobre as cotas ilegais e não declaradas de colaboração de particulares nas campanhas eleitorais, que rapidamente se espalhou para outras instâncias e esferas de poder do país, o que de certo modo demonstra também a importância da propaganda e seu patrocínio com relação à manutenção do poder em torno de grupos detentores de riqueza.

Chomsky (1996, documento digital) afirma que o processo de engenharia do conhecimento seria capaz de *“enfileirar a opinião [pública], como se enfileira um exército”*. Criticando a forma como a democracia está estruturada hoje, principalmente a partir do imperialismo norte-americano, o autor ainda afirma que tal processo de manipulação seria intrínseco ao processo democrático atual. A população, o povo iludido, seria então apenas chamada a participar das decisões em momentos específicos e controlados, nos quais a escolha seria apenas de ações ou representantes pré-determinados por um grupo dominante, dentro das possibilidades oferecidas pelo mesmo grupo.

A impossibilidade presente de sustentação da cidadania, pela via política institucional, é explicitada pela condição de excluídos, dentro da qual passam a viver grupos que não têm como mediação de sua existência práticas políticas associadas à educação, informação. Além disso, eles revelam uma frágil compreensão intelectual dos processos políticos que os cercam. (CACCIA BAVA 1999:289)¹⁸.

Ao observar os fenômenos da comunicação e o crescente fortalecimento e sobreposição dos mundos físico e virtual, Castells (2, 1999) destaca a viabilização e ampliação dos espaços de participação dentro do ciberespaço, a chamada *“democracia eletrônica”*. O autor encontra uma outra ameaça favorecida pela

¹⁸ Caccia Bava, A. Solidariedade, sociabilidade e ética política: temas clássicos ou contemporâneos? in D'INCAO, M. A. (org.) *Sociabilidade, Espaço e Sociedade*. São Paulo; Grupo Editores, 1999.

volatilidade do meio digital, que poderia gerar uma desvirtuação da democracia eletrônica por meio da intensificação do que chama de “política de *showbiz*” (CASTELLS, 2 1999: 410). Esta, por sua vez, já seria sentida nos meios eletrônicos e nela predominaria a manipulação da opinião pública por meio da força da publicidade e propaganda. Esse fenômeno poderia, então, ser potencializado pela velocidade das mídias digitais e por seu poder de impacto, seletividade e segmentação de público. Segundo Castells (2, 1999), uma vez implantados o ambiente e contexto específicos, o poder de racionalização dos partidos e instituições daria lugar a mitos e modismos, ao “*fluxo de tendências políticas ora convergentes, ora divergentes*”. Nesse caso, o autor acredita que a “*política on-line*” poderia inviabilizar a integração, organização e criação de instituições e o alcance do consenso, pois exacerbaria a individualização da política e da sociedade. Pode-se crer que a massificação em torno de uma ideologia hegemônica e a conseqüente diluição do conflito, e por conseqüência, da democracia, sejam ameaças reais e próximas dentro do panorama mundial contemporâneo.

3.3.2 A geração, conquista e manutenção de Direitos

Coutinho (1997) defende que a cidadania não é oferecida aos indivíduos de forma perpétua ou como uma qualidade inata. Em vez disso, é uma conquista resultante de uma luta constante e permanente. Segundo o autor, as bases do trinômio Cidadania/Soberania Popular/Democracia estão fundadas na capacidade de se conquistar direitos, de forma consciente e duradoura. Para ele, com base na própria reafirmação que encontra na Declaração Universal dos Direitos da ONU, de 1948, os indivíduos não nascem com direitos que seriam, portanto, fenômenos

sociais resultantes de longos processos históricos. Segundo Marshall (1967), que baseou seu trabalho na história inglesa, a ordem cronológica do surgimento de direitos se inicia na conquista de direitos civis, passa pelos direitos políticos e culmina nos direitos sociais. Coutinho (1997: 147-153) segue seu discurso descrevendo o processo de desenvolvimento da noção e implementação dos direitos humanos. De acordo com o seu texto, a expressão original dos direitos são justamente as expectativas sociais dos mesmos, ou seja, as demandas formuladas em momentos históricos específicos por classes ou grupos sociais determinados.

Para o autor, os direitos civis surgiram das demandas burguesas européias, desejosas de se livrarem do poderio do rei e da Igreja no final do período feudal. São o direito à vida, à liberdade de pensamento e movimento e à propriedade. Coutinho (1997) pondera que estes são direitos do indivíduo contra o Estado, que defendem a vida privada do cidadão dos abusos do governo, pois esses direitos limitaram os poderes do Estado e inseriram o conceito de “consenso” dos súditos em suas decisões.

Por sua vez, os direitos políticos são os direitos de votar e ser votado e, mais ainda, o direito de associação e organização, que garantem a participação na tomada de decisões e a articulação política do conjunto da sociedade em cada uma de suas esferas. De acordo com Chauí (2005: 25), a cidadania se constitui nos espaços sociais de lutas e nas instituições e formas políticas de expressão permanente, que criem, reconheçam e garantam direitos, ou seja, pela criação e manutenção dos movimentos sociais, populares e sindicais e pelos partidos políticos, Estado de Direito e políticas econômicas e sociais.

Por fim, os direitos sociais são, para Coutinho (1997), o terceiro nível de cidadania. Eles permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e

espiritual criada pela sociedade à qual pertencem, seja pelo estabelecimento de bases salariais, por exemplo, ou por políticas públicas de atendimento e serviços básicos. Os direitos sociais são definidos pelos serviços públicos de educação universal, laica e gratuita, saúde, habitação (não confundir com a garantia de direito à propriedade), previdência e outros, e configuram o chamado *Welfare State*, ou Estado do Bem-Estar.

Bucci (2001:08-13) traça uma forte relação entre políticas públicas e direitos humanos. O autor descreve direitos individuais como os direitos humanos de primeira geração, ou seja, direitos de liberdade, expressão, de associação, de manifestação livre do pensamento e o direito ao julgamento justo. São direitos que requerem garantias negativas frente ao Estado ou ao grupo dominador, ou, nas palavras do autor, *“a segurança de que nenhuma instituição ou indivíduo irá perturbar o seu gozo”*. Os direitos de segunda geração, sociais, econômicos e culturais, seriam, então, os meios para que os cidadãos assegurem o gozo dos direitos individuais. Afinal, mesmo não havendo *“perturbação”*, não há garantia natural de inclusão de todos no bojo dos direitos.

Para Coutinho (1997: 156), atualmente os direitos sociais têm sido ameaçados pela *“hegemonia burguesa”*, sob a alegação de que estimulariam a acomodação e violariam as leis do mercado. *“Não é assim casual que esses direitos voltem a ser negados hoje, teórica e praticamente, pelos expoentes do chamado neoliberalismo.”* Aparentemente, de acordo com essa ótica, a metáfora da vara e do peixe, de Lao-Tsé, atualmente superutilizada como justificativa irrefutável da necessidade de libertação dos cidadãos da tutela de um poder estatal autoritário, paternalista ou clientelista, parece passível de certa contemporização.

Chauí (2005) afirma que a população brasileira está acostumada a aceitar a definição liberal da democracia como regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais. A autora relaciona o pensamento e a prática liberais com liberdade e competição, reconhecendo distorções no significado da democracia assim estabelecida. Para ela, essa definição implica a redução da liberdade plena apenas ao chamado direito de ir e vir, à competição econômica e à competição política. Logo, uma estrutura de controle e manutenção do *status quo*.

A cidadania é definida pelos direitos civis e a democracia se reduz a um regime político eficaz, baseado na idéia da cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais. Essa concepção da democracia enfatiza a idéia de representação, ora entendida como delegação de poderes, ora como *governo de poucos sobre muitos*. (CHAUÍ, 2005: 23).

De acordo com a autora, os obstáculos à democracia também estão engendrados nas condições materiais de existência humana, na desigualdade econômica e social – que considera uma marca da sociedade brasileira –, que fomenta a exclusão política e cultural, e nas relações econômicas e sociais baseadas na violência. Para ela, a desigualdade que até então polariza a sociedade do país entre o privilégio e a carência tende a se ampliar cada vez mais, dentro do contexto econômico capitalista, o que poderia piorar as condições de manutenção e garantia dos direitos humanos.

Para Souza Santos e Avritzer. (2002: 72), a “*conversão do modelo liberal em modelo único e universal implica [...] uma perda de demodiversidade*”. Para os autores, o primeiro problema que se apresenta e que deve ser observado é o da justificação e imposição da democracia pela força dos processos capitalistas de globalização ou de avanços imperialistas (norte-americanos e europeus, por exemplo):

Se, como cremos, a democracia tem um valor intrínseco e não uma mera utilidade instrumental, esse valor não pode sem mais assumir-se como universal. Está inscrito em uma constelação cultural específica, a da modernidade ocidental, e essa constelação, por coexistir com outras em um mundo que agora se reconhece como multicultural, não pode, sem mais, reivindicar a universalidade dos seus valores. Sabemos hoje que, se essa reivindicação se recusar a dar as razões que a sustentam e a dialogar com outras que eventualmente a contestam, só se imporá por força de circunstâncias estranhas a ela e que, como tal, a transformam em uma reivindicação imperial.

Observa-se mais uma vez, como afirma Coutinho (1997:152), que “*a cidadania plena [e logo a democracia], portanto, não é compatível com o Capitalismo*”. Da mesma forma, o simples reconhecimento legal dos direitos ou da condição democrática não se garante na prática. Parece ser preciso que haja um processo educacional e de mobilização e construção cultural da luta pelos direitos para que todos, de baixo para cima, possam reconhecê-los, compreender sua abrangência, conquistá-los e, por fim, usufruí-los e mantê-los.

Para Castells (3, 1999: 416), o surgimento de uma nova sociedade está vinculado a uma transformação estrutural das relações de produção, poder e experiência. Essas transformações conduzem a uma modificação também substancial das formas sociais de espaço e tempo e ao aparecimento de uma nova cultura.

3.3.3 Participação popular no Brasil

Conforme explica Chauí (2, 2005: 24), há duas formas comuns de entendimento da sociedade democrática, ligadas a vertentes de pensamento de direita e de esquerda. A autora explica que a concepção de direita tende a ser liberal e eleger como figura central do debate o Indivíduo. Este é o portador da cidadania

civil e/ou política e vive em uma sociedade civil que é determinada pelas regras e relações de mercado. Na visão da esquerda, a ênfase de análises e avaliações recai sobre a prática da participação, sendo a figura principal o agrupamento humano (sociedade ou comunidade) e as formas de organização associativa das classes e grupos sociais. Por sua vez, participação é entendida por Chauí (2005) como intervenção direta nas ações políticas, como interlocução social que determina, orienta e controla a ação dos representantes do povo nas esferas de poder e pela determinação de instâncias locais de debate e deliberação de políticas e ações (sindicatos, associações e organizações diversas, movimentos sociais e populares, conselhos, etc.). Como já se destacou, para a autora, a democracia não trabalha simplesmente com o consenso, mas, sim, com a construção sobre a articulação de conflitos.

Coutinho (1997: 158) afirma que os conflitos e, conseqüentemente a existência e manutenção dos direitos, são tolerados pelas classes dominantes (que o autor chama de burguesia) de acordo com seu interesse, principalmente no caso dos direitos sociais, já que a ampliação plena da cidadania se chocaria em muitos casos com a lógica do capital. Exatamente nos momentos de choque se daria a construção ou destruição da democracia. Para o autor, as alterações históricas do capitalismo são geralmente iniciadas por uma reação de resistência aos movimentos e demandas sociais, que dá lugar ao recuo e concessões necessários para garantir a estabilidade ou redução do custo de manutenção do sistema, uma adaptação que acaba por gerar a conquista da manutenção dos direitos dos dominados ou, como já se aventou anteriormente, novas estratégias de ilusão e dominação. As instâncias efetivas de conscientização para a participação popular se colocam então, mais uma vez, como os possíveis bastiões de entendimento e preparação para esse

movimento cotidiano de luta. Nesse contexto, o modelo de organização em rede, que será mais bem discutido a seguir, parece ser uma alternativa viável de fortalecimento dos processos de criação de conhecimento e de difusão e expressão de idéias, aparentemente necessários para a existência da participação popular em âmbito democrático.

Retomando os exemplos contraditórios de limitação da participação no berço grego da Democracia e o período pós-Revolução Francesa, com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade à sombra da guilhotina e da exclusão, parece ser interessante observar minimamente os enfoques dados às classes populares durante a história recente do Brasil. Para se discutir solidariedade e participação popular no sentido de acesso ao poder de decisão e construção política sobre os rumos da vida das comunidades, talvez seja importante refletir o que ou quem se considera como “o povo”.

No Brasil, ao final do século XIX e início do século XX, por exemplo, talvez fosse absurdo propor a interferência das classes populares em uma sociedade, pode-se crer, habituada a um regime escravocrata que pregava oficialmente a divisão de classes, a exclusão e o preconceito – basta lembrar que por muito tempo e sob justificativas oficiais e religiosas, grupos negros e indígenas não eram considerados, sequer, seres humanos. A partir do começo do século XX, a influência estrangeira, seja buscada na Europa por estudantes e intelectuais brasileiros ou trazida pelos navios de imigrantes, continuaria tomando maior vulto com o decorrer do tempo e com os eventos internacionais que fomentaram a discussão de novos rumos para as cidades e seus habitantes – podem-se citar a Revolução Russa, a quebra da bolsa de valores de Nova York, o avanço tecnológico e a necessidade de reconstrução causados pela II Guerra Mundial (e de forma mais abrangente pelo

conflito mundial precedente), e mesmo a evolução e expansão mundial constantes da indústria e dos meios de comunicação, transporte e difusão de novas idéias e ideologias. Nesse sentido, mesmo sem participação objetiva nos processos de decisão, pode-se dizer que as classes populares, ou os grupos mais vulneráveis e os excluídos, começaram a se articular efetivamente ainda nas primeiras décadas do século XX, principalmente a partir da chegada dos primeiros imigrantes e, posteriormente, com a implementação do processo de industrialização no Brasil. Rolnik (1988:87) aponta a formação pontual de ligas de inquilinos que se organizavam, principalmente em centros industriais, sob o ideário anarquista de imigrantes europeus recém-chegados. Segundo a autora, *“além de protestar contra os aluguéis e propor boicotes, os anarquistas visavam à politização do proletariado e à conscientização do ideário libertário”*.

Na primeira metade do século XX, por exemplo, o envolvimento da população no processo de planejamento ainda era debilitado. Na verdade, relatos e documentos demonstram que a questão da urbanização, a função do urbanista e o próprio conceito de planejamento urbano ainda estavam se consolidando e galgando legitimidade, como é possível observar em textos e publicações daquele tempo.

Nessa época se destacam nomes como Anhaia Mello que, na década de 1930, ventilava os novos ares vindos da Europa e da América do Norte ao urbanismo nacional, propondo a necessidade de abertura dos órgãos e profissionais responsáveis pela cidade para que fossem capazes de ouvir a sociedade e compreender de forma geral e abrangente cada passo do processo de evolução urbana. No entanto, pode ser inadequado afirmar que a “inovadora” metodologia de trabalho que Mello (1933:214) chamava de Inquérito Cívico já se tratasse de um instrumento de participação popular próximo da concepção atual. Aparentemente, as

classes populares eram meras fontes de dados, a inovação estava em ouvi-las, pois a elaboração e emissão de opiniões ainda somente cabiam à elite dominante.

Enquanto isso, advindos de todo um contexto histórico paternalista e, aparentemente, reconhecendo a força latente na população, os governos brasileiros se direcionaram para linhas políticas baseadas no assistencialismo e no populismo. Uma marca sintomática dessa fase paternalista é o próprio governo de Vargas, o presidente/ditador que ficaria conhecido como “o pai dos pobres”. Se, antes, os anseios e opiniões do povo eram desconsiderados pelas classes dominantes, a política populista da época não permitia que se excluíssem as classes populares por completo do cenário político, mas enrijecia as possibilidades reais de participação livre e efetiva do povo, já que, de acordo com Kowarick e Bonduki (1988:143), *“durante o período ditatorial de Vargas, o governo se fechou a qualquer reivindicação popular nascida independentemente do aparato oficial criado por ele para representar os trabalhadores”*.

No entanto, havia nessa época, no país, estudantes, urbanistas, intelectuais e formadores de opinião brasileiros que já refletiam criticamente sobre alternativas à questão da organização e participação popular, que era pautada ora pela simples desconsideração, ora pela manipulação. Ainda segundo Kowarick e Bonduki (1988), as políticas públicas desenvolvidas até o golpe militar de 1964, seja em períodos ditatoriais ou democráticos, foram de certa forma contraditoriamente marcadas pela falta de planejamento e pela permissividade que possibilitavam à população se posicionar como bem fosse capaz na cidade. A situação assim definida, conforme contam os autores, gerava demanda constante e interminável por novas políticas e serviços públicos e alimentava verdadeiros currais eleitorais, pois era o Estado o grande e único gestor urbano.

Nesse contexto, há um fato que, de certa forma, parece ter influenciado direta ou indiretamente o processo histórico de construção da participação popular no Brasil, destacado entre outros, mas de aparente relevância para o entendimento das linhas de pensamento que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Em 1947, depois fundar, na França, o movimento *Economie et Humanisme*, chegou ao Brasil o padre dominicano Louis Joseph Lebreton, que viria somar suas idéias ao que Lamparelli (1994:90) chamou de “*vertente nova de pensamento e ação*”, que se formava na época.

A preocupação de Lebreton, segundo Leme e Lamparelli (2001), estava em desenvolver, à margem da academia, um modelo científico para o reconhecimento da sociedade através das ciências naturais e que estivesse atrelado à ação imediata e à pesquisa empírica. Ainda em sua primeira viagem ao Brasil, Lebreton fundou aqui o Movimento Economia e Humanismo e estabeleceu a Sigmacs – Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada a Complexos Sociais.

No final dos anos 1950, Lebreton (1959: 5-6) publicou seu *Manifesto por uma civilização solidária*. Segundo o autor, sua obra seria o resultado de anos de trabalho de equipe e aspiraria “*a ser um grito suficientemente forte para transpor a barreira da surdez generalizada, bastante humano para ser acolhido com simpatia e construtivo a ponto de ser capaz de despertar esperança*”.

Pode-se considerar o pensamento presente no documento como muito próximo às definições de necessidade de participação popular efetiva para as reais conquista e manutenção da cidadania e da democracia. Lebreton (1959:17) define o conceito de *Economia Humana* como a busca e estruturação de uma vida “*mais humana*” e solidária para todos, que satisfaria as necessidades autênticas da sociedade em todos os planos, como subsistência, dignidade, vida intelectual,

artística, moral e espiritual. Para o autor, no entanto, a economia humana parece ser uma alavanca para o progresso contínuo, já que destaca como necessidade fundamental do ser humano *“ser mais do que é, a partir de tudo que já adquiriu, das potencialidades que estão nele ou daquelas que lhe são apresentadas por seu meio físico, econômico, social ou cultural”*. De acordo com Lamparelli (1994:93), a satisfação das necessidades da sociedade e, portanto, o alcance do *“mais humano”* era tido por Lebret como um dever do Estado e um direito do cidadão.

Parece importante ressaltar que Lebret entendia que o conceito de necessidade é sempre relativo para cada grupo, pessoa, lugar e ambiente. Isso pode sugerir a percepção de uma grande responsabilidade de se conhecer profundamente as comunidades e os sítios em que se encontram para a proposição de novos projetos urbanos ou sociais, o que fazia da pesquisa junto à população parte fundamental da metodologia de trabalho de seu grupo e garantia a participação popular nos processos de reflexão e elaboração de propostas. O método de Lebret também buscava, na mesma linha, a relativização das soluções e a negação de padrões preestabelecidos.

Seria ridículo e fora de propósito propor a toda a humanidade a aquisição de um nível, de um estilo de vida de tipo, por exemplo, norte-americano. Isso não é possível nem desejável, pois as aspirações materialistas do Ocidente não têm valor normativo para toda a humanidade. [...] Daí o perigo em estimar o ‘mais humano’, como muitos o fazem, apenas segundo critérios quantitativos de consumo. Tais critérios levam a julgar o ‘mais humano’ segundo as possibilidades de prazer ou de conforto, negligenciando valores morais e espirituais inerentes a determinada forma de civilização. Não menos grave seria o perigo de julgar o ‘mais humano’ pelo grau de instrução [...]. (LEBRET: 1950: 16 -17).

Lebret (1950:14) defende a Economia Humana como uma “economia humanista” que promoveria o desenvolvimento de uma nova civilização. Para isso, a idéia era buscar o modo de apropriação dos meios de produção e dos avanços

técnicos e tecnológicos em sua dimensão social e comunitária, como um fator de modificação constante e paulatina das estruturas políticas e econômicas, sem separação entre o social e o econômico:

Não se trata de colar medidas sociais apenas corretivas, paliativas, numa economia que engendra por si mesma o mal humano; trata-se de preconizar e de instaurar um regime integralmente social e integralmente personalista, cujo objetivo seja a “ascensão humana universal”.

Nesse sentido, a Economia Humana, tal qual concebida por Lebreton (1950:18), não deveria ser uma revolução imediata e inflamada, nem mesmo uma progressão acelerada, mas um processo de formação e engajamento de profissionais, de intelectuais, das novas gerações e da população em si em um esforço contínuo de mudança.

Por dezesseis anos, a Sagrama realizou pesquisas empíricas vinculadas à necessidade de ação, estudos e consultorias com significativa importância para a atualização e diversificação do debate de idéias nacionais. Segundo os relatos observados, essas atividades favoreceram o intercâmbio com pensadores estrangeiros e colaboraram com a elaboração de novos paradigmas. Esses novos caminhos abertos pela Sagrama e pelas idéias de Lebreton provavelmente influenciariam gerações de profissionais brasileiros de planejamento urbano e regional. Em 1964, a Sagrama foi, nas palavras de Lamparelli (1994,97), “*bruscamente desbaratada*” pelo golpe militar, e muitos de seus membros foram perseguidos, exilados ou fugiram do país, deixando aqui “*ricas experiências e inovações na prática do planejamento urbano*”.

Como é sabido, o golpe militar de 1964 centralizou o poder de decisão no Estado e procurou calar brutalmente as vozes discordantes, perseguindo formadores e multiplicadores de opinião e desestruturando qualquer mecanismo de participação que pudesse de qualquer modo ser julgado como contrário ao sistema estabelecido.

Pode-se salientar a importância dos movimentos populares de resistência surgidos principalmente nos anos 1970 e 1980, possivelmente desenvolvidos como resposta de determinados grupos à ameaça de desestruturação que sofriam frente ao governo autoritário. Conforme explica Gohn (2001:203), foi a demanda pela redemocratização que impulsionou as ações coletivas no Brasil nessa época. Havia, segundo seu texto, uma *“crença no poder quase que mágico da participação popular”* e um desejo de democratização da coisa pública e de construção a partir dos interesses dos grupos populares organizados. Para Gohn (2001),

os movimentos sociais, populares ou não, expressaram [na época] a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações.

As facções guerrilheiras, as comunidades eclesiais de base, os diversos movimentos populares, a aglutinação da esquerda em torno da fundação do Partido dos Trabalhadores e o movimento “Diretas Já”, entre outros, são exemplos de articulação em torno de alternativas ao regime ditatorial, como lembra Kowarick (1988). Mas, como já se observou a partir do discurso de Vouga (2004), mesmo a retomada democrática teve participação externa, o que remete a reflexão ao processo de luta, resistência e acomodação das classes dominantes.

Souza Santos e Avritzer (2002:54) consideram que a democratização inseriu novos atores, antes ignorados, na cena política e instaurou a discussão e disputa pelo significado da democracia no âmbito da definição de *“uma nova gramática social”*. Para os autores, o movimento de democratização mundial iniciado na Europa, nos anos 1970, colocou na pauta do debate democrático a retomada da discussão da questão da relação entre procedimento e participação social; a necessidade de aumento dos níveis de participação, o que levou a uma re colocação das questões sobre burocratização e participação democrática em nível não só

nacional, mas também local; e, finalmente, o levantamento do problema da relação entre representação e diversidade cultural e social, pois, na medida em que se amplia o número dos atores sociais envolvidos no debate, também fica visível a sua diversidade étnica e cultural.

Souza Santos e Avritzer (2002:54) ainda lembram que essa revisão de posicionamento e necessidades se deu e se dá em um ambiente em que grupos mais socialmente vulneráveis ou excluídos, entre eles os setores sociais menos favorecidos, *“não conseguem que os seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos”*.

Ao citar alguns mecanismos de organização e de participação que foram estabelecidos ou oficializados pela Constituição Federal de 1988 e ao discorrer sobre os movimentos e conquistas democráticas, Saule Jr (2001: 21) afirma que a participação popular refletida no planejamento urbano é um dos componentes da descentralização de poder:

As várias etapas deste processo [de participação], como a elaboração das Leis Orgânicas e dos planos diretores, têm possibilitado, devido à participação de diversos setores da sociedade com visões heterogêneas e conflitantes, a disputa de novas idéias e concepções sobre as funções e o papel da cidade e as formas de solucionar seus problemas, na definição das prioridades, na destinação de recursos e na implementação das políticas públicas locais.

Seguindo a mesma linha de mesmo raciocínio, Coutinho (1997: 162) define a organização da sociedade civil e as novas formas de organização popular, lembrando que a socialização da política e a articulação popular enfraquecem o que chama de “Estado restrito”:

Em face do Estado – e formando um novo espaço de construção da esfera pública – surge agora uma sociedade que se associa, que faz política, que multiplica os pólos de representação e organização dos interesses,

freqüentemente contrários àqueles representados no e pelo Estado. Configura-se assim uma ampliação efetiva da cidadania política, conquistada de baixo para cima.

Para Coutinho, esse fenômeno também ocorreu porque o Estado capitalista se viu obrigado a se abrir para os outros segmentos sociais face à representação e satisfação de suas demandas. Mesmo com sua ampliação, o Estado não deixou de ser capitalista, mas se alterou o modo como ainda faz valer os interesses das classes dominantes.

Segundo Gohn (2001: 127), enquanto os movimentos sociais populares dos anos 1970 e 1980 entravam em crise e se alteravam substancialmente, os anos 1990 trouxeram ao cenário nacional novos movimentos sociais, centrados nas questões éticas e de revalorização da vida humana.

Conforme relata Wittmann (documento digital) durante o II Seminário Internacional do Terceiro Setor, realizado em julho de 2003, pelo Senac-SP e pela *Johns Hopkins University*, em São Paulo, o então diretor e coordenador da Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED), Augusto de Franco, discorreu sobre a trajetória histórica da participação popular no Brasil nos processos de decisão. Franco considerou que, nos anos 1970, a sociedade civil resistia à ditadura militar. Nos anos 1980, o papel das organizações já era novamente aceito pelo governo e se voltava para o assessoramento de movimentos populares e sindicais. Nos anos 1990, a sociedade civil passou a fazer parcerias diretamente com o governo e empresas.

Gohn (2001:128) explica que, nos anos 1990, os movimentos sociais se definiram em duas direções: A primeira delas foi o deslocamento do eixo de reivindicações no plano econômico da infra-estrutura para o consumo coletivo, principalmente quanto à problemática da fome, o que provocou a retomada da

questão dos direitos sociais, tradicionalmente desprezados no país; a outra foi a atenção central na articulação das lutas sociais direcionada para dentro dos planos moral e ético.

Seu discurso continua com a afirmação de que, atualmente, o conceito de cidadania resultante dessas alterações busca reduzir e corrigir as injustiças causadas pelas diferenças entre os membros da sociedade com respeito à diversidade, mas procurando valorizar a igualdade entre os cidadãos. Assim, aceita-se a segmentação com a certeza de que o reconhecimento da coexistência de subgrupos diferentes dentro de um grupo maior não deve gerar qualquer tipo de discriminação ou exclusão. Para ele, a principal mudança ocorrida nos processos de participação contemporâneos foi o posicionamento dos cidadãos nos momentos de mobilização e luta, pois procurou-se abandonar a posição de agentes para buscar, como no enfoque apresentado por Coelho (2001) quanto à dinâmica cultural, a posição de atores:

A cidadania tutelada começa a ser substituída por uma outra, ainda não plena porque os grupos organizados com autonomia e autodeterminação são raros, mas sem dúvida uma cidadania moderna, fundada na noção do direito à diferença – não apenas o direito à vida mas também o direito de autodeterminação em questões como as de gênero, raça, idade, manifestação sexual etc. Reivindica-se a participação na sociedade – civil e política –, no mercado de bens e produtos de consumo, mas reivindica-se também a manutenção dos valores culturais. (GOHN, 2001:208-209).

Pode-se afirmar que ocorreu um fato aparentemente contraditório com a sucessão de governos brasileiros democráticos, mas capitalistas liberais, das últimas décadas: ao mesmo tempo em que foram ampliadas e criadas as instâncias de participação e organização popular, notou-se forte desarticulação das mesmas e de seus processos. Sampaio (2005: 49) defende que o declínio dos processos de participação está relacionado ao declínio do Estado e à valorização do capital contra

a produção e o trabalho. O autor acredita que o Estado seja “*a condensação da luta de classes*” e um dos instrumentos de oposição ao capital – junto com os sindicatos. Esse posicionamento explicaria que a minimização do Estado, pregada nos ambientes capitalistas, teria uma relação direta com a desarticulação política popular, pois, para o autor, quando o Estado perde força, a participação popular declina.

Segundo Gohn (2001:127), os anos 1980 foram considerados como perdidos para a economia nacional, mas foram extremamente positivos para a política e a cultura. No entanto, segundo seu texto, a década “*findou-se com um quadro desanimador: a desmobilização e descrença das massas*”. Esse fenômeno se fortaleceu, entre outros fatores, pelo que considera a impregnação pelo fisiologismo, clientelismo, sectarismos e oportunismo nas elites políticas do país. Gohn (2001) lembra que, mesmo que tenham surgido “*curtos verões de esperança*” nos anos 1990, como o caso que cita da mobilização em torno do “Movimento pela Ética na Política” e a conseqüente ameaça de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo, as elites políticas não elaboraram um pacto social que fosse capaz de reordenar alternativas para a crise que se estendeu pelas instâncias de participação, como a militância e a mobilização cotidiana em atividades organizadas, o que afetou a credibilidade das políticas públicas e a confiabilidade e legitimidade da classe política junto à própria população. Com isso, a política (partidária ou social) se tornou alvo do preconceito fortalecido do senso comum.

Para Sampaio (2005: 49), no Brasil, há dois entraves claros quanto à participação democrática: o passado e a tradição coloniais ainda presentes na cultura nacional, e a falta de informação e conhecimento para sustentar o debate objetivo. Para ele, a imprensa “*distorciona completamente a realidade*”. Parece

oportuno também lembrar a derrocada dos ambientes educacionais, que causa, entre outras coisas, enfraquecimento do poder de análise crítica da sociedade frente às idéias difundidas pelos meios de comunicação de massa.

Castells (1999) encontra a possibilidade de que se aprimorem as formas de participação política e de comunicação em igualdade entre os cidadãos por meio da utilização das TIC, ou do que chama de “comunicação eletrônica”. O autor vê o computador e o ciberespaço como facilitadores da difusão e recuperação ou recepção de informações, enumerando as possibilidades de realizações de debates, referendos diversos e fóruns eletrônicos independentes, paralelos ao controle da grande mídia. Segundo seu discurso, no entanto, a instauração da “democracia eletrônica” tende a repetir a divisão grega e, possivelmente, fortalecer a exclusão em âmbito local e global:

[...] enquanto uma elite relativamente pequena, afluenta, e de bom nível educacional de alguns países e cidades teria acesso a uma extraordinária ferramenta de informação e participação política, realmente capaz de reforçar o exercício da cidadania, as massas excluídas e desprovidas de educação em todo o mundo e nos diferentes países permaneceriam à margem da nova ordem democrática, a exemplo dos escravos e bárbaros nos primórdios da democracia na Grécia Antiga. (CASTELLS 2, 1999: 409-410).

Castells (1999) contextualiza suas afirmações e reflexões ao discorrer sobre a existência atual de uma situação que reconhece como uma crise de legitimidade dos sentidos e funções das instituições da era industrial. Entre elas, o Estado-Nação, agora enfraquecido pelas redes globais de riqueza, poder e informação. Para Castells (2, 1999: 418), *“neste fim de milênio, o rei e a rainha, o Estado e a sociedade civil estão todos nus, e seus filhos-cidadãos estão vagando em busca de proteção por vários lares adotivos”*.

3.3.4 As redes como possibilidades de ampliação da democracia

Sampaio (2005) encontra uma alternativa ao panorama atual de ameaça à democracia efetiva e defende as *redes* como o grande veículo de participação nacional do país, principalmente por entendê-las como estruturas baseadas na horizontalidade e por distribuírem e garantirem a informação plena de todos os integrantes, ou “*nós*”. As redes teoricamente devem eliminar a hierarquia de um grupo sobre outro, descentralizam as decisões democráticas e não filtram informações, produzindo e distribuindo, também de forma colaborativa e solidária, o conhecimento.

Vale a força dos argumentos [nas redes]. Isto é um avanço em relação aos modelos de democracia do passado. Construir redes de participação democrática do povo é o desafio que está posto para os que desejam transformar a nossa sociedade em uma nação justa, prospera e fraterna. (SAMPAIO 2005: 50).

Segundo Whitaker (documento digital), em uma estrutura em rede cada membro, ou Nó, é responsável por suas próprias ações, enquanto a informação são os fios que os unem e mantêm seu interesse. Logo, o compromisso de participação e ação de cada Nó está relacionado ao interesse, nível de compromisso e sinergia com o grupo e com sua capacidade de comunicação efetiva com o todo. Para o autor, na rede não deve haver circuitos únicos ou exclusivos, para que o eventual bloqueio de um ou mais canais de comunicação não impeça que a informação continue a circular livre de forma ubíqua para todos. Enquanto em uma organização piramidal o nível de participação democrática ainda pode ser medido pela forma de escolha de representantes e pelo seu contato com suas bases, na rede essa questão nem se coloca. Cada membro da rede é representante do todo e pelo todo é representado. Se a rede não for plenamente e efetivamente democrática, em

essência e prática, possivelmente estará fadada ao insucesso. Se nas pirâmides há chefes e presidentes, a estrutura de rede não comporta centralização de poder, mas necessita de Nós aptos a realizar tarefas específicas para a manutenção de sua dinâmica interna e que favoreçam a participação efetiva de todos os membros do grupo e garantam e otimizem os seus fluxos.

Enquanto nas estruturas piramidais geralmente basta ocupar uma posição e esperar pelas “ordens de serviço”, nas redes espera-se mais de cada integrante. É preciso que cada Nó se defina como ativo e que procure desenvolver-se junto com a estrutura. Para tanto, é necessário que o Nó seja capaz de obter e repassar informações e ações sem perder a capacidade de análise e crítica durante o processo. Isso requer um nível muito claro de compreensão e de manipulação dos processos técnicos e práticos, ou a rede tende a se dissolver ou assumir caráter piramidal.

Quanto aos integrantes da rede, é fundamental que eles tenham livre acesso às informações, possuam vínculos solidários e de disposição a ações conjuntas, submetam-se a uma capacitação periódica para a universalização das informações e estabelecimento de concepções comuns ao atendimento, sejam flexíveis para repensar suas referências de valores culturais e suas práticas preestabelecidas (HOMMA, 1999:10, grifo do autor).

Talvez o conceito de organização em rede possa soar estranho, mesmo com a banalização das redes informacionais, pois, ao longo dos anos, as organizações de trabalho e poder se consolidaram quase que em totalidade seguindo modelo de pirâmides. As pirâmides são um formato vertical e praticamente cristalizado como única opção de organização. Concentram informações e poder no seu topo, na liderança única ou no subgrupo líder de um grupo maior, enquanto delegam às partes intermediárias e à base a obrigação de manter o sistema funcionando, de forma submissa, em uma hierarquia clara. Fachinelli, Marcon e

Moinet (documento digital) defendem que as pirâmides são mais usuais porque imitam os modelos de dominação e a estruturação também piramidal de distribuição de riquezas:

[...] no confronto ou negociação entre organizações colocam-se sempre, frente a frente, seus responsáveis ou dirigentes, ou seja, os topos das respectivas pirâmides – numa perspectiva de poder versus contrapoder. Todos se vêem, portanto, praticamente obrigados a assim se estruturar.

O fluxo de informações dentro das pirâmides ocorre de forma imposta: ordens “descem”, e sugestões, que quase sempre são definidas por questionários impessoais e especificamente elaborados e direcionados sem participação dos consultados, “sobem” apenas quando solicitadas formalmente. Como não há estímulo à participação ativa que, aparentemente, não é fundamental para a manutenção da estrutura, a visão de conjunto geralmente também estará condensada no topo, enquanto cada parte consegue ter, no máximo, a visão de si e das camadas inferiores. A pirâmide provavelmente é uma herança fortalecida pela divisão do trabalho na linha de produção, na qual os fluxos podem ficar comprometidos e a dependência do poder pode criar um clima de disputa acirrada, dificultando a prática cooperativa e colaborativa. A pirâmide pode até estimular, nesse caso, a corrupção e o acúmulo de poder nas camadas intermediárias, pela cultura de favores e pela burocratização. Essa análise parece tanto valer para uma sociedade e suas comunidades internas quanto para uma instituição empresarial, por exemplo, já que este modelo, como as redes, é um padrão que pode ser aplicado em diversas escalas.

Ao se transpor o modelo para o planejamento urbano, pode-se ressaltar a histórica falta de participação efetiva das comunidades no processo de formação ordenada das cidades, sendo utilizadas apenas como fonte de informação técnica e não de opiniões ou relatos de experiências e vivências. Geralmente, o entendimento

da população pode ser subestimado ou mesmo desprezado, o que pode vir a mascarar a realidade de qualquer situação a ser estudada. Um exemplo é a possibilidade de definição de Planos Diretores sem a consulta popular ou com a participação limitada a escolhas de soluções já estabelecidas de projeto e desenho urbano, não envolvendo a população no processo de reconhecimento e enfrentamento inicial do problema. Assim, pode-se supor que soluções fisiologistas ou tecnocráticas talvez possam ser impostas e possam até mesmo responder a questões quantitativas, mas a qualidade e efetividade das ações, como se percebe até empiricamente, podem ser comprometidas se o desenvolvimento não levar em conta todos os atores e forças envolvidos.

Por outro lado, percebe-se que próprio modelo das pirâmides, no entanto, tem recebido certa ventilação com as propostas horizontais de organização em redes. De acordo com Whitaker (documento digital), embora as redes pareçam ser o contraponto natural e irrefutável às pirâmides, elas não precisam simplesmente substituir ou se opor às estruturas piramidais. O autor lembra a existência de situações em que as pirâmides parecem ser mais adequadas que as redes. Podem-se citar as campanhas militares ou casos de estado de emergência, e é possível lembrar que as pirâmides ainda são o modelo seguido pelos partidos políticos, sindicatos, associações de bairro e outras formas de organização popular. Whitaker (documento digital) destaca a possibilidade de haver a união dos dois modelos – uma pirâmide entrecortada por redes – como solução interessante, em que se desejar manter o nível hierárquico de decisão, mas com participação e autonomia maior das partes, elogiando e apontando o exemplo da estruturação de órgãos definidores de políticas públicas, hierarquizados, porém entremeados pela participação popular.

Segundo Gohn (2001), a cidadania no Brasil, como processo histórico de construção, atualmente chegou ao patamar de poder ser considerada ativa, mesmo que ainda não seja plena como condição ou em qualidade, dados os vestígios da cultura patrimonialista e sua força no conjunto da população. Gohn (2001: 210) destaca que *“os conflitos sociais contemporâneos têm encontrado novas formas de se expressar, diferentes das tradicionais, baseadas na conciliação, na negociação pessoal”*. Por seu discurso, percebe-se o surgimento recente dos Conselhos, que considera como órgãos de mediação povo-poder, como uma das estruturas que favoreceu esse processo de alteração da cidadania.

A autora descreve os Conselhos, categorizando-os como Populares, Comunitários e Temáticos Institucionalizados. Os Conselhos Populares foram propostos ainda nos anos 1970 e 1980, a partir da organização da sociedade civil, e têm âmbito territorial local, como as associações de bairro, por exemplo. Conselhos Comunitários foram criados por decretos governamentais, ainda no regime militar, e envolvem o povo e o governo. Têm teoricamente proporção paritária de membros de cada instância, mas são coordenados pelo poder público e são formados por cargos eletivos. Os Conselhos Temáticos surgiram por exigências constitucionais a partir de 1988. São definidos pela lei e, teoricamente, abrangem todos os cidadãos, não dependendo da vontade do governo local para sua existência. Os Conselhos Temáticos Institucionalizados são organizados por categorias sociais excluídas ou vulneráveis, por áreas de gestão e receita. São os Conselhos de Moradia, de Direitos das Crianças e Adolescentes, da Cultura Negra e outros. Seus instrumentos de operacionalização são as plenárias e assembléias populares, os fóruns e as audiências públicas. Mas, conforme explica Gohn (2001: 211), *“na realidade é o jogo político de cada localidade que explica a sua existência e seu funcionamento”*.

Assim, é possível concluir que, além de favorecerem e promoverem a participação popular ativa, os Conselhos Temáticos também podem ser importantes espaços de debate e de contato entre os atores sociais, promovendo a participação e a compreensão desses processos e a organização para a elaboração, proposição e manutenção de políticas públicas locais, regionais e nacionais. São, em suma, estruturas que talvez possam ser consideradas como pirâmides formadas por redes, nas quais ainda há as figuras centrais e polarizadoras, mas que mantêm e garantem a participação democrática, seja pelos seus instrumentos ou dinâmica interna, seja pela formação de subgrupos de estudos e trabalho, que propõem ações para o todo e a ele distribuem conhecimento e informações.

Além disso, em uma rede que utilize como ferramental as tecnologias telemáticas, existe a possibilidade de se extrapolar o espaço geográfico, o que remete à possibilidade de se determinar uma estrutura de participação que tenha Nós que se encontrem presencialmente, e que também conte com outros que não necessariamente tenham contato físico com os mesmos ou entre si. Este é o caso recente da iniciativa proposta pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que, juntamente com o Banco do Brasil, pretende informatizar todos os Conselhos Municipais e Estaduais, de Direitos e Tutelares para implantar o Sistema de Informação Para a Infância e Adolescência - SIPIA. Este sistema se resume a um grande banco de dados alimentado diariamente com informações sobre cada atendimento realizado no Brasil e sobre o andamento de discussões pertinentes à área e à tramitação de processos legais, além de permitir a comunicação rápida de Conselhos e membros da sociedade em qualquer ponto do país¹⁹.

¹⁹ *Diretrizes Nacionais para a Política de atenção integral à infância e à adolescência*. Presidência da República, Secretaria especial dos Direitos Humanos, CONANDA. Brasília: 2003:43.

Ao estudar as estruturas emergentes nos domínios da atividade e experiência humana, Castells (1, 1999:497) afirma concluir que, *“como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes”*. Para ele, as redes não são apenas alternativas, mas constituem em si a nova morfologia das sociedades, já que a difusão da lógica de redes tem o poder de alterar substancialmente a dinâmica e os fins dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura humanos. O autor ainda lembra que a organização social em redes não é novidade, pois já ocorreu em outras épocas, mas afirma que o novo paradigma das TIC fornece a base material para *“sua expansão penetrante em toda a estrutura social”*. Castells (1, 1999: 498) assim descreve as redes:

São estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio.

Um outro exemplo cabível talvez seja a estruturação de movimentos populares que tenham seus níveis e responsabilidades definidos de modo vertical, mas na qual cada patamar se defina horizontalmente pelos processos participativos que influenciam as decisões finais e a manutenção cotidiana do grupo.

Whitaker (documento digital) ainda define a possibilidade de se interligar várias redes em uma rede de redes, como o desenvolvimento de *intranets* ligadas entre si dentro da *internet* – comunidades locais ligadas ao global.

Ao se observar a dependência da capacidade individual de compreensão, apreensão e produção de informações e opiniões, além da disponibilidade e desejo do indivíduo de participar efetivamente de uma rede democrática, pode-se buscar

Santos Jr. (2005: 43), que constata que a participação política no Brasil fica restrita a poucos segmentos sociais com capacidade de organização e expressão política para tanto. O risco, nesse caso, segundo o autor, é de exatamente se reverter o processo e de se fortalecer o ciclo de produção e reprodução das desigualdades já existentes. Isso se estabeleceria por causa das dificuldades crescentes de organização e expressão política dos segmentos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou já são excluídos.

A questão da exclusão social e, por conseqüência, da fragilização dos processos democráticos, está para Castells (3, 1999:420-421) determinada pelo enfraquecimento do Estado do Bem-Estar e pelas alterações da esfera do trabalho. Segundo o autor, o fenômeno de fragilização da democracia se agrava, atualmente, com o fortalecimento da diferenciação entre a mão-de-obra produtiva e a dispensável, o que estimula a concorrência e desagrega o grupo. Essa individualização dos trabalhadores faria com que os mesmos perdessem sua força de organização e abandonassem os setores mais fracos à própria sorte. Castells (1999) ainda destaca a globalização da economia e a deslegitimação do Estado, que se torna mínimo no ambiente liberal capitalista, o que dilui a rede de segurança e assistência social. Pode-se crer que, mesmo que a esfera das relações capitalistas de trabalho se estabeleça de forma diferente das esferas de participação política e democrática, umas tenham influência sobre as outras. Como lembra Camargo (2003), da assimetria é que nasce a possibilidade da ruptura da ordem econômica do Estado burguês e da superação do capitalismo. No entanto, aparentemente, sem oportunidades de garantir sua sobrevivência ou de receber o aporte estatal para tanto, o cidadão pode preferir a garantia imediata de sua sobrevivência a buscar se inserir nos espaços de participação democrática.

A fronteira entre a exclusão social e a sobrevivência diária está cada vez mais indistinta para grande número de pessoas em todas as sociedades. Após perder boa parte da rede de segurança, sobretudo no caso das novas gerações da era pós-Estado do bem-estar social, as pessoas não conseguem acompanhar a constante e necessária atualização profissional. (CASTELLS 3, 1999: 421).

Castells (1999) aponta para a possibilidade de reversão dessa tendência crescente para a desigualdade e polarização, afirmando a necessidade de políticas deliberadas para tanto, o que poderia, então, ser fomentado pelas redes.

Relacionando-se a organização em rede com a intervenção urbana, já que esse modelo é possivelmente apto a ser implantado em quase todas as áreas de ação humana, Wittmann afirma que *“somente com uma organização de forma integrada em rede é que se faz possível o adequado atendimento às necessidades básicas da população”*. Nesse mesmo sentido, a rede também seria uma alternativa para garantir o trinômio Democracia/Cidadania/Soberania Popular.

Ao discorrer sobre políticas públicas de atendimento a adolescentes infratores e acreditando que o modelo de redes seja interessante para a organização da sociedade em torno do problema, Homma (1999) enumera uma série de pressupostos para que se estruture o trabalho em rede. O primeiro ponto seria a definição concreta e clara do que é a parceria entre cidadãos ou entre instituições, seguido da necessidade e conseqüente compromisso do Estado de formatação de políticas públicas definidas e coerentes quanto à criação, manutenção e atendimento de direitos, para que sejam o fim e o meio do trabalho em rede. Nesse ponto, vale lembrar Camargo (1997:09), que afirma que ainda persiste, como em outros tempos, e mesmo com as recentes iniciativas de democracia participativa, uma considerável distância entre os métodos da prática pública e dos movimentos de luta social.

Segundo Homma (1999), para que funcione, a rede deve realmente possibilitar a autonomia de ações interligadas entre seus membros, que serão principalmente representantes da sociedade civil e se orientarão por um plano estratégico também desenvolvido em conjunto. A rede que garante a relação democrática deve integrar, dentro de parâmetros de interdependência, o poder público, a sociedade civil organizada e o empresariado, estabelecendo-se como um tecido vivo de contatos e vínculos. Nesta última definição, pode-se apontar a sombra da ideologia capitalista liberal e a ameaça de alienação ou perda da democracia da rede, se esta deixar de ser um espaço de conflito para se tornar um jogo desbalanceado de forças ou de interesses específicos entre Estado, mercado e sociedade civil. Neste sentido e pelas discussões já levantadas, talvez seja possível afirmar que a democracia está então estabelecida não só na participação popular, mas no nível de consciência desta participação. As redes parecem favorecer com mais eficiência a garantia desta faculdade.

A libertação política mais fundamental é aquela em que as pessoas se libertam da adesão não-crítica a sistemas teóricos ou ideológicos, constroem sua prática com base na própria experiência, utilizando quaisquer informações ou análises disponíveis, extraídas de várias fontes. Não existe nada que não possa ser mudado por ação social consciente e intencional, munida de informação e apoiada em legitimidade. (CASTELLS 3, 1999: 437).

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS TIC

4.1 A NECESSIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICA E DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARTICULADAS PARA A INCLUSÃO DIGITAL

Até o momento, pode-se observar que, pela velocidade que as TIC imprimem nos fluxos de produção e comunicação, são consideráveis os impactos concreto e prático sobre a sociedade, principalmente em suas comunidades mais fragilizadas. Conforme explicam Sorj e Guedes (2005), a pobreza não pode ser analisada como um fenômeno isolado, pois está relacionada ao nível de desenvolvimento educacional, cultural, tecnológico e político de uma sociedade. Assim, a mera introdução de novos produtos tecnológicos na vida de uma sociedade capitalista pode fazer com que a posse e utilização dos mesmos se tornem indicadores de condições de vida e diferenças de classes. Esses novos bens de consumo, de forma geral, são apropriados inicialmente pelas camadas mais abastadas. Logo, passam a ostentar a aura de necessidade ou de objeto de desejo promovida pela indústria cultural, e fazem com que aqueles que não os possuem, mesmo que por opção própria, sejam considerados “pobres” ou “desatualizados”.

Uma das preocupações que Gómez (1997) torna clara é o impacto que essa nova forma de encarar a realidade pode criar nas relações internacionais, inclusive em termos de manutenção dos direitos humanos e da democracia política, pois a observação do andamento dos fenômenos de nível global parece ser de grande valia para o design de ações locais, em um contexto em que micro e macro se interpenetram cada vez mais.

Aparentemente, para Gómez (1997), o cerne da questão atual da democracia se estabelece, sobretudo, com o término da Guerra Fria e a queda do regime socialista. Principalmente esses dois fatores, dentre outros, teriam provocado as mudanças e estabelecido o contexto para que regimes fossem reestruturados, renovados ou substituídos, propiciando o surgimento de uma quantidade até então inédita de novos Estados democráticos capitalistas liberais. Se não se pode afirmar que estes fenômenos tenham criado o cenário contemporâneo da Globalização, talvez se possa supor que colaboraram em muito para sua forma:

[...] culminava assim o que Huntington (1991)²⁰ denominara de terceira onda da democratização, que se iniciou em meados da década de setenta com o colapso das ditaduras da Espanha, de Portugal e da Grécia, e prosseguiu nos anos oitenta com as 'transições' latino-americanas, até alcançar, no início desta década [1990], o Leste Europeu, o continente africano e a Ásia [...] (GÓMEZ, 1997: 36).

Segundo Gómez (1997: 37), no entanto, é preciso atentar para o fato de que essa explosão de regimes democrático-liberais no mundo todo criou paradoxos muito relevantes. Enquanto em alguns países e localidades houve uma maior abertura da participação nos processos democráticos eleitorais e a possibilidade de surgimento de ações e associações voluntárias que estabeleceram a luta e a conquista pela cidadania, em outros ocorreram graves conflitos culturais e étnicos, divisões e mesmo guerras civis ou ataques terroristas que afloraram as contradições internas já existentes nesses Estados-Nação, antes mantidas sob controle pelos regimes autoritários.

Mas um dos fatos destacados pelo autor que maior interesse despertou nesta dissertação é que o aumento do número de Estados democráticos não significou diretamente uma democratização efetiva ou legítima, e que mesmo a democracia entre os Estados não se estabeleceu de forma real – o imperialismo

²⁰ Huntington, S.P. The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century. University of Oklahoma Press, 1991.

norte-americano e seus reflexos pelo mundo, claramente demonstrados nos últimos anos, talvez sejam a maior prova desta colocação.

Caccia Bava (2004:103) relembra que esta situação ocorre porque o período da história atual é comandado pelo capital financeiro, que é controlado pelas grandes corporações transnacionais. Para o autor, *“nunca antes o poder havia se concentrado em tão poucas e tão poderosas mãos”*. Caccia Bava (2004) ainda defende que esse poder acumulado, concentrado enaltece a competição e o individualismo, impondo a lei do mercado e a *“lei do mais forte”* como as lógicas hegemônicas de organização da sociedade e das relações sociais. Neste caso, o Estado perde sua importância e a questão democrática pode alternar rapidamente da condição de libertadora para uma forma de dominação velada. Assim, o acesso ao conhecimento e a consequente compreensão da realidade e do contexto histórico contemporâneo parecem ser de suma importância para o estabelecimento da democracia real, na medida em que sociedades e/ou comunidades possam criar livremente as próprias condições de optar ou não por participar passivamente de quaisquer modelos ou sistemas estabelecidos. O conhecimento, domínio e capacidade crítica de manipulação das TIC se desenham como alicerces, tanto para a elaboração e aplicação de estratégias governamentais de desenvolvimento quanto para a articulação de ações ou reações da sociedade civil organizada – no caso, as comunidades atingidas por esses planos.

Gómez (1997: 42-43) defende o estabelecimento de uma política de mundialização que se origine *“por baixo”*. Sua proposta seguiria a orientação de um novo *“internacionalismo solidário”*, no qual a cidadania extrapolaria as fronteiras nacionais e a democracia se definiria por práticas deliberativas, participativas e representativas que articulariam o local, o nacional, o regional e o global:

[esta mundialização] pode aglutinar forças e pressionar governos na luta pela realização dos conteúdos normativos já consagrados e pelas reformas ou pela implantação de instituições indispensáveis de governança regional e global, no sentido de um relacionamento mais democrático e responsável entre Estados e de maior integração dos cidadãos individuais e associações cívicas.

Apesar da necessidade explícita de inclusão digital para a inserção das comunidades socialmente vulneráveis no fórum democrático, muito leva a crer que a inclusão digital por si só não garanta a inclusão social, apesar de colaborar com o processo de conquista de direitos ao favorecer o surgimento de oportunidades e alternativas para isto. Entretanto, talvez seja possível afirmar com maior segurança que a condição oposta, de *exclusão* digital, seja um elemento de fortalecimento da *exclusão* social e talvez, em breve, de sua determinação.

Segundo Gómez (1997), um dos grandes benefícios da *internet* é a potencialização do intercâmbio entre grupos e sua conseqüente articulação. Nesse sentido, a apropriação das TIC pode favorecer o fortalecimento do envolvimento dos grupos com a determinação de políticas públicas que revertam o quadro da exclusão social e da perda dos referenciais culturais, por meio de ampliação de sua força e peso políticos. Esse potencial latente de ampliação da força e abrangência dos esforços de articulação em rede em torno de relações de interesse já é utilizado, por exemplo, por comunidades que anteriormente já se articulavam desta forma, mesmo sem a interferência clara das TIC. É o caso que pode ser constatado na observação de organizações terroristas ou do crime organizado.

De acordo com Santos (2000: 62-63), as técnicas (e tecnologias) são a marca de cada período da história humana e oferecem possibilidades de resposta à vontade de evolução da humanidade. Nesse sentido, pode-se imaginar que seu domínio e, neste caso especificamente das TIC, deva ser o lastro para este desejo

de liberdade frente às ameaças de instituição da hegemonia. Como escreve Caccia Bava (2004:109), o Estado é de suma importância na formulação de novas políticas públicas que abram essas oportunidades de percepção crítica e ativa da realidade, dadas as potencialidades atuais de uma nova *“institucionalidade construída para favorecer a inclusão social”*. Bucci (2001) comenta que as políticas públicas são, ao mesmo tempo, o objetivo final da ação governamental, os seus desdobramentos em estratégias e táticas, ou os meios para a obtenção das metas e objetivos traçados, e ainda os próprios processos de realização dos mesmos.

Caccia Bava (2004) ainda destaca a importância da relação entre Estado e atores sociais coletivos, como os movimentos sociais e as associações e entidades, que são, segundo ele, *“os principais agentes de transformação social”* em apoio à função do Estado. Estes atores, que se configuram como comunidades organizadas, propõem e asseguram iniciativas participativas dessa ordem, atribuindo-se a responsabilidade de transformação social e de estabelecimento de novos paradigmas para o desenvolvimento humano sustentável. Além disso, pode-se afirmar que o próprio processo de participação no desenho de políticas públicas também se coloca como um processo pedagógico de inclusão social. Como estabelece Caccia Bava (2004), a inclusão social não significa apenas atendimento de necessidades básicas de sobrevivência e dignidade, mas sim a valorização do indivíduo como verdadeiro cidadão, ou seja, a qualidade do ser humano de poder se definir, reconhecer e ser reconhecido como participante do processo democrático e usufruir, de forma justa, os bens produzidos por sua coletividade. Para que isso ocorra, o indivíduo deve poder ser acolhido no coletivo a ponto de desenvolver seu sentimento de pertença e se perceber envolvido pelo interesse comum, participando

dos processos de decisão e construção do grupo e assegurando sua importância como referência do grupo, enquanto nele também se referencia.

Ao se tratar da exclusão digital, pode-se observar a definição de Sorj e Guedes (2005: 01), que entendem o fenômeno como o conjunto de *“conseqüências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual no acesso a computadores e Internet”*:

A exclusão digital não se refere a um fenômeno simples, não se limita ao universo daqueles que têm versus ao daqueles que não têm acesso a computador e Internet, dos incluídos e dos excluídos, polaridade real mas que por vezes mascara os múltiplos aspectos da exclusão digital. (SORJ e GUEDES, 2005:03).

A apropriação universal das TIC como forma de promoção humana parece apenas ser plausível a partir do desenvolvimento de políticas públicas integradas nas três esferas de governo e com aporte dos segundo e terceiro setores.

Enquanto isso, a inclusão digital se coloca, portanto, ao mesmo tempo como direito e como fonte de estabelecimento de demandas e de garantia de direitos. Nesse sentido, para Bucci (2001), políticas públicas seriam atualmente sinônimo de políticas sociais e se definiriam justamente no estabelecimento e cumprimento de programas governamentais que objetivam a concretização plena dos direitos humanos. O autor ainda afirma que o aumento sensível do número e da diversificação da demanda por direitos é uma das características do movimento de ampliação do conteúdo jurídico da dignidade humana. Bucci (2001) explica que, atualmente, o Direito pode até mesmo, com base na Constituição, possibilitar a melhoria das condições sociais, ao garantir o usufruto dos direitos individuais e de cidadania plena e abrangente a todos.

Da mesma forma, Saule Jr. (2001: 22) também afirma que um dos pontos principais na defesa dos direitos humanos – sobretudo os econômicos, sociais,

culturais e ambientais – é a necessidade de desenvolvimento das políticas públicas locais, destacada a responsabilidade do município. Para Sampaio (2005: 47), a participação política é determinada pelo envolvimento com a tomada de decisões sobre políticas públicas, e isto ocorre, fundamentalmente, em nível local, para depois se expandir para as esferas regionais, estaduais, federais e mesmo globais. O autor acredita que esse envolvimento consista na capacidade que as comunidades ou indivíduos adquirem ou conquistam de formar e expressar publicamente e livremente suas opiniões sobre as posições do Estado e em vê-las consideradas em suas deliberações.

A continuidade desse raciocínio talvez possa conduzir a uma ligação direta entre participação política das comunidades no processo democrático e o seu poder de influência na definição de políticas públicas. Parece ser interessante buscar no discurso de Bucci (2001:13) um raciocínio que aparentemente coloca as políticas públicas como um instrumento de fomento à manutenção da própria vida das comunidades, por sua aproximação com a questão do interesse comum: *“As políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses.”* O autor estipula que toda política pública é entendida como instrumento de *“planejamento, racionalização e participação popular”*. Chauí (2005: 25-26) parece também ser favorável a essa linha de pensamento:

Uma das práticas mais importantes da política democrática consiste justamente em propiciar ações capazes de unificar a dispersão e a particularidade das carências em interesses comuns e, graças a essa generalidade, fazê-las alcançar a esfera universal dos direitos. Em outras palavras, privilégios e carências determinam a desigualdade econômica, social e política, contrariando o princípio democrático da igualdade, de sorte que a passagem das carências dispersas em interesse comuns e destes aos direitos é a luta pela igualdade.

Frente aos novos paradigmas estabelecidos pelas TIC e pela globalização, acredita-se que seja primordial o acesso consciente às fontes de informação, a articulação entre os indivíduos e a possibilidade de difusão de novas idéias sobre a informação recebida para a formação do conhecimento e entendimento sobre qualquer tema necessário ou desejado pelos grupos ou por seus membros. A questão da necessidade de elaboração e implementação de políticas públicas que promovam o conhecimento efetivo das comunidades sobre o contexto em que se inserem se coloca, entre outros fatores, como forma de libertação e, como já se discutiu, de garantia de geração, conquista e manutenção de direitos, inclusive como alternativas ao *status quo*. Chauí (2005) destaca dois pontos que levam à reflexão sobre a importância do entendimento e controle sobre as formas de acesso e difusão do conhecimento, que levam à revisão de valores muitas vezes estabelecidos como “naturais”, quando descreve a *“Ideologia da Competência”* e a *“Sociedade do Conhecimento”*. Para a autora, a divisão industrial e capitalista de trabalho, ocorrida após a segunda metade do século XX, afastou dirigentes e executantes. Enquanto os primeiros são capacitados e habilitados pela recepção de treinamento científico e tecnológico, os executantes servem apenas para executar tarefas, sem deter sequer conhecimento ou consciência das finalidades de suas obrigações. A competência, o conhecimento atestado, confere o poder de mando – a ideologia não tarda a sair da indústria e caminhar para a vida pública, fadando as populações mais vulneráveis e ignorantes a seguir os rumos determinados pelos grupos dominantes sem nada contestar. O panorama geral ainda é reforçado quando se aceita a constatação de que a sociedade atual não está mais fundada no trabalho produtivo, e sim no trabalho intelectual, no conhecimento e na capacidade de manipulação da informação. Chauí (2005: 28) demonstra, assim, uma outra

possível distorção quando a teoria democrática e de garantia de direitos é aplicada na prática. Para a autora, a informação e o conhecimento são direitos democráticos fundamentais. Pela ideologia da Sociedade da Informação, a ciência e tecnologia seriam forças libertadoras e promotoras da justiça. Mas, como afirma, o conhecimento e a informação tenderam a se tornar forças produtivas, integradas e dependentes do capital. Da fórmula de medicamentos aos *softwares* proprietários, estabeleceu-se um “*campo de competição econômica e militar sem precedentes*” que, ao impedir a partilha da informação, bloqueia a democracia e o desenvolvimento e defesa de patrimônios culturais. A partir do momento em que o poder econômico se baseia na propriedade privada, em que o Estado se enfraquece e a sociedade civil se desarticula, conhecimento e informação, ciência e tecnologia passam a ser guardados a sete chaves, patenteados, protegidos.

Em outras palavras, a nova ideologia oculta que a sociedade do conhecimento aumenta a exclusão social, política e cultural, impede o conhecimento e a informação e, portanto, não é propícia nem favorável à sociedade democrática. (CHAUÍ, 2005: 28).

Além disso, como defende Chauí (2005: 29-30), atualmente, no Brasil, há dois obstáculos claros à democracia: a estrutura tradicionalmente autoritária e centralizadora da sociedade brasileira, que inibe a criação de demanda por direitos e facilita a dispersão das classes populares pelas imposições do modo de produção capitalista – em uma situação que a autora chama de “*despolitização provocada*” –, e a redução do espaço público em favor do espaço privado e conseqüente enfraquecimento do Estado. A partir do momento em que as diferenças culturais, educacionais, políticas e econômicas sofrem risco de forte alargamento e que existe a fragmentação e dispersão espacial e temporal, que permitem que fluxos ocorram sem distâncias e a qualquer momento, a necessidade de ações políticas e públicas que promovam a compreensão e apropriação das TIC ganha força como

instrumento de inserção dos indivíduos e comunidades no palco democrático, em detrimento do paternalismo, assistencialismo e outras formas de dominação que se mostram latentes neste panorama geral.

Conforme explica Castells (3 1999:412), a revolução das TIC propiciou e estimulou o surgimento do *“informacionalismo como base material de uma nova sociedade”*. Nesse estágio, a capacidade tecnológica dos grupos e dos indivíduos, sobretudo ligada às TIC, é tão valorizada que determina a geração de riquezas e, conseqüentemente, de poder e até mesmo a elaboração dos patrimônios culturais dos grupos.

Desta forma, a preocupação específica com políticas públicas para a inclusão digital, como meio de garantir a igualdade de oportunidades entre as comunidades mais abastadas ou estáveis economicamente e as comunidades socialmente vulneráveis se explica, inclusive, pelas colocações de Jambeiro e Silva (2004:167). Os autores crêem que, independentemente dos avanços educacionais, tecnológicos e culturais que o contato com as TIC podem proporcionar aos grupos, a inclusão digital em massa pode ser tomada como uma *“ação social de grande significado”*, e vêem o uso da *internet* como um avanço prático, inclusive na redução do gasto de tempo para a resolução de problemas cotidianos dessas populações.

Segundo eles, as populações mais empobrecidas investem muito de seu tempo e outros recursos no atendimento de suas necessidades básicas, que vão da sobrevivência imediata ao acesso a serviços urbanos diversos. Os autores constatarem que, a rigor, a disponibilidade de tempo e o desgaste nas filas de espera não são considerados pelos governos e muitas vezes, nem mesmo pela iniciativa privada. A *internet* garantiria, no mínimo, a economia de tempo necessária para colaborar com outros processos edificadores da vida humana, tais como a própria

participação política ou a formação continuada autônoma, que também poderiam ser ampliadas no ciberespaço. Mesmo ao se considerar essas possibilidades como pouco, frente à gama de oportunidades que se apresentam, este uso já parece significar um sensível favorecimento da melhoria das condições das comunidades fragilizadas frente à conquista e manutenção da cidadania no ambiente democrático – que pode levar, então, à inclusão social e à garantia de defesa dos patrimônios cultural e político dessas populações.

Anterior às TIC, Gramsci (1995:152-153), já defendia a formação “humanista”, destinada a desenvolver em cada indivíduo a capacidade que julgava fundamental de pensar e de saber se orientar na vida. Para tanto, segundo sua linha de pensamento, há serviços públicos que devem ser assegurados pelo Estado de forma universal. Um grupo deles é o que chama de “*serviços públicos intelectuais*”, que seriam as escolas em seus diversos níveis, e também o teatro, a biblioteca, o museu em sua diversidade de temas, a pinacoteca, o jardim zoológico, o jardim botânico e outros equipamentos que, em suma, constituem espaços de fruição e encontro, mas, principalmente, de elaboração e acesso a bens culturais e de produção de conhecimento. O autor considerava estas instituições como “*de utilidade para a instrução e a cultura públicas*” e, por isso, afirma que deveriam ser acessíveis ao grande público. Gramsci (1995) já observava na Itália do início do século XX a negligência estatal com os espaços e políticas culturais em favor do mercado: “*Os teatros existem na medida em que são um negócio comercial: não são considerados serviços públicos.*” Talvez sua crítica à postura governamental da época frente ao desenvolvimento educacional e cultural possa ser transposta e universalizada para a atualidade: o autor já indicava a necessidade de desenvolver os “*serviços intelectuais*” como forma de estabelecer a plenitude da democracia.

4.2 AS TIC E A REVISÃO DA ESTRUTURA DAS COMUNIDADES

As TIC têm interferido na estrutura das comunidades que podem, por meio delas, sofrer diversos níveis de dominação, ou encontrar caminhos de emancipação e protagonismo. Para aprofundar esta constatação, buscou-se a percepção das atuais possibilidades de alteração de estruturação das comunidades quando em contato com as TIC e seus desdobramentos.

Alguns autores, dentre eles Nie e Erbring (2005: documento digital), acreditam que hoje a *internet* possa vir a ser uma ameaça de redução dos contatos humanos sociais, já que, para eles, a necessidade de atenção e concentração que a utilização do ciberespaço requer diminuiria o tempo e o desejo de encontros presenciais entre as pessoas: *“Quanto mais horas as pessoas utilizam a internet, menos tempo elas gastam com seres humanos reais.”* No entanto, Wellman e Hogan (2005: documento digital) discordam, afirmando justamente o contrário. Para esses autores, *“longe de manter pessoas separadas, redes sociais on-line geralmente as trazem para perto”*. Esta idéia ainda é reforçada pela constatação dos mesmos autores de que, além de tudo, os usuários da *internet* apresentam perfil que favorece boa relação com a leitura e com a busca de informações, se preocupam em discutir e debater problemas com parentes e amigos, tendem a se associar mais facilmente a cônjuges e amigos, a formar associações, a desejar a participação nos processos democráticos e a participar de *“atividades sociais off-line”*. Nesse contexto, Wellman e Hogan (2005: documento digital) apresentam o conceito de comunidades de prática, que talvez possa ilustrar esse posicionamento:

Muitas equipes estão geograficamente dispersas, então a comunicação ocorre via internet. [...] Eles formam ‘comunidades de prática’ que unem pessoas que nunca se encontraram pessoalmente: trocando *know-how* e

empatia online. No entanto, a proximidade ainda tem suas vantagens porque provê uma larga banda de comunicação multissensorial – pessoas aprendem mais quando vêem, ouvem, cheiram e tocam umas às outras – tão bem como habilita a trocar objetos físicos.

Também como discute Reingold (1994), nos dias de hoje certamente não há apenas um tipo ou modelo de comunidades, mas algumas categorias que poderiam ser estipuladas, inclusive, de acordo com a utilização das TIC. Percebe-se que mesmo essas categorias não podem ser tomadas como divisões estanques, pois abrigariam subdivisões, já que uma mesma pessoa ou grupo de pessoas pode participar de diversas comunidades presentes na mesma sociedade ou em sociedades diversas. Outro ponto de atenção se dá por fatores como o enfoque do estudo das comunidades ou o período de estruturação em que se encontrem as mesmas, o que faz com que o número de possibilidades de multiplicação e de sobreposição se altere e, assim, se amplie ou reduza o leque de possibilidades de categorização e detalhamento desses comportamentos de grupo.

Para explorar as idéias anteriormente apresentadas, optou-se por apresentar uma categorização esquemática, dentre outras possíveis, de certa forma generalizante. É importante ressaltar que não se objetiva aqui o fechamento deste debate, mas visa-se à síntese de alguns pontos básicos, em um esforço didático/lógico que, espera-se, possa possibilitar melhor compreensão dos conceitos envolvidos na discussão presente neste documento.

4.2.1 As TIC e as possibilidades de criação e ampliação das comunidades

4.2.1.1 Comunidades físicas locais

O que se optou chamar de comunidades físicas são os agrupamentos que têm se tornado cada vez mais raros e peculiares. Estabelecem-se de acordo com os conceitos ditos clássicos apresentados no início desta dissertação, para os quais não são consideradas as influências ou interferências das TIC. São, portanto, comunidades fortemente estruturadas no território físico e nos laços de sociabilidade, amizade e parentesco.

Exemplos mais concretos deste modelo seriam as comunidades anteriores às revoluções industriais. Atualmente, talvez sejam exemplos algumas comunidades isoladas, como alguns grupos indígenas sul-americanos, certas tribos africanas ou grupos religiosos asiáticos para os quais não há valoração cultural das TIC.

Em um outro nível, que aqui também poderia ser considerado, estariam englobadas as comunidades de cidades interioranas de pequeno porte, vilarejos mais isolados e bairros ou vizinhanças de áreas urbanas periféricas. Contudo, mesmo guardadas as ressalvas já colocadas, pode-se observar que esses grupos já se encontram sob influência dos meios eletrônicos como a televisão e o rádio e já relacionados aos telefones fixo e móvel. Assim, mesmo que essas comunidades não sofram ainda influência relevante de computadores e *internet* em suas dinâmicas internas e externas, já há contato irrefutável com o ciberespaço e com as TIC. O problema parece ocorrer quando a apropriação das TIC ocorre de forma não coordenada ou à mercê da vontade de outros grupos, o que possivelmente propicia que os processos de globalização e informatização tomem essas comunidades de assalto e prejudiquem sua estrutura, como destaca Bianchini (2003: documento digital) ao defender o planejamento participativo necessário para se estabelecer os processos iniciais de contato entre esses grupos e as TIC.

4.2.1.2 Comunidades virtuais

São aqui consideradas as comunidades de interesse e certas comunidades de prática, como apresentadas por Horan (2000), que se determinam pelo encontro e interação de seus membros, ocorridos exclusivamente em ambiente virtual. Assim, estas comunidades dependeriam totalmente das TIC para sua existência e manutenção.

É importante lembrar, como já se apresentou anteriormente, que mesmo dentro de um recorte, a questão da possibilidade de isolamento total de uma comunidade virtual deve ser discutida – de qualquer modo, a busca de um modelo teórico faz com que a consideração do isolamento seja desejada e relevante.

As comunidades virtuais têm duração muito variável. Seus membros se reconhecem com base no interesse comum que, no caso, pode até mesmo ser a soma dos interesses individuais, que devem ser rapidamente satisfeitos. Nesses grupos, não interessa necessariamente que se conheçam profundamente os pares, e sim que se crie o ambiente de comunicação – os avatares pessoais dissimulados possibilitam que nem mesmo a identidade virtual do participante seja coincidente com a física. Não há necessidade de reconhecimento territorial, apesar de se poder afirmar, segundo o discurso aqui traçado, que há, em certa escala e nível, identificação com as ferramentas e ambientes digitais de comunicação, que fariam as vezes de “Lugar”.

Grupos que utilizem periodicamente ou pontualmente *chats* abertos por interesse específico de assunto, como os encontrados em diversos portais, como UOL, Terra e similares, comunidades como Orkut e Gazzag e listas de contato como

ICQ ou MSN Messenger, também poderiam se enquadrar nesta categoria. A *homepage* do *website* Orkut assim define o serviço que presta:

O Orkut é uma comunidade online que conecta pessoas através de uma rede de amigos confiáveis.

Proporcionamos um ponto de encontro *online* com um ambiente de confraternização, onde é possível fazer novos amigos e conhecer pessoas que têm os mesmos interesses.

Participe do Orkut para ampliar o diâmetro do seu círculo social.

Outro, de muitos exemplos, são os grupos que se formam por meio de iniciativas como o *Epitélio Project*, apresentado e comentado por Serra (2000). O *Epitélio Project* foi estruturado na Europa entre 1994 e 1998 e se constituiu basicamente como um consórcio de universidades, companhias e ONGs dedicado a utilizar as TIC em colaboração à estratégia de coesão social no campo e nas cidades da União Européia, por meio da coordenação do movimento de instauração das redes comunitárias virtuais. Um dos fortes argumentos em defesa deste tipo de iniciativa é sua capacidade de mobilização social por intermédio do ciberespaço. Aparentemente, como também é apresentado por Reingold (1994), essas ações encontram eco na vida urbana e têm demonstrado a consolidação da identidade comunitária e a redescoberta da própria cidade física, quando ocorrem desdobramentos práticos, como os descritos a seguir.

4.2.1.3 Comunidades ampliadas locais

Esta categoria trata das Comunidades físicas que se deixam influenciar pelas TIC para ampliação de seus fluxos internos, fortalecendo seus laços de sociabilidade e otimizando esforços de manutenção de sua estrutura e obtenção de seus objetivos. Estes grupos estão estabelecidos em seu território geográfico e

também utilizam a proximidade física como meio de comunicação e encontro e, em seus limites, partilham laços culturais e afetivos.

Tanto este modelo quanto o anterior são claramente teóricos na maioria dos casos, como já se discutiu. Pode-se, no entanto, entender como exemplos desta categorização algumas experiências pontuais, como *websites* fechados de grupos específicos, como um grupo de amigos, fóruns virtuais para debate de problemas de uma determinada região urbana. Exemplos concretos seriam a *MSN Street*, na Inglaterra, relatado por Horan (2000), *Netville*, no Canadá, ou *Les Courtilières de Pantin*, na França, relatados por Tramontano (2003).

No caso da *MSN Street*, a Microsoft implantou gratuitamente em cerca de 30 residências de uma vizinhança computadores ligados à *internet* para viabilizar uma *intranet* a ser animada por agentes locais ou pelos residentes da rua. Os resultados, relatados por Horan (2000: 75), apontam para o crescimento do envolvimento pessoal dos usuários do sistema nas questões comunitárias e até mesmo para o fortalecimento dos laços de amizade entre eles. A tendência, afirma o autor, é de que, em experiências como essa, as pessoas sintam seus laços mais estreitados e que um encontro face a face posterior à experiência digital seja mais caloroso. Esse ponto pode demonstrar que, em vez de inibir o contato presencial e diluir as comunidades, as TIC fortalecem os laços comunitários, o sentimento de pertença e, de certa forma, também facilitam a articulação dos indivíduos em torno de seu interesse comum e da base territorial, na qual serão estimulados a realizar seus contatos físicos pessoais.

O mesmo parece ter ocorrido em *Netville*. Nesse caso similar, o nome da cidade foi preservado como parte do processo de instalação da experiência, que utilizou televisores interligados com sistemas digitais para transmitir informações e

colher opiniões e posturas dos usuários sobre a comunidade. No entanto, ao findar o prazo da experiência, o parceiro empresarial que a viabilizara retirou a possibilidade de o serviço continuar gratuito. Conforme relata Tramontano (2003), a população então se organizou para, em vão, buscar a continuidade do sistema, o que, de certa forma, demonstrou tanto a fragilidade da estrutura proposta quanto a viabilidade do programa, pois houve, de uma maneira ou de outra, fortalecimento e união da comunidade local.

Pode-se julgar que em *Les Courtilières de Pantin* a estratégia de implantação do projeto foi mais ousada. Por meio do desenvolvimento de uma interface colaborativa, baseada em tecnologia VRML, um conjunto habitacional social modernista deteriorado que abrigava imigrantes e pessoas empobrecidas foi representado em um modelo tridimensional virtual. Por meio dele, e da atração que exerceu sobretudo nos jovens ávidos pela linguagem dos videogames da época, a comunidade começou a se relacionar. Essa retomada de relações se rebateu no meio físico, culminando em encontros presenciais entre pessoas vizinhas que mal se cumprimentavam.

4.2.1.4 Comunidades ampliadas gloais

Esta última categoria proposta provavelmente é a que mais fielmente reflita o panorama atual das comunidades com relação às TIC e ao ciberespaço. Similares à categoria anterior, estes grupos apresentam o diferencial de utilizar abertamente a *internet* e, por meio dela, abrir a comunidade física para outros territórios, tanto pela manutenção do contato comunitário entre membros que se distanciam de sua base física quanto por membros já geograficamente distanciados,

unidos pelo interesse e pela prática comuns. Assim, com os membros distantes, os quais podem ou não chegar a ter contato presencial ou físico com a comunidade original, também partilham interesses, sociabilidade, laços culturais e afetivos coletivos e mais duradouros, até mesmo familiares.

O funcionamento dessas comunidades e de seu alinhamento em redes de comunidades aparentemente pode gerar forte impacto global e local. Um exemplo que apresenta uma estrutura similar à que se deseja clarificar, mas que possui outra escala e porte, seria o fenômeno que ocorre na chamada “Cidade Global”, formada pela intercomunicação de Tóquio, Londres e Nova York. A Cidade Global é estruturada por relações econômico-financeiras e se destaca do espaço físico para se “materializar” em um espaço-tempo relativo e próprio, por meio de seu rebatimento no ciberespaço. Na Cidade Global, o capital e as informações circulam 24 horas por dia, influenciando diretamente a vida de pessoas dessas cidades e, por consequência, de todo o mundo físico.

Outros exemplos, mais diretos às comunidades, seriam localidades tocadas por iniciativas oriundas de esforços de inclusão digital e estabelecimento de governo eletrônico. Nesse caso, tanto se podem tomar bairros e pequenas localidades claramente delimitadas quanto cidades ou mesmo regiões administrativas. Podem-se citar as comunidades atendidas pelos Telecentros paulistanos, na escala de um bairro ou de um conjunto de bairros, ou as experiências das cidades de Solonópole, no Ceará, ou de Piraí, no Rio de Janeiro²¹.

4.2.2 Apropriação das TIC pelas comunidades

²¹ [http:// www.telecentros.sp.gov.br](http://www.telecentros.sp.gov.br). Documento digital acessado em mar. 2003;
<http:// www.solonopole.ce.gov.br>. Documento digital acessado em mar. 2003;
<http://www.piraidigital.com.br/> Acessado em 18 mar. 2006.

Silveira (2005) determinou categorias de classificação das comunidades com relação à apropriação das TIC, refletindo sobre os níveis de aprofundamento e utilização do ciberespaço para a promoção humana e comunitária, com relação à articulação e desenvolvimento social, cultural e econômico das mesmas.

Acredita-se que esta categorização seja bastante útil quando utilizada como um esquema tipológico na análise de experiências de contato entre as comunidades e as TIC. Pode-se, por meio dela, inclusive avaliar níveis de impacto, aprofundamento de conhecimento e utilização das TIC pelos grupos em questão e observar as alterações decorrentes do processo. Ao mesmo tempo, acredita-se que, de posse desse conhecimento, seja possível utilizá-lo como guia para a determinação de metas durante o processo de *design* de políticas públicas nesta área.

4.2.2.1 Ações pelo uso e acesso

Nesse primeiro nível de contato, apesar da necessidade de interatividade, a preocupação das comunidades está mais voltada a um tipo de inclusão digital que poderia ser considerado como mais passivo ou receptivo do que os próximos que serão abordados. Nesse enfoque, devem ser garantidas as possibilidades de acesso à *internet* para ações educacionais formais e não formais e profissionalizantes, bem como a comunicação livre e o relacionamento, o acesso a serviços públicos e privados e à informação e entretenimento. Nessa relação, é apenas esperado, portanto, que os usuários tenham acesso a computadores e dominem basicamente a língua pátria e ao menos compreendam algumas palavras em inglês e os parâmetros de utilização dos *softwares* para recepção de informações ou

transferência simples de dados – *browsers*, serviços de mensagem instantânea ou editores de texto e imagens, cujos processos são padronizados e não permitem grandes variações.

Este primeiro nível muitas vezes é satisfatório para muitas iniciativas de inclusão digital que aparentemente não vislumbram outras possibilidades de ampliação das comunidades e fortalecimento social, político e econômico de seus membros, ou que apenas se preocupam com números e não com a qualidade do serviço prestado e seu reflexo efetivo a médio e longo prazo.

Um exemplo prático dessa categoria determinada por Silveira (2005) foi uma atividade ocorrida em Ribeirão Preto no início dos anos 2000. O projeto de locação de Bases de Apoio Comunitário, BAC, em bairros periféricos da cidade, contava com a construção desses equipamentos que, na verdade, eram um aglutinado de serviços públicos: posto policial, unidade básica de saúde, creche, biblioteca e Centros de Inclusão Digital - CID. Construídas segundo um projeto modular, as BAC que foram instaladas (cerca de 10) tinham seu espaço interno minimizado. Os CID se configuram como salas de até 5 computadores ligados à *internet*, cujo monitoramento é realizado por jovens estagiários do ensino médio, que, aparentemente, pouco podem colaborar com os usuários, a não ser para o controle de horários e indicações básicas de uso do equipamento e *software*. Apesar da proximidade física, cada serviço tem sua própria gestão e rotina de funcionamento.

No caso dos Telecentros paulistanos, parece ter havido uma maior preocupação com o envolvimento da população no processo de apropriação da novidade. Os Telecentros foram desenhados originalmente pela prefeitura municipal de São Paulo, no final dos anos 1990, como salas com capacidade para cerca de

vinte computadores ligados à *internet*, com acesso por banda larga, disponíveis gratuitamente para as comunidades atendidas todos os dias da semana. Educadores e monitores acompanham as atividades dos usuários e os orientam pontualmente ou em cursos rápidos. A valorização do contato com a comunidade foi levada ao ponto de se estabelecer um conselho gestor formado por membros das comunidades atendidas para coordenar e gerenciar parte das atividades desse serviço público municipal. O conselho delibera sobre a organização do funcionamento, o recebimento e encaminhamento das reivindicações gerais das comunidades e o encaminhamento de propostas comunitárias para que a prefeitura aperfeiçoe os seus projetos nessa área. Os Telecentros utilizam plataformas e *softwares GNU/LINUX* para as diversas atividades que proporciona, desde o simples acesso a esforços de fomento de economia solidária, desenvolvimento da produção cultural artística e intelectual local, criação de *websites* diversos e, entre outras, o desenvolvimento do cidadão e seu contato com o governo eletrônico. Complementados por iniciativas como o programa estadual Acessa São Paulo²², por exemplo, os Telecentros apresentam potencial de impacto profundo nas comunidades que atendem e se tornaram modelo para todo o país.

Atualmente, qualquer biblioteca, centro comunitário ou escola tem o potencial de se tornar uma porta de entrada para este tipo de ação de desenvolvimento da relação entre as comunidades e as TIC. Aparentemente, quanto maior for a preocupação de envolvimento da comunidade com a gestão dos serviços e a interligação das políticas de apropriação ou de inclusão digital com as demais políticas públicas, sobretudo culturais, educacionais e de geração de renda, maior será o sucesso e a possibilidade de elevação dessa relação para fases mais benéficas para as comunidades socialmente vulneráveis.

²² Documento digital disponível em: <http://www.acessasp.sp.gov.br/html/index.php>. Acessado em mar. 2005.

4.2.2.2 Ações de provimento

As ações de provimento já requerem um domínio mais profundo de *softwares* e um aporte maior dos esforços logísticos, pois são criados ou ampliados serviços e atividades a partir do acesso e uso das TIC. Neste patamar, pode ser observado o desenvolvimento e a difusão de bens e práticas culturais via ciberespaço e o estabelecimento de alternativas de comércio eletrônico.

Um exemplo recente é o desenvolvimento local da Praia do Pipa, em Tibau do Sul, no Rio Grande do Norte. Promovido pelo Instituto de Estudos Avançados, IEA, da USP, e tendo à sua frente o economista e sociólogo Dr. Gilson Schwartz, o projeto Cidade do Conhecimento/Rede Pipa Sabe implantou na localidade um grupo de ações planejadas e integradas dentro desta categoria de inclusão. Conforme Schwartz (2003), em apresentação no 1º Seminário de Informação Corporativa USP²³, os objetivos do projeto se balizavam na capacitação para o uso das TIC para a promoção da indústria do audiovisual, educação à distância, comércio eletrônico, comunidades virtuais de prática e rede de apoio à microfinança. Com enfoque voltado para educação, cultura, ciência e tecnologia, o projeto buscou a valorização dos bens culturais tradicionais locais enquanto desenhava a reengenharia das cadeias produtivas para conseguir incrementar a geração de oportunidades de emprego, renda e investimentos na localidade. No caso, foi dada atenção especial, sobretudo, ao turismo, que é uma de suas mais claras vocações. Assim foi fundada uma Cidade do Conhecimento no Nordeste, um núcleo de ações que tem objetivado inserir a localidade no contexto atual global.

²³ O Seminário ocorreu entre 23 e 24 de outubro de 2003 e foi uma iniciativa conjunta de FEA/USP, Departamento de Biblioteconomia e Documentação, ECA/USP.

Essa situação exemplifica a questão levantada anteriormente a respeito da sobreposição ou fusão das instâncias local e global de uma comunidade por meio da conexão da comunidade em questão a uma rede digital e interativa em âmbitos nacional e internacional, sem que se corra o risco de perda de suas características culturais próprias. Pelo contrário, a idéia é que o processo favoreça o resgate da memória local e da identidade nacional. Schwartz (2003) se refere a esse fenômeno, chamando-o de “*Glocalização*”.

A localidade, empobrecida, apresentava entraves ao desenvolvimento do projeto, como a degradação juvenil (prostituição infantil, tráfico de drogas), a especulação imobiliária relacionada com corrupção de bens públicos e ambientais e ocupação irregular da orla marítima – problemática de uma realidade de concentração irregular de renda e de exclusão social.

Para implantar a Cidade do Conhecimento, houve uma grande preocupação com o planejamento e interligações de ações e políticas, principalmente com relação aos eixos saúde, educação, promoção social, emprego e cultura, e o projeto foi definido com as seguintes faces, enumeradas por Schwartz (2003):

- Transformação social e produtiva a partir da gestão do conhecimento;
- Produção e gestão de mídias digitais: redes comunitárias;
- Empreendedorismo associado a comunidades de prática;
- Design participativo de redes de aprendizado permanente;
- Conhecimento a partir de desafios e orientado à resolução de problemas;
- Processos de resgate de memória local e identidade nacional;
- Inovação financeira para o desenvolvimento: moedas sociais e microfinanças, inteligência coletiva em saúde, educação, promoção social, emprego e cultura;
- Incentivo dos participantes por meio de mostras de audiovisual, culinária nordestina, carpintaria naval e pesca artesanal.

Ao final de um ciclo de atividades, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”, Schwartz (2005) relatou o que avaliou como sucesso do projeto que, entre outros resultados práticos, desenvolveu inicialmente uma série de 40 fundos de telas e 10 toques para telefones celulares para a operadora “Oi”. O projeto constatou que há mercado para esse tipo de produto e deve ampliar sua carteira de parceiros procurando outras prestadoras parceiras, no Brasil no exterior. Além disso, a difusão da iniciativa pôde colaborar com a valorização e defesa da originalidade da produção cultural e incentivar o turismo local, pois, enquanto as imagens de fundo de tela são pinturas e desenhos que tratam do povo, do artesanato e das paisagens locais, os toques são trechos do Coco de Zambê, música folclórica local que é originada nas cantigas dos escravos e foi executada pelo conjunto musical de Mestre Geraldo, grupo tradicional local.

Nosso objetivo é fazer com que os moradores da comunidade atuem para modificar o turismo e a economia da região [...] Se fala muito em sustentabilidade nos projetos de inclusão digital. A sustentabilidade é alcançada quando se emancipa uma comunidade, gerando emprego e renda. (SCHWARTZ, 2005).

Essa situação também aponta para a possibilidade de utilização das TIC para o desenvolvimento das comunidades, mas demonstra, além disso, a possibilidade de geração de ciclos desse processo: enquanto o patrimônio cultural é valorizado pela iniciativa, observa-se o fortalecimento dos laços comunitários em torno do interesse comum, que, no caso, pode ser observado na geração de renda e desenvolvimento local, que leva ao incentivo da produção cultural e do maior contato entre os indivíduos, amplia os horizontes da comunidade como um todo, e assim por diante, em uma dinâmica de autopropulsão.

4.2.2.3 Interações complexas em rede

De acordo com Silveira (2005), autor que fornece este quadro analítico, o último estágio da apropriação das TIC pelas comunidades seria este, no qual a percepção do trabalho em rede, a logística e interligação de ações e o domínio não só de parâmetros e procedimentos de *software*, como também de seu código, seriam fundamentais.

Nesse sentido, haveria o compartilhamento do conhecimento e de produtos culturais e de consumo em nível local e global, a colaboração de projetos em rede com dimensão e abrangência extra-regional e o desenvolvimento de redes de interesse comunitário. Entretanto, todas as atividades seriam favorecidas pelo desenvolvimento de ferramentas próprias, com base na apropriação e manipulação de *softwares* de código aberto e livre.

Um exemplo citado por Silveira (2005) e que também foi foco de atenção do jornal “Estado de S. Paulo”, no mesmo ano, é o caso da rede formada pelo setor calçadista da cidade de Birigui, em São Paulo.

Procurando a redução de custos com matérias-primas, os produtores de calçados desenvolveram um portal *on-line* para relacionamento entre as comunidades de compradores e as comunidades de fornecedores, como o comércio eletrônico *Business to Business* (B2B), implantado em 2003. Desde sua disponibilização²⁴ até o final de 2005, a chamada “Rede de Colaboração, Conhecimento e Negócios” já agregava 220 empresas do pólo calçadista da cidade. Além do portal, ferramentas de controle de fluxos internos e externos foram desenvolvidas em plataforma livre.

²⁴ Documento digital disponível em <http://www.sindicato.org.br/>. Acessado em janeiro de 2006.

Durante o “Seminário de sensibilização para o comércio exterior”, promovido pela Fiesp, ocorrido em 16 de março de 2006, na FEA-USP de Ribeirão Preto, o consultor do Sebrae Gilberto Alvaro Campião citou o caso de Birigui quando versava sobre o tema “Inserção da micro e pequena empresa no comércio internacional”. O palestrante reconheceu o grupo de empresários da cidade como uma comunidade que, ao se unir em torno do interesse de fortalecimento do mercado regional de seu segmento, reduziu seus custos de manutenção, facilitou os processos de compra – agora cooperada – e procurou soluções para desenvolver seus próprios sistemas e controles, o que fez que antigos concorrentes se estruturassem como uma unidade e, ao mesmo tempo, dinamizassem suas relações com o mercado. O sucesso do empreendimento conjunto chamou a atenção de cidades até então concorrentes, como Jaú, Franca, Santa Gertrudes, Jundiá, São José dos Campos, Marília, Mirassol e Votuporanga, que iniciaram movimento semelhante para desenvolvimento e interligação de portais. A iniciativa fomentou o desejo de uma articulação intermunicipal que integraria comunidades de localidades diferentes que apresentam interesses comuns.

Em casos como esse, a necessidade específica de desenvolvimento de *softwares* pode levar aos códigos livres abertos e à implantação de ações que dão visibilidade à importância das TIC, gerando uma reação em cadeia em prol de sua apropriação pelos outros setores sociais. Com a banalização do acesso às TIC, e se houver interesses comuns entre empresários, sociedade civil e governos, provavelmente ações desse tipo devem ficar mais comuns. No entanto, como lembra Coelho (2004), as experiências brasileiras, descoordenadas em níveis regionais, estaduais e federal e originadas de “*cima para baixo*”, ainda formam um “*arquipélago*”, no qual muito se poderia ganhar se houvesse interconexão ou

planejamento geral e participativo, e não pontual e dependente de poucos empreendedores, como vem ocorrendo até então.

Jambeiro e Silva (2004:147) definem o surgimento do paradigma informacional-tecnológico a partir do considerável avanço científico que desenvolveu a microeletrônica e a informática em conjunto com as telecomunicações. Esse fenômeno, para os autores, provocou um *“aumento extraordinário”* na disponibilidade, qualidade e quantidade de informações para uso geral ou específico. Uso este determinado pelo receptor. Assim, pode-se afirmar que, atualmente, a apropriação das TIC se tornou essencial nos processos produtivos e na vida em sociedade, ao se estabelecer como *“força propulsora de enorme importância na evolução da humanidade”*.

A definição e gestão participativas de políticas públicas integradas parecem ser uma necessidade urgente para o desenvolvimento nacional, a partir do fortalecimento e desenvolvimento das diversas comunidades que formam a sociedade brasileira.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL E PROMOÇÃO HUMANA

Talvez dois momentos históricos que ocorreram por volta do ano 1500 sejam exemplares quanto à importância da popularização da informação e comunicação na distribuição de poder. Um deles é a invenção dos tipos móveis, por Gutenberg. Após a primeira impressão, não por acaso uma Bíblia, e juntamente com a evolução dos meios de transporte, a propagação de idéias pôde ganhar velocidade e acessibilidade, o que influenciou também diretamente a política e a vida cultural da humanidade.

A nova tecnologia da comunicação [a imprensa] tornou-se ferramenta indispensável para o envolvimento da nação e para a criação de uma sociedade de massa [...] A tecnologia da impressão em larga escala garantiu a existência de uma camada especializada na formação dos humores e das idéias nacionais. (SILVEIRA, 2 2001: 7).

Um pouco mais tarde, Lutero realizou uma de suas ações pontuais mais simbólicas de sua luta para a modificação da Igreja, ao traduzir a Bíblia do latim para o alemão. Mesmo não tendo sido o primeiro tradutor, a forma como o fez e a possibilidade de difusão alcançada pela existência da imprensa garantiram a promoção da compreensão do conteúdo dos livros sagrados, até então herméticos. Conseqüentemente, houve disponibilização do acesso à parte importante do sistema de poder para o grande público da época, pela adequação e abertura do código de seu livro chave ao repertório dos receptores, que não mais precisariam do clero como elemento intermediário decodificador.

Para Silveira (2001), a disseminação de idéias sempre esteve relacionada aos processos de poder e é dependente da tecnologia. Partindo dessa afirmação, pode-se destacar mais uma vez que a idéia de apropriação universal, crítica e consciente das TIC é uma garantia de favorecimento da equalização das oportunidades das comunidades mais socialmente vulneráveis de interferir democraticamente nos sistemas políticos, culturais, econômicos, entre outros, estabelecidos na sociedade à qual pertencem.

A despeito da interferência do mercado e sob o ponto de vista tecnológico, Castells (1 1999:380) escreve que a arquitetura do ciberespaço é “*aberta*”. Para ele, essa condição da rede possibilita o acesso público ao mesmo tempo em que limita restrições governamentais ou comerciais diretas. Esse fenômeno se determina como uma oportunidade de desenvolvimento de alternativas positivas para a apropriação das TIC pelas mais diversas populações, possivelmente pela flexibilidade da sua

estrutura. Por outro lado, o autor não omite a opinião de que, mesmo sob essa égide, a desigualdade social continua a se manifestar, e de forma “*poderosa*”, no domínio eletrônico.

Para Castells (1999), uma demonstração do poder da *internet* em aglutinar a cooperação tecnológica está no seu processo de aperfeiçoamento, que demonstra um esforço interdisciplinar constante para melhorar a comunicabilidade entre indivíduos e grupos. O autor ainda lembra que, agora, a rede já estimula a reestruturação social, colocando em debate a questão da relação entre exclusão digital e exclusão social. O autor também acredita que as definições sobre os rumos da tecnologia são opções políticas, sempre. Silveira (2005) defende a idéia de que a *internet* só teve sua concepção e seu desenvolvimento realizados com liberdade e abertura pois ainda não havia se concebido a sua potencial utilização para a viabilização, por exemplo, do ataque terrorista de 11 de Setembro contra as torres gêmeas do *World Trade Center*. Essas colocações reforçam a constatação de que a determinação do uso do ciberespaço está diretamente ligada ao tipo de condições de vida que se desejam para as comunidades e sociedades.

Jambeiro e Silva (2004:150) entendem a exclusão social como um fenômeno oriundo de um sistema político baseado na falta de laços de solidariedade. Esse sistema se traduz, de acordo com os autores, “*como a ausência de uma determinada predisposição moral que estrutura o sistema social*”, que denominam como cidadania. A problemática ainda fica mais explícita quando não ocorrem as “*condições efetivas para determinados indivíduos viverem em sistemas sociais, nos quais possam ter qualidade de vida, e não na pura ausência de acesso a bens e serviços*”.

Sabe-se que as políticas de inclusão social têm o potencial latente de intervir diretamente na cultura política da sociedade e que, talvez por isso, seus gestores não deveriam se contentar em apenas abarcar aspectos simples de suprimento imediato de benefícios sociais. Se houver visão empreendedora e fiel aos ideais democráticos, deve-se buscar oferecer as ferramentas e conhecimentos que garantam a emancipação das comunidades a médio e longo prazo, de forma auto-sustentável e duradoura.

As políticas públicas que promovem a apropriação das TIC, portanto, se mostram urgentes, mas se ocorreram sem coordenação e sem a participação das populações a que se destinam, provavelmente tenderão ao fracasso ou a uma situação ilusória de sucesso. Parece ser mais fácil e rápido promover números, com a facilitação do acesso aos computadores e à *internet* pelo maior contingente de pessoas possível, do que realmente estruturar políticas que garantam a apropriação crítica e efetiva do ciberespaço e seus desdobramentos. Nesse segundo caso, espera-se que também estejam envolvidos no debate temas como a solidariedade, a promoção humana, o cooperativismo, o protagonismo, a valorização da memória e da produção cultural, o favorecimento de alternativas palpáveis de geração de emprego e renda, o apoio educacional e à formação continuada autônoma, e a garantia de participação política e de manutenção da cidadania. É possível notar que os indicadores de qualidade das políticas públicas relativas às TIC, portanto, podem se confundir em muito com os utilizados na elaboração e avaliação de políticas de planejamento e gestão urbana.

A discussão sobre a inclusão social em sentido amplo, tomada como a possibilidade de acesso e produção de bens culturais na contemporaneidade, pode ser relacionada com o discurso de MacLuhan (1999), que aponta para o fato de que

o meio de divulgação das mensagens tem tanta ou até mais importância do que o conteúdo das mesmas – característica que faz com que o meio influencie tanto na criatividade dos transmissores quanto dos receptores. Segundo Puterman (1994), que comenta o autor citado, a cada época as novas tecnologias alteram também o comportamento humano, já que transmitem mensagens para indivíduos que, anteriormente, não eram por elas alcançados. Pode-se assim supor que, dentro do “novo” meio interativo, muito segmentado e detentor de alto poder de difusão e alcance, essa condição de dependência ou de libertação se torne ainda mais clara ou contundente quando se observa a tendência de que o fenômeno comece a migrar dos caros computadores para os já popularizados aparelhos telefônicos celulares e para os chamados “*poligadgets*”. Nesse caminho, pode-se reencontrar Castells (1999), que lembra que, atualmente, a segmentação da comunicação não se dá apenas pela estratégia escolhida pelo transmissor, mas também pela capacidade do receptor de manipular as ferramentas interativas de acordo com seus interesses e disponibilidade. Segundo o autor, coexiste uma forte e crescente estratificação social entre os indivíduos usuários da rede. Castells (1999) prevê que não apenas haverá a restrição da opção multimídia ao grupo formado pelos indivíduos que forem considerados pelo mercado como público potencial, que será o grupo detentor de mais recursos financeiros, pessoais e de tempo para o acesso ao ciberespaço e às TIC, como também as diferenças culturais e a base educacional serão decisivas para a capacitação para o uso e aproveitamento do potencial da rede. Não apenas o acesso, mas o saber sobre o que procurar e como sintetizar e utilizar a informação obtida poderão ser essenciais para a sobrevivência dentro do ambiente dominado pelo que o autor chama de “*mídia de massa personalizada*”. “*Essa é a nova fase da exclusão social. [...] Os novos excluídos não conseguem se comunicar com a*

velocidade dos incluídos pela comunicação mediada por computador.” (Silveira, 2001: 17).

Castells (1999) acredita que haverá, como na reflexão elaborada por Chauí (2005), uma divisão social e de trabalho balizada pelo conhecimento, em que se estabelecerão os grupos capazes de acessar, receber e interagir com a informação e aqueles que apenas serão capazes de receber um número restrito ou funcional de informações pré-selecionadas. Para o autor, este último grupo, e também aqueles formados por indivíduos que não serão capazes sequer de acessar a informação, estará sujeito à exclusão social, pois o capitalismo informacional global não os absorverá, por não considerá-los relevantes.

Esse é o atual estado de coisas, a menos que ocorra uma mudança nas leis que regem o universo informacional do capitalismo, pois, ao contrário das forças cósmicas, a ação deliberada do homem pode efetivamente mudar as regras da estrutura social, inclusive as que levam à exclusão social. (CASTELLS, 1999:192).

Conforme afirma Silveira (2001: 9), um exemplo evidente de exclusão causada pela tecnologia está no surgimento do “desemprego tecnológico”, causado pela imposição do novo paradigma econômico baseado nas TIC. Maior atenção dos gestores governamentais e não-governamentais de políticas públicas se faz então necessária para a dimensão de revolução apresentada pelas TIC, que tanto pode consolidar e ampliar ainda mais as desigualdades sociais, causando um distanciamento cognitivo profundo entre os grupos excluídos e incluídos, quanto estabelecer o fortalecimento das comunidades, o âmbito democrático e a realização efetiva da promoção humana. Silveira (2001: 8) acredita que *“o resultado de uma revolução tecnológica em geral só fica evidente quando esta já se alastrou, reconfigurando a sociedade”*. Ao observar o contexto atual, o autor afirma que já se

podem esperar *“efeitos tão devastadores quanto a primeira e a segunda revoluções industriais”*.

Para Silveira (2001), em concordância com autores como MacLuhan, Lévy e Virilio, entre outros, se as primeiras revoluções tecnológicas ampliaram a capacidade física e as habilidades de precisão humanas, as TIC ampliam a própria mente, a inteligência, o que aumenta o risco de perda do processo histórico para aqueles países, sociedades, comunidades ou indivíduos que se atrasarem quanto a esta apropriação. Por se basear justamente na inteligência, e não na força, essa revolução amplia sobremaneira as diferenças na capacidade de manipular informações e gerar conhecimento, desestabilizando o equilíbrio possível em torno da igualdade de oportunidades. A exclusão digital, portanto, além de se impor como um bloqueio cognitivo, pode impedir que se reduza a exclusão social, já que participação política, geração e defesa de patrimônio cultural e atividades econômicas têm migrado rapidamente para o ciberespaço ou para o ambientes ampliados.

Ao reconhecer como forte a associação entre inclusão digital e inclusão social, Jambeiro e Silva (2004:156) defendem que, atualmente, *“políticas de inclusão digital passam a ser instrumento e condicionamento de inclusão social”*. Nesse sentido, a crítica que se estabelece neste documento quanto ao problema da morosidade ou à limitação do tempo para o acesso, uso e interferência no ciberespaço é uma questão que fica destacada ao se atentar para o fato de que, principalmente a partir do século XX, a memória, a imaginação, o raciocínio, a capacidade de pesquisa e a dedução e indução lógicas foram ampliadas como nunca. Logo, o domínio de ferramentas como bases de dados, hiper-documentos, tecnologias de simulação, modelos matemáticos estocásticos, mecanismos de

inteligência artificial, sistemas avançados de busca, divulgação e atualização constante de informações se torna imprescindível dia após dia, pois tudo tem levado a crer que, além da democracia plena e da liberdade, também está atualmente em jogo a inteligência coletiva das comunidades e das sociedades locais, gloais e globais.

4.3.1 A questão do *software* livre e aberto

Além de baratear os custos de implantação e manutenção de *softwares* e sistemas, o *software* livre aberto tem se colocado como uma alternativa de opção política de libertação frente à pressão do mercado, baseado no quase monopólio dos sistemas *Microsoft*.

A despeito das críticas sobre a escassez de mão-de-obra técnica especializada no assunto ou dificuldades apresentadas por interfaces e problemas com compatibilidade de usos diversos, os defensores do *software* livre têm como forte argumento a necessidade de se difundir o uso para aumentar o conhecimento e o debate sobre o assunto e, na estrutura aberta e passível de interferências diversas, a via de melhoria rápida e adaptação às necessidades que possam ser encontradas por usuários de quaisquer pontos do planeta. A observação empírica do aumento das ofertas de cursos de informática baseados em plataforma *GNU/LINUX* em escolas em que antes só se reconheciam o *MS-DOS* e o *Windows* como sistemas operacionais já aponta para essa direção.

Silveira (2001) entende o acesso cultural, social e cidadão às TIC como direito fundamental de todos e acredita que a *internet* não deva ser entendida como uma ferramenta do mercado capitalista, mas sim recuperando parte de seu espírito

original: uma ferramenta poderosa de comunicação para o desenvolvimento humano. O maior diferencial das TIC parece estar justamente na possibilidade de interatividade plena. Para o autor, a partir do momento em que se disponibiliza o direito de acesso, também se coloca a possibilidade de cumprimento do direito de fiscalização, cobrança e proposição de ações públicas, o direito de representação, articulação, organização e voto, enfim, a “Democracia Eletrônica”.

Jambeiro e Silva (2004) explicam que o ciberespaço altera o sistema clássico de comunicação em seus conteúdos e capacidade do *receptor* de interferir nas mensagens, tornando-se *transmissor*. Também propicia, dessa forma, mais transparência entre governo e sociedade, em uma condição sem precedentes de ampliação do espaço do fórum democrático. Já se apontou que, na verdade, a democracia apenas pode se estabelecer quando as pessoas são capazes de perceber, questionar e se posicionar ativamente frente à hegemonia (inclusive se for o caso de uma hegemonia da democracia!). Assim, diversos autores defendem não apenas a inclusão digital na esfera do conhecimento operacional, ou da chamada alfabetização tecnológica, mas também a possibilidade de interferência direta sobre o código fonte de *softwares*, o que, no caso, significa interferir no próprio sistema tecnológico de informação e comunicação. Enquanto Bianchini (documento digital) apóia a disseminação de sistemas operacionais e de *softwares* livres de código aberto como a plataforma *GNU/LINUX*, não apenas para a satisfação desse pressuposto, mas também para reduzir ou eliminar os custos de implantação ou aquisição de sistemas para ações de inclusão digital, coletivas ou individuais, Mitchell (1997) deixa claro que o verdadeiro poder está na capacidade de controlar o código.

Para Silveira (2001: 38), há quatro “*liberdades*” que os usuários devem poder exercer para que se alcance a essência do uso dos chamados *softwares* livres abertos: (1) acesso e redistribuição de cópias originais ou alteradas para (2) utilização para qualquer propósito, com (3) acesso ao código fonte que possibilita adaptações do mesmo a necessidades específicas ou para seu aperfeiçoamento, e (4) liberação do código alterado para benefício da comunidade. O autor defende a transformação da questão da inclusão digital ampla e geral em políticas públicas, pois, segundo ele, cabe ao município, ao Estado e à Federação articular e implementar a inclusão digital. Essa condição oficial deve, no entanto, estar em consonância com a preocupação de que a informatização do Estado ou a disponibilização de terminais de acesso para a população não correspondem, necessariamente, à necessidade de ampliação da cidadania por meio das TIC. Silveira (2001: 39) acredita que, ao se interligar as iniciativas diversas de inclusão digital na condição de políticas públicas, será possível o desenvolvimento de uma “*gigantesca rede pública de comunicação*”. Apesar de compreender a inclusão digital como uma gama maior de possibilidades de ações e ampliações das comunidades, o autor valoriza a iniciativa de construção de telecentros servidos por *software* livre e aberto, principalmente na periferia das cidades, áreas nas quais se encontram geograficamente posicionadas as comunidades em situação mais propícia à exclusão social e digital.

Jambeiro e Silva (2004:150) defendem, apoiando-se em Durkheim (1989), que os modelos de institucionalização da sociedade são reflexos de sua cultura política, assim como a justiça social. Em uma sociedade na qual os cidadãos se desenvolvem em clima de liberdade, solidariedade, cooperação e capacidade de indignação, há mais chances de que se estabeleça o espírito e a prática da

democracia. Talvez seja possível transpor essa reflexão para o momento de conceituação das políticas públicas de inclusão digital, assim como utilizar o esquema traçado por Silveira ao descrever as “4 liberdades” provocadas pelo uso do *software* livre como um modelo de ideologia a ser seguido para tanto.

Uma ressalva parece se fazer interessante: enquanto casos como o exposto anteriormente, da rede formada pelo setor calçadista da cidade de Birigui, em São Paulo, funcionam como demonstrativo de uma ação coordenada em que o *software* livre aberto é utilizado por uma comunidade específica para sua própria promoção, há também situações em que a força de inovação e promoção social agregada às iniciativas de inclusão digital pode ser usada para a promoção de interesses individuais ou de pequenos grupos em discursos e ações dissimulados.

Uma situação bastante emblemática ocorreu em Solonópole, Ceará, no início dos anos 2000. Considerada como “pioneira” e alardeada por muitos entusiastas do *software* livre e da inclusão digital, a prefeitura municipal local divulgou uma série de ações que visavam informatizar a cidade. Contando com a construção de telecentros ou “ilhas digitais” comunitárias, com a disponibilização de provedor de *internet* gratuito ou a preços reduzidos aos moradores da cidade, e informatização dos serviços públicos municipais, a iniciativa se colocava como promessa de modelo a ser seguido a partir do árido nordestino, principalmente pelo uso de *software* livre aberto. No entanto, ao se observar um pouco mais de perto as políticas efetivamente implantadas, por meio de contatos telemáticos com moradores e servidores públicos, e mesmo pela descrição de projetos e material exposto no *website* da cidade²⁵, foi possível notar que muito do que se afirmava não passava de discurso vazio ou enganoso.

²⁵ <http://www.solonopole.gov.ce.br> – acessado de abril a junho de 2003.

Entre outras situações controversas, a afirmação de que a utilização da plataforma *GNU/LINUX* seria universal não era verdadeira. Nos pontos de acesso público e nas escolas, os *softwares* disponibilizados não deixaram de ser apenas compatíveis com o sistema *Windows*. O *software* livre estruturava somente os provedores de serviços e os órgãos municipais. No entanto, o problema que mais chamou a atenção foi a existência do que se poderia supor ser uma espécie de sistema de controle estabelecido pela prefeitura municipal na implantação desta política. A Câmara municipal, que tinha sua maioria de vereadores na oposição, não tinha liberação de acesso à *internet*, até conseguir obtê-la por meio da Justiça. O favorecimento do uso de serviços também ficou claro ao se constatar que, das quatro transmissoras de rádio da cidade, apenas uma, partidária do prefeito, tinha *link* e página no *website* público.

Um dos pontos fortes de divulgação da iniciativa era a sessão “Filhos Ausentes”, presente no portal municipal. Em uma época em que não havia *websites* como o *Orkut* ou *Gazzag*, eram disponibilizadas imagens de moradores da cidade para que os mesmos pudessem reencontrar ou manter contato com seus parentes e amigos que tentavam a vida em locais distantes. Sistemas de *e-mail* e *chat* públicos complementavam a ação. Apesar de não deixar de realizar sua função de estreitamento de laços junto à comunidade, a sessão não permitia que os próprios moradores disponibilizassem livremente suas fotos e textos. Tudo era realizado de forma centralizada, filtrada pelo órgão competente da prefeitura municipal. Por fim, dentre outras questões pontuais, as orientações e cursos oferecidos à comunidade não contemplavam o ensino de nenhuma ferramenta de autoria.

O que se deseja demonstrar com este breve relato é que, mesmo que a cidade toda fosse servida por sistemas livres e abertos, não seria possível afirmar

que a política pública de inclusão digital de Solonópolis tivesse sido orientada para a promoção da liberdade e da autonomia popular. Ao contrário, seria até mesmo possível afirmar que se tratava de uma estratégia que teve seus méritos e que colocou muitas pessoas em contato com as TIC, alterando as perspectivas da cidade e de seu povo, mas que foi, fundamentalmente, direcionada para fins político-partidários. Ao final da gestão municipal que promoveu a “informatização”, os gestores que não obtiveram a reeleição desmantelaram a estrutura existente, destruindo arquivos e furtando equipamento público. Em levantamento realizado no final de 2005, soube-se que a população pressionava os gestores locais para a retomada do acesso às TIC.

Portanto, retomando as colocações de Silveira (2005), fica claro que, anterior à opção pelo *software* aberto livre, está a opção política de determinação dos usos do ciberespaço.

4.3.2 O aporte educacional à inclusão digital

Para muitos autores e até mesmo para o senso comum, a educação parece ser a pedra angular da inclusão social. Isso se explicaria pelo fato da educação, formal ou informal, ser o processo fundamental e continuado de aculturação do indivíduo e, portanto, o que o torna apto a ingressar ou reingressar e a participar em uma comunidade ou sociedade. Jambeiro e Silva (2004:155) apontam para a introdução das questões relativas às TIC nesse âmbito, afirmando que o acesso aos computadores (ou, atualmente, a outros artefatos que já não merecem desprezo acadêmico, como os aparelhos telefônicos celulares ou a televisão digital), a habilidade para usufruir dos bens culturais tecnológicos e o

acesso à comunicação em rede elevam o problema da inclusão digital à categoria de *“fator de alta relevância para o exercício da cidadania”*. Os autores ainda definem o conceito de alfabetização ou letramento digital como capacitação não apenas para operar máquinas e sistemas, que seria uma categoria apenas funcional, como também a habilitação do indivíduo *“de adotar uma postura participativa e crítica, a partir de seus interesses enquanto cidadão e membro de variados grupos da sociedade”*. Em outras palavras, isso significaria educar o indivíduo a lidar com sua própria vida e interesses pessoais e sociais, agora em ambientes e relações ampliados pelo ciberespaço.

Ao se almejar que o contato e uso das TIC sejam realmente democráticos e capazes de impulsionar a democracia a partir das comunidades, se faz necessário que haja a preparação dos usuários para que estejam habilitados para tanto. Em consonância com as constatações e propostas de Delors (2000) e Imbernón (2000) para uma educação adequada aos novos tempos, Silveira (2001) defende a formulação da política educacional que capacite os indivíduos a aprender a utilizar as tecnologias intelectuais que ampliem e amplifiquem a inteligência e as funções cognitivas humanas:

[...] não basta levar computadores para as escolas. É preciso discutir seu uso didático-pedagógico e buscar incorporá-los ao processo de ensino e aprendizagem. Também é necessário formar adequadamente professores capazes de ensinar informática para evitar a subutilização dos laboratórios. (SILVEIRA, 2001:33).

Com esse discurso também parecem concordar Sorj e Guedes (2005:19), para os quais *“o valor efetivo da informação depende da capacidade dos usuários de interpretá-la”*. Segundo os autores, a existência da informação só pode ser aceita como conhecimento, o que requer o confronto entre a exclusão digital e a escolar (em sentido amplo e geral), pois, aparentemente, somente com o aporte da

educação podem ser adquiridos o processo de socialização e o desenvolvimento da capacidade de transformar “*bits em conhecimento*”. Além das capacidades e habilidades do usuário de pesquisar, receber, apreender, interpretar e sintetizar a informação, Sorj e Guedes (2005) destacam a estruturação da rede de contatos como outro fator basal para a utilização efetiva da *internet*. Essa rede garante a dimensão de aprendizado e troca do indivíduo e do coletivo.

Ao se tratar da questão da inclusão digital com aporte da escola, talvez fique mais evidente a necessidade de elaboração de estratégias logísticas para tanto. É fundamental a elaboração de políticas públicas que prevejam não só a colocação de computadores nos ambientes escolares e sua ligação com a *internet*, como também a formação e/ou capacitação dos corpos docentes para tal desafio. Além da questão de preparo dos formadores ou multiplicadores iniciais do conhecimento, é preciso que se restabeleçam *lay-outs*, cronogramas e fluxogramas de acesso e uso, ao mesmo tempo em que se preveja a necessidade de atualização e manutenção periódica de máquinas e *softwares*, entre outros detalhes. Também, como é lembrado por Sorj e Guedes (2005:20), é necessário o desenvolvimento de *softwares* adequados e a revisão e readaptação de todo o sistema pedagógico frente às TIC para que, em vez de meros usuários, os alunos e, por extensão e contato, suas famílias e comunidades, se tornem produtores locais de bens culturais, otimizando suas relações internas e externas em busca do alcance da cidadania e do alargamento de seus horizontes.

Uma experiência que pode ilustrar a preocupação com a revisão metodológica e logística foi estabelecida pelo SESC São Paulo, em 2003, e descrito em um documento interno denominado “*Conteúdos e Métodos do Programa Internet Livre*” (SESC, 2005, documento digital). Apesar de a instituição não se configurar

como escola formal e de seu programa de implantação de espaços de acesso comunitário ao ciberespaço remeter aos telecentros, que também serão brevemente discutidos, a conceituação de seu atendimento ao público parece ser interessante neste momento da discussão.

O programa *Internet Livre* desenvolve ações educativas e processuais, voltadas ao que seu documento diretor chama de “*alfabetização para a Cultura Digital ou, mais apropriadamente, para a Cultura de Rede que vem se desenvolvendo nos últimos 10 anos no Brasil*”. A preocupação do SESC, que fica clara pela leitura do documento, é de desenvolver atividades tocadas por um viés sociocultural e democrático, em vez de ações “*tecnicistas*” profissionalizantes e massificadas, fazendo com que o programa *Internet Livre* seja preferencialmente orientado para a formação de um espaço contemporâneo de “*sociabilidade e formação de identidades*”. Propõe-se que nestes espaços, que ocorrem em diversas unidades do SESC espalhadas pelo Estado em salas especialmente desenhadas e mobiliadas, a geração de interesse venha pela pesquisa, curiosidade ou necessidade, e que estas premissas conduzam o usuário a experimentar no âmbito de uma nova sensibilidade (que estaria em tempos de estruturação, conforme evoluem as novas tecnologias) novas relações estéticas, políticas e humanas por meio do ciberespaço. Os protagonistas dessas relações são os “*instrutores de internet*”, ou “*web-animadores*”, que são geralmente jovens entre 18 e 25 anos, que orientam os usuários em suas necessidades de entendimento de *hardware*, *software* e interfaces e que propõem periodicamente visitas ou atividades dirigidas no ciberespaço.

A coordenação do programa estimula e viabiliza cursos, oficinas, intervenções, mostras, exposições e outras atividades relativas ao mundo digital

para diversas faixas etárias. Uma das orientações presentes no documento demonstra a preocupação com a sociabilidade e a formação de um grupo heterogêneo de participantes. De acordo com o ponto de orientação que inicia o texto sobre os objetivos do programa, os instrutores e a coordenação devem primar pelo *“favorecimento e estímulo de um ambiente agradável e de convivência colaborativa e diversa, impedindo a construção de guetos ou a uniformização etária e/ou social da Sala”*. O programa mantém a orientação para a utilização de *software* livre aberto, mas, de acordo com o entendimento do SESC sobre a realidade de mercado, é oferecido parte em *GNU/LINUX* e parte em *Microsoft Windows* e, além do aprendizado das lógicas da tecnologia disponível e da introdução e aprofundamento do uso dos mecanismos de pesquisa, os objetivos do *Internet Livre* orientam para o uso do ciberespaço como lugar de cidadania e do fazer sociopolítico, explicitando a necessidade de se desenvolver pessoas autônomas e que entendam este novo universo como um caminho de recepção e transmissão críticas de informações, conforme aponta este trecho do documento: *“Exposição e orientação para conhecimento de sítios e portais não massificados: ultrapassar o consumo do ‘óbvio’, favorecendo interatividade e liberdade ‘crítica/propositiva’ na Internet.”*

Além disso, o programa oferece suporte aos usuários sobre as possibilidades de comunicação e troca de conhecimento no ciberespaço e estimula a expressão livre e a diversão que considera *“sadia”* via rede:

Difusão de jogos eletrônicos on-line e em rede, sobretudo as produções nacionais, pouco conhecidas, jogos de estratégia, de tabuleiro e em rede (multiusuário), tendo como ressalvas aqueles com conteúdo violência, sexo e temas não éticos.

A metodologia de trabalho, entre outros pontos, favorece o que o documento chama de *“uma pedagogia pautada pela ‘desconstrução’ e centrada no*

sujeito” (grifo do autor). De acordo com o SESC, todas as atividades devem ser centradas no usuário como principal protagonista e respeitar seu ritmo e interesses. Isso significa que o aprendizado deve ocorrer de forma intuitiva e orgânica, a partir do ritmo individual e da orientação dos instrutores que, também, oportunizam a troca colaborativa entre as pessoas presentes na sala. Conforme reza o documento:

O erro (e o “desmontar”), nesta aprendizagem, deve ser entendido como experimentação necessária, pois estamos numa geração que já não lê manuais ou apostilas, mas se apropria das lógicas internas da tecnologia a partir de desejos e necessidades circunstanciais, efêmeras e em permanente emergência.

A própria estrutura das salas é planejada para atender a este fundamento metodológico. Telões coordenam atividades e as máquinas são dispostas no *lay-out* (que varia de unidade para unidade em forma, mas não em conceito), respeitando necessidades categorizadas como: uso rápido/emergencial, uso normal e uso lento – sendo esta última para pesquisas mais aprofundadas ou possíveis atividades de produção artística. A orientação metodológica final é de que haja integração da sala de *Internet Livre* com a programação geral da unidade do SESC, favorecendo a possibilidade de integração interdisciplinar das atividades culturais e educacionais oferecidas, em um esforço que favorece a formação continuada autônoma e a integração e intercâmbio de idéias, visões de mundo, vivências e experiências de diversos grupos de usuários da instituição.

Rigal (2000: 188) considera que, atualmente, os públicos são heterogêneos, multissociais e multiculturais. A partir dessa premissa, defende a necessidade de uma escola crítico-democrática e relaciona seu posicionamento com o fato de que as TIC, ou do que nomeia como “multimídia”, deslocaram a escola de sua posição na formação cultural dos indivíduos. Para o autor, os avanços tecnológicos e a valorização da imagem fazem com que a revisão das linhas

pedagógicas seja urgente. Rigal (2000) relaciona este debate com a Pós-Modernidade, considerando-a como uma fase da própria Modernidade, como um projeto ainda inacabado. Busca, assim, as preocupações que destaca na Modernidade para o âmbito educacional: a necessidade de emancipação e autonomia e a igualdade do homem e da sociedade no âmbito da *solidariedade*. Para o autor, o desafio para a “outra escola” é transformar-se em um lugar significativo para construir relações emancipatórias.

Em síntese, podemos expressar que a finalidade da escola do século XXI, pensada como “outra escola”, é construir uma cultura orientada para o pensamento crítico que pretenda dotar o sujeito individual de um sentido mais profundo de seu lugar no sistema global e de seu potencial papel protagonista na construção da história. (RIGAL, 2000: 188).

Há um outro exemplo que pode colaborar com o desenvolvimento deste tema: após o levantamento de diversas entidades governamentais e não-governamentais soteropolitanas em busca de programas de inclusão digital que tivessem como pano de fundo a preocupação com a inclusão social, Jambeiro e Silva (2004) analisaram a iniciativa do Laob - Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, que existe desde 1872 e teve sua linha pedagógica atualizada em 2002. Por meio de sua EIC, Escola de Informática e Cidadania, fundada em 2000 e aberta gratuitamente às comunidades vulneráveis, o Loab procura desenvolver “*o protagonismo juvenil e a transformação da realidade*”, iniciando jovens socialmente vulneráveis com idade entre 14 a 18 anos, no uso das TIC, basicamente aprendendo a lidar com computadores, *softwares* de edição de texto, planilhas e imagens e *internet*.

Em seus estudos, Jambeiro e Silva (2004) constataram que, na prática, o que os alunos buscavam, em sua maioria, era a capacitação ou atualização imediatas para a utilização de *hardware* e *softwares* requisitados pelo mercado de trabalho local, como meio rápido de aumentar suas possibilidades de emprego e

geração de renda. A navegação pela rede em busca de novas informações ou de formação mais abrangente era secundária – no texto não há sequer menção à percepção da *internet* como forma de produção e difusão de bens culturais locais.

Sorj e Guedes (2005:06) discutem criticamente a idéia, que também é confrontada por Jambeiro e Silva (2004), de que o senso comum acaba por relacionar a apropriação das TIC, sobretudo materializada no domínio do computador, com garantia de empregabilidade e sucesso na educação, e destacam esta noção:

Noutras palavras, à proporção em que o sistema produtivo se informatiza, a noção de que é necessário dominar este instrumento para assegurar maiores chances de trabalho se “infiltra” rapidamente entre os diversos setores sociais, pois o uso de informática passa a ser visto como condição de obtenção de trabalho e de sucesso escolar.

Jambeiro e Silva (2004) acreditam que, a despeito do que alguns entusiastas poderiam argumentar, a inclusão digital nesse nível não surte efeitos satisfatórios quanto à garantia de inclusão social e de promoção humana pessoal ou comunitária. *“Usualmente pensa-se que o acesso digital pode ter para o pobre efeito similar ao que o uso de novas tecnologias normalmente tem para os mais abastados. Ilusão? Certamente que sim.”* (JAMBEIRO e SILVA, 2004: 165).

Objetivando o equilíbrio pedagógico na EIC/Loab, além do ensino de *hardware* e *software*, o programa se preocupava em criar canais de participação para os alunos em interface com a sua formação social para a cidadania, como Jambeiro e Silva (2004:160) explicam. A pesquisa na *internet* era estimulada para a solução de problemas cotidianos relativos ao processo ensino-aprendizagem, buscando desenvolver seu interesse e prática de formação continuada e autônoma. Também eram incentivados os usos de *chats* para debates sobre temas que

levassem ao aprimoramento do repertório técnico e atitudinal dos alunos em temáticas semanais.

Percebe-se que, enquanto iniciativas que apenas colocam computadores em salas de aula tendem ao fracasso, se houver o desenvolvimento de bases pedagógicas e logísticas adequadas às necessidades e níveis de desenvolvimento e articulação do público atendido, pode-se vislumbrar um cenário em que as TIC sejam ferramentas de ampliação das próprias estruturas educacionais, rompendo os muros da escola e propiciando diversas alternativas de formação autônoma e continuada e de produção e acesso a bens culturais por todos e para todos.

4.3.3 Recursos para contatos individual e comunitário do ciberespaço

Um dos pontos discutíveis na definição de políticas públicas para a inclusão digital estipuladas por governos ou pela iniciativa privada ocorre quando o foco da orientação e avaliação da elaboração e implantação das ações e estratégias se dá em nível apenas quantitativo – situação que também pode ser sentida ao se discutir a problemática da inclusão educacional, por exemplo. Aparentemente, na maioria dos casos, o indexador da avaliação positiva da inclusão é a quantidade de pessoas que se consegue postar à frente de um computador por alguns minutos diários. Para Sorj e Guedes (2005:03-04), pela questão de a inclusão digital ser multifacetada, as medidas apenas quantitativas se configuram como “*primitivas*” frente a esta realidade e problemática. Desenvolvendo sua crítica, ainda destacam o fato de que o tempo de duração e a qualidade de acesso, que podem ser relacionados com largura de banda disponível, velocidade de processamento das máquinas e até mesmo com o *lay-out* do ambiente estabelecido para tanto, são de

fundamental importância para o uso satisfatório da *internet* em uma ótica que avalie a qualidade dos processos estabelecidos.

Diversas observações têm apontado para o problema de que as classes menos favorecidas, quando acessam o ciberespaço via *internet*, tendem a ser limitadas por diversos aspectos estruturais e atitudinais: muitas vezes os usuários não dominam sequer sua língua mãe e apresentam dificuldades para interpretar interfaces; espaços coletivos não permitem privacidade completa e muitas vezes restringem o acesso a conteúdo julgado inadequado e, portanto, censurado; nos telecentros ou equipamentos similares, as filas de espera fazem com que os usuários tenham pouco tempo e tranquilidade para o uso; nos ambientes de trabalho, a utilização pode até ser permitida, mas é fortemente normatizada; e para aqueles que possuem pontos de acesso em domicílio, mas cuja conexão é discada ou utilizam provedores gratuitos, pode haver o problema do custo pelo tempo, em uma forma demorada de a informação ser recebida ou transmitida.

O não-acesso à Internet rápida com um valor mensal fixo, independentemente do tempo de uso, tem uma dupla consequência: a informação demora mais tempo para ser acessada, enquanto o tempo disponível para permanecer na Internet é menor, já que o usuário paga pelo tempo em que permanece ligado. (SORJ e GUEDES, 2005:17).

Ainda há a necessidade de atualizações, proteção e manutenção constantes de *hardware* e *software*, dada a dinâmica de desenvolvimento e aperfeiçoamento das TIC. Nesse caso, os indivíduos ou instituições mais pobres correm o risco de poder comprar um computador e logo não conseguirem mais utilizá-lo ou mesmo mantê-lo. Muitos programas de inclusão digital, como o do Banco do Brasil, por exemplo, que oferece seus computadores usados para telecentros e ONGs, parecem carecer de um olhar mais crítico. Em entrevista para o

jornal catarinense “Metropolitano”²⁶, Rosana Melo, uma das coordenadoras do programa, relatou:

Antes os computadores que não eram mais utilizados pelo banco iam a leilão e agora estão contribuindo para o combate à exclusão digital no Brasil. A ausência de conhecimentos em informática é um grande obstáculo para a colocação no mercado de trabalho.

É plausível considerar que qualquer iniciativa seja válida em um país como o Brasil, em que o abismo das exclusões talvez seja quase “palpável”. No entanto, acredita-se aqui que as questões conjunturais não podem fazer com que se perca de vista o ideal da busca pela cidadania plena, igualitária e universal. Wellman e Hogan (2005: documento digital) também acreditam que a exclusão digital é mais que uma simples dicotomia acesso/não-acesso. Segundo eles, quando for alcançada não só a quantidade, mas a qualidade de acesso e utilização consciente e sem censura dos fluxos do ciberespaço, o processo de equalização social estará iniciado.

Em meio aos dados que pesquisaram junto aos moradores da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, e em observância ao panorama nacional, Sorj e Guedes (2005) destacam várias situações aparentemente importantes, e que podem tanto ser vistas como ameaças quanto tomadas como bases para o desenvolvimento criativo e responsável de iniciativas concretas para a inclusão digital em apoio à inclusão social de comunidades socialmente vulneráveis. Pode-se observar em seu discurso a preocupação com a possibilidade de que constatarem de que a inclusão digital de instituições comunitárias seja capaz de, pelo menos em um primeiro momento e no panorama brasileiro, *“melhorar a qualidade de vida de populações pobres, em particular daquelas espacialmente isoladas, oferecendo serviços e informações de valor cultural, econômico e social”*. (SORJ e GUEDES, 2005:04).

²⁶ Documento digital disponível em <http://www.metropolitanosc.com.br/site/vernoticia.php?id=7016>, acessado em 13 mar. 2005.

A preocupação com a inclusão digital de qualidade das classes vulneráveis e a visibilidade e publicidade que iniciativas tomadas como novidades ou inovações podem gerar, fazem com que haja também um outro ponto de desequilíbrio. Enquanto os mais abastados podem consumir amplas larguras de banda, máquinas velozes e processos educacionais de vanguarda, as classes mais empobrecidas recebem, via de regra, o foco das atenções, mas a demanda tem sido sempre maior do que as ações oferecidas. Para a classe média, restam os financiamentos, os cibercafés pagos e as conexões discadas. A discrepância entre o mapa da pobreza das regiões brasileiras determina uma situação na qual, como Sorj e Guedes (2005:06) apontam, *“o acesso à informática nas favelas [das regiões Centro-Sul], inclusive, é superior à média de muitas capitais do Norte e Nordeste do país”*.

Não deixando de reconhecer as limitações existentes, os autores apontam também para o acesso ao ciberespaço via *internet* ocorrido nos espaços de trabalho ou no uso cooperado – como a casa de parentes ou amigos – como boas alternativas de inclusão digital. Nesse sentido, ainda há alguns problemas que devem ser levados em conta, pois, além de o uso não ser livre, os autores também identificam nos ambientes de trabalho, por exemplo, uma forma de exclusão latente, que é determinada pelo cargo ou setores dos empregados. Enquanto os homens têm mais acesso, as mulheres, pelo tipo de trabalho a que na maior parte dos casos se destinam, como domésticas, por exemplo, têm contato com as máquinas, quando muito, para limpá-las.

Sorj e Guedes (2005:11) acreditam que o papel do contato extradomiciliar com a informática seja democratizador, pois as camadas mais vulneráveis da

população começam a vislumbrar possibilidades que não existem nos espaços públicos ou de seu domínio:

Entre os usuários de computador, dentro ou fora do domicílio, o padrão que associa renda com uso de informática se mantém, mas a distância tende a diminuir, o que indica que as pessoas de menor escolaridade encontram em computadores fora do domicílio um mecanismo de igualação social.

A importância do acesso no local de emprego, como uma alternativa ainda subutilizada, fica ainda mais clara quando se trata de observar a faixa etária. No contexto pesquisado pelos autores na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, os mais velhos, por terem menor chance de manter sua formação continuada e por já estarem se deslocando para fora do mercado de trabalho, se apresentam em grande número na lista de excluídos.

Pode-se perceber que a situação em que se encontra a aplicação de políticas públicas de inclusão digital no Brasil, de um modo geral, é desequilibrada ou ineficiente a ponto de estabelecer este paradoxo: ao mesmo tempo em que as TIC podem favorecer a entrada e manutenção dos indivíduos no mercado de trabalho, muitas vezes apenas quem já está no mercado é que pode conhecer e se aprofundar no espaço das TIC. O mesmo raciocínio poderia ser adaptado, provavelmente, para os universos culturais e democráticos.

Sorj e Guedes (2005:20) chegam a propor que haja políticas públicas que incentivem empresas a desenvolver a inclusão digital de seus funcionários – similares aos incentivos para alfabetização.

Isso pode demonstrar, então, como a necessidade de propiciar oportunidades plausíveis para que as pessoas e comunidades possam vencer rapidamente a barreira de entrada para o ciberespaço é um problema central, a ser enfrentado com o espírito de universalidade e interligação de ações culturais, educacionais, econômicas e políticas, e que garantam acesso, crítica e poder de

interferência nos sistemas que se estabelecem. Para Sorj e Guedes (2005), a universalização das TIC está intimamente ligada à universalização dos outros bens sociais.

Segundo autores como Coelho (2001: 74-75), a organização social atual faz com que a dinâmica cultural em âmbito pleno seja entendida e descrita de acordo com o sistema de produção capitalista. Assim, o sistema de produção cultural, similar ao modelo capitalista, apresentaria 4 fases: 1. produção do bem cultural em si; 2. distribuição do mesmo para alcance do receptor; 3. troca do bem (por outro bem cultural, que também pode ser dinheiro); 4. consumo final ou uso efetivo do bem cultural. Conforme o raciocínio do autor, pode-se perceber que aquele indivíduo ou grupo que se tornar capaz de controlar essas fases do desenvolvimento cultural será o detentor do poder real de determinação da cultura do grupo maior sob sua influência. Como já foi discutido nas colocações de Laraia (2001: 96), há dois tipos de mudança cultural. A primeira seria interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural. A segunda seria originada do contato entre grupos. Geralmente, fora as situações de agressão direta, essa alteração se daria de forma lenta e praticamente imperceptível. Nas palavras do autor, além de uma dramática situação de contato, o ritmo de mudança poderia ser alterado por eventos históricos, como catástrofes naturais, ou por grandes ou bruscas inovações tecnológicas. Em sua discussão sobre cultura como um processo antropológico, Laraia (2001: 96) lembra com perceptível pesar o caso exemplar da destruição das culturas pré-colombianas quando se deu o contato com o colonizador/conquistador europeu. Logo, caso se deseje a manutenção do patrimônio cultural das comunidades socialmente vulneráveis, parece ser oportuna a expansão desse raciocínio para a esfera das políticas públicas, para a promoção da capacidade das

comunidades de se defenderem das possibilidades de dominação de forma autônoma. Nesse ponto, a discussão sobre a qualidade da inclusão digital corrobora a necessidade de aporte educacional e a geração de alternativas que superem a defasagem de oportunidades que ocorre nas comunidades socialmente vulneráveis frente aos outros grupos sociais mais estáveis e seguros.

Bianchini (documento digital) defende o desenvolvimento cauteloso de ações de inclusão digital, sobretudo em casos de sociedades ou grupos que estão caminhando para o desenvolvimento, pois o impacto cultural em um grupo despreparado ou sem a devida base educacional, em vez de colaborar, poderia desestruturar profundamente o modo de vida e a cultura locais. Reforça-se assim a idéia de que a inclusão digital não é apenas a garantia de acesso às TIC e a seu ferramental, mas a capacitação e habilitação dos indivíduos e grupos para tanto. Como já se deixou claro, defende-se aqui a inclusão digital orientada para a qualidade dos serviços e dos processos pedagógicos, mas não se deixa de valorizar a urgência de multiplicação e integração de ações para a redução do número de excluídos.

Outra questão que se julga relevante para a deliberação de qualquer política, sobretudo neste campo que, por muitas vezes, não tem sua infra-estrutura sequer perceptível, é a logística. Para Silveira (2001), a política de uso da rede, que não deve estar disponível apenas para poucos, pode determinar tanto o desenvolvimento democrático e sustentado do país quanto a violação mais direta das liberdades e direitos, podendo ser utilizada como uma *“jaula invisível”*. Jambeiro e Silva (2004) lembram que apesar de vários componentes do ciberespaço disponibilizarem fluxos e serviços gratuitamente, o esforço de chegada ou acesso da população em geral, bem como a atualização constantemente necessária de

equipamentos e sistemas, demanda investimentos muitas vezes inviáveis para pessoas empobrecidas ou mesmo para os cofres públicos, em situações específicas. Pode-se reforçar que o domínio dos *softwares* implica, anteriormente, a necessidade de domínio dos códigos lingüísticos – português e inglês –, o que é, para muitos dos alfabetizados funcionais brasileiros, um obstáculo muito difícil de vencer.

Um exemplo constante de esforços para a inclusão digital são as iniciativas para tornar o ciberespaço disponível ao público por meio de implantação de pontos de acesso em equipamentos urbanos existentes ou novos, como os telecentros. Essas ações têm sido favorecidas por parcerias entre organizações não-governamentais, comunidades locais, governo e iniciativa privada. Podem-se citar também os cibercafés como possibilidades de acesso público não-gratuito. Também pode ser válido lembrar das facilidades oferecidas pela iniciativa privada e os incentivos do governo para a compra de computadores e de serviços de provedores de *internet* e acesso, haja vista a demanda de mercado. No entanto, Jambeiro e Silva (2004:154) acreditam que, frente à dimensão do problema em termos quantitativos e qualitativos, *“tudo isso não tem passado de discursos políticos e iniciativas de impacto pouco significativo”*. Os autores justificam que o número de novos excluídos é muito superior à inclusão de novos *“cidadãos digitais”* e reforçam o discurso de que, apesar da disponibilidade de as informações na *internet* eliminarem ou reduzirem fases e esforços do público geral para o exercício da cidadania, ainda não podem garantir a participação plena do indivíduo no processo cultural democrático, sobretudo quando os fluxos oferecidos são apenas meros informativos que, na prática, não contribuem para que haja interação efetiva entre o indivíduo, a comunidade e as esferas de poder da sociedade.

Sorj e Guedes (2005:19-20) elaboram uma outra reflexão que merece atenção quando discutem a mobilização em torno dos telecentros ou similares. Os autores relativizam o impacto efetivo dos telecentros e de iniciativas semelhantes no caso do Brasil, pois, como se afirmou anteriormente, a falta de uma política nacional faz com que as iniciativas sejam parcas e desconectadas entre si, mas também reconhecem esse tipo de ação, como todas as políticas de inclusão digital, tende a ter um impacto direto sobre as comunidades mais empobrecidas. Mesmo assim, discutem que os equipamentos são inicialmente apropriados pelos indivíduos relativamente mais escolarizados: a princípio, os telecentros em bairros pobres são utilizados pelos setores da comunidade que já possuem um nível básico de escolaridade e um maior nível de renda – para eles, além de natural, esse movimento é desejado, pois valorizam a escola como um local fundamental para se atingir o conjunto da população, tanto em números diretos e indiretos quanto em qualidade.

Esse contato direto e presencial pode, inclusive, fortalecer os laços de participação, conforme aponta o manual dos telecentros paulistanos (2002) ao estabelecer seu conselho gestor formado por membros das comunidades. Mesmo que os telecentros pareçam ser uma ação isolada, que se torna vulnerável à descontinuidade, e ocupem os degraus iniciais da escada construída por Silveira (2005), os mesmos parecem ser muito importantes para dar visibilidade à importância da problemática que vem sido discutida nesta dissertação, principalmente pelos resultados rápidos que produzem nas comunidades que os recebem. Por outro lado, o caso do desenvolvimento integrado da Praia da Pipa, por exemplo, mostra como as TIC podem ser utilizadas para, ao mesmo tempo em que se desenvolvem mecanismos de geração de emprego e renda em um ambiente até

então inusitado, favorecer a potencialização das ações sociais educacionais e culturais que fortalecem a comunidade atingida. Uma ação que apenas disponibilizasse telecentros públicos ou computadores nas escolas locais, sem a preocupação com uma política integrada, possivelmente não teria o mesmo impacto.

4.3.4 Conteúdos gerais para políticas públicas integradas

Sobre a necessidade de participação política popular, Santos Jr. (2005: 43) considera a questão da exclusão social, por si só, como um ciclo vicioso perverso. O autor constata que, com relação à participação e ao associativismo, há um envolvimento efetivo de poucos segmentos sociais que conseguem se organizar e ganhar expressão política. Um dos problemas seria o de se reforçar a produção e reprodução do desequilíbrio de forças existente com o aporte negativo das TIC e o uso equivocado do ciberespaço, pois as dificuldades de organização e expressão política dos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade ou exclusão social são crescentes e constantes. Ao tratar do risco de auto-ampliação deste abismo, Sorj e Guedes (2005:06) relacionam as regiões mais socialmente vulneráveis do Brasil com as áreas de maior exclusão digital. Segundo os autores, “*o processo desigual de disseminação do computador entre a população das diferentes cidades do Brasil reflete, sem dúvida, o nível desigual de riqueza e de escolaridade [entre elas]*”.

Há diversos documentos oriundos de fóruns e conferências e encontros entre governo e sociedade civil organizada, locais, regionais e nacionais, que podem nortear o desenho de políticas públicas. O Programa Nacional dos Direitos Humanos II, redigido em 2002 pelo governo federal brasileiro, é um exemplo de documento

oficial que traça uma série de ações e metas para a garantia dos direitos, voltando a atenção para a questão das TIC e da inclusão digital – notadamente quando trata de uma série de preocupações com a educação e a cultura, entre outras.

Quanto à garantia do direito à liberdade, opinião e expressão, o documento orienta, em seu artigo 104, a proposição de legislação que coíba o uso da *internet* para incentivar práticas de violação dos direitos humanos. Mais à frente, o artigo 304 apóia a inclusão digital, enxergando como pressuposto a popularização do microcomputador para acesso à *internet*. O plano defende a massificação das TIC por meio de treinamento e disponibilização de pontos de acesso em equipamentos urbanos públicos como escolas, bibliotecas e espaços comunitários, sobretudo em áreas socialmente vulneráveis. Concordante com o relatório de Delors (2000)²⁷, prevê em seu artigo 316 o estímulo à educação continuada e permanente, também potencializada pelo computador e pelo uso do ciberespaço como forma de atualização profissional de jovens e adultos. A importância concedida ao ciberespaço fica mais clara quando o Programa estabelece a Rede Nacional de Direitos Humanos, que tem como interface com a sociedade um *website* na *internet*:

478. Apoiar a estruturação da Rede Nacional de Direitos Humanos – <http://www.rndh.gov.br>, a criação de bancos de dados com informações relativas a entidades, representantes políticos, empresas, sindicatos, igrejas, escolas e associações comprometidas com a proteção e promoção dos direitos humanos, em nível nacional, e a divulgação de informações sobre direitos humanos por meio da *internet*. (PNDH, 2002: 74-75)

Além da preocupação com a educação, o PNDH esclarece que, para a garantia do direito à cultura e ao lazer, é necessário que se garanta a expressão cultural e artística das identidades locais e regionais, dentro do contexto nacional de

²⁷ Delors (2000) defende que a educação no início do século XXI deve se preocupar com quatro premissas básicas na elaboração de seus currículos, planos e metas: educar para que o indivíduo se reconheça como ser social; para que saiba conviver consigo mesmo e em sociedade; para que tenha capacitação e habilitação prática; e, em busca da autonomia e protagonismo, para que aprenda a aprender, sendo capaz de desenvolver seu repertório intelectual de maneira independente.

multiplicidade étnica e cultural do país. Segundo o artigo 459 do plano, isso deve ocorrer por meio de políticas públicas de apoio e estímulo à preservação do patrimônio cultural de cada grupo. Assim, o artigo 460 estimula o fomento das manifestações artísticas populares, requerendo especial atenção ao folclore e à preservação de grupos tradicionais. Mesmo que esses artigos não tratem diretamente do envolvimento das TIC, a partir das linhas estudadas nesta dissertação pode-se ressaltar a vocação do uso do ciberespaço na promoção de soluções abrangentes para essas questões específicas.

Ainda em 2006, o governo estadual do Rio de Janeiro pretende implantar o projeto Infovia, que consiste na integração de 92 municípios do Estado por meio de uma estrutura *wireless* de “corredores digitais” que permitirão acesso à *internet* em banda larga e interligarão órgãos estaduais, instituições de ensino e pesquisa e sociedade civil organizada. Conforme entrevista de Tereza Porto, presidente do Centro de Tecnologia da Informação e de Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - Proderj, *“é a reedição em todo o território fluminense do Piraí Digital, infra-estrutura [...] implantada pioneiramente pela prefeitura de Piraí e que contou com o apoio tecnológico da autarquia”*. Localizado no Estado do Rio de Janeiro, na região do Médio Paraíba, a 300 quilômetros de São Paulo, 330 quilômetros de Belo Horizonte e a 70 quilômetros do Porto de Sepetiba, o município de Piraí recentemente desenvolveu uma série de ações de planejamento que se apresentam como bom exemplo prático da integração interdisciplinar de políticas públicas para o desenvolvimento local. O envolvimento da sociedade como um todo nas etapas de planejamento se deu em um contexto em que o prefeito municipal se colocava como empreendedor do desenvolvimento, e não apenas como gestor de serviços. Assim, a partir do levantamento da problemática e dos potenciais da cidade, que se

encontrava em severa crise após a privatização da companhia de energia *Light*, que sustentava a base econômica e social local, a prefeitura iniciou o processo de articulação, motivação e promoção dos atores locais. Coelho, F.D. (2001:11) considera que o que chama de construção de uma “*ambiência produtiva*” determinou a possibilidade de geração de uma cultura de inovação e empreendedorismo no encontro de alternativas tanto para a solução quanto para a prevenção dos problemas da cidade.

O diferencial que parece se estabelecer na experiência de Pirai é justamente a preocupação com o planejamento urbano e regional e a utilização das TIC como ferramenta e meio de obter desenvolvimento auto-sustentável. Antes de promover o uso da *internet* nos diversos setores da cidade, a prefeitura se preocupou em fomentar a cultura de trabalho em rede. Atualmente, há uma preocupação muito grande com a atração de empresas para a localidade, que recebem toda a infra-estrutura telemática necessária para seu desenvolvimento, além do aporte de sistemas já desenvolvidos no local, que facilitam os processos logísticos. Em contrapartida, fato que demonstra a interligação das ações em rede, as empresas devem colaborar com os processos de inclusão digital que ocorrem nas escolas municipais, por exemplo. A parceria com instituições universitárias e autarquias estaduais garantiu o desenvolvimento de projetos de ensino à distância, que capacitaram, inclusive, os próprios servidores públicos, que deveriam multiplicar e manter as iniciativas de apropriação das TIC.

A rede “invisível” também se apresenta de outras formas, unindo ações físicas e digitais. As comunidades rurais, que antes ficavam isoladas pela geografia do município, cidade e distritos e que migravam para a área urbana, parecem estar retornando às suas origens, sobretudo por causa do apoio dado a cooperativas e

pelas alternativas criadas de diversificação de culturas e comercialização de produtos. Além do aporte econômico que devolveu muitas pessoas à zona rural, as TIC aproximaram a cidade e o campo e as comunidades distanciadas pelas condições geográficas locais (mares de morros), possibilitando o acesso rápido à informação para as comunidades da zona rural. *“Na zona rural, os recursos tecnológicos possibilitam que os produtores tenham acesso a informações sobre canais de exportação, preço dos insumos, cotação dos seus produtos, etc.”* (PGPC, 2004: 82).

O planejamento urbano e digital de Piraí, como afirma Silva (2002: 213), tem obtido sucesso por não se restringir a uma visão parcial, focada apenas na economia, mas por ser um fenômeno induzido de forma abrangente. São consideradas as esferas social, cultural e ambiental e conjugadas ações nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e geração de emprego e renda, nas quais são sensíveis os esforços para a melhora da distribuição de renda e oportunidades de crescimento para indivíduos e comunidades. De acordo com o PGPC (2004: 82), *“Piraí decidiu adotar uma proposta em que todos podem usufruir as novas tecnologias”*, em vez de seguir o caminho já trilhado pela maioria das experiências de inclusão digital brasileiras, que optam por um segmento específico da população. Em apoio a outras iniciativas desenvolvidas anteriormente pelo governo municipal, como o Governo Itinerante, no qual prefeito e secretários se deslocavam periodicamente até as comunidades, foram projetadas ações viabilizadas pelo ciberespaço, como o sistema de gestão em rede, que deverá abranger educação, saúde, segurança e outros setores públicos, tanto oferecendo serviços quanto espaço de acompanhamento dos atos públicos municipais e uma Ouvidoria Municipal digital, conforme relato presente no portal da cidade.

Coelho, F.D. (2001,13) explica que a tecnologia e seus desdobramentos são apenas meios para se garantir o acesso à informação e à participação de todos. Pode-se perceber que, ao desenvolver um programa de elevação da cidade como um todo, segundo um método humanista de valorização da educação e do patrimônio local cultural, todas as comunidades recebem atenção e têm sua rede de assistência e promoção resgatada, direta, ou indiretamente, seja pelo próprio governo ou pelas ações que articula. A disponibilização do contato com as TIC, a geração de possibilidades de trabalho e aumento da auto-estima individual e grupal podem fazer com que essas pessoas e comunidades tendam a se tornar agentes de modificação de suas vidas e de sua cidade. Coelho, F.D. (2001,13) acredita, enfim, que o Espaço seja reflexo e condição das práticas sociais estabelecidas e defende as redes:

O espaço herdado e o espaço projetado se interagem num processo de assimilação das redes de comunicação à infra-estrutura que já organiza e urbaniza o território como vias férreas, estradas, redes de abastecimento de água, de gás, de eletricidade, de telefonia e televisão.

Para Sorj e Guedes (2005:21), políticas públicas desenvolvidas sob a ótica da articulação abrangente aos diversos setores políticos e sociais e no bojo do debate universalizado e participativo são *“fundamentais para atingir uma escala que iniciativas voluntárias não têm condições de obter”*. Na verdade, parece ser possível supor que, no contexto atual do país, nenhum setor sozinho possa suprir a demanda pelo direito às TIC, como forma de real favorecimento das estruturas comunitárias, a contento. Se o for, possivelmente será a altos custos. O problema da inclusão digital, que aparentemente se resolveria com o simples favorecimento de acesso a computadores, em verdade engloba uma série de questões que culminam na conquista da cidadania e da soberania popular em uma democracia e no fortalecimento dos laços comunitários. As soluções que se apresentam ainda

passam pelos filtros da ação cultural e educacional, principalmente, esbarrando nos obstáculos impostos pela dominação cultural e pelos interesses políticos e econômicos locais e globais, como já se levantou e discutiu no decorrer deste trabalho.

O que temos de defender hoje [o autor escreveu seu texto na segunda metade do século XX] não são os valores desenvolvidos em qualquer cultura especial ou por qualquer modo de comunicação. A tecnologia moderna pretende tentar uma transformação total do homem e do seu meio, o que por seu turno exige a inspeção e defesa de todos os valores humanos. E pelo que respeita ao mero auxílio humano, a cidadela dessa defesa deve estar localizada na consciência analítica da natureza do processo criador envolvido no conhecimento humano, pois é nessa cidadela que a ciência e a tecnologia já se estabeleceram quanto à sua manipulação de novos meios. (MCLUHAN: 2000,162).

5 CONCLUSÃO

Por meio da organização em comunidades, a humanidade parece ter encontrado e mantido uma estratégia de sobrevivência fundada em uma relação positiva e relativamente vantajosa de custo-benefício.

Como processo histórico, a manutenção da comunidade demanda adaptação. Com o estabelecimento dos paradigmas norteadores das relações humanas, estipulados pelas TIC e pelo ciberespaço, houve certo deslocamento, ou ampliação, dos pilares clássicos das comunidades, o que fez com que a conceituação talvez pudesse atualmente definir comunidade como o grupo formado historicamente por pessoas unidas por laços de sociabilidade e sentimento de pertença, que se comunicam entre si pela partilha de um patrimônio cultural, seja pelo contato presencial (viabilizado pela ocupação de um mesmo território físico), seja por processos mediados pelas TIC (em ambientes virtuais), para alcançar êxito no cumprimento efetivo de seus objetivos ou interesses comuns.

Acredita-se que as definições e classificações que foram apresentadas nesta monografia possam colaborar com o desenho de tipos ou quadros analíticos que podem servir como referencial para planejamentos e acompanhamentos de intervenções em problemáticas diversas relacionadas às comunidades frente às TIC e aos processos superacelerados de globalização. Dessa forma, se ficou claro que os conceitos clássicos aqui estudados de Comunidade e Sociedade são mecanismos analíticos ideais e não estanques, utilizados para a compreensão da realidade, pode-se considerar também que os diversos níveis e tipos de Comunidades que têm surgido com a possibilidade de contato com as TIC pela

imersão dos grupos locais no contexto global também não podem ser concebidos sem flexibilidade.

Este estudo estruturou a idéia de que a Comunidade se mantém unida em torno e por meio de seu patrimônio cultural, que garante, inclusive, a possibilidade de ampliação local, glocal e global do grupo sem sua descaracterização. A chave para que as comunidades socialmente vulneráveis sejam capazes de se manterem coesas e serem fortalecidas nestes novos tempos parece estar na sua capacidade de agregar as TIC a seus patrimônios culturais de forma conscientemente crítica e planejada, pois é possível crer que, quanto mais forte for a coesão do grupo em torno de seu patrimônio cultural, mais forte será o grupo e melhor resistirá aos processos de dominação. Essa constatação se justifica pelo conceito já estabelecido de cultura como o “conjunto de realizações simbólicas e físicas humanas, ou conjunto de fixos e fluxos de um determinado agrupamento humano, cujo conhecimento e práticas são adquiridos, acumulados e desenvolvidos constantemente, por meio dos processos internos do grupo e de seu contato com outros grupos”. Logo, o patrimônio cultural não é algo original, formado sem influência externa, mas deve ser protegido do impacto que pode ocorrer quando a inserção de novos elementos ocorre de forma abrupta ou violenta. No entanto, também se defende a tensão entre diferentes culturas, saudada como necessária e salutar. O problema estaria na aceleração da Supermodernidade e a agressividade da sociedade de consumo capitalista globalizada, que muitas vezes impõe novos paradigmas a comunidades que, não resguardadas, acabam tendo seus dados culturais diluídos ou desvalorizados em meio ao novo contexto estabelecido, sem o respeito ao ritmo natural de entendimento, absorção e reação desses processos.

A proposta de mudança é tão grave que, ao se possibilitar a comunicação ubíqua à distância, com opções síncronas e assíncronas, em fluxos ininterruptos de informações, altera-se a relação da comunidade com seu território físico, que pode se tornar ampliado ou mesmo virtual. Provavelmente, essa nova condição é o ponto central da promoção da revisão e adaptação da conceituação clássica e, mais que isso, de sua aplicação prática cotidiana. Considerando-se a proximidade conceitual entre o ciberespaço e o *Khôra*, e ao se constatar que os ambientes virtuais, possibilitados pelas TIC e tecnologias de simulação espacial, estejam a cada dia mais perceptíveis como universo físico, fica claro que estejam também crescendo as possibilidades de reconhecimento de ambientes digitais como território, dada a criação de fluxos que poderão ser entendidos como fixos – situação que, de certa forma, já vem ocorrendo. Nesse sentido, a ampliação das comunidades pelo ciberespaço pode determinar que o espírito de lugar, ou o “*genius-loci*”, tenda a se confundir ou a se fundir aos “*virtual settlements*”.

Logo, as comunidades que não conseguirem estabelecer suas portas de entrada e seus domínios no universo virtual poderão se encontrar banidas da realidade do desenvolvimento humano. Isso implicaria não apenas a exclusão social, mas um ciclo crescente de redução de possibilidades e alternativas para a superação dessa condição. Se o fenômeno da exclusão social não é algo novo, a incapacidade de acompanhamento da aceleração de fluxos promovida pelas TIC deixaria as bordas do abismo entre incluídos e excluídos cada vez mais distantes e difíceis de serem transpostas. No caminho contrário, aquelas comunidades que conseguirem se apropriar destas tecnologias e de seus desdobramentos práticos e teóricos talvez possam se libertar de seu território físico, mantendo e agregando laços com membros distantes que, em um ritmo próprio e coordenado naturalmente

pelas próprias comunidades, podem enriquecer o cabedal cultural do grupo, fortalecendo-o frente às alterações causadas pelas tentativas de interferência de outros grupos em suas dinâmicas e rotinas internas.

A despeito das colocações sobre a possibilidade de o ciberespaço promover o isolamento e impessoalidade de seus usuários, é importante lembrar que o mesmo é uma ferramenta, e não uma entidade viva consciente. Além disso, textos estudados levaram à conclusão contrária, de que a utilização do universo virtual pode remeter aos encontros físicos, favorecendo contatos presenciais e estimulando a coesão das comunidades. A forma com que se dá o contato com as TIC pode também interferir na relação que se estabelece entre as comunidades, seu patrimônio cultural e o estabelecimento pleno da democracia. Nesse contexto, criação, conquista e garantia de direitos e deveres, individuais ou dos grupos, e o estabelecimento da cidadania parecem constituir um ponto relevante para o fortalecimento da capacidade de as comunidades se manterem como tal, ao mesmo tempo em que defendem e reproduzem seus patrimônios culturais próprios, mesmo em ambientes locais. Aqui se compreendeu a democracia como uma tríade, formada também pela cidadania e pela soberania popular. Isso significa que para se alcançar os ideais democráticos, é preciso que todos os membros de uma sociedade e de suas comunidades sejam habilitados e capazes de adentrar e de participar de forma ativa, crítica e consciente do fórum de decisões democrático. Mas a evolução tecnológica, ou melhor, a discrepância cultural causada pela falta de acesso aos avanços, pode vir a ser o grande Leviatã. Afinal, seja nos ambientes públicos ou privados, ou mesmo no interior de residências, as TIC têm alterado a vida humana em praticamente todas as suas esferas e instâncias, de forma direta ou indireta. Contudo, o aporte tecnológico pode também acelerar os processos democráticos, na

medida em que a informação é difundida com maior velocidade e abrangência e que as opiniões populares encontram nova forma de divulgação. O acompanhamento e reconhecimento de candidatos, governos e governantes, o fórum de debates, a eleição e apuração de votos, a mobilização e articulação políticas podem ocorrer pelos ambientes virtuais, desde que a população usuária e promotora desses serviços receba ou tenha condições de conquistar a base técnica, teórica e prática para tanto. Mostra-se, assim, o poder de influência das TIC e sua condição de ferramenta. Ficou claro que serão as opções políticas ou as estratégias de gestão de políticas públicas que determinarão os resultados de seu uso, pois as TIC e a economia global capitalista, cujos mecanismos e processos possibilitaram a interligação do planeta em rede e a reprodução dessa forma de organização nos mais diversos segmentos e atividades humanos, têm feito emergir o dilema inclusão/exclusão de forma contundente.

O modelo de organização em rede, bastante aproximado das comunidades, necessita de manutenção constante de fluxos, sobretudo informacionais, o que exige desejo e comprometimento de cada participante do grupo na construção do todo. Diferentes das pirâmides, que apresentam forte divisão entre os membros que detêm o saber técnico/teórico e o domínio tecnológico e aqueles que executam a produção “braçal”, as redes requerem certo nivelamento ou equivalência mínima de conhecimento de todos os seus integrantes para seu funcionamento, o que não exclui a divisão e especificidade de funções, mas faz com que as hierarquias, ou lideranças, quando estabelecidas, ocorram de forma acordada e muitas vezes temporária. Mesmo as organizações piramidais têm tendido ao encontro com o modelo anterior. A velocidade de decisão e ação das pirâmides tem recebido o aporte da participação democrática e do respeito entre os

indivíduos que ocorre nas redes. Situações que apresentam o que poderia se chamar de uma hierarquia mais solidária, ou humana, têm se formado em pirâmides entrecortadas por redes em diversas atividades humanas. Nota-se que as TIC e a idéia das redes interferem e estimulam o patrimônio cultural humano, podendo promover a redefinição de identidades culturais e políticas dos indivíduos e de seus grupos.

No Brasil, a prática política historicamente piramidal e geradora de dependência é pouco favorável ao estabelecimento da participação popular efetiva, da cidadania e da democracia plenas. Paralelamente, os processos educacionais estão cada vez mais desestruturados e o Estado tem perdido crescentemente sua força e condição de estabelecimento do bem-estar geral, aumentando os níveis de vulnerabilidade social e, por essa ótica, cultural e política. Nesse contexto, quando o repertório cultural de um grupo perde significados de forma acelerada ou forçada, ou a situação de vulnerabilidade social é tão grave que a luta pela manutenção do mesmo se torna secundária para os indivíduos e comunidades que tentam apenas sobreviver, o estabelecimento de um sistema hegemônico de dominação é facilitado. Ao mesmo tempo, ao se valorizar excessivamente o consumo, os sentimentos de sociabilidade, pertença e o interesse comum podem se perder. À medida que o patrimônio cultural se torna um conjunto de bens de consumo descartáveis, essa relação também pode se dar no âmbito das relações humanas e políticas, que também podem se volatilizar.

Ao mesmo tempo, o sistema capitalista parece não condizer com a democracia, mesmo que a segunda seja patrocinada pelo primeiro. Nota-se que, com a soma desses fatores, que também têm ocorrido em várias partes do mundo, os ideais democráticos tendem a ser substituídos por uma democracia incompleta

ou até mesmo “de fachada”. Nesse sistema, as “leis de mercado” tendem à hegemonia e a participação popular é ilusória, pois grande parte da população ou é chamada para decidir sobre opções pré-determinadas ou é conduzida por força da propaganda e dos pequenos favorecimentos, instrumentos de manipulação da opinião pública.

A derrocada dos ambientes e ferramentas educacionais e o fortalecimento da indústria cultural são elementos de enfraquecimento do modo de vida em comunidade. Essas constatações fazem com que a preocupação com a destruição de patrimônios culturais diversos e a conseqüente desestruturação das comunidades e o aumento das diferenças sociais fique cada vez mais urgente e grave. Compreendendo-se esse contexto e considerando-se as TIC e os ambientes virtuais como os mantenedores de uma dimensão simbólica que tende a abranger e ampliar o mundo físico completamente, o preparo das comunidades para o impacto das mídias eletrônicas e digitais se mostra fundamental para a sua sobrevivência cultural e política e para sua promoção social. Quando há condições de as comunidades compreenderem e se apoderarem dos novos elementos externos que se apresentam frente a seu patrimônio cultural, a dinâmica se estabelece de forma positiva. Pode-se lembrar que, muitas vezes, a cultura de grupos dominados influencia mais a cultura dos dominadores do que o contrário, em um processo que pode ser enriquecedor para ambos os grupos.

Atualmente, pelo alto poder de segmentação e abrangência das novas mídias, surgem alternativas de aproximação ou equiparação de forças e oportunidades e alternativas de desenvolvimento entre os grupos dominados e dominadores. As relações de poder que, anteriormente pareciam estar na propriedade dos meios de difusão e de recepção de informações, atualmente

parecem estar migrando para o conhecimento de operação desses meios, já que a tecnologia e seus equipamentos e sistemas têm se banalizado a ponto de serem apropriados facilmente, seja pelo barateamento relativo de seus produtos ou mesmo por meio da pirataria, por exemplo. Contudo, tanto o consumo facilitado quanto a apropriação “irregular” não devem ser tomados como caminhos positivos caso não haja o preparo das comunidades para a utilização dos bens que assim adquirem. Apesar de poder ser considerado como um exercício de reação frente à indústria cultural, a pirataria pode ser entendida como uma estratégia do próprio sistema para sua repetição e manutenção. Seria uma relação de estagnação do patrimônio cultural genuíno dos usuários piratas que, em vez de desenvolverem suas próprias ferramentas, são obrigados a se colocarem em uma condição de constrangimento. Pode-se supor que a pirataria, em determinado nível e para determinados segmentos da população, pode até mesmo ser aceita pelos grandes produtores de *software* como uma estratégia de mercado, para que se estabeleça seu monopólio. Por outro lado, mais que apenas copiar o bem cultural de outro grupo, a banalização tecnológica tem permitido que, a exemplo da difusão dos *softwares* livres e abertos, seja possível a apropriação de modelos e sistemas para sua alteração e adaptação. Em termos culturais, isso significaria a aculturação de um elemento novo na dinâmica de vida de uma determinada comunidade, não apenas sua simples aceitação. No caso das comunidades socialmente vulneráveis, julga-se fundamental o estímulo à valorização da cultura local, por meio do aporte educacional necessário para que se estabeleçam as possibilidades de seus membros aprenderem a conviver entre si, reconhecendo-se como indivíduos formadores de uma rede, e, nesse ambiente, conseguirem dominar os caminhos de sua formação contínua e autônoma para a aplicação prática dos conhecimentos e informações adquiridos na

promoção de si mesmos e de seu grupo. Com o aporte das TIC e o conhecimento aprofundado de suas operações, podem-se gerar ações culturais que promovam o indivíduo e fortaleçam a comunidade, em iniciativas autopropulsoras de multiplicação. Uma ação cultural ampla com base no uso e manipulação livres do ciberespaço que dinamize um processo de desacomodação frente a seu patrimônio cultural próprio pode ser de grande valia contra a ameaça apresentada pela indústria cultural massificadora.

Em ambientes democráticos, devem-se aceitar as desigualdades entre os indivíduos e grupos, até para que seja possível reconhecê-los e reduzir as diferenças entre eles. A democracia parece ser um sistema que deve garantir a capacidade dos indivíduos e grupos de gerar, lutar, conquistar e manter seus direitos em todas as suas dimensões, de forma consciente e duradoura, em um contexto de conflito, tensão e debate constantes, com a consciência de que o debate popular deve romper e superar a manipulação da opinião pública, sempre sujeita a uma grande gama de distorções. Se a democracia é um sistema de governo da maioria, que pode ser coordenado por um grupo temporariamente eleito para tanto, suas orientações devem ser direcionadas em prol de todos, e devem ser considerados e segurados os direitos e deveres das minorias.

Dado o nível de utilização do mundo virtual nas atividades cotidianas, pode-se afirmar que as TIC já são parte da infra-estrutura urbana mínima, necessária para a sobrevivência digna e edificante dos cidadãos. Assim, pode-se crer que as TIC e o acesso e manipulação críticos e conscientes do ciberespaço seriam, por si sós, um direito social. Estas condições também servem diretamente aos direitos civis, pois podem ser utilizadas pelo povo como escudo contra o Estado, como um meio relativamente barato, rápido e abrangente de difusão de idéias e

expressão de pensamento, como ferramenta para a manutenção da vida ou, indiretamente, para a conquista da mobilidade e da propriedade. Ainda podem ser entendidas como forma de garantia de direitos, como linha de articulação e organização política das comunidades, inclusive em rede, e com grande poder de abrangência geográfica. As TIC e seus desdobramentos podem ser utilizados na facilitação da compreensão e apropriação de processos democráticos, como tomada de decisões, influência e gerenciamento em governos de diversas instâncias.

Como já ficou claro, se a inclusão digital não necessariamente garante a conquista de direitos pela inclusão social, acredita-se que a exclusão digital possa acarretar diretamente a exclusão social e situações de dominação e perda de patrimônio cultural. Ao se utilizarem das TIC e de seus desdobramentos, os cidadãos mais vulneráveis poderiam compensar muitas de suas mazelas e ganhar tempo de deslocamento para a redução de muitos de seus esforços de chegada a serviços públicos, por exemplo. As ações de democracia eletrônica, como os governos eletrônicos, poderiam garantir a participação dessa população em vários momentos e esferas, pois, com mais tempo e conhecimento garantidos, talvez surgissem mais oportunidades de se ir até a “*Ágora*”. Acredita-se que as TIC apresentem grande utilidade para serem aproveitadas por gestores de políticas públicas para melhorar as condições de vida de toda a sociedade e, conseqüentemente, das comunidades mais vulneráveis, desde que a luta contra a exclusão digital remeta a ações diretas e concretas de todos os setores sociais em prol da inclusão social, e que haja a definição de políticas públicas integradas para a inclusão digital, e não apenas uma ou outra experiência pontual atingindo partes das numerosas comunidades socialmente vulneráveis espalhadas pelo país ou pelo mundo. Também parece ser determinante que os esforços de inclusão sejam

orientados pela busca de redução dos impactos negativos e dos danos sociais que o uso desequilibrado das TIC pode gerar ou fomentar nos setores e grupos sociais mais fragilizados, com relação, inclusive, à distribuição de riqueza, produção cultural e oportunidades de vida.

Para que as comunidades se orientem de forma protagonista frente às TIC, não basta haver apenas acesso à *internet* e aos códigos fonte. É preciso que haja apropriação crítica. Nesse caso, o processo educacional pode ser, como se vem observando, um ponto determinante na conquista da democracia enquanto fonte de consciência crítica e atitudes geradoras da formação autônoma, na habilitação dos indivíduos para a conquista de direitos e na valorização dos patrimônios culturais locais de suas comunidades. Nesse sentido, também é interessante observar como a rede, física ou ampliada, pode ser entendida como uma estrutura democrática e pedagógica a partir do ponto em que os seus participantes recebem, trocam e geram informações e conhecimento constantemente, inclusive para sua própria manutenção. Um ciclo de aprimoramento contínuo pode ocorrer quando se observa que, principalmente após o advento das TIC e do ciberespaço, os ambientes educacionais não necessariamente devam ser exclusivamente limitados às escolas. Em suma, não parece apropriado se entender a inclusão digital em ambientes escolares apenas para a formação da mão-de-obra, mas como caminho para o desenvolvimento de projetos de vida e, nesse sentido, o conhecimento, abertura, apropriação e domínio dos códigos envolvidos no processo parecem ganhar ainda mais peso na discussão. Em uma realidade como a brasileira, antes de aprenderem a linguagem dos *softwares*, muitas pessoas ainda necessitam aprender a interpretar e a dominar basicamente a própria língua mãe, o

que é uma limitação muito clara para que se alcancem patamares de inclusão além do simples contato.

Com isso, o processo de apropriação das TIC é longo e o domínio dos códigos fonte parece ainda muito distante, mesmo com a importância perceptivelmente crescente que tem sido dada ao uso dos *softwares* livres e abertos. Supõe-se que, para o bem das comunidades, melhor será que esta estrada seja desenhada por ações planejadas que sejam ao mesmo tempo processos pedagógicos, não apenas de conhecimento técnico ou teórico, mas da formação de perfis de protagonismo para a ampliação consciente e crítica de possibilidades contidas nessa proposta de mudança. Acredita-se que não só a inteligência coletiva, mas as culturas de sociedades inteiras podem também estar em jogo durante essa fase de profunda adaptação pela qual a humanidade transita. Contudo, é possível concluir que os ambientes escolares, por sua importância e referência tradicionais e pela aglutinação do público jovem, sejam fundamentais para a inclusão digital. Ao mesmo tempo, a apropriação e debate das novas orientações pedagógicas oriundas do contexto contemporâneo favorecem o uso positivo das TIC. No entanto, provavelmente, enquanto não se repensar a realidade prática do sistema educacional brasileiro, que não aparenta estar apto à formação de cidadãos plenos, independentemente do aporte tecnológico, será difícil acreditar que os esforços de inclusão digital garantam a inclusão social.

Ao se determinar a necessidade de geração de políticas públicas para a garantia de direitos e promoção humana por meio da apropriação das TIC, é preciso observar que, para cada grupo, talvez haja uma necessidade diferente e que o levantamento das mesmas deve ser realizado com participação do próprio grupo em questão. Da mesma forma, se é desejada a estruturação de uma relação

participativa, é preciso que se coloquem estes parâmetros desde o início dos trabalhos de elaboração e desenho das políticas públicas. O planejamento local ou regional aparentemente necessita de integração de gestores e população, poder público e sociedade civil organizada para que funcione de forma construtiva, dentro dos novos paradigmas colocados pelas TIC e pela Globalização. Além disso, cabe lembrar que o Povo é o todo. Não há indivíduo que não seja parte do Povo. Logo, participação popular é participação de todos. Da mesma forma deve ser encarada a cidadania, como a condição universal de gerar, discutir e ter os direitos e deveres respeitados.

Este estudo levou a crer que a diversificação na possibilidade de categorização de comunidades (físicas locais, virtuais, ampliadas locais e gloais), que ainda é multiplicada pelos níveis de interação com as TIC em que as mesmas se encontram (de ações de uso e acesso, provimento e de complexidade de rede), faz com que se torne urgente a discussão da questão da inclusão digital. Esta preocupação deve ser encarada como uma política pública que, além de ser instrumento de direito, também é ferramenta de manutenção de direitos, pois, mesmo que a inclusão digital não signifique inclusão social imediata, a condição de exclusão digital, provavelmente, remeterá a condições de exclusão de diversos níveis. Nesse caso, poderá ser construído um cenário de atraso que poderá fragilizar ou mesmo desestruturar diversas comunidades, abrindo caminho para a dominação cultural e, conseqüentemente, política. Assim, acredita-se que a inclusão digital seja, hoje, uma necessidade e uma condição democrática de manutenção da cidadania e da soberania popular.

De modo geral, pode-se afirmar que as experiências de geração e implantação de políticas públicas para a inclusão digital que se estabeleceram no

Brasil ocorreram de forma pontual. Por não ter havido, até o momento, qualquer coordenação geral notável destas atividades, a impressão que se determina é de que a questão ainda é bastante nebulosa para muitos, mas universidades, iniciativa privada, sociedade civil organizada e governos já têm se debruçado sobre o tema e buscado alternativas viáveis e até mesmo auto-sustentáveis para o desenho de projetos e ações concretas nesta área. Nesse cenário de construção, tanto é possível encontrar iniciativas qualitativas de ponta e comprometidas com a promoção humana quanto se deparar com oportunismos quantitativos dos mais diversos. No entanto, o ponto positivo de maior relevância para a validação da hipótese geradora deste estudo parece estar no fato de que, uma vez tocadas pelas TIC, as comunidades compreendem sua validade prática e sentem sua interferência na estrutura de suas relações políticas e culturais internas e externas. A partir daí, parece se estabelecer como consequência a demanda pelas TIC como um direito do grupo e dos indivíduos. Mas, aparentemente, quanto mais se demorar para se desenvolver a integração de políticas públicas para a apropriação crítica, consciente e ativa do ciberespaço com olhos nas esferas nacional, estaduais e municipais, possivelmente mais difícil será para o Brasil obter um espaço ao Sol da “glocalização”. Talvez pela constatação deste panorama, a preocupação inicial das iniciativas de inclusão digital tenda a ser voltada para as comunidades mais socialmente vulneráveis, que estão em situação de risco maior. No entanto, nota-se que, ao se planejar ações abrangentes capazes de integrar outras políticas públicas e setores da sociedade, também há chances de grande sucesso, possivelmente com maior eficiência e menores investimentos a médio e longo prazo.

BIBLIOGRAFIA

ABNT. Normas sobre documentação: coletânea de normas. Rio de Janeiro: ABNT. s.d.

ANHAIA MELLO, L. I. R. Urbanismo e suas normas para a organização de planos. Boletim do Instituto de Engenharia, n.89, abril, 1933.

AUGÉ, M. No-lugares y espacio público. *in* Quaderns 231 del Colégio de Arctetos de Catalunya, 2001. p 6-10.

_____. Dos lugares aos não-lugares. *in* Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994. p 71-105.

BOGDAN, R.C. e Biklen, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1999.

BUCCI, M.P.D. et alli. *Direitos humanos e políticas públicas*. Cadernos Pólis, 2. São Paulo: Instituto Pólis, 2001.

CACCIA BAVA, A. Palestra ministrada em 6 jun. de 2003 no auditório do Centro Social Marista de Ribeirão Preto, SP.

_____. Solidariedade, sociabilidade e ética política: temas clássicos ou contemporâneos? *in* D'INCAO, M. A. (org.) *Sociabilidade, Espaço e Sociedade*. São Paulo; Grupo Editores, 1999.

CACCIA BAVA, S. Democracia e participação. *in* Teixeira, A C.C, (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

_____. Tecnologia social e desenvolvimento local. *in* *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

CALDAS, W. *Cultura de massa e política de comunicações*. São Paulo: Global, 1986.

CAMARGO, A R. *et alii* Nota introdutória sobre a construção de um Objeto de estudo: o Urbano. *in* Estudos FUNDAP. São Paulo, 1983, n.1, 1 ed. *in* Cadernos de Pesquisa do LAPSão Paulo: FAU-USP, 1997, n.17, 2 ed.

_____. Sobre o conceito de Apropriação de um serviço urbano. *in Planejamento e design de políticas públicas para serviços urbanos*. São Carlos: e-Urb EESC-USP, 2003.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, 4ed.

_____. *Culturas Híbridas - Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2000, 3ed.

CASCUDO, L.C. *Civilização e Cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio/MEC, 1973, v.2.

CASTEL, R. *A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação*. Caderno Centro de Recursos Humanos, v.27, n.1, 1997.

CASTELLS, M. Grassrooting the Space of Flows, *in Wheller, J.O., Aoyama, Y e Warf, B. Cities in the Telecommunications Age: The Fracturing of Geographies*. Londres: Routledge, 2000.

_____. (1). *A era da informação: economia, sociedade e cultura - A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v.1.

_____. (2) *A era da informação: economia, sociedade e cultura - O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 2.

_____. (3) *A era da informação: economia, sociedade e cultura - Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 3.

CHAUÍ, M. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. *in Teixeira, A C.C, (Org.). Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005.

_____. *Cultura e Democracia: o discurso e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2001. 9ed.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

COELHO, F.D. *Ambiência produtiva e construção social no território: o programa de desenvolvimento local no município de Piraí*. IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2 - 5 nov. 2004.

COELHO, T. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001. Coleção Primeiros Passos: 216.

Conteúdo Social chega às telas dos telefones móveis. Jornal O Estado de S. Paulo. 27 dez. 2005. Caderno Economia B5.

COUTINHO, C. N. *Notas sobre cidadania e modernidade in Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social*. Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social. v.1, n.1 - primeiro semestre de 1997.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Viviane Ribeiro (trad.). Bauru: Edusc, 2002, 2. ed.

DEL RIO, V. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

DELORS, J. *Educação, um tesouro a descobrir* - Relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o séc. XXI. UNESCO, MEC, Cortez Editora: São Paulo, 2000.

DIAS JÚNIOR, N.N. *Inclusão Digital: o caso da Estação Futuro da Rocinha*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, UFRJ, 2004.

Diretrizes Nacionais para a Política de atenção integral à infância e à adolescência. Brasília: Presidência da República, Secretaria especial dos Direitos Humanos, CONANDA, 2003.

DUARTE, F. *Arquitetura e tecnologia da informação – Da Revolução industrial à Revolução digital*. São Paulo: Fapesp – Editora da Unicamp, 1999.

_____. *Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura*. São Paulo: Perspectivas, Fapesp, 2002.

DURKHEIM E. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 1989, v.1

_____. Objetividade e identidade na análise da vida social in Foracchi, M.M e Martins, J. S. *Sociologia e sociedade. Leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos editora, 1994.

EUBANK, E.E. *Concepts of Sociology*, Boston: Heath, 1932, p. 2 in Ferreira, F. P. *Teoria social da comunidade*. São Paulo: Editora Helder, 1968.

FERRARA, L. D. Arquitetura e linguagem: investigação contínua. *in* Fechine, Y. e Fechine, A. C. (org.). *Visualidade Urbanidade Intertextualidade*. São Paulo: Hacker, 1993.

FERREIRA, F. P. *Teoria social da comunidade*. São Paulo: Editora Helder, 1968.

FOUCAULT, M., *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREITAS, C. S. *Capital Tecnológico informacional*. *in* Estudos de Sociologia. Jaú: Depto de Sociologia e Programa de Pós Graduação em Sociologia FCL/ENESP/Car. n.17, segundo semestre de 2004.

GÓMEZ, J. M. *Globalização da política. Mitos Realidades e Dilemas in Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social*. Rio de Janeiro: UFRJ- Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social, v.1, n.1, primeiro semestre de 1997.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Coutinho, C. N. (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 9ed.

GUERRAND, R. H. Espaços Privados. *in* Perrot, Michele (org). *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, v.4.

GURNEY, P., Aguirre, B.E. *La teoria sociológica de Ferdinand Tonnies*. *in* Revista Interamericana de Sociologia, 1980. v.9, jan - dez. 29, p.145-154.

HALL, E. *The hidden dimension*. New York: Anchor Book. 1969.

HALL, K. B. *Communit by design: new urbanism for suburbs and small communities*. New York: McGraw Hill. 2001.

HOBBS, T. *Do Cidadão*. Ferreira, R.L. (org), Ribeiro, R.J. (trad). São Paulo: Martins Fontes, 1998. 2 ed.

HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

HOMMA, M. *O Atendimento em Regime de Apoio Socioeducativo em Meio Aberto*. Bauru: AMENCAR. 1999.

HORAN, T. *Digital Places: Building our City of Bits*. Washington: ULI - the Urban Institute, 2000.

HORAN, T. e Wells, K. (2005). Digital Communities of Practice: Investigation of Actionable Knowledge for Local Information Networks Knowledge, Technology and Policy. in Firmino, R (org.). *Knowledge Technology and Policy, Virtual Cities*. Somerset: Transactions, 2005. v.18 n.1.

IANNI, O. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IMBERNÓN, F. (org) *A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato*. Rosa, E (trad.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, 2 ed.

JAMBEIRO, O. e SILVA, H.P. *Políticas de informação: digitalizando a inclusão social in Estudos de Sociologia*. Jaú: Depto de Sociologia e Programa de Pós Graduação em Sociologia FCL/ENESP/Car. n.17, 2º semestre de 2004.

KOWARICK, L. e Bonduki, N. Espaço Urbano e espaço político: do populismo à reurbanização. in Kowarick, L. *As lutas sociais e a cidade. São Paulo, passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAMPARELLI, Celso. *Louis Joseph Lebrete e a pesquisa urbano regional no Brasil. Crônicas tardias ou História prematura*. Revista Espaço e Debates nº 37, 1994.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2001.

LEBRET, J. L. *Charte de l'Aménagement*. Revista Economie et Humanism nº 79, 1953. tradução do laboratório de projetos gráficos FAU-USP, 1973.

_____. *Manifesto por uma civilização solidária*. São Paulo: Duas Cidades, 1959.

_____. *Manual de Encuesta Social*. Madrid: Ediciones Rialp S.A. 1961.

LEME, Maria Cristina da Silva e Lamparelli, Celso Monteiro. *A politização do urbanismo no Brasil: a vertente católica*. Anais da Anpur. 2001.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 1999.

LOPES, M.I.V. de. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 5ed.

LYNCH, K. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edição 70, 1981.

Manual do Telecentro: Cidadania e atendimento público no Plano de inclusão digital. Prefeitura Municipal de São Paulo: 2002.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MCLUHAN, M. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. - Understanding Media - Pignatari, D. (trad.) São Paulo: Cultrix, 1999. 11ed.

_____. Visão Som e Fúria. in Costa Lima, L. *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MITCHELL, W. J. *City of Bits - Space, Place and the Infobahn*. 4ed. Massachusetts: MIT, 1997.

MONTANER, J. M. Espacio y antiespacio, lugar y no lugar em la arquitectura moderna. in GILI, G. *La Modernidad superada: arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX*. Barcelona: 1997.

NEGROPONTE, N. *A vida Digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NETO, F. C. Simmel: Sociebilidade e sociedade moderna. in D'INCAO, M. A. (org.) *Sociabilidade, Espaço e Sociedade*. São Paulo; Grupo Editores, 1999.

NIE, N. H. & ERBRING, L. *Internet and Society: A Preliminary report*. Stanford University. V1, summer 2002, p.275 a 283. Documento digital disponível em <http://www.ITandSociety.org>. Acessado em ago. 2005.

OLIVEIRA, F. O capital contra a democracia. in Teixeira, A C.C, (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

PANOFSKY, E. *Idéia: a evolução do conceito de belo*. São Paulo: Martins Fontes. 1994.

PARENTE, A. A última versão da realidade: o virtual como metafísica da exterioridade. in Ferreira, L.C. (Org.). *A sociologia no horizonte do século XXI*. 1ed. São Paulo: Bomtempo, 1997, v. 1.

Programa Gestão Pública e Cidadania: Histórias de um Brasil que funciona – PGPC 2004. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004.

Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 2 – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social; Ministério da Justiça, 2002.

PUTERMAN, P. *Indústria Cultural: a agonia de um conceito*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

RHEINGOLD, H. *La Comunidad Virtual: Una Sociedad sin Fronteras*. in Colección Limites de La Ciencia. Barcelona: Gedisa Editorial, 1994.

RIGAL, L. *A escola crítico-democrática: uma matéria pendente no limiar do século XXI*. in Imbernón, F. (org) *A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato*. Trad. Ernani Rosa – 2. ed. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ROLNIK, R. São Paulo: Início da Industrialização. in Kowarick, L. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, P. A. Participação Popular. in Teixeira, A C.C, (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

SANTOS JR., O. A. Dilemas e desafios da governança democrática. in Teixeira, A.C.C., (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

SANTOS, B. S. e Avritzer, L. Para ampliar o cânone democrático in Santos, B. S *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, L. G. Considerações Sobre A Realidade Virtual. in Ferreira, L.C. (Org.). *A sociologia no horizonte do século XXI*. 1ed. São Paulo: Bomtempo, 1997, v. 1.

SANTOS, M. *A Natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec. 1997, 2ed.

_____. *O espaço cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998, 4ed.

_____. *Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo: Hucitec. 1996, 2ed.

SAULE JR., N. Políticas Públicas Locais: Município e Direitos Humanos in Bucci, M.P.D. et alli. *Direitos humanos e políticas públicas*. Cadernos Pólis 2. São Paulo: Instituto Pólis, 2001.

SCHWARTZ, G. *Economia da Informação*. in 1º Seminário de Informação Corporativa USP. São Paulo: FEA/USP, Departamento de Biblioteconomia e Documentação, ECA USP. 23 e 24 out. 2003.

SERRA, A. Next Generation Community Networking: Futures for Digital Cities. in Ishida, T. e Isbister, K. (org.). *Digital Cities. Technologies, experiences and future perspectives*. Berlin: Springer, 2000.

SILVA, L. Programa de desenvolvimento local de Piraí. in *20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2001* Barboza, H.B. e Spink, P (org.). São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2002.

SILVEIRA, S. A. *Software Livre e Inclusão Digital* - Palestra ministrada em 7 dez. 2005 no auditório do ICMC Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação EESC USP.

_____. *Exclusão Digital – a miséria na era da informação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

SIMMEL, G. Sociabilidade, um exemplo da sociologia pura ou formal. in Simmel, G. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1997.

SOUZA SANTOS, B e AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. in SOUZA SANTOS, B. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOREAU, H. D. *Desobedecendo: Desobediência civil e outros escritos*. Drummond. J.A. (trad. e org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

TRAMONTANO, M. Vozes Distantes: organização e sociabilidade em comunidades informatizadas. in CASSINO, J. e SILVEIRA, S. A. *Inclusão digital e software livre*. São Paulo: Conrad, 2003.

TREVISAN, N. *Filhos ausentes: a experiência digital de Solonópole, CE*. São Carlos: Nomads. EESC-USP.

TRUZZI, M. *Sociology: The Classics Statments*. New York: Oxford University Press, 1971, p. 145-154.

USP. Escola de Engenharia de São Carlos. Serviço de Biblioteca. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses na EESC/USP*. São Carlos, 1993.

VIRILIO, P. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

VOUGA, C. South of the border: notas sobre a democracia na América Ibérica. in *Estudos de Sociologia*. Jaú: Depto de Sociologia e Programa de Pós Graduação em Sociologia FCL/ENESP/Car. n.17, segundo semestre de 2004.

WHEELER, J.O., Aoyama, Y e Warf, B. *Cities in the Telecommunications Age: The Fracturing of Geographies*. Londres: Routledge, 2000.

WIRTH, L. Delineamento e problemas da comunidade. in Fernandes, F. *Comunidade e sociedade no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.

WITTMANN, T. *Fortalecimento das parcerias é desafio do Terceiro Setor*. Documento digital disponível em: <http://www.cidadania-e.com.br>. Acessado em ago. 2003.

ZEVI, B. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, 4ed.

Documentos digitais

Acessa São Paulo. Documento digital disponível em <http://www.acessasaopaulo.sp.gov.br>. Acessado em mar. 2005.

BIANCHINI, Davi. Documento digital disponível em: <http://hera.nied.unicamp.br/~teleduc>. Acessado em abr. 2003.

_____. *Entre o comprar e o fazer em casa*. Documento digital disponível em: <http://hera.nied.unicamp.br/~teleduc>. Acessado em abr. 2003.

CORAMUSI, R. *Tonnies e il comunitarismo*. Documento digital disponível em: http://www.legaliberta.it/riflessioni/tonnies_e_il_comunitarismo.htm. Acessado em dez. 2004.

FACHINELLI, A. C., Marcon, C e Moinet, N. *A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação*. Documento digital disponível em: <http://www.comciencia.br>. Acessado em mai. 2003.

[http:// cidec.futuro.usp.br/cadernos/](http://cidec.futuro.usp.br/cadernos/). Documento digital acessado em mar. 2005.

http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/inet_everyday/inet_everyday.pdf
Documento digital acessado em set. 2005

[http:// www.solonopole.ce.gov.br](http://www.solonopole.ce.gov.br). Documento digital acessado em mar. 2003.

[http:// www.telecentros.sp.gov.br](http://www.telecentros.sp.gov.br). Documento digital acessado em mar. 2003.

http://beta.idgnow.com.br/internet/2006/01/16/idgnoticia.2006-02-06.6614911022/IDGNoticia_view. Documento digital acessado em 18 mar. 2006.

http://idgnow.uol.com.br/internet/2006/01/16/idgnoticia.2006-02-06.6614911022/IDGNoticia_view Documento digital acessado em 06 fev. 2006.

<http://www.ceara.com.br/m/solonopole>. Documento digital acessado em abr. 2003.

<http://www.metropolitanosc.com.br/site/vernoticia.php?id=7016>. Documento digital acessado em 13 mar. 2005.

<http://www.msn.com>. Documento digital acessado em abr. 2006.

<http://www.orkut.com>. Documento digital acessado em abr. 2006.

<http://www.pirai.rj.gov.br/capacitacaosl/index.htm> Documento digital acessado em mar. 2006.

<http://www.piraidigital.com.br/>. Acessado em 18 mar. 2006.

<http://www.recria.org.br/>. Documento digital acessado em out. 2004.

<http://www.sescsp.org.br/sesc/sos/index.cfm?forget=14&Unidades=70>. Documento digital acessado em fev. 2005.

<http://www.solonopole.gov.ce.br>. Documento digital acessado em abr. 2003.

<http://www.telecentros.sp.gov.br>. Documento digital acessado em abr. 2003.

<http://www.uol.com.br>. Documento digital acessado em abr. 2006.

HUGHES, I, CAMPBELL, A. *Virtual Communities*. 2000. Documento digital disponível em: <http://www2.fhs.usyd.edu.au/arow/o/m11/virtcom.htm>. Acessado em nov. 2004.

Jornal O Estado de S. Paulo. Documento digital disponível em: http://www.link.estadao.com.br/index.cfm?id_conteudo=4428. Acessado em mar. 2006.

MARANO, G. *Um Mondo di differenze*. Documento digital disponível em: http://www.globalizzazioni2000.it/comunit%C3%A0_e_societ%C3%A0_di_tonnies.htm. Acessado em nov. 2004.

RECUERO, R. C. *Comunidades virtuais - Uma abordagem teórica*. V Seminário Internacional de Comunicação, no GT de Comunicação e Tecnologia das Mídias, PUC/RS. Documento digital disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.html>. Acessado em nov. 2004.

RHEINGOLD, H. *A comunidade virtual*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 13-56. Documento digital disponível em: <http://www.virtual.nuca.ie.ufrj.br/infoeducar/bib/rheingold1.rtf> Acessado em ago. 2004.

SERRA, P. *O problema da técnica e o Ciberespaço*. Universidade da Beira Rio Interior, 1995. Documento digital disponível em: http://ubista.ubi.pt/~comum/jpserra_problema.html Acessado em jun. 2004.

Sesc online. Documento digital disponível em: <http://www.sescsp.org.br>. Acessado em 20 mar. 2005.

SESC São Paulo. *Conteúdos e Métodos do Programa Internet Livre*. São Paulo, 2005. Documento institucional digital, disponível em formato PDF.

SORJ, B. e GUEDES, L.E. *Exclusão Digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas*. Centro Edelstein: 2005. Documento digital disponível em: http://www.centroedelstein.org.br/pdf/exclusaodigital_problemasconceituais.pdf. Acessado em mar. 2006.

TRAMONTANO, M, Pratschke, A., Marchetti, M. *Um toque de imaterialidade*. http://www.eesc.sc.usp.br/nomads/livraria_artigos_online_novas_midias.htm. Documento digital acessado em abr. 2003.

WELLMAN, B & HOGAN, B. *The Internet in Everyday Life*. Documento digital disponível em: www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/inet_everyday/inet_everyday.pdf. Acessado em ago. de 2005.

WHITAKER, Francisco. *Rede: uma estrutura alternativa de organização*. Documento digital disponível em: http://www.rits.org.br/redes/rd_estrutalternativa.cfm. Acessado em abr. 2004.